

Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Quotas (“Prospecto”) do BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

CNPJ nº 09.645.364/0001-01

Classificação de Risco das Quotas, conferida pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda: “AA-”
CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS Nº: [●]

O **BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.645.364/0001-01 (o “**Fundo**”), constituído sob a forma de condomínio aberto em 23 de junho de 2008, através do “Instrumento Particular de Constituição do BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros” celebrado pela Administradora, com prazo indeterminado de duração, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”), o qual autorizou o início da distribuição pública das Quotas do Fundo, tendo sido o regulamento registrado na mesma data, sob o nº 900079 e alterado através dos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Alterações, registrados em 30 de junho de 2008, 01 de julho de 2008, 02 de julho de 2008, 28 de agosto de 2008 e 02 de setembro, sob os nºs 900526, 900629, 900721, 904562 e 904786 respectivamente, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o “Regulamento”).

O Fundo é regido pela Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 356”), pelas disposições de seu Regulamento, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis

O Fundo poderá emitir 1 (uma) classe de Quotas, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições. As Quotas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, por seu valor apurado na respectiva Data de Emissão, na forma definida no Regulamento, observado o mínimo de 720 (setecentas e vinte) e o máximo de 2.000 (duas mil) Quotas.

O Fundo está ofertando na 1ª Distribuição até 800 (oitocentas) Quotas, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão, perfazendo o montante de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (a “Oferta”). A manutenção da oferta e funcionamento do Fundo está condicionada à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotista, somente Investidores Qualificados.

Protocolo CVM: os documentos referidos no §1º do artigo 8º e §1º do artigo 20 da Instrução CVM nº 356, e suas alterações posteriores, foram protocolados na CVM nos dias 02 de julho de 2008, 28 de julho de 2008 e 02 de setembro de 2008.

Registro CVM, em [●] de [●] de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/[●].

“Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 51 a 55.”

“Os valores mobiliários objeto da presente distribuição não serão negociados em bolsa de valores ou em sistema de mercado de balcão organizado, não podendo ser assegurada a disponibilidade de informações sobre os preços praticados ou sobre os negócios realizados”.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como das Quotas a serem distribuídas.”

Vide outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.



Prospecto de acordo com o
Código de Auto-Regulação
da ANBID para os Fundos
de Investimento.

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços.”

Estruturadora



Administradora e Distribuidora

OLIVEIRA TRUST

Gestora



Custodiante



Agência de Classificação de Risco



Empresa de Auditoria



A data deste Prospecto é 02 de setembro de 2008.

AVISOS IMPORTANTES

“ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBID PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS QUOTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.”

“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO PARA AS DISPOSIÇÕES QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO AOS QUAIS O FUNDO ESTÁ SUJEITO”.

“O INVESTIMENTO NO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA OU A GESTORA DA CARTEIRA MANTENHAM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR”.

“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA”.

“O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM A GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA, DO FUNDO, DE QUALQUER PRESTADOR DE SERVIÇOS PARA O FUNDO, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC”.

“AO INGRESSAR NO FUNDO, TODO QUOTISTA DEVERÁ ATESTAR, ATRAVÉS DA ASSINATURA DE TERMO DE ADESÃO, QUE RECEBEU UM EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO, E QUE ESTÁ CIENTE DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO DA SUA CARTEIRA, DOS FATORES DE RISCOS AOS QUAIS O FUNDO ESTÁ SUJEITO, DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E PERFORMANCE DEVIDAS E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO, E CONSEQÜENTEMENTE, DA PERDA DO CAPITAL, PARCIAL OU TOTAL, INVESTIDO PELO INVESTIDOR”.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO À ADMINISTRADORA OU NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

AVISOS IMPORTANTES	2
GLOSSÁRIO	7
1. CARACTERÍSTICAS DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS	15
1.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS	15
1.2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS	16
1.3. PLANO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS	16
2. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES	18
3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	20
3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	20
3.2. CRONOGRAMA DA OFERTA	21
3.3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA	21
4. SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO	23
4.1. O FUNDO E SEU PÚBLICO-ALVO.....	23
4.2. BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBID.....	23
4.3. OBJETIVO DO FUNDO.....	23
4.4. FATORES DE RISCO.....	24
4.5. A ADMINISTRADORA.....	24
4.6. OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS	24
4.7. O CUSTODIANTE.....	25
4.8. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	26
4.9. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO	26
4.10. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO	26
4.11. TAXA DE PERFORMANCE.....	27
4.12. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	28
4.13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	29
4.14. GERENCIAMENTO DE RISCOS	29
4.15. VALORES MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO, PARA SOLICITAÇÃO DE RESGATE E SALDO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NO FUNDO	30
4.16. RESGATE DE QUOTAS SENIORES	30
4.17. TRIBUTAÇÃO	30
4.18. ATENDIMENTO AO QUOTISTA	33
4.19. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS.....	34
4.20. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO	35
4.21. DIREITOS CREDITÓRIOS	35
5. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO	37
5.1. RESUMO DA ESTRUTURA.....	37
5.2. DESENHO ESQUEMÁTICO DO FUNDO	37
5.3. PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DE RECEBIMENTO E COBRANÇA DE VALORES	38
5.4. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE	39
5.5. VERIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE	40
5.6. INEXISTÊNCIA DE CO-OBRIGAÇÃO	40
5.7. EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	40
5.8. EVENTO DE LIQUIDAÇÃO	41
5.9. DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO.....	42
5.10. RE-ENQUADRAMENTO DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO	42
5.11. RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO.....	42
5.12. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	43

5.13.	ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	44
6.	AS QUOTAS	47
6.1	CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS.....	47
6.2	VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	47
6.3	RESGATE DAS QUOTAS.....	48
7.	FATORES DE RISCO	51
7.1	INTRODUÇÃO	51
7.2	RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO	51
7.3	RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS	53
8.	CONFLITOS DE INTERESSE.....	57
9.	UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	60
10.	DIREITOS CREDITÓRIOS	62
11.	CEDENTE.....	64
11.1.	HISTÓRICO.....	64
12.	SABESP.....	66
12.1.	HISTÓRICO.....	66
13.	ADMINISTRADORA.....	68
13.1.	HISTÓRICO.....	68
13.2.	ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO.....	68
13.3.	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	68
14.	CUSTODIANTE.....	70
14.1.	HISTÓRICO.....	70
14.2.	ESTRUTURA DO CAPITAL	71
14.3.	ATUAÇÃO EM CUSTÓDIA.....	71
14.4.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS ADMINISTRADORES	71
15.	GESTORA.....	74
15.1.	HISTÓRICO.....	74
Anexos.....	76	
Súmula da Agência de Classificação de Risco.....	78	
Regulamento.....	80	
Minuta do Contrato de Cessão.....	82	
Termo de Anuência de Cessão de Crédito.....	104	
Demonstrações Financeiras Sabesp.....	106	

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm os seguintes significados:

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. , instituição financeira sediada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.
Afiliada	a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa (s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa.
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa.
Agência de Classificação de Risco	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. , com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09.
Agente Cobrador Bancário	significa a instituição financeira que poderá ser contratada pelo Fundo, com anuência prévia do Gestor, com escopo de efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios nos termos do Procedimento de Cobrança
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimentos.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Anexo	anexos a este Prospecto, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento.
Assembléia Geral	assembléia geral dos Quotistas do Fundo.
Bacen	Banco Central do Brasil.
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
Capítulo	Cada um dos capítulos do Regulamento.
Cedentes	Os Cedentes serão fornecedores de bens ou prestadores de serviços à Petrobras ou credores a qualquer título da Sabesp. Estarão aptas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo as Cedentes que estiverem devidamente habilitadas junto ao Gestor, nos termos do Contrato de Cessão.

CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Prospecto.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo, aberta no Custodiante.
Contrato de Cessão	significa o “Contrato de Cessão de Direitos Creditórios”, elaborado substancialmente com base na minuta constante como Anexo III a este Prospecto, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o respectivo Cedente, com a interveniência da Gestora, mediante o qual o Fundo adquirirá os Direitos Creditórios.
Contrato de Custódia	Contrato de Custódia, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Custodiante.
Contrato de Gestão	Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Gestora.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen.
Critérios de Elegibilidade	<p>Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, deverão atender aos seguintes critérios (“<u>Critérios de Elegibilidade</u>”):</p> <p>a) deverão ser (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp;</p> <p>b) deverão possuir natureza performada, ou seja, cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro;</p> <p>c) deverão ser de titularidade de Cedente cujo cadastro tenha sido devidamente aprovada pelo Gestor, e cujos dados cadastrais tenham sido passados previamente ao Custodiante; e</p> <p>d) o Gestor tenha declarado, previamente a cada cessão, que verificou os Documentos Comprobatórios dos respectivos Direitos Creditórios;</p>

	<p>e) tenha prazo de vencimento inferior a 48 (quarenta e oito) meses contados da respectiva Data de Cessão do Direito Creditório ao Fundo; e</p> <p>f) o respectivo Sacado não esteja em atraso, por mais de 60 (sessenta) dias no pagamento de Direito Creditório de titularidade do Fundo.</p>
Custodiante	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão , instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Apuração do Resgate	Data em que a Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas solicitados até então, conforme previsto no item (17.4) do Capítulo XVII do Regulamento, ou seja, as datas finais para solicitar o resgate das Quotas, para que o correspondente resgate ocorra durante o Período de Efetivação do Resgate seguinte.
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas de qualquer Distribuição, em moeda corrente nacional, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Data de Resgate	data em que ocorrer o resgate das Quotas Resgatadas e/ou das Quotas Postergadas a qual, no curso normal do Fundo, ocorrerá durante um Período de Efetivação de Resgate.
Dia Útil	todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais.
Direito Creditório	direitos creditórios performados, ou seja cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro, sacados contra a Sabesp ou à Petrobrás, (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores (“Direito Creditório Petrobrás Fornecedores”); ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacados contra a Sabesp (“Direito Creditório Sabesp”)
Direito Creditório Petrobrás Fornecedores	significa o Direito Creditório cujo Sacado seja a Petrobrás e que tenha sido adquirido pelo Fundo nos termos do item 6.1. do Regulamento.
Direito Creditório Sabesp	significa o Direito Creditório cujo Sacado seja a Sabesp e que tenha sido adquirido pelo Fundo nos termos do item 6.1. do Regulamento.

Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei.
Distribuição	significa cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356.
Distribuidora	A Administradora, na qualidade de distribuidora das Quotas
Documentos Comprobatórios	os documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Documentos da Securitização	em conjunto ou isoladamente: (i) este Prospecto; (ii) o Regulamento; (iii) o Contrato de Cessão; (iv) o Contrato de Custódia; (v) o Contrato de Gestão; e (vi) os demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos a serem realizados pelo Fundo.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores independentes , com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ sob o nº 05.099.491/0001-93, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para prestação de serviços de auditoria da carteira do Fundo.
Evento de Avaliação	eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada por Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.
Evento de Liquidação	evento descrito no Regulamento, que, no caso de ocorrência, ensejará a liquidação automática do Fundo.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fornecedor	significa a pessoa jurídica, devidamente identificada por seu CNPJ/MF, cedente de Direitos Creditórios ao Fundo.
Fundo	BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros.
Fundo Aberto	O fundo no qual os Quotistas podem solicitar resgate de suas Quotas, de acordo com o disposto no Regulamento do Fundo.
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	Comunhão de recursos que destina parcela preponderante de seu patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios.
Gestora	BI Capital Gestão de Recursos Ltda , instituição não financeira sediada na Rua Funchal, nº 551, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo-SP, Cep 04551-060, inscrita no CNPJ sob o nº 05.449.499/0001-32, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, através do Ato Declaratório CVM nº 7981 de 07 de outubro de 2004.
Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios	significa o não pagamento pelo respectivo Sacado, na sua respectiva data de vencimento,, de qualquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Instituições Autorizadas	(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Itaú BBA S.A.; (v) Banco Santander S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; (vii) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; (ix) Caixa Econômica Federal, (x) Banco Safra S.A.; (xi) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens "i" a "x" acima; (xii) outras instituições de 1ª linha que sejam classificadas pela Agência de Classificação de Risco; ou (xiii) outras instituições de 1ª linha que sejam aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas, reunidos em Assembléia Geral.
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Investidor Qualificado	(i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios
Patrimônio Líquido	a soma do disponível do valor da carteira do Fundo e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades.
Periódico	o periódico “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento.
Período de Efetivação do Resgate	período de 30 (trinta) dias corridos que se iniciará no 45º (quadragésimo quinto) dia e terminará no 75º (septuagésimo quinto) dia, após a respectiva Data de Apuração de Resgate de Quotas.
Período de Cálculo da Taxa de Performance	períodos previstos no item (8.6.1) do Capítulo VIII do Regulamento, em que deverá ser calculado o valor da Taxa de Performance.
Pessoas	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.
Petrobras	significa a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile, nº 65, 22º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01

PIS	Programa de Integração Social.
Potencial de Cessão	o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios.
Procedimento de Cobrança	significa o Procedimento de Cobrança detalhado no Anexo II ao Regulamento.
Procedimento de Cobrança de Inadimplência	significa o Procedimento de Cobrança adotado após a data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios, descrito no Anexo II ao Regulamento.
Procedimento de Cobrança Ordinário	significa o Procedimento de Cobrança adotado até a data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios, descrito no Anexo II ao Regulamento.
Programa de Securitização	os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire os Direitos Creditórios.
Prospecto	o presente prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356.
Quotas	qualquer das quotas emitidas pelo Fundo, em qualquer Distribuição.
Quotas Postergadas	saldo das Quotas Resgatadas que superar o Valor Máximo de Resgate e que será resgatado na Data de Resgate de Quotas seguinte, nos termos do Regulamento.
Quotas Resgatadas	quantidade de Quotas solicitadas para resgate conforme vier a ser apurado pela Administradora em cada Data de Apuração de Resgate de Quotas, observado o Valor Máximo de Resgate.
Quotista	qualquer titular de Quotas.
Regulamento	o regulamento do BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 900079, em 23 de junho de 2008 e suas alterações posteriores.
Reserva de Caixa	parcela do patrimônio líquido aplicada nas modalidades de investimento referidas no Regulamento, segregadas na contabilidade do Fundo, equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 6 (seis) meses calendários subseqüentes à realização do respectivo provisionamento.
Reserva de Liquidez	parcela do Patrimônio Líquido do Fundo equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.
Resgate Antecipado Compulsório	resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, a ser realizado pela Administradora, independentemente de realização de

	Assembleia Geral, das Quotas em Circulação, para re-enquadramento da Alocação Mínima de Investimento, nos termos do Regulamento.
Resolução CMN nº 2.682	Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada.
Resolução CMN nº 2.907	Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN.
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp , com sede na capital do Estado de São Paulo, à Rua Costa Carvalho, nº 300 – Pinheiros, inscrita no CNPJ sob o nº 43.776.517/0001-80.
Sacado	significa o devedor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definida no Regulamento, podendo parcela dessa taxa ser paga diretamente à terceiros, nos termos do Regulamento.
Taxa de Performance	Recai sobre o valor das Quotas, uma taxa de performance, após deduzidas todas as taxas e encargos pagos pelo Fundo, equivalente a 100% (cem por cento) da valorização das Quotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.
Taxa de Desconto	tem o significado que lhe é atribuído no item 6.5 do Capítulo V do Regulamento.
Taxa de Desconto Mínima	tem o significado que lhe é atribuído no item 6.5 do Capítulo V do Regulamento, ou seja, 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.
Taxa DI	Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis.
TED	transferência eletrônica disponível.
Termo de Adesão	documento preparado na forma do Anexo I ao Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos seus termos.
Valor Máximo de Resgate	valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo, a título de resgate das Quotas Resgatadas, o qual não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas em Circulação, apurado na última Data de Apuração do Resgate, nos termos do Regulamento.
Valor Referencial	valor apurado para a Quota na hipótese de ocorrência de procedimentos de dação em pagamento, conforme estipulados no Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. CARACTERÍSTICAS DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

1.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

Emissor:	BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros.
Administradora e Distribuidora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão.
Cedente:	BI Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários.
Classe de Quotas:	1 classe, em série única.
Valor mínimo da 1ª Distribuição:	R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais).
Número mínimo de Quotas a serem distribuídas na 1ª Distribuição	720 (setecentas e vinte) Quotas.
Valor das Quotas:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão.
Preço de integralização de cada Quota	A partir da 1ª Data de Emissão, cada Quota será integralizada pelo seu respectivo valor na mesma data da disponibilização de recursos ao Fundo pelo investidor, sendo que o valor unitário da Quota será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo número de Quotas em Circulação na respectiva data de apuração.
Forma de integralização das Quotas	em moeda corrente nacional, por meio de cheque, ordem de pagamento, débito e crédito na Conta Corrente do Fundo, documento de ordem de crédito, TED, ou qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, admitindo-se ainda que Quotas poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da Cetip – Câmara de Custódia e Liquidação.
Forma de Colocação	Pública.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Agência de Classificação de Risco:	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Data de Emissão:	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas de qualquer Distribuição, em moeda corrente nacional, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Resgate de Quotas:	no curso normal do Fundo, o resgate de Quotas poderá ser solicitado a qualquer tempo, observadas as Datas de Apuração do Resgate e os Períodos de Efetivação do Resgate, períodos esses que ocorrerão três vezes ao ano, conforme disposto na Seção “Resgates das Quotas”- “Apuração do Resgate”, deste Prospecto.
Rentabilidade Alvo das Quotas	Considerando a Política de Investimento do Fundo, as Quotas do Fundo terão rentabilidade alvo de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.

1.2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

Custo	% em Relação ao Valor da 1ª Distribuição (20.000.000,00)	Montante (R\$)
Comissão de Estruturação (*)	0,180%	36.000,00
Taxa de Registro na CETIP	0,010%	2.000,00
Taxa de Registro na CVM (*)	0,414%	82.870,00
Agência de Classificação de Risco (*)	0,140%	28.000,00
Escritório de Advocacia (*)	0,275%	55.000,00
Despesas com a publicação de anúncios da distribuição (**)	0,100%	20.000,00
Total	1,199%	223.870,00

Tabela 1: Custos de Distribuição.

(*) Valores pagos pela Gestora.

(**) Valores estimados.

Custo Unitário da 1ª Distribuição de Quotas

Valor Unitário da Quota	% em relação ao valor unitário da Quota	Custo Unitário da 1ª Distribuição (R\$)(*)
R\$ 25.000,00	1,119%	279,84

Tabela 2: Custo Unitário da 1ª Distribuição.

(*) Considerando, para tanto, uma distribuição inicial no valor de R\$ 20.000.00,00.

1.3. PLANO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

Serão ofertadas até 800 (oitocentas) Quotas, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até R\$20.000.000,00.

As Quotas serão objeto de oferta pública de distribuição no mercado primário, colocadas pela Administradora, sob o regime de melhores esforços, através de plano de distribuição que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, no prazo máximo de 180 dias contado a partir da publicação do anúncio de início da Oferta, quando os Investidores Qualificados poderão subscrever as Quotas.

A manutenção desta Oferta e funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 720 (setecentas e vinte) Quotas subscritas e integralizadas.

Garantia de Liquidez: a Administradora não celebrará contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.

As Quotas somente poderão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, por meio de cheque, ordem de pagamento, débito e crédito na Conta Corrente do Fundo, documento de ordem de crédito, TED, ou qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, admitindo-se ainda que Quotas poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da Cetip – Câmara de Custódia e Liquidação.

As Quotas serão registradas para negociação primária e secundária, no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, a critério da Administradora, as Quotas poderão ser registradas para negociação secundária, no Bovespafix e no Somafix.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para os fins do disposto no artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29/12/2003, com suas alterações posteriores, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário S.A., na qualidade de Administradora do Fundo, declara que é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo da 1ª Distribuição de Quotas.

Também para os fins do disposto no artigo 56 da Instrução CVM nº 400, a Administradora, na qualidade de Distribuidora da presente distribuição, declara que é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo da 1ª Distribuição das Quotas, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar este Prospecto,

Ademais, declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações por ela prestadas, na qualidade de Administradora do Fundo, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Cedente declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Potenciais investidores devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de resgate de Quotas, assim como à descrição dos fatores de risco a que o Fundo e seus Quotistas estão expostos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

O Fundo emitirá no mínimo 720 (setecentas e vinte) e no máximo 2.000 (duas mil) Quotas, com valor unitário inicial fixado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Cada Quota corresponde a uma fração ideal do Patrimônio Líquido do Fundo, nos termos descritos no Regulamento.

As Quotas da 1ª Distribuição serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pela Distribuidora, no prazo máximo de 180 dias contado a partir da publicação do anúncio de início da Oferta, sob o regime de melhores esforços, tudo nos termos do Regulamento. O valor mínimo individual de aplicação por Quotista será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Tendo em vista que as Quotas do Fundo não são divididas em quotas seniores e subordinadas, não há relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas a ser observada pelo Fundo, não existindo periodicidade para a apuração e para a divulgação aos Quotistas de tal relação mínima, nem procedimentos aplicáveis na hipótese de inobservância desse fator.

Quando de seu ingresso no Fundo, no ato de subscrição de Quotas, o Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e efetuar o pagamento da integralização de suas Quotas subscritas. Por meio de Termo de Adesão, o Quotista atestará que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira, da Taxa de Administração devida à Administradora, da Taxa de Performance, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como de perda do capital, parcial ou total, investido.

No Termo de Adesão, o Quotista deverá indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.

A integralização das Quotas somente poderá ser feita à vista, em moeda corrente nacional, por meio de cheque, ordem de pagamento, débito e crédito na Conta Corrente do Fundo, documento de ordem de crédito, TED, ou qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, admitindo-se ainda que Quotas poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da Cetip – Câmara de Custódia e Liquidação.

As Quotas não poderão ser transferidas, ressalvados os casos de decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

A Oferta da 1ª Distribuição de Quotas foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.

3.2. CRONOGRAMA DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta de Quotas da 1ª Distribuição	02/07/2008
Disponibilização do Prospecto da Oferta	02/07/2008
Concessão do registro da Oferta pela CVM	11/09/2008
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição	12/09/2008
Liquidação Financeira	12/09/2008
Publicação do anúncio de encerramento da Oferta de Quotas da 1ª Distribuição	11/03/2009

Tabela 3: Cronograma de etapas da Oferta.

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

3.3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas da 1ª Distribuição. A Administradora certificar-se-á, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados.

Ressalta-se que os termos acima indicados só serão aplicados exclusivamente nos casos de modificação da Oferta pela Administradora, sendo que, qualquer alteração que venha a ocorrer em razão de deliberação dos Quotistas, o presente item não será aplicável.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

4.1. O FUNDO E SEU PÚBLICO-ALVO

O **BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros** é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, podendo suas Quotas serem resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos nos Capítulos observado o estabelecido nos Capítulos XVII e XIII do Regulamento do Fundo.

Os documentos referidos nos § 1º do artigo 8º e §1º do artigo 20 da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 02 de julho de 2008 e complementados em 28 de agosto de 2008. Registro CVM: CVM/SRE/RFD/2008/[●]/[●] em [●].

4.2. BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBID

O Fundo tem como base legal a Resolução do CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM nº 356.

Para fins de classificação ANBID, o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios.

4.3. OBJETIVO DO FUNDO

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento do Fundo. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo tem por objeto precípua, proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp, observada a política de investimento e diversificação da carteira definida em seu Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos. Durante toda a vigência do Fundo, a Gestora poderá apresentar aos Quotistas, em Assembléia geral convocada especialmente para este fim, novos direitos creditórios para aquisição pelo Fundo, assim entendidos os Direitos Creditórios cujos respectivos Sacados não sejam a Sabesp ou a Petrobras. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, com ou sem direito de regresso contra ou co-obrigação da Cedente, e/ou de qualquer de suas Afiliadas, dependendo dos termos negociados pelo Gestor. Caso não haja coobrigação, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não responderão pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos Sacados. A respectiva Cedente sempre será responsável pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão e do Regulamento.

O Fundo emitirá Quotas para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundo de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, e investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

4.4. FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e/ou a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

4.5. A ADMINISTRADORA

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo VII – “Da Administração do Fundo” e Seção “Administradora” deste Prospecto.

4.6. OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Estruturadora e Gestora:

BI Capital Gestão de Recursos Ltda.
Rua Funchal, 551, 4º andar – Vila Olímpia
CEP: 04551-060 / São Paulo – SP
CNPJ nº 05.449.499/0001-32

Custodiante:

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares
CEP: 04538-132 / São Paulo – SP
CNPJ nº 62.331.228/0001-11

Empresa de Auditoria:

KPMG Auditores Independentes
Rua Renato Paes de Barros, nº 33
CEP: 04530-904 / São Paulo – SP
CNPJ 57.755.217/0001-29

Agência de Classificação de Risco:

Austin Rating Ltda
Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 110 – cj. 73 - Itaim Bibi
CEP: 04542-000 / São Paulo – SP
CNPJ nº 03.016.560/0001-2

Distribuidora:

Oliveira Trust DTVM S.A.
Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca
CEP: 22640-100 / Rio de Janeiro – RJ
CNPJ nº 36.113.876/0001-91

4.7. O CUSTODIANTE

O **Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, é a instituição custodiante do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo;
- b) validar os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo em relação ao Critério de Elegibilidade;
- c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, extratos das contas correntes de titularidade do Fundo:
 - i) cópias autenticadas do Contrato de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo; e
 - ii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos.
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “e” anterior;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pelos Sacados;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora e da Gestora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.

4.8. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Cessão, as respectivas Cedentes, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante, na forma da regulamentação em vigor, serão responsáveis pela guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos pela Cedente ao Fundo.

Cópias reprográficas autenticadas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, deverão ser custodiados pelo Custodiante ou por seus Agentes, nos termos da Instrução CVM nº 356.

4.9. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento.

4.10. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO

Taxa de Administração:	(i) parcela única no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), devida em conjunto com a primeira Taxa de Administração; e (ii) remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para o primeiro ano de funcionamento do Fundo, e a partir do segundo ano de funcionamento do Fundo, R\$ 11.000,00 (onze mil reais) ou (ii) o valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês. A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos do Regulamento, será paga no último Dia Útil do mês da primeira integralização de Quotas e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes. Sobre o valor da Taxa de Administração, serão acrescidos os valores, em moeda corrente nacional, equivalentes: (a) ao maior valor entre (i) R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para o primeiro ano de funcionamento do Fundo, e a partir do segundo ano de funcionamento do Fundo, R\$ 11.000,00 (onze mil reais) ou (ii) o valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês; e (b) parcela única equivalente a 2% (dois por cento) sobre o montante das Quotas efetivamente integralizadas, a ser pago pelo Fundo em até 2 (dois) Dias Úteis após cada data de integralização de Quotas. Os valores monetários ora referidos serão corrigidos anualmente nos termos do Regulamento.
Taxa de ingresso:	Não há.
Taxa de saída:	Não há.
Taxa de Performance:	Recairá sobre o valor das Quotas, uma taxa de performance, após deduzidas todas as taxas e encargos pagos pelo Fundo, inclusive a Taxa de Administração, equivalente a 100% (cem por cento) da valorização das Quotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, nos termos do Regulamento. A Taxa de Performance será paga em moeda corrente nacional, nas datas e condições estipuladas no item 4.11. .
Encargos do Fundo:	(i) Taxa de Administração; (ii) Taxa de Performance; (iii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo; (iv) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e

informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
(v) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
(vi) honorários e despesas da Empresa de Auditoria;
(vii) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
(viii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o ele venha a ser vencido;
(ix) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
(x) taxas de custódia dos ativos do Fundo;
(xi) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
(xii) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, de acordo com o previsto no Regulamento.

Tabela 5: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

4.11. TAXA DE PERFORMANCE

Recairá sobre o valor das Quotas, uma taxa de performance, após deduzidas todas as taxas e encargos pagos pelo Fundo, inclusive a Taxa de Administração, equivalente a 100% (cem por cento) da valorização das Quotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, no Período de Cálculo da Taxa de Performance, a ser calculada diariamente e paga até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de encerramento do respectivo Período de Cálculo da Taxa de Performance, conforme descrito no Regulamento.

Cumulativamente ao recebimento de parcela da Taxa de Administração prevista no Regulamento, a Gestora fará jus a uma Taxa de Performance, após deduzidas todas as taxas e encargos pagos pelo Fundo, inclusive a Taxa de Administração, equivalente a 100% (cem por cento) da valorização das Quotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, no Período de Cálculo da Taxa de Performance, a ser calculada diariamente e paga até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de encerramento do respectivo Período de Cálculo da Taxa de Performance, de acordo com a seguinte fórmula.

$$TP = \{ [VQ_T - (VQ_I \times CDI)] \} \times Q_T, \text{ onde:}$$

TP = Taxa de Performance devida, se maior que zero.

VQ_T = Valor unitário da Quota, apurado na data de encerramento do Período de Cálculo da Taxa de Performance.

VQ_I = Valor unitário da Quota, apurado na data de início do Período de Cálculo da Taxa de Performance.

Q_T = Quantidade total de Quotas em Circulação na data de início do respectivo Período de Cálculo da Taxa de Performance.

CDI = Fator de variação acumulada da Taxa DI, obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$CDI = \prod_{n=1}^Z \left\{ \left[\left(\frac{TaxaDI_n}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 120\% + 1 \right\}, \text{ onde:}$$

Taxa DI_n = Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, para o dia “n”, sendo

“n=1” a data de início do Período de Cálculo de Taxa de Performance em vigor, e “n=z” a data de encerramento do Período de Cálculo de Taxa de Performance correspondente ao cálculo.

Z = Quantidade de Dias Úteis correspondente ao número total de Taxas DI apuradas no Período de Cálculo de Taxa de Performance correspondente ao cálculo.

Entende-se como “Período de Cálculo da Taxa de Performance” os seguintes períodos, sabendo-se que cada Período de Cálculo da Taxa de Performance sucede o anterior sem solução de continuidade:

	Data de início do Período de Cálculo da Taxa de Performance	Data de encerramento do Período de Cálculo da Taxa de Performance
<i>1º (primeiro) Período de Cálculo da Taxa de Performance:</i>	1ª Data de Emissão das Quotas	O que primeiro ocorrer entre: (i) o dia do efetivo resgate de todas as Quotas em circulação, ou (ii) o dia 30 de junho de cada exercício social ou, ainda, (iii) o dia 31 de dezembro de cada exercício social.
<i>Períodos de Cálculo da Taxa de Performance subsequentes:</i>	Data de encerramento do Período de Cálculo da Taxa de Performance imediatamente anterior.	O que primeiro ocorrer entre: (i) o dia do efetivo resgate de todas as Quotas em circulação, ou (ii) o dia 30 de junho de cada exercício social ou, ainda, (iii) o dia 31 de dezembro de cada exercício social.

A Taxa de Performance somente será devida caso o valor das Quotas apurado na data de encerramento do Período de Cálculo da Taxa de Performance exceda a valorização acumulada de 120 % (cento e vinte por cento) da Taxa DI incidente sobre o valor da Quota na data de início do respectivo Período de Cálculo da Taxa de Performance, ou sobre o valor da Quota no último Dia Útil do Período de Cálculo da Taxa de Performance em que tenha havido o último pagamento de Taxa de Performance.

A Taxa de Performance será paga em moeda corrente nacional, nas datas e condições estipuladas neste item 4.11..

Em caso de renúncia ou destituição da Gestora de suas funções, a Gestora fará jus, se for o caso, à Taxa de Performance *pro rata temporis*, salvo se a destituição tiver ocorrido em razão de falta grave ou culpa da Gestora.

4.12. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios, observada, ainda, a alocação de recursos para a Reserva de Liquidez e Reserva de Caixa.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu patrimônio líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira		Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
		Mínimo	Máximo
a)	Direitos Creditórios;	50%	100%
b)	moeda corrente nacional;	0%	50%
c)	títulos de emissão do Tesouro Nacional;	0%	50%
d)	operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e	0%	50%
e)	quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alienas “c” e “d” acima.	0%	50%

Tabela 8: Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.

O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios devidos pela Sabesp ou pela Petrobras, em observância ao disposto no Artigo 40-A da Instrução CVM nº 356.

É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

4.13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

4.14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração do Fundo orienta-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelos comitês referidos neste item, os quais traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

4.15 VALORES MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO, PARA SOLICITAÇÃO DE RESGATE E SALDO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NO FUNDO

Aplicação Mínima por Investidor	R\$ 25.000,00
Solicitação Mínima de Resgate	R\$ 20.000,00
Saldo Mínimo	R\$ 25.000,00

Tabela 9: Valores Mínimos.

4.16. RESGATE DE QUOTAS SENIORES

Para maiores informações vide Seção “As Quotas – Resgate de Quotas”.

4.16.1. Resgate de Quotas

No curso normal do fundo, o resgate das Quotas poderá ser solicitado a qualquer tempo, sendo que somente será efetivado durante o Período de Efetivação de Resgate seguinte, observadas as Datas de Apuração de Resgate das Quotas.

Caso o valor do resgate solicitado pelos Quotistas seja superior ao Valor Máximo de Resgate, o saldo restante (Quotas Postergadas) será resgatado no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

4.17. TRIBUTAÇÃO

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas

anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

IOF sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008), os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5%, exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (i) no Brasil; e
 - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação:
 - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

Tendo em vista tratar-se de fundo de ações, conforme definido no §2º do art. 8º da Instrução Normativa nº 25/2001 da Secretaria da Receita Federal, a tributação pelo imposto de renda no resgate de quotas será de 15% sobre a diferença entre o valor do resgate e o do respectivo custo, conforme, inclusive, manifestação

exarada pela Coordenação Geral de Tributação (COSIT) da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta COSIT nº 14/2008.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à mesma alíquota aplicável à hipótese de resgate das Quotas.

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro

decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o reestabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja reestabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

4.18. ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como consultar este Prospecto e o Regulamento e obter esclarecimentos sobre a Oferta, potenciais investidores e Quotistas poderão acessar o site da Administradora www.oliveiratrust.com.br, onde encontram-se disponíveis versões eletrônicas do Prospecto e Regulamento, ou entrar em contato com a Administradora, a Gestora, ou a CVM, por meio dos seguintes endereços, telefones de atendimento e e-mail:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

CEP: 22640-100

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

E-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

At. Sr. José Alexandre Freitas

BI Capital Gestão de Recursos Ltda.

Rua Funchal, 551, 4º andar – Vila Olímpia

CEP: 04551-060

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3848-6444

E-mail: bi-invest@bi-invest.com.br

Site: www.bi-invest.com.br

At. Sr. Reinaldo Zakalski da Silva

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000 / Fax: (11) 2146-2097

Site www.cvm.gov.br

4.19. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no Periódico “Monitor Mercantil”, ou (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Observado o disposto no Regulamento, a Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em base diária, (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (iii) o valor de cada Quota; (iv) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor da Alocação Mínima de Investimento, da Reserva de Liquidez e da Reserva de Caixa; e (v) os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco.

A Administradora deverá divulgar semestralmente, no periódico acima referido, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, no caso de demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas.

A Administradora deverá enviar informe mensal à CVM, conforme previsto no artigo 45 da Instrução CVM nº 356, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, bem como colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) saldo das aplicações; (ii) valor do Patrimônio Líquido; (iii) rentabilidade apurada no período; (iv) valor e quantidade de Quotas em Circulação; (v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e realizado; e (vi) número de Quotistas.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

4.20. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Contrato de Cessão

“Contrato de Cessão de Direitos Creditórios – Contrato CC Nº 000/2008”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e a Cedente, com a interveniência da Gestora, mediante o qual o Fundo adquirirá os Direitos Creditórios de titularidade da Cedente ao Fundo.

Contrato de Custódia

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

Contrato de Gestão

“Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Gestora, tendo por objeto a prestação dos serviços de gestão, da carteira de investimentos do Fundo.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

A substituição da Agência de Classificação de Risco dependerá de aprovação prévia dos Quotistas em Assembléia Geral convocada e realizada nos termos dos itens 20.1. e seguintes do Regulamento.

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora.

A substituição da Empresa de Auditoria dependerá de aprovação prévia dos Quotistas em Assembléia Geral convocada e realizada nos termos dos itens 20.1. e seguintes do Regulamento.

4.20. DIREITOS CREDITÓRIOS

Vide Seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

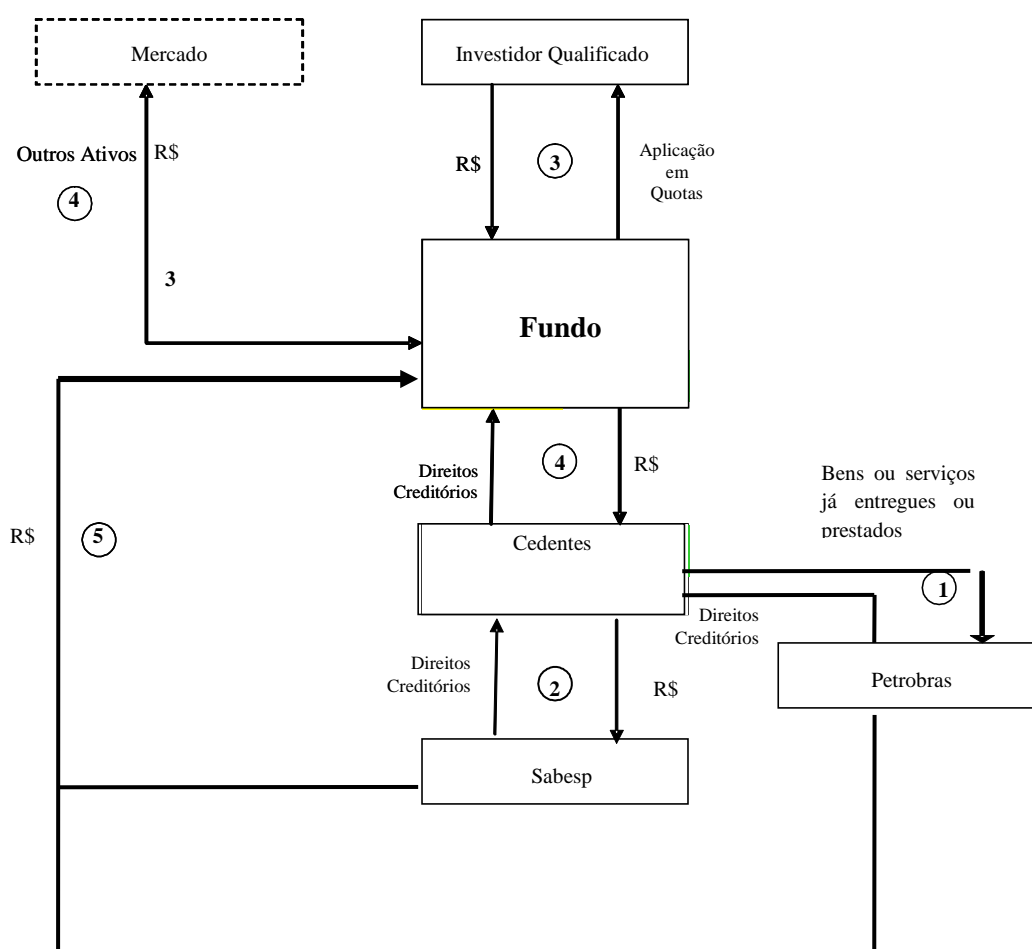
O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

5.1. RESUMO DA ESTRUTURA

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios do Cedente utilizando-se precipuamente dos recursos provenientes da integralização de Quotas.

5.2. DESENHO ESQUEMÁTICO DO FUNDO



Fluxo 1: Fluxo da Operação.

1. Os Cedentes, na qualidade de fornecedores de bens ou serviços à Petrobras, são titulares de Direitos Creditórios sacados contra a Petrobras. Os referidos Direitos Creditórios são performados uma vez que sua exigibilidade e exequibilidade independem de qualquer contraprestação pelo Cedente ou qualquer terceiro.
2. Os Cedentes são credores da Sabesp por conta de operações de mútuo realizadas ou fornecimento de bens ou serviços já entregues ou prestados. .
3. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas por Investidores Qualificados.
4. O Fundo adquire os Direitos Creditórios dos Cedentes, e Outros Ativos, utilizando-se das verbas recebidas em “3” acima.
5. Os recursos decorrentes do pagamento, pelos Sacados, dos Direitos Creditórios são transferidos para a Conta Corrente do Fundo e posteriormente transferidos aos Quotistas quando do resgate de suas respectivas Quotas.

5.3. PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DE RECEBIMENTO E COBRANÇA DE VALORES

Estarão aptas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo as Cedentes que estiverem devidamente habilitadas junto ao Gestor, nos termos do Contrato de Cessão. Poderão ser cedidos ao Fundo direitos creditórios performados, ou seja cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro, sacados contra a Sabesp ou à Petrobrás, (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores (“Direito Creditório Petrobrás Fornecedores”); ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacados contra a Sabesp (“Direito Creditório Sabesp”) (em conjunto “Direitos Creditórios”)

A cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio da assinatura do respectivo Contrato de Cessão.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir os Direitos Creditórios da Cedente, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Caixa.

A determinação do preço de aquisição, bem como o seu pagamento ocorrerá nos termos do Contrato de Cessão . O preço total de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo à Cedente na forma estabelecida no Contrato de Cessão, será calculado mediante aplicação de uma Taxa de Desconto determinada pelo Gestor em cada aquisição pelo Fundo, e que sempre será superior à 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI (“Taxa de Desconto Mínima”).

O Inadimplemento no Pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, em montante total agregado superior a 5% (cinco por cento) do somatório total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na respectiva data de verificação, será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.

O pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, será realizado pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, à vista, em moeda corrente nacional, somente após o recebimento da ordem da

Administradora, que deverá ocorrer no 1º Dia Útil subsequente à data em que esta verificar que o Fundo dispõe de recursos suficientes, de forma que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Caixa.

O pagamento do preço de aquisição será efetuado no mesmo Dia Útil do recebimento da ordem da Administradora, ou no Dia Útil subsequente, caso a Administradora encaminhe a ordem de pagamento após às 16:00 horas, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central Nacional, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A Gestora poderá apresentar aos Quotistas, em Assembléia geral convocada especialmente para este fim, novos direitos creditórios para aquisição pelo Fundo, assim entendidos os Direitos Creditórios cujos respectivos Sacados não sejam a Sabesp ou a Petrobras.

Durante toda a vigência do Fundo, o Fundo deverá adotar os Procedimentos de Cobrança constantes do Anexo II ao Regulamento.

5.4. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, deverão atender aos seguintes critérios (“Critérios de Elegibilidade”):

- a) deverão ser (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp;
- b) deverão possuir natureza performada, ou seja, cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro;
- c) deverão ser de titularidade de Cedente cujo cadastro tenha sido devidamente aprovada pelo Gestor, e cujos dados cadastrais tenham sido passados previamente ao Custodiante;
- d) o Gestor tenha declarado, previamente a cada cessão, que verificou os Documentos Comprobatórios dos respectivos Direitos Creditórios;
- e) tenha prazo de vencimento inferior a 48 (quarenta e oito) meses contados da respectiva Data de Cessão do Direito Creditório ao Fundo; e
- f) o respectivo Sacado não esteja em atraso, por mais de 60 (sessenta) dias no pagamento de Direito Creditório de titularidade do Fundo.

5.5. VERIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

Para a efetiva aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade, os Direitos Creditórios deverão obrigatoriamente não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no §1º do Art. 1º da Instrução CVM nº 444/06.

5.6. INEXISTÊNCIA DE CO-OBRIGAÇÃO

A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser realizada sem direito de regresso contra ou co-obrigação da Cedente, a critério do Gestor. Exclusivamente nesta hipótese, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos Sacados. A Cedente sempre será responsável pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no respectivo Contrato de Cessão.

5.7. EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Serão considerados Eventos de Avaliação:

- (i) qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- (ii) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da referida comunicação;
- (iii) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- (iv) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;
- (v) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas em mais de 2 (dois) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- (vi) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa, à Reserva de Liquidez e/ou à Alocação Mínima de Investimento e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que se verificar o desenquadramento; e
- (vii) caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deliberem que o fechamento do Fundo para resgate é um Evento de Avaliação, nos termos do item (18.12) do Capítulo XVIII do Regulamento do Fundo.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, o resgate de Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do item (20.8) do Capítulo XX do Regulamento, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 (vinte) dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos direitos creditórios pelo Fundo, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI do Regulamento, se for o caso; e, (v) se assim dispuser a Assembléia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes do Regulamento e da regulamentação vigente.

Na hipótese dos Quotistas, em Assembléia Geral, convocada na forma do parágrafo anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI do Regulamento, observados a ordem de aplicação de recursos e os seguintes procedimentos:

- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, se for o caso, e depositar todos os valores decorrentes do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo única e exclusivamente na Conta Corrente do Fundo; e
- b) utilizar os recursos arrecadados na forma do subitem “a” deste item no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI do Regulamento, sendo que cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI do Regulamento, em moeda corrente nacional.

5.8. EVENTO DE LIQUIDAÇÃO

Será considerado um Evento de Liquidação, o qual enseja a liquidação automática do Fundo, a ser efetuada nos termos do item (22.6) do Regulamento, caso o Fundo não possua recursos suficientes para realizar o resgate tanto das Quotas Resgatadas quanto das Quotas Postergadas, conforme solicitado pelos Quotistas, nas datas, prazos e termos constantes do Regulamento.

A Administradora deverá, caso ocorra o Evento de Liquidação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou a seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a aquisição de novos direitos creditórios, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI do Regulamento, se for o caso; e (iii) iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, primeiramente efetuando o resgate das Quotas, considerado proporcionalmente os investimentos no Fundo, conforme disposições constantes do Regulamento e da regulamentação vigente. Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado, não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

A CVM poderá determinar a liquidação do Fundo, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras que venha a identificar:

- (i) Caso o Fundo não tenha alcançado, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, o patrimônio líquido médio de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); ou
- (ii) o Fundo manter patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos, hipótese em que o Fundo poderá, alternativamente, ser incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

Vide Regulamento, Capítulo XXII – “Dos Eventos de Avaliação”.

5.9. DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO

No curso normal do Programa de Securitização, a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento por cento), sendo este percentual calculado pela Administradora, na periodicidade e na forma definidas no Regulamento.

Tendo em vista que as Quotas do Fundo não são divididas em quotas seniores e subordinadas, não há relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas a ser observada pelo Fundo, não existindo periodicidade para a apuração e para a divulgação aos Quotistas de tal relação mínima, nem procedimentos aplicáveis na hipótese de inobservância desse fator.

5.10. RE-ENQUADRAMENTO DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO

Para re-enquadramento da Alocação Mínima de Investimento, a Administradora, a seu exclusivo critério, procederá ao Resgate Antecipado Compulsório, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembléia Geral, de todas as Quotas em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI do Regulamento, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (22.3) do Capítulo XXII, de forma que, computada, *pro-forma*, o resgate pretendido, o Fundo atenda, concomitantemente, à Alocação Mínima de Investimento, à Reserva de Caixa e à Reserva de Liquidez, observado, ainda, o disposto no parágrafo a seguir.

A Administradora deverá inicialmente efetuar o resgate das Quotas Postergadas e das Quotas Resgatadas, para, somente depois, iniciar os procedimentos descritos acima.

Na hipótese de ocorrência do Resgate Antecipado Compulsório, a Administradora deverá informar imediatamente aos Quotistas, ou seus representantes, conforme endereço cadastrado na forma do item (15.6) do Capítulo XV do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, assim como a razão da antecipação dos resgates, conforme o caso, e o valor total do respectivo resgate devido a cada Quotista.

Vide Regulamento, Capítulo XXIV – “Do Re-enquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação Mínima de Investimento”.

5.11. RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO

Para o reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, para os termos e efeitos do parágrafo a seguir, a Administradora, a seu exclusivo critério, procederá ao resgate

compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado nos termos do Regulamento, de forma que, computada, *pro-forma*, o resgate pretendido, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

A Cedente poderá notificar a Administradora acerca de sua pretensão, temporária, de não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo até que esse reduza, por meio de Resgate Antecipado Compulsório, seu patrimônio líquido ao patamar indicado na respectiva notificação, hipótese em que deverão ser observados os procedimentos definidos no parágrafo anterior.

Nos termos deste item, a Administradora deverá realizar o Resgate Compulsório Antecipado, inteiro ou fracionado, até que o patrimônio líquido do Fundo atinja o patamar indicado na mencionada notificação, sendo obrigatório, para que seja retomada a compra de Direitos Creditórios pelo Fundo, que se encontrem atendidos pelo Fundo, concomitantemente, aos parâmetros definidos no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos descritos anteriormente, a Administradora deverá informar imediatamente aos Quotistas, ou a seus representantes, conforme endereço cadastrado na forma do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, assim como a razão da antecipação dos resgates, conforme o caso, e o valor total do respectivo resgate devido a cada Quotista.

Vide Regulamento, Capítulo XXIII – “Do Resgate Antecipado Compulsório”.

5.12. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

Para efeito do disposto no inciso VI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas referida no Regulamento, existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota apurado, *pro-forma*, observado o disposto no Regulamento.

As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos, serão realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo, conforme disposto no Regulamento.

Antes da realização dos procedimentos anteriormente mencionados, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil a seguir referido.

Para fins do disposto nesta Seção, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos Quotistas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da respectiva Assembleia Geral. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro rata temporis*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando que os valores recebidos serão distribuídos aos condôminos com observância ao disposto no Capítulo XXI do Regulamento. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante, ou seu Agente, contratado para prestação de serviço de custódia física, fará a guarda dos documentos comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo mencionado, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos

Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos documentos comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Antes da implementação dos procedimentos de dação em pagamento, a Cedente terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, deduzido dos Outros Ativos, se for o caso, e acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção de compra no prazo decadencial de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos, serão realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo, conforme disposto no Regulamento. Na hipótese de a Cedente optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos anteriormente referidos.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos aqui descritos deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo XXIV – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.

5.13. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e de eventuais alienações de Outros Ativos, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, exceto a Taxa de Performance;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez;
- c) no resgate das Quotas Postergadas, observados os termos e as condições do Regulamento, conforme aplicável;
- d) no resgate de Quotas Resgatadas, observados os termos e as condições do Regulamento;
- e) no pagamento do preço de aquisição de Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- f) no pagamento do preço de aquisição de novos direitos creditórios, apresentados pela Gestora, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI do Regulamento, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão; e
- g) no pagamento da Taxa de Performance devida à Gestora observado o item (8.6.1) do Capítulo VIII do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação e/ou de um Evento de Avaliação, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após o resgate integral das Quotas.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 6 (seis) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento (“Reserva de Caixa”), assim como deverá constituir uma reserva de liquidez equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo (“Reserva de Liquidez”).

Vide Regulamento, Capítulo XXI – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. AS QUOTAS

Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e poderão ser resgatadas nos termos do Regulamento.

As Quotas do Fundo serão de 1 (uma) única classe.

As Quotas são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

6.1 CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

Cada Quota possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) tem o valor unitário de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- c) tem seu valor apurado na forma definida no Regulamento;
- d) poderá ser resgatada na forma definida no Regulamento;
- e) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da emissão e integralização de novas Quotas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.

Vide Regulamento – Capítulo XIV – “Das Quotas”.

6.2 VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS

A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas, cada Quota terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo número de Quotas em Circulação na respectiva data de apuração.

Tendo em vista que as Quotas do Fundo não são divididas em quotas seniores e subordinadas, não há relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas a ser observada pelo Fundo, não existindo periodicidade para a apuração e para a divulgação aos Quotistas de tal relação mínima, nem procedimentos aplicáveis na hipótese de inobservância desse fator.

6.3 RESGATE DAS QUOTAS

Os procedimentos aqui definidos foram redigidos de forma a facilitar a compreensão do investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo. Recomenda-se a leitura cuidadosa deste item, assim como dos Capítulos XVII e XVIII do Regulamento, os quais definem com detalhes os procedimentos aqui resumidos. Os titulares das Quotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos no Regulamento.

Observado o disposto no Regulamento, os Quotistas poderão requerer o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita. A solicitação de resgate nos termos do Regulamento será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observado que o saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante (i) dos eventos de rateio por ocasião da solicitação de resgate em valor maior ao Valor Máximo de Resgate, (ii) do Resgate Antecipado Compulsório; (iii) dos Eventos de Avaliação; (iv) do Evento de Liquidação.

Os Quotistas Seniores poderão requerer, a qualquer tempo, o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita.

A solicitação de resgate será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas desde a data do envio da convocação para Assembléia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembléia Geral que delibere definitivamente sobre o tema, ressalvados os casos de resgate de Quotas previamente agendados antes da referida convocação.

Apuração do Resgate

A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas solicitados até as seguintes datas:

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas	“Datas de Apuração do Resgate de Quotas”
1.	de 1º de outubro (inclusive) até 31 de janeiro (inclusive)	1º de fevereiro
2.	de 1º de fevereiro (inclusive) até 31 de maio (inclusive)	1º de junho
3.	de 1º de junho (inclusive) até 30 de setembro (inclusive)	1º de outubro

Observados os termos do Regulamento, as Quotas Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores serão resgatadas no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

Datas de Efetivação de Resgate

Observados os procedimentos administrativos descritos no Capítulo XVIII do Regulamento, o resgate das Quotas Resgatadas deverá ocorrer dentro do Período de Efetivação do Resgate. O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observado, ainda, o saldo mínimo de permanência, que é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvadas as hipóteses específicas definidas no Regulamento.

Valor Máximo de Resgate

O valor máximo a ser pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Resgatadas, no curso dos procedimentos referidos no Regulamento, não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas, nos termos do Regulamento.

Caso o valor a ser solicitado para resgate exceda ao respectivo Valor Máximo de Resgate, o Fundo procederá ao resgate das Quotas Postergadas, no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

O valor das Quotas Postergadas do Período de Efetivação do Resgate anterior não será considerado para o cômputo do Valor Máximo de Resgate do Período de Efetivação do Resgate seguinte.

Ordem de Efetivação do Resgate

Durante o Período de Efetivação do Resgate a Administradora, observados os procedimentos definidos no Regulamento, resgatará: (i) a integralidade das Quotas Postergadas apurada na última Data de Apuração do Resgate de Quotas; e (ii) após resgatadas a totalidade das Quotas Postergadas, efetuará o resgate, inteiro ou fracionado, observado o Valor Máximo de Resgate para as Quotas Resgatadas, apurado para a respectiva Data de Apuração do Resgate de Quota.

Os Quotistas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos no Regulamento.

Não serão devidos aos titulares das Quotas Seniores Resgatadas e/ou das Quotas Seniores Postergadas, conforme aplicável, quaisquer valores a título de multa ou qualquer outra penalidade, caso o Fundo, no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, não conte com os recursos suficientes para efetuar o resgate integral de suas Quotas durante o respectivo Período de Efetivação do Resgate.

Vide Regulamento – Capítulo XVII – “Do Resgate das Quotas”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7. FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

7.1 INTRODUÇÃO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e/ou a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas.

7.2 RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

- a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio aberto, admitindo o resgate das Quotas pelos Quotistas nos termos estabelecidos nos Capítulos XVII e XVIII do Regulamento, esses podem ter dificuldade em realizar seus investimentos mediante o resgate de suas Quotas no momento em que considerarem oportuno.
- b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXIV do Regulamento, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios, (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus Quotistas e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.
- c) **Resgate condicionado.** O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelos Sacados, que os Outros Ativos sejam liquidados e/ou alienados e que os recursos recebidos sejam depositados em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo. A Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para o resgate integral das Quotas, não havendo qualquer garantia de que o Fundo procederá ao resgate integral das Quotas Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate durante o Período de Efetivação de Resgate correspondente. O valor de resgate das Quotas continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido do Fundo, não sendo devido, todavia, pelo Fundo ou por qualquer Pessoa qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou

não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.

- d) **Valor máximo de resgate.** O valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Resgatadas não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas, acrescido do valor das Quotas Postergadas nos termos do Regulamento. Caso o valor a ser pago a título de resgate exceda ao limite anteriormente definido, o Fundo procederá ao resgate do saldo do valor das respectivas Quotas Resgatadas, por seu valor apurado na forma do Regulamento, na Data de Resgate das Quotas imediatamente subsequente, observados os procedimentos definidos no Regulamento.
- e) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado no prazo de até 1 (um) ano contado da ocorrência de um Evento de Resgate Antecipado e deverá ser liquidado no caso de ocorrer um Evento de Liquidação. Nesses casos, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Titulares e eventuais garantidores dos créditos, além de incorrerem, entre outras despesas e encargos (*i.e.* honorários advocatícios), em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- f) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- g) **Riscos operacionais. Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no item (4.7) do Capítulo IV do Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- h) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- i) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo XIX do Regulamento, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento dos resgates das Quotas, nos termos do Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza

fiscal. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- k) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do item (27.1) do Capítulo XXVII do Regulamento.
- l) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** Não há uma definição de rentabilidade para as Quotas do Fundo. Assim, este não buscará atingir qualquer tipo de rentabilidade específica. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Regulamento, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para as Quotas.
- m) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, independentemente de autorização prévia dos Quotistas, emitir novas Quotas. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos Quotistas titulares de Quotas que já estejam em Circulação.
- n) **Inexistência de quotas subordinadas.** O Fundo emitirá apenas 1 (uma) classe de Quotas. Por este motivo, em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia decorrente da existência de classe de quotas subordinadas.
- o) **Resgate Antecipado Compulsório de Quotas.** Conforme estabelecido no Regulamento, para re-enquadramento da Alocação Mínima de Investimento, a Administradora poderá proceder ao Resgate Antecipado Compulsório, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembléia Geral, de todas as Quotas em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI do Regulamento.
- p) **Risco no atraso dos repasses dos recursos de titularidade do Fundo.** A obrigação de a Cedente repassar os valores referentes aos pagamentos dos Direitos Creditórios feitos pelos Sacados, nos termos do item (6.6) do Capítulo VI do Regulamento do Fundo, inicia-se na data do respectivo recebimento dos valores pela Cedente. Nesse sentido, caso os Sacados efetuem pagamentos mediante cheque, ou em agentes de correspondente bancário e em agências situadas em locais remotos, os referidos recursos somente encontrar-se-ão disponíveis para transferência pela Cedente ao Fundo no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis.
- q) **Risco dos Sacados** – A Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. e a Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo são as únicas devedoras dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Informações sobre a situação patrimonial e financeira da Petrobras e da Sabesp podem ser obtidas através de suas demonstrações financeiras, elaboradas e disponibilizadas conforme as regras aplicáveis às companhias abertas registradas na CVM. Qualquer ato ou fato prejudicial à Petrobras ou à Sabesp poderá causar impactos adversos no patrimônio do Fundo, o que poderá acarretar prejuízos aos Quotistas.

7.3 RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser pagos pelos respectivos Sacados. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento dos respectivos Sacados e do efetivo pagamento dos valores devidos. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios deverá ocorrer, via de regra, sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. Nesta hipótese, a respectiva Cedente não assumirá quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência do respectivo Sacado. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Sacados.
- c) **Risco dos Fornecedores da Petrobras**– O trabalho de verificação da autenticidade e validade dos Direitos Creditórios será feito exclusivamente pelo Gestor com base em documentos e informações fornecidas pelos Fornecedores, que são os únicos responsáveis pela autenticidade e correta formalização das informações e documentos encaminhadas.
- d) **Originação Constante de Direitos Creditórios.** Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder novos Direitos Creditórios ao Fundo, podendo, a qualquer momento, resilir o Contrato de Cessão. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá (a) da capacidade dos Cedentes de continuar a gerar Direitos Creditórios, bem como da vontade unilateral dos Fornecedores em ceder Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão.
- e) **Guarda dos Documentos Comprobatórios** – Os Cedentes serão os fiéis depositários, responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Embora os Cedentes tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos. Sem prejuízo, o Gestor manterá, diretamente ou em terceiro contratado para tal fim, a guarda física dos documentos identificados no Contrato de Cessão.
- f) **Risco relacionado a outros credores das Cedentes.** Caso as Cedentes sejam vencidas em ação judicial já existente quando da cessão de créditos ao Fundo, e não tenha patrimônio suficiente para honrar a condenação, o vencedor da ação poderá, na qualidade de credor, buscar, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios, para efetuar o pagamento da condenação, ou ainda alegar fraude à execução que, caso acolhida, implicará em ineficácia da cessão em relação ao referido credor, até o limite de seu crédito.
- g) **Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros:** Os Direitos Creditórios podem ser alcançados por obrigações do respectivo Cedente ou de terceiros, caso a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo seja invalidada ou tornada ineficaz, se comprovada a ocorrência de: (i) fraude contra credores, ou seja, se, no momento da cessão, o Cedente estiver insolvente ou se em razão da cessão passar a este estado; (ii) fraude à execução, na hipótese de, quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, ou sobre os Direitos Creditórios pendente demanda judicial fundada em direito real; e.(iii) fraude à execução fiscal se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, não dispuser de bens para o total pagamento da dívida.
- h) **Restrições de natureza legal ou regulatória:** Considerando a natureza dos Sacados dos Direitos Creditórios, podem ocorrer, no futuro, eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.
- i) **Riscos de descontinuidade do Fundo:** Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo pelas Cedentes, entretanto, as Cedentes não estão obrigadas a continuar efetuando a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo por qualquer período de tempo. Inexistindo Direitos Creditórios a serem

adquiridos pelo Fundo, a Administradora e o Gestor poderão determinar, de forma antecipada, a liquidação do Fundo.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvadas os casos comprovados de dolo e má-fé.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

8. CONFLITOS DE INTERESSE

RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA, A GESTORA, A CEDENTE E O CUSTODIANTE

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Administradora, a Gestora, e o Custodiante, diretamente ou por meio de sociedades integrantes de seu grupo econômico, no curso normal de suas atividades, mantêm relacionamento comercial entre si e/ou atuam na prestação de serviços a outros fundos de investimento.

A Administradora presta serviços de administração de três fundos de investimento em direitos creditórios, nos quais o Custodiante presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, conforme o disposto abaixo:

O Finexia Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais e de Serviços, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 08.429.055/0001-23, com prazo de vencimento indeterminado, onde a Administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente ao valor correspondente a 0,30% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 17.252,00, podendo este valor ser atualizado monetariamente a cada período de 12 meses, após prévia autorização dos quotistas em assembléia geral, acrescido dos seguintes valores: **(i)** o valor equivalente a 4% ao ano sobre o patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 60.000,00, atualizados conforme estabelecido no regulamento; **(ii)** o valor fixo mensal de (a) R\$ 3,00 por quotista, e (b) R\$ 4.900,00; e **(iii)** o valor de (a) R\$ 4,00 por resgate de quotas, por quotista, e (b) R\$ 3.500,00 a ser pago anualmente para elaboração das demonstrações financeiras, tendo o direito de receber ainda, taxa de desempenho equivalente a 10% da valorização das quotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 110% da Taxa DI, no período de cálculo da taxa de desempenho; e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente à parcela da taxa de administração descrita no subitens **(i)**, **(ii)** e **(iii)** acima, a título de custódia, controladoria e escrituração das quotas do fundo.

O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.296.935/0001-06, com encerramento previsto para 11 de abril de 2011, onde a Administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente **(i)** ao valor correspondente ao maior valor entre os seguintes parâmetros: (a) o percentual anual fixo de 0,10 % sobre o valor do ativo do fundo, pagáveis mensalmente à razão de 1/12, apurado no último dia útil de cada mês; e (b) o valor de R\$ 7.750,00 mensais, acrescido de atualização monetária e dos tributos descritos no regulamento, **(ii)** acrescido do valor fixo mensal de R\$ 1,50 por quotista, e o valor fixo mensal de R\$ 3.200,00, a serem pagos até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; **(iii)** o valor de R\$ 3,20 por amortização de quotas, por quotista, a ser pago até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; e **(iv)** o valor fixo mensal de R\$ 3.000,00, a ser pago na mesma data de pagamento da parcela da taxa descrita na aliena (i) acima, observado que o gestor do fundo receberá como remuneração mensal a parcela da taxa de administração descrita na alínea (iv) acima; e o Custodiante, na qualidade de custodiante do fundo, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente a: **(1)** pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, uma taxa considerando o valor total dos ativos a serem custodiados, sendo: até R\$ 100 milhões 0,025% a.a., de R\$ 100 milhões a R\$ 200 milhões 0,020% a.a, e acima deste valor de 0,015% a.a. calculados na metodologia de cascata; **(2)** pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 1.450,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; **(3)** pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 8.500,00 pagos no ato da entrega do meio magnético, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da

carteira de recebíveis, e R\$ 1.950,00 por mês, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo de recebíveis; e (4) pelos serviços de escrituração das quotas do fundo: custo de implantação de R\$ 1.750,00; custo mensal de R\$ 1.750,00, custo mensal por quotista de R\$ 1,50; custos por movimentação: amortização de quotas (por quotista) R\$ 3,20; e emissão de avisos/extratos/informes (por item) R\$ 0,35; e

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V, inscrito no CNPJ sob o nº 08.876.796/0001-52, com encerramento previsto para 12 de julho de 2017, onde a Administradora, na qualidade de administrador do fundo faz jus a uma taxa de administração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, conforme fórmula prevista no regulamento do fundo, tendo como mínimo mensal o valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) e o Custodiante faz jus a uma remuneração mensal equivalente a: (1) pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, a remuneração calculada na metodologia de cascata, sempre utilizando como base de cálculo o patrimônio líquido do fundo, sendo: para patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 100 milhões, a remuneração será de 0,030% a.a. sobre o patrimônio líquido, para patrimônio líquido com o montante acima de R\$ 100 milhões e até R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,025% a.a. sobre o patrimônio líquido; e para patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,020% a.a. sobre o patrimônio líquido; (2) pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 3.750,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; (3) pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 5.500,00 pagos na implantação do fundo, ato da entrega do arquivo eletrônico, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$ 2.500,00 por mês por fiel depositário, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo; (4) pelos serviços de escrituração das quotas do fundo: custo de implantação de R\$ 3.250,00; custo mensal de R\$ 3.250,00; custo mensal por agente de cobrança de R\$ 2.325,00, cobrado apenas a partir do segundo agente de cobrança; (5) por movimentação: (a) emissão de Transferência Eletrônica Direta - TED (isento até 30 TED's no mês): R\$ 9,20; e (b) envio de correspondência: repasse do custo do correio; e (6) custos por série adicional de emissão de quotas: R\$ 500,00 por mês, cobrado a partir da segunda série.

A Administradora e o Custodiante foram contratados para prestarem serviços aos fundos de investimento em direitos creditórios indicados acima durante o prazo de vigência dos fundos, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos nos respectivos regulamentos.

Ademais, até a data do presente Prospecto, a Administradora não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com a Gestora e/ou com a Cedente, além daqueles descritos neste Prospecto.

Não existem outros relacionamentos ou conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

9. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios das Cedentes e, conforme o caso, no resgate de Quotas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

As Cedentes, por sua vez, utilizará os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios, no todo ou em parte, na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

10. DIREITOS CREDITÓRIOS

Estarão aptas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo as Cedentes que estiverem devidamente habilitadas junto ao Gestor, nos termos do Contrato de Cessão.

Poderão ser cedidos ao Fundo direitos creditórios performados, ou seja cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro, sacados contra a Sabesp ou à Petrobrás, (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores (“Direito Creditório Petrobrás Fornecedores”); ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacados contra a Sabesp (“Direito Creditório Sabesp”)

Nos termos da alínea “a” do item (22.1) do Capítulo XXII do Regulamento do Fundo, o Inadimplemento no Pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, em montante total agregado superior a 5% (cinco por cento) do somatório total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na respectiva data de verificação, será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembleia Geral.

Durante toda a vigência do Fundo, o Fundo deverá adotar os Procedimentos de Cobrança constantes do Anexo II ao Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

As informações referentes à Cedente, à Administradora, ao Custodiante e à Gestora e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

11. CEDENTE

Os Cedentes serão fornecedores de bens ou prestadores de serviços à Petrobras ou credores a qualquer título da Sabesp.

Estarão aptas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo as Cedentes que estiverem devidamente habilitadas junto ao Gestor, nos termos do Contrato de Cessão.

Poderão ser cedidos ao Fundo direitos creditórios performados, ou seja cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro, sacados contra a Sabesp ou à Petrobrás, (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores (“Direito Creditório Petrobrás Fornecedores”); ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacados contra a Sabesp (“Direito Creditório Sabesp”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

12. SABESP

12.1. HISTÓRICO

A Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - é uma sociedade de economia mista com registro de companhia aberta na CVM. O objeto social da Sabesp é planejar, executar e operar serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos.

De acordo com o Estatuto e com a Lê Estadual nº 119, de 29 de junho de 1973, alterada pela Lei Estadual nº 11.542, de 2 de setembro de 2003, a Fazenda do Estado de São Paulo deve manter, direta ou indiretamente, quantidade mínima correspondente a mais da metade das ações com direito a voto do capital social da Sabesp. Em 30 de setembro de 2005, 50,3% do capital social votante da Sabesp pertencia ao Estado de São Paulo.

A Sabesp opera sistemas de água e esgoto para uma grande variedade de consumidores residenciais, comerciais, industriais e públicos na Cidade de São Paulo e em 368 dos 645 municípios do Estado de São Paulo. Além disso, a Sabesp fornece água por atacado a seis municípios situados na Região Metropolitana de São Paulo.

Em 30 de setembro de 2005, a Sabesp distribuía água a aproximadamente 22,5 milhões de pessoas, o que representa cerca de 60% da população urbana do Estado de São Paulo, através de aproximadamente 57,7 mil quilômetros de tubulações e adutoras de água e mais de 6,5 milhões de ligações de água. Na mesma data, as ligações de esgoto na rede de coleta e tratamento de esgotos da Sabesp alcançavam cerca de 18,2 milhões de pessoas, por meio de aproximadamente 36,7 mil quilômetros de linhas de coleta de esgoto, coletores-tronco, interceptores e 4,9 milhões de ligações de esgoto. Além disso, em 30 de setembro de 2005, a Sabesp efetuava venda de água por atacado a seis municípios que, conjuntamente, tinham população estimada de 3,1 milhões de habitantes.

Em 30 de setembro de 2005, a Sabesp obteve receita líquida das vendas e serviços de R\$ 3.612,6 milhões e lucro líquido de R\$ 678,3 milhões. Em 30 de setembro de 2005, o ativo da Sabesp totalizava R\$ 17.256,7 milhões e o patrimônio líquido R\$ 8.450,7 milhões.

A principal missão da Sabesp é melhorar a qualidade de vida da população do Estado de São Paulo e, em particular, atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto, sempre de forma responsável com relação ao meio ambiente. A Sabesp procura aperfeiçoar suas operações de forma a cumprir sua principal missão e, ao mesmo tempo, fortalecer sua condição financeira.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

13. ADMINISTRADORA

13.1. HISTÓRICO

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administrador de SPEs de capital aberto ou fechado, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administrador de fundos de investimento, notadamente Fundos de Investimentos e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, áreas onde também detém posição de destaque.

13.2. ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO

Possuindo escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de 50 profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 12 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2007, a nota de longo prazo brAA-.

13.3. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do Fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente dos fundos senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 3,5 bilhões.

Vide Regulamento, Capítulo VII – “Da Administração do Fundo”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

14. CUSTODIANTE

14.1. HISTÓRICO

O Deutsche Bank iniciou suas atividades no Brasil através do “Deutsche Überseeische Bank” em agosto de 1911. As atividades do Banco foram suspensas duas vezes, durante a primeira e a segunda guerra mundial. Em 1968, o Deutsche Bank retomou suas atividades em São Paulo e durante as duas décadas seguintes os negócios se concentraram na prestação de serviços financeiros para multinacionais, principalmente as de origem alemã, sendo os principais produtos ligados ao comércio exterior.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

Após 1997, o Deutsche Bank priorizou as atividades de banco de investimento e banco “Corporate”, através da implementação de uma estrutura de serviços voltada as necessidades dos clientes (client-focused services).

O Deutsche Bank é atualmente uma instituição bastante ativa no mercado financeiro brasileiro, destacando-se nos mercados de comércio exterior e produtos estruturados. Sua estratégia é prover serviços financeiros diferenciados, adaptados à necessidades dos clientes e voltados ao desenvolvimento de um relacionamento comercial de longo prazo.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em mais de 50 países para seus clientes é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fictch IBCA.

O Deutsche Bank é uma instituição de serviços financeiros comprometida em atender às necessidades e expectativas de seus clientes, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis. O Deutsche Bank cultiva de maneira criteriosa e cuidadosa a qualidade da informação e análise dos diversos mercados em que está presente.

O principal objetivo do Deutsche Bank é atuar com liderança e integridade em áreas como intermediação financeira; negócios corporativos que envolvam fusões, aquisições, reestruturações de caráter societário e financeiro. Para cumprir esse objetivo, trabalha permanentemente para que o cliente alcance o sucesso esperado nas operações demandadas, valorizando as atividades empreendidas pelos profissionais que atuam na empresa.

Assim, a missão diária do Deutsche Bank é estar em sintonia com o mercado, buscando oportunidades e usando suas competências para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que tornem cada vez maior o retorno de clientes e acionistas, a fim de garantir o crescimento dos negócios e, em consequência, contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

14.2. ESTRUTURA DO CAPITAL

O Deutsche Bank é controlado pelo Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que detém 99.999% do capital total do Deutsche Bank.

14.3. ATUAÇÃO EM CUSTÓDIA

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo.

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994.

Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

14.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS ADMINISTRADORES

Alexandre Aoude. Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou no Banco BBM como *Trader* na área de Mercado Local (1991 - 1993), como Gerente Sênior na área de Vendas de Produtos de Renda Fixa na cidade do Rio de Janeiro (1994 - 1995), e como Gerente Sênior na área Vendas, na cidade de Nova Iorque (1995 - 1997). Foi responsável pela venda e estruturação de produtos em moeda local e estrangeira na área de Vendas de Mercados Emergentes do banco Morgan Stanley & Co., INC. na cidade de Nova Iorque (1997 - 2002), atuando também na área de Vendas de Produtos de Renda Fixa (2002 - 2003), tendo assumido a posição de Diretor Executivo no ano seguinte. No Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão foi Chefe do departamento de Vendas de Produtos Financeiros Brasileiros (2004 - 2006) e atualmente seu Chief Executive Officer – CEO.

Marcello De Chiaro. Formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1988), obteve seu MSc em finanças pela London Business School (1997). Atuou como Gerente de Projetos na DCA Consulting, na cidade de São Paulo (1990 - 1993). Foi Gerente de Produtos na divisão internacional do Banco Real na cidade de São Paulo (1993 - 1994) e como Gerente de Tesouraria/Mercado de Capitais na filial do Banco Real em Londres (1994 - 1998). No Deutsche Bank S.A. desde 1998, atua como Diretor e Tesoureiro local.

Rui Alves. formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983). Obteve seu LL.M pela University of Pennsylvania Law School. Atuou como associado estrangeiro no escritório de advocacia Grant, Herrmann, Schwartz & Klinger na cidade de Nova Iorque (1988 - 1989). Atuou como advogado no Banco Chase Manhattan S.A., (1989 - 1992) e como Diretor Adjunto no departamento jurídico do Banco ABC-Roma S.A., ambos na cidade de São Paulo (1992 - 1994). No período de 1992 a 1994 ocupou o cargo de Diretor no departamento legal do Banco Inter American Express S.A. em São Paulo. No Deutsche Bank S.A – Banco Alemão atua como Chefe do Departamento Jurídico desde 2000.

Maria Aparecida Zuppardo. Graduada na Fundação Getulio Vargas em administração de empresas (1978) e na London University - London School of Economics and Political Science em economia (1981). Atuou no Banco Francês e Brasileiro S.A. como Gerente de Sistemas Cambiais Estrangeiros Integrados (1981 - 1989); no Banco Chase Manhattan S.A. como Gerente de Operações (1989 - 1995); e no Banco Inter American

Express S.A. como Diretora de Operações e Sistemas (1995 - 1998). No Deutsche Bank S.A. atuou como Diretora Administrativa e supervisionou as áreas de Tecnologia, Operações, CRES e Recursos Humanos (1998 - 2006). Atualmente é C.A.O pelo Brasil e Chefe de Operações para a América Latina (desde 2006).

Luis Mendes. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em economia (1990) e com mestrado na William E. Simon Graduate School of Business Administration da Universidade de Rochester em Nova Iorque (1999). Atuou no Banco Pactual S.A. na cidade do Rio de Janeiro como Sênior Trader de Produtos de Renda Fixa (1989 - 1997); no JP Morgan como Trader, na cidade de Nova Iorque (1999 - 2000) e como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2000 - 2001); e no Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. na cidade de São Paulo, como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2001 - 2005). No Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atua como Chefe do departamento de Comércio Internacional desde 2005.

João De Biase. Graduado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Atuou no Banco de Investimentos Garantia na cidade do Rio de Janeiro, como Chefe do escritório do Rio de Janeiro (1992 - 1998); e no Banco Credit Suisse First Boston S.A., na cidade de São Paulo, como Diretor de Vendas de Produtos de Renda Fixa (1998 - 2005). No Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuou como Executivo de Vendas (2005 - 2006) e atualmente é o Chefe do departamento comercial.

Christian Stier. Obteve o diploma de Banking Industry Qualification pela German Chamber of Commerce and Industry na cidade de Essen, na Republica Federal da Alemanha (1984). Atuou no Deutsche Bank AG na cidade de Buenos Aires como analista de informações financeiras (1987 - 1989); no Deutsche Bank S.A. na cidade de São Paulo, foi Chefe da Área de Controladoria (1989 - 1995); no Deutsche Bank AG, Frankfurt e Londres atuou como profissional no programa de desenvolvimento (1995 - 1996) e como Chefe de Controladoria e Consultoria Interna. Foi membro do Comitê Interno de Controle de Estruturação e do Comitê de Aprovação de Novos Negócios Locais. Desde 2000, é Diretor e Chief Financial Officer – C.F.O.

Rolf Wiegel. Obteve o diploma de Bank Technician pela German Chamber of Commerce and Industry. Atuou no Deutsche Übersseische Bank na República Federal da Alemanha em diversas funções nos escritórios localizados nas cidades de Stuttgart e Hamburgo (1970 - 1974); no Deutsche Bank S.A. foi Oficial de Crédito e Relacionamento (1974 - 1980) e Chefe do Departamento de Crédito (1980 - 1984); no Deutsche Bank (Frankfurt) foi membro do “Bank Advisory Committee Brazil” na cidade de Nova Iorque e foi responsável pela reestruturação da dívida externa brasileira (Brady Plan) (1984 - 1993). Foi responsável pela reestruturação e implementação da Área Bancária Empresarial Brasileira no Deutsche Bank S.A. (1993 - 1999); e Chefe da Divisão Bancária Mundial (1999 - 2003). Atualmente, atua como Chefe Regional para Operações de Operações Financeiras vinculadas ao Comércio Exterior –*Trade Finance*. É responsável pelo desenvolvimento das áreas de TRS e CMS.

Ricardo Nascimento. Graduado pela Fundação Armando Alvares Penteado em finanças (1980). Obteve seu MBA em International Business & Business in Economics pela Columbia University na cidade de Nova Iorque (1988). Atuou no Banco Itaú na cidade de Nova Iorque como Gerente Financeiro (1982 - 1986) e no Brasil como Gerente do departamento de câmbio de moeda estrangeira (1988 - 1992). Na Comex Brokerage CO. no Brasil foi Gerente Financeiro e Administrativo (1993 - 1996). No Banco Itaú atuou como Gerente Comercial e de Relacionamento com Clientes para *Transfer Agents* e serviços de custódia (1997 - 2002). No Deutsche Bank S.A. atua como Diretor de Custódia (desde 2002).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

15. GESTORA

15.1. HISTÓRICO

A BI Capital Gestão de Recursos Ltda, foi criada no início de 2003, com o propósito de oferecer os serviços de administração de carteira para investidores pessoas físicas, jurídicas e institucionais.

Em 07.10.2004, obteve, através do Ato Declaratório n 7981, a licença da CVM para o desempenho da atividade de administrador de carteiras.

Desde então, vem, em parceria com grandes players do mercado brasileiro, desenvolvendo suas atividades administrando carteiras diversificadas de investimento (ações, fundos, etc) para investidores individuais através de mandatos de gestão, ou coletivos através de fundos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmula da Agência de Classificação de Risco

Rating
Preliminar**AA-**

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto.

Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é írisório.

Data: 26/jun/2008
Validade: 26/jun/2009

Sobre o Rating**Perspectiva:** Estável**Observação:** -**Histórico:**

Jun/08: AA- (Preliminar)

Analistas:

Pablo Mantovani
Tel.: 55 11 3377 0705
pablo.mantovani@austin.com.br

Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 26 de junho de 2008, atribuiu o *rating* de crédito preliminar **AA-** (“duplo A menos”) à primeira emissão de cotas de classe única do BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (BI Capital FIDC/Fundo), no montante de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e *benchmark* de remuneração de 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI - Over. Este *rating* é comparável exclusivamente aos *ratings* atribuídos por esta agência a emissores e emissões locais (Brasil) e traduz uma probabilidade bastante elevada de que os cotistas recebam o montante equivalente ao principal, acrescido do rendimento proposto, entre o 45º (quadragésimo) dia e até o 75º (septuagésimo quinto) dia, após as “Datas de Apuração de Resgate” (1º de fevereiro, 1º de junho e 1º de outubro), observados os procedimentos e limitantes dispostos no Regulamento do Fundo (Capítulos XVII e XVIII).

O BI Capital FIDC será constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, tendo a Oliveira Trust DTVM S/A (Oliveira Trust) como administradora e o Deutsche Bank S/A – Banco Alemão (Deutsche Bank) como custodiante. A atividade de gestão da carteira do Fundo, incluindo a análise e seleção de direitos creditórios e ativos financeiros a serem adquiridos por este, será executada pela BI Capital Gestão de Recursos Ltda. (BI Capital).

O PL inicial do BI Capital FIDC, referente à 1ª (primeira) Distribuição, perfará até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), composto por até 800 (oitocentas) cotas de classe única, com valor unitário de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais). Essas cotas estarão lastreadas, preponderantemente, por direitos creditórios performados, oriundos de “Contrato Particular de Empréstimo” (Contrato), nº 015/2000-CJ, firmado entre a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba (Prefeitura de Caraguatatuba / Credora) e a empresa Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp / Devedora) em 03 de maio de 2001. Este contrato tem sua origem em negociação feita entre a Prefeitura de Caraguatatuba e a Fazenda do Estado de São Paulo, para a liquidação de um precatório. A Prefeitura de Caraguatatuba, em conformidade com disposto no Convênio L nº 002/2000, celebrado com a Sabesp em 13 de março de 2000, fez um empréstimo no valor de R\$ 18.364.190,03 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa reais e três centavos), para que a Sabesp realizasse obras de saneamento naquele município (já realizadas em conformidade com cronograma físico-financeiro). O Contrato apresenta um saldo remanescente de R\$ 20.081.656,45 (vinte milhões, oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), na data-base 09 de janeiro de 2009, a serem pagos pela Sabesp em 35 (trinta e cinco) parcelas mensais e sucessivas de principal e juros (referenciados pela Taxa DI), sendo que a primeira parcela possui vencimento para 13 de janeiro de 2009 e a última para 13 de novembro de 2011. Os fluxos futuros do Contrato, objeto desta securitização, foram adquiridos pela BI Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários (BI Securitizadora), em transação realizada na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (Leilão Cetip). A BI Securitizadora (Cedente) fará a cessão destes créditos ao Fundo (Cessionário) pelo valor de R\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais), de acordo com Contrato de Cessão a ser firmado entre as partes.

Para a análise do risco de crédito das cotas do BI Capital FIDC, a Austin Rating considerou como premissa básica a questão legal que envolve a origem do Contrato e, principalmente, a

a legalidade da cessão dos créditos oriundos desse para o Fundo. Essa consideração está balizada, especialmente, pelos pareceres do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Advocacia, concedidos em 16 de abril de 2007 e em 01 de setembro de 2007. Estes pareceres concluem pela legalidade da cessão, assim como atesta, entre outros, o enquadramento da cessão específica às administrações municipais (Lei de Responsabilidade Fiscal). De acordo com os advogados, existe uma probabilidade remota de que futuramente a cessão possa vir a sofrer questionamentos de administrações municipais, posteriores a presente, sobre a legalidade da cessão (dado que os fluxos de caixa securitizados invadem o próximo mandato político). No entanto, cabe destacar que a cessão ao FIDC constitui uma venda definitiva aprovada pelas instâncias pertinentes, sendo que eventuais questionamentos sobre a validade da venda deste crédito para a Cedente e a posterior aquisição do mesmo pelo FIDC não invalidariam nenhuma destas transações, de acordo com o parecer jurídico. Paralelamente, a Austin Rating também considerou como premissa para esta análise, a venda definitiva dos ativos para o FIDC, assim como a adequada formalização deste dentro da legislação brasileira, o que garante a segregação jurídica dos ativos. Estes aspectos deverão ser atestados pelo escritório Levy Salomão, após o registro do Fundo. Além dos pareceres mencionados, a consideração da Austin Rating teve como base o “Termo de Anuência de Cessão de Crédito”, datado de 08 de março de 2007, no qual a Sabesp dá anuência à cessão dos direitos creditórios. Também foi levada em consideração a aprovação da transação pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Face às premissas consideradas (que desconsideram a existência de potenciais riscos de ordem jurídica e político-legais para a transação), o *rating* de crédito preliminar AA- encontra seus fundamentos nos riscos de crédito, liquidez e mercado e os respectivos mitigantes observados pela Austin Rating. Em linha com a metodologia de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (Securitização de Fluxos Futuros) desta agência, foram levadas em conta, neste primeiro momento (de atribuição de *rating* preliminar), as seguintes vertentes de análise para o BI Capital FIDC: i) a qualidade de crédito da fonte pagadora dos contratos-base da transação (Sabesp); ii) o histórico de pagamentos (liquidez) do Contrato; iii) os riscos relativos a outros ativos que podem ser adquiridos; iv) a arquitetura financeira da transação; v) outras disposições regulamentares específicas, que possam influenciar a capacidade de pagamento do Fundo; e vi) a qualidade operacional e risco de crédito dos participantes.

O *rating* AA- atribuído reflete, preponderantemente, o sólido perfil financeiro atual da Sabesp, indicativo de sua elevada capacidade de pagamento com relação às obrigações financeiras assumidas no contrato com a Prefeitura de Caraguatatuba. Entre os principais indicadores de risco de crédito positivos da Sabesp, que se incorporam à nota atribuída, destacam-se, notadamente: i) a sua elevada margem EBITDA apresentada pela empresa (situou-se em torno de 45% nos quatro últimos anos); ii) a sua alta capacidade de cobertura de juros (“EBITDA/Despesas Financeiras”), em 3,9 vezes em 2007; iii) os seus bons índices “Dívida Total/PL” e Passivo Oneroso/EBITDA”, respectivamente em 0,9 vez e 2,1 vezes, ao final de 2007. Os índices de retorno da Sabesp também são bons, destacando-se um retorno médio sobre o PL (ROE) de 10%. Em contrapartida, embora apresente excepcional capacidade de refinanciamento / rolagem, a Sabesp apresenta posição de liquidez frágil, com índice de liquidez corrente abaixo de 1.

Além dos índices de crédito da Sabesp, foram incorporados ao *rating* os diversos pontos fortes que sustentam a sua operação, dentre os quais, merece ser sublinhado o monopólio detido pela empresa nos serviços de água e esgotos para a Região Metropolitana de São Paulo e para diversos municípios do Estado de São Paulo, fator que, associado a sua ampla rede de cobertura, garante escala e verticalização para a sua operação (refletidas em excelentes índices operacionais e financeiros). Ademais, vale ressaltar que os serviços de água e esgoto são serviços de extrema necessidade e fortemente associados à saúde pública, que pressupõem continuidade e, por isso, contam com forte suporte governamental. Por outro lado, embora a empresa tenha atuado dentro de bons princípios de Governança Corporativa, o fato de ter o controle de seu capital exercido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pode exercer alguma influência política em sua gestão, o que acaba por limitar o *rating*. Note-se que o Estado de São Paulo possui *rating* de crédito A+/Estável com a Austin Rating.

Com respeito ao Contrato, foram considerados para a atribuição da nota, à luz da documentação encaminhada à Austin Rating pela BI Securitizadora, o histórico de adimplência e liquidez adequado para as parcelas vencidas

anteriormente, entre outubro de 2002 e agosto de 2007. Este ponto reforça a expectativa de recebimento adequado dos fluxos de caixa securitizados.

A nota preliminar considera positivamente, também, a conciliação entre ativos (fluxos futuros do contrato) e passivos (cotas seniores) em termos de taxas, já que ambos são corrigidos pelo DI). O crédito securitizado foi trazido a valor presente por uma taxa de 115% do DI, valor que remunera as cotas. Portanto, não existe excedente para eventualmente proporcionar proteção adicional à eventuais atrasos e inadimplência da Sabesp.

No que se refere à conciliação de prazos, embora o Fundo seja um condomínio aberto, existem, no Regulamento do Fundo, mecanismos que limitam resgates superiores a 20% do PL e datas específicas para a solicitação de resgate, o que minimiza o risco de liquidez do FIDC. Cumpre destacar que a BI Capital, gestor do FIDC, está comprometida a dar liquidez aos credores, assim que os pagamentos do Contrato forem realizados. Ou seja, não serão mantidos recursos em caixa e outras aplicações.

Dada a perspectiva de ausência de recursos em caixa, a Austin Rating entende que a exposição do Fundo a outros ativos será bastante reduzida. Além de contratos com risco de crédito Sabesp, o gestor está autorizado a aplicar recursos apenas em títulos públicos, o que não alteraria o perfil de risco de crédito do Fundo, embora pudesse comprometer o alcance da rentabilidade alvo. Este constitui um ponto a ser observado futuramente pela Austin Rating.

O *rating* preliminar também leva em conta o baixo risco de crédito transmitido pela instituição, onde será mantida a conta corrente do BI Capital FIDC (na qual serão feitos os pagamentos pela Sabesp), o Banco Nossa Caixa S/A. Esta instituição financeira possui *rating* A+ (PI) / Estável com a Austin Rating.

A nota preliminar também considerou a boa qualidade operacional do Deutsche Bank nos serviços de custódia.

CONFIRMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO

Este *rating* preliminar não deve ser interpretado como uma opinião final da Austin Rating acerca do risco de crédito da primeira emissão de cotas de classe única, visto que teve por base documentos e informações preliminares. Após o recebimento dos documentos definitivos, quais sejam, o Regulamento do Fundo (em sua versão final), Contrato de Cessão e Parecer Jurídico atualizado sobre a cessão de crédito securitizado, bem como o Parecer Jurídico da operação como um todo, a Austin Rating confirmará a nota atribuída e acompanhará os riscos relativos ao BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, especialmente aqueles relativos à sua carteira. A cada trimestre será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin Rating sobre o risco de pagamento das amortizações das cotas. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Regulamento

900079
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
23 JUN 2001 900079

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - RJ

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Administradora"), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, conforme faculta a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da instrução normativa nº 356, editada pela CVM, em 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob a forma de condomínio aberto, que terá a denominação de **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS** ("Fundo");
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o nº 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. Contratar: (i) o **Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e controladoria dos ativos do Fundo; e (ii) a **Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.**, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco das Quotas do Fundo; e

3ºRTD-RJ-Reg. nº 900079

Emolumentos.....	R\$	231,37
Distribuidor.....	R\$	11,81
Mutue/Acotej.....	R\$	8,15
Fely/Fundaperj/Funperj.....	R\$	71,56
Total.....	R\$	322,89



5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da distribuição pública de suas Quotas.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

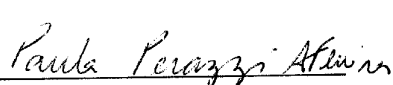
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.


Rio de Janeiro, 23 de junho de 2008.


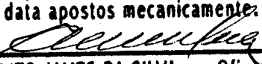

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Testemunhas:

1. 
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. 
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 088.887.377-82**
CPF: **IFP: 12.857.135-3**

 **3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**
Rua da Quitanda, 52/3º and.-Centro - Rio de Janeiro - RJ
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
protocolo e data apostos mecanicamente: O QUE CERTIFICO

☒ Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
☒ Miriam Santana Castelpoggi - Escrevente Substituto
☐ Cristina M. I. Marques da Silva - Escrevente Substituto
☐ Ricardo V. Mouzinho Antunes - Escrevente Substituto

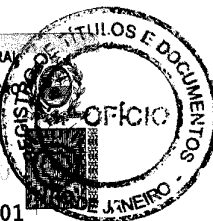
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
DELO DE FISCALIZAÇÃO
REGISTRAL

VGP

RKZ98801



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
23 JUN 2008 900079
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
DELO DE FISCALIZAÇÃO REGISTRAL - RJ



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de administradora ("Administradora"), do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 23 de junho de 2008, cujo Regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 900079, perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o "Fundo");

CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001 da CVM, nem as disposições do item 22.1 "b" do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo, que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No capítulo II, a exclusão dos subitens 1, 5, 24 e 29, com a conseqüente renumeração dos demais; e após a referida renumeração, a inclusão dos subitens 20, 33, 38, 51, 55, 71 e 76; e ainda a alteração dos subitens 27, 41, 42, 45, 57 e 68, todos do item 2.1;
- No Capítulo IV, a alteração dos itens 4.1, 4.3, 4.4 e 4.5; a exclusão do item 4.6, com a conseqüente renumeração dos itens abaixo; e após, a inclusão do item 4.12 e a alteração dos itens 4.12.1 e 4.13;
- No Capítulo VI, a alteração dos itens 6.1, 6.3, 6.4 e 6.5;
- No Capítulo VIII, a inclusão do subitem 8.1.1; a alteração do item 8.2; e a inclusão dos itens 8.6 e seu subitem 8.6.1; 8.7 e 8.8;
- No Capítulo XI, a inclusão do item 11.4 e de seu subitem 11.4.1;
- No Capítulo XII, a alteração do item 12.1, e das alíneas (c), (e), (g), (j), (n) e (p) do item 12.2; e das alíneas (a) e (b) do item 12.3.
- No Capítulo XIV, a inclusão do item 14.3, com a conseqüente renumeração dos demais itens; e após, a alteração da alínea (b) do item 14.4, e dos itens 14.6 e 14.7;
- No Capítulo XV, a alteração do item 15.1, a exclusão do subitem 15.1.1 e do item 15.2, a renumeração dos demais itens; e após, a inclusão dos itens 15.2, 15.4, 15.5, 15.8, e 15.13, com a conseqüente renumeração dos demais e a alteração do subitem 15.4.1 e do item 15.12;

3ºRTD-RJ-Reg. nº 900526

Emolumentos	R\$ 220,45
Distribuidor	R\$ 11,81
Mutue/Acoterj	R\$ 8,15
Feli/Fundper/Funperj	R\$ 68,28
Total	R\$ 308,69



30 JUN 2008
 900526
 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 3º OFÍCIO

- REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
- 30 JUN 2008 900526
- REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ
- No Capítulo XVI, a alteração do item 16.1, e a inclusão do item 16.2;
 - No Capítulo XVII, a alteração do item 17.8;
 - No Capítulo XVIII, a alteração da alínea (a) do item 18.3, e dos itens 18.4, 18.8 e 18.9;
 - No Capítulo XX, a alteração da alínea (i) do item 20.1, e a inclusão das alíneas (j), (k) e (l) do mesmo item;
 - No Capítulo XXI, a alteração das alíneas (a) e (f), bem como a inclusão da alínea (g), todas no item 21.1;
 - No Capítulo XXII, a alteração das alíneas (a) e (f) do item 22.1; do item 22.2; e da alínea (a) do item 22.3; e do item 22.6;
 - No Capítulo XXIII, a alteração do item 23.4
 - No Capítulo XXIV, a alteração dos itens 24.1 e 24.4;
 - No Capítulo XXV, a alteração do caput do item 25.1 e a exclusão da alínea (i) do mesmo item;
 - No Capítulo XXVI, a alteração do item 26.3; a inclusão dos itens 26.4, 26.5 e 26.6, bem como a alteração da alínea (b) do item 26.7;
 - No Capítulo XXVII, a alteração dos itens 27.2 e 27.5; e
 - Nos Anexos ao Regulamento, a alteração da redação constante do Anexo I, bem como da designação dos Anexos II e IV.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Cesar Reinaldo Leal Pinto
Diretor

CERTIFICO MAIS que o presente documento
acha-se averbado à margem do registro sob
o nº 900049 do Livro B-47
Dou fé

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **006.448.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. Def. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO**
RG: **000.887.377-82**
CPF: **12.857.135-3**



3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua da Quitanda, 52/3º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO	
<input type="checkbox"/>	Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/>	Miriam Sant' Ana Castelpoggi - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Cristina M. I. Marques da Silva - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouzinho Antunes - Escrevente Substituto

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de administradora ("Administradora"), do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 23 de junho de 2008, cujo Regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 900079, e alterado pelo Instrumento Particular de 1ª Alteração, registrado em 30 de junho de 2008, sob o nº 900526, ambos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o "Fundo");

3ºRTD-RJ-Reg. nº 900629
Emolumentos R\$ 191,33
Distribuidor R\$ 11,81
Mutua/Acoterj R\$ 8,15
Fet/Fundperj/Funperj R\$ 59,56
Total R\$ 270,85



CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições do item 22.1 "b" do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No capítulo II, a alteração dos subitens 18 e 24; e a exclusão do subitem 32, com a conseqüente renumeração dos demais item 2.1;
- No capítulo IV, a alteração dos itens 4.5 e 4.13;
- No capítulo VI, a alteração do item 6.3 e a inclusão do item 6.4;
- No capítulo VIII, a alteração da alínea (a) do item 8.1; alteração do subitem 8.1.1; e alteração do item 8.5;
- No capítulo XII, a alteração do item 12.1; e da aliena (j) do item 12.2;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º Ofício

- 1 JUL 2008
900629
REGISTRADO COM A MICROFILM
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- No capítulo XXVII, a alteração dos itens 27.2 e 27.5; e
- A exclusão do Anexo IV do Regulamento.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



**Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR**

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 006.449.027-40**

2. Fernanda Camilo
Nome: **Fernanda Barbosa Camilo**
RG: **CPF: 109.885.857-71**
CPF: **RG: 11484800-5**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
- 1 JUL 2008 900629
ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua da Quitanda, 52/3º and.-Centro - Rio de Janeiro - Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFI		CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ SELO DE FISCAL REGISTRO 3º OFÍCIO RIO DE JANEIRO
<input type="checkbox"/> Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular <input checked="" type="checkbox"/> Miriam Sant'Ana Castelpoggi - Escrevente Substituta <input type="checkbox"/> Cristina M. I. Marques da Silva - Escrevente Substituta <input type="checkbox"/> Ricardo V. Mouzinho Antunes - Escrevente Substituto		RLX12663 

CERTIFICO MAIS que o presente documento
 acha-se averbado à margem do registro sob
 o nº 900526 do Livro B. 47
 Dou fé _____

-2 JUL 2008

900721

900721

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO
REGULAMENTO DO BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de administradora ("Administradora"), do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS** (o "Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 23 de junho de 2008, cujo Regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 900079, e alterado pelo Instrumentos Particulares de Primeira e Segunda Alteração, registrados em 30 de junho de 2008 e 01 de julho de 2008, sob os nºs 900526 e 900629 respectivamente, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o "Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições do item 22.1 "b" do Regulamento;

3ºRTD-RJ-Reg. nº 900721
Emolumentos.....R\$ 191,33
Distribuidor.....R\$ 11,81
Mutua/Acoterj.....R\$ 8,15
Fet/F.L. ndperj/Funperj.....R\$ 59,58
Total.....R\$ 270,85



RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No capítulo II, a inclusão do subitem 41 do item 2.1, com a conseqüente renumeração dos demais;
- No capítulo VI, a inclusão do item 6.2, e após a devida renumeração dos itens abaixo, a alteração do item 6.3; a exclusão do item 6.6 e a inclusão dos itens 6.6 e 6.7; e

- No capítulo XXII, a inclusão da alínea (a) do item 22.1.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2008.

[Assinatura]

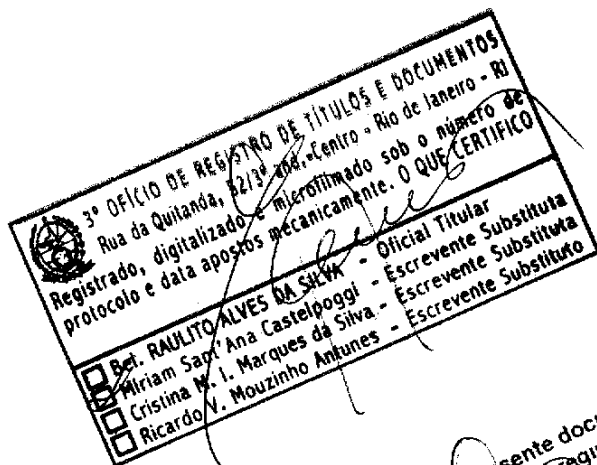
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

Testemunhas:

1. *Paula Parazzi A. Ferreira*
Nome: **Paula Parazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. *Maria Eunice Motta M. Def. Mello*
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO**
RG: **CPF: 098.887.377-82**
CPF: **IFP: 12.857.135-3**



CERTIFICO MAIS que o presente documento
acha-se averbado à margem do registro sob
o nº 900721 do Livro B-47
Dou fé *[Assinatura]*

RECEBIMOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
- 2 JUL 2008 900721
ASSOCIADA CAPITAL EM MOBILIAR
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DO BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de administradora ("Administradora"), do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS** (o "Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 23 de junho de 2008, cujo Regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 900079, e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda e Terceira Alteração registrados em 30 de junho de 2008, 01 de julho de 2008 e 02 de julho de 2008, sob os nºs 900526, 900629 e 900721, respectivamente, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o "Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições do item 20.1 "b" do Regulamento;

3ºRTD-RJ-Reg. nº 904562
 Emolumentos R\$ 220,45
 Distribuidor R\$ 11,81
 Intermediação/Acoto R\$ 8,15
 Fato/Fundper/Funper R\$ 68,28
 Total R\$ 308,69



RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No capítulo II, item 2.1, a inclusão dos subitens 5, 31, 32, 41, 51, 58, 59, 60, 73, 77 e 78, com a conseqüente renumeração dos demais; a alteração dos subitens 19 e 44; e a exclusão dos subitens 20, 44 e 54;
- No capítulo IV, a alteração dos itens 4.3, 4.4, 4.5 e 4.12;

- No capítulo V, a inclusão das alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) ao item 5.1, e alteração do *caput* do mesmo; e a alteração do item 5.3;
- No Capítulo VI, a alteração dos itens 6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7 e 6.8, e a inclusão do item 6.9;
- No Capítulo VIII, a alteração do item 8.6, de seu subitem 8.6.1, e dos itens 8.7 e 8.8;
- No Capítulo IX, a alteração do item 9.1;
- No Capítulo XII, a exclusão das alíneas (m) e (p) do item 12.2, com a conseqüente renumeração dos demais; a inclusão das alíneas (c), (d) e (e) ao item 12.3, e alteração das alíneas (a) e (b) do mesmo; e a alteração do item 12.4;
- No Capítulo XX, a alteração dos itens 20.10 e 20.13; e
- No Capítulo XXII, a alteração da alínea (a) do item 22.1;
- No Anexo I, a exclusão da alínea (j) do item II;
- A substituição dos Anexos II e III.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Testemunhas:

1. Maria Eunice Motta M. de F. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTAM. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 000.887.377-02**
CPF: **12.857.136-3**

2. Aline de A. Hamond
Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **CPF: 116.576.577-28**
CPF: **RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ**

CERTIFICO MAIS que o presente documento
acha-se averbado à margem do registro sob
o n° 900721 do Livro B-47
Dou fé

 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua da Quitanda, 52/3º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Bel. RAMILTO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
<input type="checkbox"/>	Miriam Sant'Ana Castelpoggi - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Cristina M. I. Marques da Silva - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouzinho Antunes - Escrevente Substituto



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

28 AGO 2008 904562

904786

REGISTRO DE TÍTULOS E MOVIMENTOS
3º OFÍCIO

-1 SET 2008 904786

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DO BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco M, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de administradora ("Administradora"), do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS** (o "Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 23 de junho de 2008, cujo Regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 900079, e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Alteração registrados em 30 de junho de 2008, 01 de julho de 2008, 02 de julho de 2008 e 28 de agosto de 2008, sob os nºs 900526, 900629, 900721 e 904562, respectivamente, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o "Regulamento");

CONSIDERANDO que:

3ºRTD-RJ-Reg. nº 904786
Emolumentos.....R\$ 225,91
Distribuidor.....R\$ 11,81
Mutuo/Acoterj.....R\$ 8,15
Faj/Funderj/Funperj R\$ 69,93
Total.....R\$ 315,80



- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições do item 20.1 "b" do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No Capítulo II, item 2.1, a alteração do subitem 13;
- No Capítulo IV, a alteração do item 4.4;
- No Capítulo VI, a alteração do item 6.5;
- No Capítulo VIII, item 8.6, a alteração do subitem 8.6.1.1;
- No Capítulo XI, item 11.2, a alteração da alínea "g";
- No Capítulo XII, item 12.2, a alteração das alíneas "c" e "e", com inclusão das alíneas "p" e "q"; e quando no item 12.3, a inclusão das alíneas "f", "g", "h" e "i";
- No Capítulo XV, a alteração do item 15.13;
- No Capítulo XX, a alteração dos itens 20.12 e 20.14; e
- Renumeração dos Capítulos VII, VIII, IX, X, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII e XXIX.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


José Alexandre C. de Freitas

DIRETOR

Testemunhas:

1. Aline TAVARES DA SILVA
Nome: **ALINE TAVARES DA SILVA**
RG: **Detran/RJ:020.621.272-2**
CPF: **CPF: 101.900.787-74**

2. Aline de J. Hamond
Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **CPF: 116.576.577-28**
CPF: **RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ**

	3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua da Quitanda, 52/3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO
<input type="checkbox"/>	Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/>	Miriam Sant'Ana Castelpoggi - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Cristina M. I. Marques da Silva - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouzinho Antunes - Escrevente Substituto

CERTIFICO MAIS que o presente documento
acha-se averbado a margem do registro sob
o nº 204562 do Livro B-48
Dou fé _____

ARRELEVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- 1 SET 2008 904786

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO



**REGULAMENTO DO BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Índice

CAPÍTULO I – DO FUNDO	2
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES	2
CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO	9
CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	9
CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE	11
CAPÍTULO VI – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	12
CAPÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	13
CAPÍTULO VIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA	15
CAPÍTULO IX – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	18
CAPÍTULO X – DA GESTORA	19
CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE	20
CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO	23
CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS	29
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS	30
CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS	32
CAPÍTULO XVII – DO RESGATE DAS QUOTAS	32
CAPÍTULO XVIII – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS CONDIÇÕES DE RESGATE	34
CAPÍTULO XIX – A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	37
CAPÍTULO XX – DA ASSEMBLÉIA GERAL	37
CAPÍTULO XXI – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	40
CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO	41
CAPÍTULO XXIII – DO RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO	43
CAPÍTULO XXIV – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	44
CAPÍTULO XXV – DOS ENCARGOS DO FUNDO	45
CAPÍTULO XXVI – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	46
CAPÍTULO XXVII – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS	48
CAPÍTULO XXVIII – DO FORO	49
CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS	49

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

- 1 SET 2006 904786

ARQUIVADO EM
13 DE SETEMBRO DE 2006
NO DEPARTAMENTO DE
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

- 1 SET 86 904736

ARQUIVO C/TA EM INVESTIMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**Regulamento do
BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

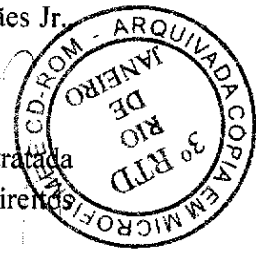
CAPÍTULO I – DO FUNDO

- 1.1. **O BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS** (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotista, (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sua sede.

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:
 1. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (7.1) do Capítulo VII;
 2. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa (s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
 3. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

4. “Agência de Classificação de Risco”: significa a **Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.**, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr. 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09;
5. “Agente Cobrador Bancário”: significa a instituição financeira que poderá ser contratada pelo Fundo, com anuência prévia do Gestor, com escopo de efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios nos termos do Procedimento de Cobrança;
6. “Alocação Mínima de Investimento”: fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora;
7. “ANDIMA”: Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;
8. “Anexo”: anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;
9. “Assembleia Geral”: assembleia geral dos Quotistas do Fundo;
10. “Bacen”: Banco Central do Brasil;
11. “BM&F”: Bolsa de Mercadorias & Futuros;
12. “Capítulo”: qualquer capítulo deste Regulamento;
13. “Cedentes”: significam os Cedentes habilitados a ceder Direitos Creditórios ao Fundo, assim entendidos determinados fornecedores de bens ou prestadores de serviços à Petrobras ou credores a qualquer título da Sabesp;
14. “CETIP”: Câmara de Custódia e Liquidação;
15. “Circulação”: o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
16. “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
17. “CNPJ”: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

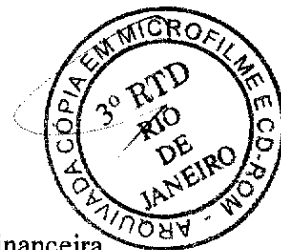




18. “Conta Corrente do Fundo”: conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante;
19. “Contrato de Cessão”: significa o “Contrato de Cessão de Direitos Creditórios”, elaborado substancialmente com base na minuta constante como Anexo III a este Regulamento, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o respectivo Cedente, com a interveniência da Gestora, mediante o qual o Fundo adquirirá os Direitos Creditórios;
20. “Contrato de Custódia”: significa o “Contrato de Custódia”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Custodiante;
21. “Contrato de Gestão” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Gestora;
22. “COSIF”: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
23. “Critério de Elegibilidade”: critério a ser observado pelo Custodiante na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no item (5.1) do Capítulo V;
24. “Custodiante”: significa o **Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11;
25. “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;
26. “Data de Apuração do Resgate de Quotas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo XVII;
27. “Data de Emissão”: data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas de qualquer Distribuição, em moeda corrente nacional, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
28. “Data de Resgate de Quotas”: possui a definição indicada no item (17.12) do Capítulo XVII;
29. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;

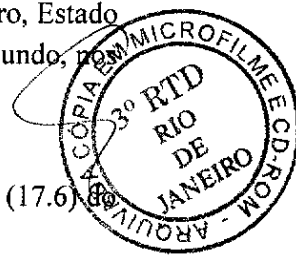


30. “Direito Creditório”: possui a definição indicada no item (6.1) do Capítulo VI;
31. “Direito Creditório Petrobrás Fornecedores”: significa o Direito Creditório cujo Sacado seja a Petrobrás e que tenha sido adquirido pelo Fundo nos termos do item 6.1. deste Regulamento;
32. “Direito Creditório Sabesp” significa o Direito Creditório cujo Sacado seja a Sabesp e que tenha sido adquirido pelo Fundo nos termos do item 6.1. deste Regulamento;
33. “Diretor Designado”: diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei;
34. “Distribuição” significa cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356;
35. “Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
36. “Documentos da Securitização”: são, em conjunto ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o Prospecto; (iii) o Contrato de Cessão; (iv) o Contrato de Custódia; (v) o Contrato de Gestão; e (vi) os demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos a serem realizados pelo Fundo;
37. “Empresa de Auditoria”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “d” do item (25.1) do Capítulo XXV;
38. “Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1), do Capítulo XXII;
39. “Evento de Liquidação”: evento descrito no item (22.5) do Capítulo XXII, que, no caso de ocorrência, ensejará a liquidação automática do Fundo;
40. “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
41. “Fornecedor” significa a pessoa jurídica, devidamente identificada por seu CNPJ/MF, cedente de Direitos Creditórios ao Fundo;

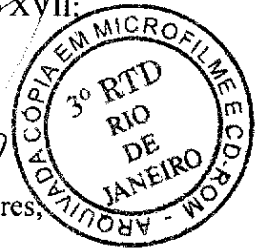


42. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
43. “Gestora”: Significa a **BI Capital Gestão de Recursos Ltda**, instituição não financeira inscrita no CNPJ sob o nº 05.449.499/0001-32, sediada na Rua Funchal, nº 551, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo-SP, Cep 04551-060, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, através do Ato Declaratório CVM nº 7981 de 07 de outubro de 2004;
44. “Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios”: significa o não pagamento pelo respectivo Sacado, na sua respectiva data de vencimento,, de qualquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo;
45. “Instituições Autorizadas”: são as seguintes: (i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Itaú BBA S.A.; (v) Banco Santander S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; (vii) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; (ix) Caixa Econômica Federal, (x) Banco Safra S.A.; (xi) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens "i" a "x" acima; (xii) outras instituições de 1ª linha que sejam classificadas pela Agência de Classificação de Risco; ou (xiii) outras instituições de 1ª linha que sejam aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas, reunidos em Assembléia Geral;
46. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
47. “Instrução CVM nº 409”: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
48. “Investidor Qualificado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2) do Capítulo I;
49. “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios;
50. “Patrimônio Líquido”: tem o significado que lhe é atribuído no item (13.1) do Capítulo XIII;
51. “Petrobrás” Significa a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile, nº 65, 22º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01

52. “Periódico”: o periódico “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (25.2) do Capítulo XXV;
53. “Período de Efetivação do Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.6) do Capítulo XVII;
54. “Período de Cálculo da Taxa de Performance”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.6.1) do Capítulo VIII;
55. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
56. “PIS”: Programa de Integração Social;
57. “Potencial de Cessão”: o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios;
58. “Procedimento de Cobrança”: significa o Procedimento de Cobrança detalhado no Anexo II a este Regulamento;
59. “Procedimento de Cobrança de Inadimplência” significa o Procedimento de Cobrança adotado após a data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios, descrito no Anexo II;
60. “Procedimento de Cobrança Ordinário” significa o Procedimento de Cobrança adotado até a data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios, descrito no Anexo II;
61. “Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire os Direitos Creditórios;
62. “Prospecto”: o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356;
63. “Quotas”: qualquer das Quotas emitidas pelo Fundo, em qualquer Distribuição;



64. “Quotas Postergadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.10) do Capítulo XVII;
65. “Quotas Resgatadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo XVII;
66. “Quotista”: significa qualquer titular de Quotas;
67. “Regulamento”: o presente regulamento do Fundo e suas eventuais alterações posteriores;
68. “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (21.3) do Capítulo XXI;
69. “Reserva de Liquidez”: tem o significado que lhe é atribuído no item (24.3) do Capítulo XXI;
70. “Resgate Antecipado Compulsório”: tem o significado que lhe é atribuído no item (23.1) do Capítulo XXIII;
71. “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
72. “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
73. “Sacado”: significa o devedor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo;
74. “Sabesp”: significa a **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp**, com sede na capital do Estado de São Paulo, à Rua Costa Carvalho, nº 300 – Pinheiros, inscrita no CNPJ sob o nº 43.776.517/0001-80;
75. “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
76. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;
77. “Taxa de Desconto” tem o significado que lhe é atribuído no item 6.5 do Capítulo V;
78. “Taxa de Desconto Mínima” tem o significado que lhe é atribuído no item 6.5 do Capítulo V;



79. “Taxa de Performance”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.6) do Capítulo VIII;
80. “Taxa DI”: Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
81. “TED”: transferência eletrônica disponível;
82. “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do Anexo I, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
83. “Valor Máximo de Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.9) do Capítulo XVII;
84. “Valor Referencial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (24.1) do Capítulo XVII.



CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.
- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, podendo suas Quotas serem resgatadas de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos nos Capítulos XVII e XVIII deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 4.1. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição dos Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

- 4.2. O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios, observada, ainda, a alocação de recursos para a Reserva de Liquidez e Reserva de Caixa.
- 4.3. O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios devidos pela Sabesp ou pela Petrobrás, em observância ao disposto no Artigo 40-A da Instrução CVM nº 356.
- 4.4. A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser realizada com ou sem direito de regresso contra ou co-obrigação da Cedente, a critério do Gestor. Exclusivamente nesta hipótese, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não responderão pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos respectivos Sacados. A respectiva Cedente sempre será responsável pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos nos respectivos Contrato de Cessão.
- 4.5. A Administradora, o Custodiante, o Gestor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Sacados, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, sem prejuízo das obrigações assumidas pela Administradora, pelo Gestor e pelo Custodiante nos Documentos da Securitização.
- 4.6. Observados os limites de concentração definidos neste Capítulo e respeitada a Reserva de Liquidez, a Reserva de Caixa e a Alocação Mínima de Investimento estabelecida no item (14.4.1) abaixo, o Fundo poderá manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicar em qualquer das seguintes modalidades de investimento:
- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
 - b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima, contratadas com Instituições Autorizadas; ou
 - c) quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alienas "a" e "b" acima.
- 4.7. É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.
- 4.8. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.



4.9. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

4.10. O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas.

4.11. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento.

4.12. Nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Cessão, a Cedente, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante, na forma da regulamentação em vigor, será responsável pela guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos pela respectiva Cedente ao Fundo.

4.12.1 Cópias reprográficas autenticadas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, deverão ser custodiados pelo Custodiante ou por seus Agentes, nos termos da Instrução CVM nº 356.

4.13. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Administradora, do Custodiante, da Gestora e/ou de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

5.1. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, deverão atender aos seguintes critérios (“Crítério de Elegibilidade”):

a) deverão ser (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp;

b) deverão possuir natureza performada, ou seja, cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro;



c) deverão ser de titularidade de Cedente cujo cadastro tenha sido devidamente aprovada pelo Gestor, e cujos dados cadastrais tenham sido passados previamente ao Custodiante; e

d) o Gestor tenha declarado, previamente a cada cessão, que verificou os Documentos Comprobatórios dos respectivos Direitos Creditórios;

e) tenha prazo de vencimento inferior a 48 (quarenta e oito) meses contados da respectiva Data de Cessão do Direito Creditório ao Fundo; e

f) o respectivo Sacado não esteja em atraso, por mais de 60 (sessenta) dias no pagamento de Direito Creditório de titularidade do Fundo.

5.2. A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

5.3. Para a efetiva aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade, os Direitos Creditórios deverão obrigatoriamente não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no §1º do Art. 1º da Instrução CVM nº 444/06.

CAPÍTULO VI – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

6.1. Estarão aptas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo as Cedentes que estiverem devidamente habilitadas junto ao Gestor, nos termos do Contrato de Cessão. Poderão ser cedidos ao Fundo direitos creditórios performados, ou seja cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro, sacados contra a Sabesp ou à Petrobrás, (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores (“Direito Creditório Petrobrás Fornecedores”); ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacados contra a Sabesp (“Direito Creditório Sabesp”) (em conjunto “Direitos Creditórios”).

6.2. A cessão dos Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo será formalizada por meio da assinatura do respectivo Contrato de Cessão.

6.3. Os Direitos Creditórios de titularidade da Cedente, a serem adquiridos pelo Fundo, são de natureza performada, ou seja, sua exigibilidade e exeqüibilidade independem de qualquer contraprestação por parte da Cedente, do Fundo ou de qualquer pessoa.

6.4. A determinação do preço de aquisição, bem como o seu pagamento ocorrerá nos termos do Contrato de Cessão.



- 6.5. O preço total de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo à Cedente na forma estabelecida no Contrato de Cessão, será calculado mediante aplicação de uma Taxa de Desconto determinada pelo Gestor em cada aquisição pelo Fundo, e que sempre será superior à 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI ("Taxa de Desconto Mínima").
- 6.6. A Cedente deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias úteis, contado da assinatura do Contrato de Cessão, providenciar a notificação ao respectivo Sacado, a respeito da cessão dos Direitos Creditórios, de forma a identificar o Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios, bem como informar o número da Conta Corrente do Fundo, onde os recursos referentes aos pagamentos dos Direitos Creditórios deverão ser depositados.
- 6.7. Nos termos da alínea "a" do item (22.1) do Capítulo XXII, o Inadimplemento no Pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, em montante total agregado superior a 5% (cinco por cento) do somatório total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na respectiva data de verificação, será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.
- 6.8. A Gestora poderá apresentar aos Quotistas, em Assembléia geral convocada especialmente para este fim, novos direitos creditórios para aquisição pelo Fundo, assim entendidos os Direitos Creditórios cujos respectivos Sacados não sejam a Sabesp ou a Petrobras.
- 6.9. Durante toda a vigência do Fundo, o Fundo deverá adotar os Procedimentos de Cobrança constantes do Anexo II a este Regulamento.

CAPÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 7.1. O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administradora"), que será responsável pelas atividades de administração da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 7.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.

7.3. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos que integrem a sua carteira.

7.4. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da legislação aplicável, e o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, a Administradora, pode:

- a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, os Direitos Creditórios, sempre observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação;
- c) observado o que vier a ser deliberado pelo Quotista em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVII;
- d) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e de seus Quotistas, observado o disposto no Capítulo XXVII e/ou destratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo;
- e) constituir procuradores desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- f) praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

7.5. A Administradora deverá calcular e divulgar em seu *site*, diariamente, com base exclusivamente nos dados disponibilizados pelo Custodiante, Reserva de Liquidez, a Reserva de Caixa e a Alocação Mínima de Investimento.



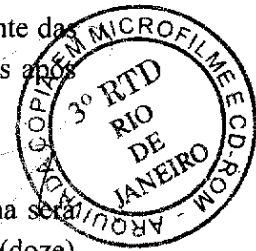
- 7.6. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.
- 7.7. A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com a Gestora e com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na eventual cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.



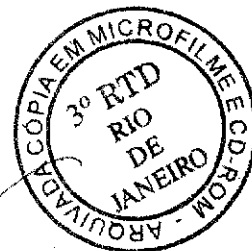
CAPÍTULO VIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

- 8.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento, a seguinte remuneração:
- a) parcela única no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), devida em conjunto com a primeira Taxa de Administração; e
 - b) uma remuneração mensal equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no último Dia Útil de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil do mês da primeira integralização de Quotas, e os demais, no último Dia Útil dos meses subsequentes (“Taxa de Administração”). A Taxa de Administração prevista nesta alínea terá o mínimo mensal de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para o primeiro ano de funcionamento do Fundo, e a partir do segundo ano de funcionamento do Fundo, o mínimo mensal será de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).
- 8.1.1 À remuneração mensal prevista na alínea “b” do item (8.1) acima, será acrescido (i) o valor da remuneração devida à Gestora, equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês, observado o mínimo mensal de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para o primeiro ano de funcionamento do Fundo, e a partir do segundo ano de funcionamento do Fundo, o mínimo mensal será de R\$ 11.000,00

(onze mil reais); e (ii) parcela única equivalente a 2% (dois por cento) sobre o montante das Quotas efetivamente integralizadas, a ser pago pelo Fundo em até 2 (dois) dias úteis após cada data de integralização de Quotas.



- 8.2. Os valores em reais definidos na alínea “b” do item (8.1) e no subitem (8.1.1) acima serão atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de julho de 2008, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGPM. Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.
- 8.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 8.4. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 8.5. Os valores correspondentes a (i) 90% (noventa por cento) da remuneração prevista no item 8.1. “a” acima; e (ii) 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração prevista no item 8.1. “b” acima, devidos exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, serão pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, na qualidade de prestadora de serviços de consultoria especializada para a Administradora, nos termos do artigo 39, inciso I da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.
- 8.6. Cumulativamente ao recebimento da parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (8.1.1) acima, a Gestora fará jus a uma taxa de performance, após deduzidas todas as taxas e encargos pagos pelo Fundo, inclusive a Taxa de Administração, equivalente a 100% (cem por cento) da valorização das Quotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, no Período de Cálculo da Taxa de Performance, a ser calculada diariamente e paga até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de encerramento do respectivo Período de Cálculo da Taxa de Performance, de acordo com a seguinte fórmula (“Taxa de Performance”).



$$TP = \{ [VQ_T - (VQ_I \times CDI)] \} \times Q_T, \text{ onde:}$$

TP = Taxa de Performance devida, se maior que zero.

VQ_T = Valor unitário da Quota, apurado na data de encerramento do Período de Cálculo da Taxa de Performance.

VQ_I = Valor unitário da Quota, apurado na data de início do Período de Cálculo da Taxa de Performance.

Q_T = Quantidade total de Quotas em Circulação na data de início do respectivo Período de Cálculo da Taxa de Performance.

CDI = Fator de variação acumulada da Taxa DI, obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$CDI = \prod_{n=1}^Z \left\{ \left[\left(\frac{\text{Taxa DI}_n}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 120\% + 1 \right\}, \text{ onde:}$$

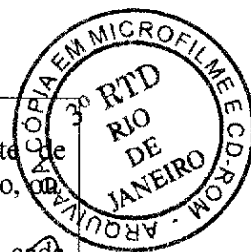
Taxa DI_n = Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, para o dia "n", sendo "n=1" a data de início do Período de Cálculo de Taxa de Performance em vigor, e "n=z" a data de encerramento do Período de Cálculo de Taxa de Performance correspondente ao cálculo.

Z = Quantidade de Dias Úteis correspondente ao número total de Taxas DI apuradas no Período de Cálculo de Taxa de Performance correspondente ao cálculo.

8.6.1. Entende-se como "Período de Cálculo da Taxa de Performance" os seguintes períodos, sabendo-se que cada Período de Cálculo da Taxa de Performance sucede o anterior sem solução de continuidade:

	Data de início do Período de Cálculo da Taxa de Performance	Data de encerramento do Período de Cálculo da Taxa de Performance
1º (primeiro) Período de Cálculo da Taxa de Performance:	1ª Data de Emissão das Quotas	O que primeiro ocorrer entre: (i) o dia do efetivo resgate de todas as Quotas em circulação, ou (ii) o dia 30 de junho de cada exercício social ou, ainda, (iii) o dia 31 de dezembro de cada exercício social.
Períodos de Cálculo da Taxa de Performance	Data de encerramento do Período de Cálculo da	O que primeiro ocorrer entre:

subsequentes:	Taxa de Performance imediatamente anterior.	(i) o dia do efetivo resgate de todas as Quotas em circulação, ou (ii) o dia 30 de junho de cada exercício social ou, ainda, (iii) o dia 31 de dezembro de cada exercício social.
----------------------	---	---



8.6.1.1. A Taxa de Performance somente será devida caso o valor das Quotas apurado na data de encerramento do Período de Cálculo da Taxa de Performance exceda a valorização acumulada de 120 % (cento e vinte por cento) da Taxa DI incidente sobre o valor da Quota na data de início do respectivo Período de Cálculo da Taxa de Performance, ou sobre o valor da Quota no último Dia Útil do Período de Cálculo da Taxa de Performance em que tenha havido o último pagamento de Taxa de Performance.

- 8.7. A Taxa de Performance será paga em moeda corrente nacional, nas datas e condições estipuladas no item 8.6. acima.
- 8.8. Em caso de renúncia ou destituição da Gestora de suas funções, a Gestora fará jus, se for o caso, à Taxa de Performance *pro rata temporis*, salvo se a destituição tiver ocorrido em razão de falta grave ou culpa da Gestora.

CAPÍTULO IX – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 9.1. Os Quotistas, em Assembléia Geral, poderão solicitar a substituição da Administradora, obedecidas as regras instituídas neste Regulamento para convocação e deliberação da referida matéria em Assembléia Geral.
- 9.2. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas forem comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXII.
- 9.3. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que

deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos deste Capítulo.



- 9.4. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos deste Capítulo, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 9.5. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (9.3), tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO X – DA GESTORA

- 10.1. A atividade de gestão da carteira do Fundo, incluindo a análise e seleção dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, ficará a cargo da **BI Capital Gestão de Recursos Ltda**, instituição não financeira autorizada à prestação do serviço de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 7981, de 07 de outubro de 2004, inscrita no CNPJ sob o nº 05.449.499/0001-32, sediada na Rua Funchal, nº 551, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo-SP, Cep 04551-060 (“Gestora”).
- 10.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos estabelecidos no Contrato de Gestão, a Gestora será responsável por todos os serviços relativos à (i) política de investimento e de composição de carteira prevista no Capítulo IV deste Regulamento; (ii) análise e seleção dos Outros Ativos a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento, de composição e diversificação da carteira do Fundo, conforme disposto no Capítulo IV deste Regulamento; (iii) assessoria na cobrança judicial e extrajudicial de todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento; e (iv) quaisquer outros serviços inerentes à atividade de gestão da carteira do Fundo na Instrução CVM nº 356, e no Contrato de Custódia.

10.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento, do Contrato de Gestão e da Instrução CVM nº 356, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Gestora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Direitos Creditórios, sempre observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- b) exercer todos os direitos inerentes aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação;
- c) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Outros Ativos, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;
- d) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- e) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

10.4. A Administradora somente poderá propor a substituição da Gestora na hipótese de seu descredenciamento para desempenhar suas funções de gestora de recursos de terceiros por parte da CVM.

10.5. A Gestora poderá ser substituída por deliberação dos Quotistas, em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim. Neste caso, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo IX, relativos à substituição da Administradora.

CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE

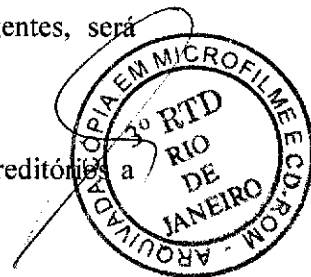
11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.



A large, stylized handwritten mark or signature at the bottom right of the page.

11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo;
- b) validar os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo em relação ao Critério de Elegibilidade;
- c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - i) cópias autenticadas do Contrato de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo; e
 - ii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “e” acima;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pelos Sacados;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;



- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora e da Gestora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.
- 11.3. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:
- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
 - b) liquidar as operações, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
 - c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto; e
 - d) somente acatar ordens de pessoa(s) autorizada(s) da Administradora e/ou da Gestora, observadas as competências definidas neste Regulamento.
- 11.4. A cobrança bancária dos Direitos Creditórios, quando houver, poderá ser feita por instituição financeira classificada como de primeira linha, detentora de uma estrutura de agências e de pessoal compatível com o volume de cobrança do Fundo e comprovada capacidade de prestar tal serviço, contratada de comum acordo entre o Custodiante, a Administradora e a Gestora.
- 11.4.1. Caso o Custodiante contrate instituição financeira para realizar o serviço de cobrança dos Direitos Creditórios, conforme descrita no item (11.4) acima, não excluirá as responsabilidades do Custodiante nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356.
- 11.5. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo IX, relativos à substituição da Administradora.



- 11.6. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.



CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

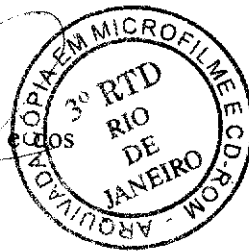
- 12.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e/ou a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas.
- 12.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:
- a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio aberto, admitindo o resgate das Quotas pelos Quotistas nos termos estabelecidos nos Capítulos XVII e XVIII, esses podem ter dificuldade em realizar seus investimentos mediante o resgate de suas Quotas no momento em que considerarem oportuno.
 - b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXIV, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios, (ii) o preço de alienação dos Direitos

Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus Quotistas e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.



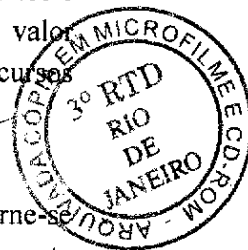
- c) **Resgate condicionado.** O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelos Sacados, que os Outros Ativos sejam liquidados e/ou alienados e que os recursos recebidos sejam depositados em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo. A Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para o resgate integral das Quotas, não havendo qualquer garantia de que o Fundo procederá ao resgate integral das Quotas Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate durante o Período de Efetivação de Resgate correspondente. O valor de resgate das Quotas continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido do Fundo, não sendo devido, todavia, pelo Fundo ou por qualquer Pessoa qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Assim, tendo em vista a inexistência de obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- d) **Valor máximo de resgate.** O valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Resgatadas não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas, acrescido do valor das Quotas Postergadas nos termos deste Regulamento. Caso o valor a ser pago a título de resgate exceda ao limite anteriormente definido, o Fundo procederá ao resgate do saldo do valor das respectivas Quotas Resgatadas, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, na Data de Resgate das Quotas imediatamente subsequente, observados os procedimentos definidos no item (18.3) do Capítulo XVIII.
- e) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado no prazo de até 1 (um) ano contado da ocorrência de um Evento de Avaliação, observado o disposto no Capítulo XXIV. Nesse caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Sacados, além de incorrerem, entre outras despesas e encargos

(i.e. honorários advocatícios), em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.



- f) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- g) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no item (4.7) do Capítulo IV deste Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- h) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- i) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo XIX, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento dos resgates das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo

aqueles de natureza fiscal. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, e a Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.



- k) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembleia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do item (27.1) do Capítulo XXVII.
- l) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** Não há uma definição de rentabilidade para as Quotas do Fundo. Assim, este não buscará atingir qualquer tipo de rentabilidade específica. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no item (16.1) do Capítulo XVI, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para as Quotas.
- m) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo XV deste Regulamento, independentemente de autorização prévia dos Quotistas, emitir novas Quotas. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos Quotistas titulares de Quotas que já estejam em Circulação.
- n) **Inexistência de quotas subordinadas.** O Fundo emitirá apenas 1 (uma) classe de Quotas. Por este motivo, em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia decorrente da existência de classe de quotas subordinadas.
- o) **Resgate Antecipado Compulsório de Quotas.** Conforme estabelecido no Capítulo XXIII, para re-enquadramento da Alocação Mínima de Investimento, a Administradora poderá proceder ao Resgate Antecipado Compulsório, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI.
- p) **Risco no atraso dos repasses dos recursos de titularidade do Fundo.** A obrigação de a Cedente repassar os valores referentes aos pagamentos dos Direitos Creditórios feitos pelos Sacados, nos termos do item (6.6) do Capítulo VI deste Regulamento, inicia-se na data do respectivo recebimento dos valores pela Cedente. Nesse sentido, caso os Sacados efetuem pagamentos mediante cheque, ou em agentes de

correspondente bancário e em agências situadas em locais remotos, os referidos recursos somente encontrar-se-ão disponíveis para transferência pela Cedente Fundo no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis.



- q) **Risco dos Sacados.** A Petrobras e a Sabesp são as únicas devedoras dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Informações sobre a situação patrimonial e financeira da Petrobras e da Sabesp podem ser obtidas através de suas demonstrações financeiras, elaboradas e disponibilizadas conforme as regras aplicáveis às companhias abertas registradas na CVM. Qualquer ato ou fato prejudicial à Petrobras ou à Sabesp poderá causar impactos adversos no patrimônio do Fundo, o que poderá acarretar prejuízos aos Quotistas.

12.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

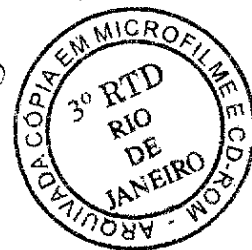
- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser pagos pelos respectivos Sacados. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento dos respectivos Sacados e do efetivo pagamento dos valores devidos. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios deverá ocorrer, via de regra, sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. Nesta hipótese, a respectiva Cedente não assumirá quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência do respectivo Sacado. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Sacados.
- c) **Risco dos Fornecedores da Petrobras.** O trabalho de verificação da autenticidade e validade dos Direitos Creditórios será feito exclusivamente pelo Gestor com base em documentos e informações fornecidas pelos Fornecedores, que são os únicos responsáveis pela autenticidade e correta formalização das informações e documentos encaminhadas.
- d) **Originação Constante de Direitos Creditórios.** Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder novos Direitos Creditórios ao Fundo, podendo, a qualquer momento, resilir o Contrato de Cessão. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá (a) da capacidade dos Cedentes de continuar a gerar Direitos Creditórios, bem como da vontade unilateral dos Fornecedores em ceder Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão.



- e) **Guarda dos Documentos Comprobatórios.** Os Cedentes serão os fiéis depositários, responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Embora os Cedentes tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos. Sem prejuízo, o Gestor manterá, diretamente ou em terceiro contratado para tal fim, a guarda física dos documentos identificados no Contrato de Cessão.
- f) **Risco relacionado a outros credores das Cedentes.** Caso as Cedentes sejam vencidas em ação judicial já existente quando da cessão de créditos ao Fundo, e não tenha patrimônio suficiente para honrar a condenação, o vencedor da ação poderá, na qualidade de credor, buscar, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios, para efetuar o pagamento da condenação, ou ainda alegar fraude à execução que, caso acolhida, implicará em ineficácia da cessão em relação ao referido credor, até o limite de seu crédito.
- g) **Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros.** Os Direitos Creditórios podem ser alcançados por obrigações do respectivo Cedente ou de terceiros, caso a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo seja invalidada ou tornada ineficaz, se comprovada a ocorrência de: (i) fraude contra credores, ou seja, se, no momento da cessão, o Cedente estiver insolvente ou se em razão da cessão passar a este estado; (ii) fraude à execução, na hipótese de, quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, ou sobre os Direitos Creditórios penda demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, não dispuser de bens para o total pagamento da dívida.
- h) **Restrições de natureza legal ou regulatória.** Considerando a natureza dos Sacados dos Direitos Creditórios, podem ocorrer, no futuro, eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.
- i) **Riscos de descontinuidade do Fundo.** Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo pelas Cedentes, entretanto, as Cedentes não estão obrigadas a continuar efetuando a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo por qualquer período de tempo. Inexistindo Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, a Administradora e o Gestor poderão determinar, de forma antecipada, a liquidação do Fundo.

- 12.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvadas os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

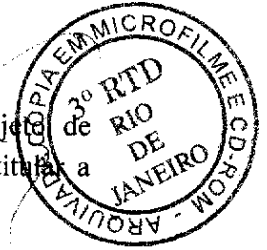


- 13.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

- 14.1. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, e poderão ser resgatadas nos termos dos Capítulos XVII e XVIII.
- 14.2. As Quotas do Fundo serão de 1 (uma) única classe.
- 14.3. As Quotas são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.
- 14.4. Cada Quota possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
 - b) tem o valor unitário de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
 - c) após a 1ª Data de Emissão de Quotas, tem seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
 - d) poderá ser resgatada na forma definida no Capítulo XVII;

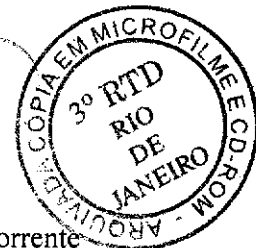
- e) nos termos do Capítulo XXVII, os titulares das Quotas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da emissão e integralização de novas Quotas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.



- 14.4.1. No curso normal do Programa de Securitização, a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento por cento), sendo este percentual calculado pela Administradora, na periodicidade e na forma definidas neste Regulamento.
- 14.5. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo titular no registro de Quotistas do Fundo.
- 14.6. O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso ou saída. O Fundo cobrará Taxa de Performance, nos termos do item (8.6) do Capítulo VIII deste Regulamento.
- 14.7. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo XXIV.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

- 15.1. O Fundo poderá emitir 1 (uma) classe de Quotas, em uma ou mais Distribuições. As Quotas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, por seu valor apurado na respectiva Data de Emissão, na forma definida no item (16.1) do Capítulo XVI abaixo. O Fundo emitirá no mínimo 720 (setecentas e vinte) e no máximo 2.000 (duas mil) Quotas, observados os termos deste Regulamento.
- 15.2. Na emissão de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados até as 15:00 horas pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências. Caso a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, ocorra a partir das 15:01 horas, será utilizado para a emissão de Quotas o valor da Quota em vigor no Dia Útil subsequente ao da efetiva disponibilidade dos recursos.
- 15.3. Para o cálculo do número de Quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.



- 15.4. As Quotas somente poderão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional.
- 15.4.1 Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, poderá ser realizada por meio de cheque, ordem de pagamento, débito e crédito na Conta Corrente do Fundo, documento de ordem de crédito, TED, ou qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, admitindo-se ainda que Quotas poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da Cetip - Câmara de Custódia e Liquidação.
- 15.5. O Fundo emitirá, na 1ª Distribuição de Quotas, até 800 (oitocentas) Quotas, sendo que a manutenção do funcionamento do Fundo está condicionada à quantidade mínima de 720 (setecentas e vinte) Quotas subscritas e integralizadas na 1ª Distribuição.
- 15.6. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.
- 15.7. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 15.8. Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas.
- 15.9. A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.
- 15.10. A Administradora poderá suspender, a qualquer momento, novas aplicações no Fundo, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e aos Quotistas atuais.
- 15.11. A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do Fundo para aplicações.
- 15.12. A Administradora deve comunicar imediatamente aos Quotistas que o Fundo se encontra fechado para novas captações.

- 15.13. As Quotas serão registradas para negociação primária e secundária, no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, a critério da Administradora, as Quotas poderão ser registradas para negociação secundária no Bovespafix e no Somafix.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

- 16.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas, cada Quota terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo número de Quotas em Circulação na respectiva data de apuração.
- 16.2. Tendo em vista que as Quotas do Fundo não são divididas em quotas seniores e subordinadas, não há relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas a ser observada pelo Fundo, não existindo periodicidade para a apuração e para a divulgação aos Quotistas de tal relação mínima, nem procedimentos aplicáveis na hipótese de inobservância desse fator.

CAPÍTULO XVII – DO RESGATE DAS QUOTAS

Seção 1 – Solicitação de Resgate

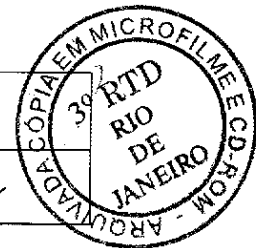
- 17.1. Os Quotistas poderão requerer, a qualquer tempo, o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita.
- 17.2. A solicitação de resgate nos termos do item anterior será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.
- 17.3. Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas desde a data do envio da convocação para Assembléia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembléia Geral que delibere definitivamente sobre o tema, ressalvados os casos de resgate de Quotas previamente agendados antes da referida convocação.

Seção 2 – Apuração de Resgate

- 17.4. A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas solicitados até as seguintes datas (“Quotas Resgatadas”).

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas	“Datas de Apuração do Resgate de Quotas”
1.	de 1º de outubro (inclusive) até 31 de janeiro (inclusive)	1º de fevereiro

2.	de 1º de fevereiro (inclusive) até 31 de maio (inclusive)	1º de junho
3.	de 1º de junho (inclusive) até 30 de setembro (inclusive)	1º de outubro



- 17.5. Observados os termos das Seções 5 e 6 deste Capítulo, as Quotas Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas serão resgatadas no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

Seção 3 – Datas de Efetivação de Resgate

- 17.6. Observados os procedimentos administrativos descritos no Capítulo XVIII, em especial nos itens (18.3) e (18.7), o resgate das Quotas Resgatadas deverá ocorrer dentro do período que se inicia no 45º (quadragésimo quinto) dia (inclusive) e termina no 75º (septuagésimo quinto) dia (inclusive) imediatamente subsequentes à última Data de Apuração do Resgate de Quotas (“Período de Efetivação do Resgate”). O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

Seção 4 – Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência

- 17.7. A solicitação mínima de resgate é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observado o disposto no item (17.8) a seguir.
- 17.8. O saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante (i) do evento definido no item (17.9); (ii) do Resgate Antecipado Compulsório; (iii) dos Eventos de Avaliação; (iv) dos Eventos de Liquidação; ou (v) do disposto no item (18.4) deste Regulamento.

Seção 5 – Valor Máximo de Resgate

- 17.9. O valor máximo a ser pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Resgatadas, no curso dos procedimentos referidos no item (18.3) do Capítulo XVIII, não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas, nos termos deste Regulamento (“Valor Máximo de Resgate”).
- 17.10. Caso o valor a ser solicitado para resgate exceda ao respectivo Valor Máximo de Resgate, o Fundo procederá ao resgate das Quotas Resgatadas até o limite do Valor Máximo de Resgate, de forma que o saldo do valor das respectivas Quotas Resgatadas (“Quotas Postergadas”), devidamente apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, será resgatado no Período de Efetivação de Resgate subsequente, observados os procedimentos definidos no item (18.3) do Capítulo XVIII.

- 17.11. O valor das Quotas Postergadas do Período de Efetivação do Resgate anterior não será considerado para o cômputo do Valor Máximo de Resgate do Período de Efetivação do Resgate seguinte.

Seção 6 – Ordem de Efetivação do Resgate



- 17.12. Durante o Período de Efetivação do Resgate a Administradora, observados os procedimentos definidos no Capítulo XVIII deste Regulamento, resgatará: (i) a integralidade das Quotas Postergadas apurada na última Data de Apuração do Resgate de Quotas; e (ii) após resgatadas a totalidade das Quotas Postergadas, efetuará o resgate, inteiro ou fracionado, observado o Valor Máximo de Resgate para as Quotas Resgatadas, apurado para a respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas ("Data de Resgate de Quotas").
- 17.13. Os Quotistas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos neste Regulamento.
- 17.14. Não serão devidos aos titulares das Quotas Resgatadas e/ou das Quotas Postergadas, conforme aplicável, quaisquer valores a título de multa ou qualquer outra penalidade, caso o Fundo, no curso dos procedimentos definidos neste Capítulo ou no Capítulo XVIII, não conte com os recursos suficientes para efetuar o resgate integral de suas Quotas durante o respectivo Período de Efetivação do Resgate.

**CAPÍTULO XVIII – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS
CONDIÇÕES DE RESGATE**

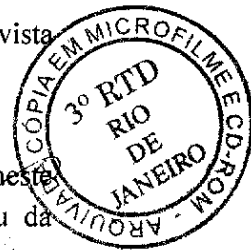
Seção 1 – Comunicações e Registro dos Resgates

- 18.1. A Administradora deverá (i) registrar imediatamente, no sistema disponibilizado pelo Custodiante, o pedido de resgate de Quotas, e, caso aplicável, (ii) dar início aos procedimentos de resgate definidos neste Capítulo.
- 18.2. A Administradora deverá notificar os titulares das Quotas Resgatadas e, conforme o caso, das Quotas Postergadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da respectiva data de resgate, sobre o valor dos recursos a serem transferidos a título de resgate.

Seção 2 – Procedimentos para Efetivação do Resgate

- 18.3. Observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, a partir do 1º (primeiro) dia do Período de Efetivação de Resgate (inclusive), deverá, de acordo com o disposto nos itens (17.9), (17.10), (18.7),

(18.9) e na Seção 3 deste Capítulo, observar os seguintes procedimentos e rotinas com vista ao resgate das Quotas Resgatadas.



- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios definidos neste Regulamento e depositar todos os valores decorrentes: (i) do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo; e (ii) da integralização de novas Quotas; única e exclusivamente na Conta Corrente do Fundo, observado o disposto no item (18.9), até que os valores arrecadados sejam equivalentes ao valor, cumulativamente, das Quotas Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, das Quotas Postergadas, caso aplicável, devidamente atualizadas nos termos deste Regulamento;
 - b) efetuar, no Período de Efetivação de Resgate, o resgate integral das Quotas Postergadas, caso aplicável; e
 - c) efetuar, após o resgate integral das Quotas Postergadas, conforme aplicável, durante o mesmo Período de Efetivação de Resgate, o resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Resgatadas solicitado até a Data de Apuração de Resgate das Quotas imediatamente anterior, observado o limite do Valor Máximo de Resgate.
- 18.4. Somente após o resgate, inteiro ou fracionado, das Quotas Resgatadas, até o limite do Valor Máximo de Resgate, e, conforme o caso, das Quotas Postergadas relativas ao quadrimestre anterior, a Gestora poderá submeter à aprovação dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, de novos direitos creditórios para aquisição pelo Fundo, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI deste Regulamento.

Seção 3 – Procedimentos Especiais de Resgate

- 18.5. A Administradora, poderá, a partir da data de início do Período de Efetivação de Resgate (inclusive), até a Data de Resgate de Quotas do Período de Efetivação de Resgate seguinte (inclusive), e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI, proceder: (i) ao resgate integral das Quotas Postergadas por seu valor devidamente atualizado, e, após a conclusão do seu resgate integral; (ii) ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Resgatadas, sendo que, nesse último caso, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.
- 18.6. Caso durante o Período de Efetivação do Resgate, o Fundo não conte com recursos suficientes para efetuar o resgate integral das Quotas Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, procederá ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Resgatadas, por seu valor apurado

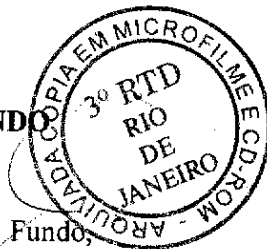
na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, na medida e até o limite da totalidade dos recursos em moeda corrente nacional arrecadados no curso dos procedimentos definidos no item (19.4) deste Capítulo. Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.

Seção 4 – Outras Condições

- 18.7. Todos os resgates das Quotas Resgatadas e das Quotas Postergadas deverão ser feitos com base no valor atualizado da Quota, apurado nos termos do item (16.1) do Capítulo XVI, até a data do efetivo resgate.
- 18.8. O Custodiante efetuará o pagamento do resgate, inteiro ou fracionado, conforme o caso, de Quotas Postergadas e de Quotas Resgatadas, por meio de TED, crédito em conta corrente, ou qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, sem a cobrança de qualquer taxa ou despesa adicional não prevista neste Regulamento.
- 18.9. Os recursos arrecadados pelo Fundo nos termos do subitem “a” do item (18.3) deste Capítulo poderão ser mantidos em moeda corrente nacional, ou aplicados pela Administradora nos ativos descritos nos subitens “a”, “b” e “c” do item (4.6) do Capítulo IV, desde que tais investimentos sejam de liquidez imediata, até que as aplicações atinjam os montantes definidos neste Regulamento necessários à efetivação do resgate de Quotas.
- 18.10. Os valores correspondentes ao resgate de Quotas não reclamados pelos respectivos Quotistas ficarão à disposição do titular na sede da Administradora, sem direito a qualquer remuneração.
- 18.11. Caso (i) o Fundo encontre-se preparado para efetuar o resgate das Quotas, nos termos dos subitens “b” e “c” do item (18.3) deste Capítulo, e a respectiva Data de Resgate de Quotas não seja Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos pelo Fundo ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil subsequente, não havendo direito, por parte dos Quotistas, a qualquer acréscimo.
- 18.12. Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos Quotistas, em prejuízo desses últimos, a Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral, nos termos do item (20.8) do Capítulo XX, para deliberar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do fechamento para resgate, se o respectivo evento constitui, ou não, um Evento de Avaliação.



CAPÍTULO XIX – A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO



- 19.1. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- 19.2. Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 19.3. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.
- 19.4. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XX – DA ASSEMBLÉIA GERAL

- 20.1. Compete privativamente à Assembléia Geral:
 - a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
 - b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;

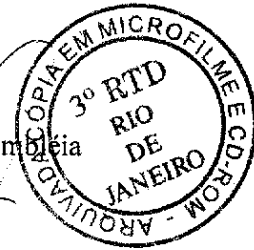


- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- d) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora, da Gestora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização;
- i) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- j) deliberar se o fechamento do Fundo para a realização de resgates constitui, ou não, um Evento de Avaliação;
- k) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXVII; e
- l) deliberar sobre a aquisição, pelo Fundo, de novos direitos creditórios apresentados pela Gestora.

20.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, ou para realização de ajustes formais aos procedimentos do Programa de Securitização, desde que as mesmas não afetem, negativamente, o equilíbrio econômico financeiro do Programa de Securitização ou possam prejudicar de qualquer forma os Quotistas, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato ao mesmo, divulgação esta que lhe será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

20.3. A convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante, cadastrado na

Administradora, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia..



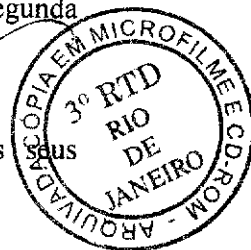
- 20.4. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pelos Quotistas.
- 20.5. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou pelos Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- 20.6. A Administradora ou os Quotistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de cada classe de Quotas em circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, os representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 20.7. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.
- 20.8. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita, quando da primeira convocação, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias corridos de antecedência, contados da data da publicação da convocação e, quando da segunda convocação, com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) dias corridos de antecedência, contados da data prevista para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira. A respectiva convocação far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante cadastrado na Administradora.
- 20.9. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 01 (um) Quotista. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 20.10. A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

20.11. As matérias submetidas à deliberação dos Quotistas deverão ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos titulares das Quotas em Circulação, exceto quanto as deliberações relativas às matérias previstas nas alíneas “c”, “e” e “i” do item 20.1.acima que serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

20.12. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores, legalmente constituídos há menos de um ano.

20.13. Todas as deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quorum* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas, devendo ser divulgados aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.

20.14. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

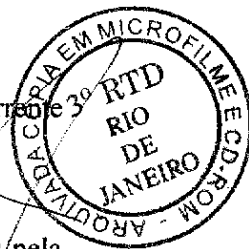


CAPÍTULO XXI – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

21.1 A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e de eventuais alienações de Outros Ativos, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, exceto a Taxa de Performance;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez;
- c) no resgate das Quotas Postergadas, observados os termos e as condições deste Regulamento, conforme aplicável;
- d) no resgate de Quotas Resgatadas, observados os termos e as condições deste Regulamento; e

- e) no pagamento do preço de aquisição de Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- f) no pagamento do preço de aquisição de novos direitos creditórios, apresentados pela Gestora, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI deste Regulamento, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão; e
- g) no pagamento da Taxa de Performance devida à Gestora, observado o item (8.6.1).



- 21.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação e/ou de um Evento de Avaliação, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após o resgate integral das Quotas.
- 21.3. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 6 (seis) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento ("Reserva de Caixa"), assim como deverá constituir uma reserva de liquidez equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo ("Reserva de Liquidez").

CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

- 22.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas, em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências ("Eventos Avaliação"):
- a) qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- b) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, comunicado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da referida comunicação;
- c) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;



- d) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento;
 - e) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas em mais de 2 (dois) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
 - f) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa, à Reserva de Liquidez e/ou à Alocação Mínima de Investimento e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que se verificar o desenquadramento; e
 - g) caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deliberem que o fechamento do Fundo para resgate é um Evento de Avaliação, nos termos do item (18.12) do Capítulo XVIII.
- 22.2. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, o resgate de Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do item (20.8) do Capítulo XX, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 (vinte) dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos direitos creditórios pelo Fundo, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI deste Regulamento, se for o caso; e, (v) se assim dispuser a Assembléia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente.
- 22.3. Na hipótese dos Quotistas, em Assembléia Geral, convocada na forma do item (22.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, observados a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI e os seguintes procedimentos:
- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, se for o caso, e depositar todos os valores decorrentes do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo única e exclusivamente na Conta Corrente do Fundo; e
 - b) utilizar os recursos arrecadados na forma do subitem "a" deste item no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, sendo que cada evento de resgate fracionado por

Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.



- 22.4. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (22.2) deste Capítulo, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, em moeda corrente nacional.
- 22.5. Será considerado Evento de Liquidação, o qual enseja a liquidação automática do Fundo, a ser efetuada nos termos do item (22.6) a seguir, caso o Fundo não possua recursos suficientes para realizar o resgate tanto das Quotas Resgatadas quanto das Quotas Postergadas, conforme solicitado pelos Quotistas, nas datas, prazos e termos constantes deste Regulamento.
- 22.6. A Administradora deverá, caso ocorra o Evento de Liquidação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou a seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a aquisição de novos direitos creditórios, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI deste Regulamento, se for o caso; e (iii) iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, primeiramente efetuando o resgate das Quotas, considerado proporcionalmente os investimentos no Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente. Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado, não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

CAPÍTULO XXIII – DO RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO

- 23.1. Para re-enquadramento da Alocação Mínima de Investimento, a Administradora, a seu exclusivo critério, procederá ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembléia Geral, de todas as Quotas em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (22.3) do Capítulo XXII, de forma que, computada, *pro-forma*, o resgate pretendido, o Fundo atenda, concomitantemente, ao parâmetro de enquadramento definido no item (14.4.1) do Capítulo XIV, à Reserva de Caixa e à Reserva de Liquidez (“Resgate Antecipado Compulsório”), observado, ainda, o disposto no item (23.2) a seguir.

- 23.2. Na hipótese do item anterior, a Administradora deverá inicialmente efetuar o resgate das Quotas Postergadas e das Quotas Resgatadas, para, somente depois, iniciar os procedimentos descritos no referido item.
- 23.3. Nos termos deste Capítulo, a Administradora deverá realizar o Resgate Compulsório Antecipado, inteiro ou fracionado, até que o Patrimônio Líquido do Fundo atinja o patamar indicado no item (23.1), observada a prioridade estabelecida pelo item (23.2), sendo obrigatório, para que seja retomada a compra de novos direitos creditórios pelo Fundo, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI deste Regulamento, que se encontrem atendidos pelo Fundo, concomitantemente, ao parâmetro de enquadramento definido no item (14.4.1) do Capítulo XIV, à Reserva de Caixa e a Reserva de Liquidez.
- 23.4. Na hipótese de ocorrência do Resgate Antecipado Compulsório, a Administradora deverá informar imediatamente aos Quotistas, ou seus representantes, conforme endereço cadastrado na forma do item (15.6) do Capítulo XV, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, assim como a razão da antecipação dos resgates, conforme o caso, e o valor total do respectivo resgate devido a cada Quotista.

CAPÍTULO XXIV – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 24.1. Para efeito do disposto no inciso VI, alínea “c” do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas referida no item (22.3) do Capítulo XXII, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo (“Valor Referencial”). As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas observado o disposto no item (29.2) abaixo.
- 24.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (24.1) anterior, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (24.3) a seguir.
- 24.3. Para fins do disposto no item (24.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (24.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro rata temporis*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando que os valores recebidos serão distribuídos aos condôminos com observância ao disposto no Capítulo XXI. Caso os Quotistas não

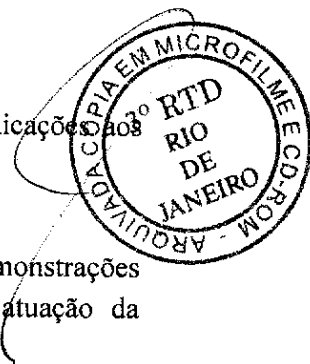
procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.



- 24.4. O Custodiante fará a guarda dos documentos comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os titulares das Quotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (24.3) acima e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos documentos comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.
- 24.5. Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no item (24.1) deste Capítulo, a Cedente terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, deduzido dos Outros Ativos, se for o caso, e acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção de compra referida anteriormente no prazo decadencial de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas observado o disposto no item (29.2) deste Regulamento. Na hipótese de a Cedente optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no item (24.2) deste Capítulo.
- 24.6. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI.

CAPÍTULO XXV – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 25.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas, que podem ser debitadas do Fundo pela Administradora:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
 - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;



- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
 - d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora ("Empresa de Auditoria");
 - e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
 - f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
 - g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
 - h) taxas de custódia de ativos do fundo;
 - i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e
 - j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma na forma do subitem "d" do item (20.1) do Capítulo XX.
- 25.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXVI – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 26.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, de modo a garantir aos Quotistas, acesso a tais informações.
- 26.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis.
- 26.3. A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro.

Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou por meio de *e-mail* enviado aos representantes dos Quotistas, devendo estas serem mantidas disponíveis para os Quotistas na sede da Administradora.



- 26.4. A Administradora colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em base diária, (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (iii) o valor de cada Quota; (iv) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor da Alocação Mínima de Investimento, da Reserva de Liquidez e da Reserva de Caixa; e (v) os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco.
- 26.5. A Administradora deverá enviar informe mensal à CVM, conforme previsto no artigo 45 da Instrução CVM nº 356, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, bem como colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) saldo das aplicações; (ii) valor do Patrimônio Líquido; (iii) rentabilidade apurada no período; (iv) valor e quantidade de Quotas em Circulação; (v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e realizado; e (vi) número de Quotistas.
- 26.6. A Administradora deverá divulgar semestralmente, no periódico acima referido, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.
- 26.7. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas.

CAPÍTULO XXVII – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS



- 27.1. Caso o Patrimônio Líquido seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da emissão, subscrição e integralização de novas Quotas, a ser realizada por todos os Quotistas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- 27.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 27.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembléia Geral prevista no item (27.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 27.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 27.5. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto, na forma deste Capítulo.
- 27.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir

sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXVIII – DO FORO

- 28.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 29.2. As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.
- 29.3. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas.
- 29.4. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de julho e terminando em 30 de junho, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2008.


OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

RECEBIDA
SECRETARIA DE REGISTRO E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

1 SET 2008 08:47:06

RECEBIDO
SECRETARIA DE REGISTRO E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

TERMO DE ADESÃO

- 1 SET 90 904786

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL RJ**Termo de Adesão ao Regulamento do BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

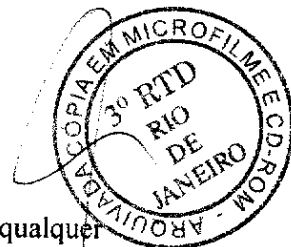
At.: Sr. Alexandre Lodi

Eu, [●], [qualificar], na qualidade de investidor do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS** (“Fundo”), administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”), tendo como diretor designado o Sr. Mauro Sergio de Oliveira (“Diretor Designado”), declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do Regulamento do Fundo consolidado, datado de [●], bem como do Prospecto, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo (“Direitos Creditórios”) e da possibilidade dos Quotistas serem requisitados a aportar recursos, caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo.

II. Estar de acordo e ciente de que:

- a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, da Gestora, do Custodiante, da Cedente ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- b) não obstante a manutenção por parte da Administradora e/ou da Gestora, conforme o caso, de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas sociedades, direta ou indiretamente, controladas, controladoras, ou controladas por mesmo controlador (“Afiladas”), em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela negociação restrita das quotas no mercado secundário, inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo XII do regulamento do Fundo (“Regulamento”), os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) tenho pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, especialmente dos riscos discriminados no Capítulo XII do Regulamento, os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;
- e) tenho pleno conhecimento da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como de perda do capital, parcial ou total, investido
- f) Caso as Quotas sejam integralizadas por meio de TED, os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na Conta Corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão;



- g) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal "Monitor Mercantil" publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item (26.3) do Capítulo XXVI do Regulamento;
- h) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por (i) investidores que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo; e
- i) a Taxa de Administração do Fundo e a Taxa de Performance encontram-se descritas no Capítulo VIII do Regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida.

Finalmente, nos termos do item (15.6) do capítulo XV do Regulamento, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [•] [qualificar], no seguinte e-mail [•].

(Local e data)

Nome: _____

Cargo: _____

RECEBIDO DE ARQUIVAMENTO
19/07/2010
- 1 SET 904.786
CORREIOS ELETRO
200 DE ABRIL - CAPITAL - RJ

- 1 SET 88 904736

RECEBIMOS DE PAGAMENTOS
DO OFÍCIO

ANEXO II

PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

I - PROCEDIMENTO DE COBRANÇA ORDINÁRIO

No curso ordinário do Fundo (o "Procedimento de Cobrança Ordinário"), os Direitos Creditórios serão cobrados mediante o implemento do seguinte procedimento:

a) **Quando se tratar de Direito Creditório SABESP:** A cobrança será feita por Agente Cobrador Bancário contratado pelo Fundo, ou diretamente pelo Gestor, que efetuará a cobrança da SABESP mediante o envio de boleto bancário evidenciando os termos da transação da qual o Direito Creditório se originou.

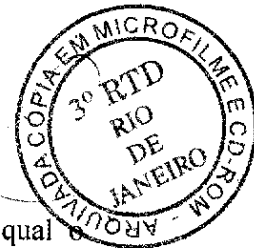
No referido boleto bancário de cobrança constará o Fundo como único e exclusivo beneficiário do pagamento dos Direitos Creditórios. Os recursos decorrentes do pagamento do boleto bancário deverão ser obrigatoriamente destinados para a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante.

b) **Quando se tratar de Direito Creditório Petrobras Fornecedores:** A cobrança será feita mediante trava de domicílio bancário processada pelo Gestor, por conta e ordem do Fundo, junto à PETROBRAS e junto ao Agente Cobrador Bancário contratado pelo Fundo.

Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Petrobrás Fornecedores deverão ser obrigatoriamente destinados para a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante.

II - PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DE INADIMPLÊNCIA

Após a data de vencimento dos Direitos Creditórios, será iniciado o procedimento de cobrança de inadimplência composto pelas fases de cobrança amigável e pré-jurídica, conduzidas pelo Gestor, e judicial sendo conduzida pelos escritórios de advocacia contratados pelo Gestor por conta e ordem do Fundo.



A – cobrança amigável

A fase de cobrança amigável é uma fase de cobrança de caráter mais comercial, na qual o acionamento é efetuado pelo Gestor. Nesta fase, é realizada uma pesquisa sobre o motivo do não pagamento da parcela pelo Sacado, de forma a procurar solucionar a situação de atraso.

Esta fase é gerenciada pelo Gestor, que executará o procedimento utilizando-se de sua equipe interna.

A fase de cobrança amigável terá início no dia útil subsequente à data de vencimento do Direito Creditório e se estenderá até o 60º dia após o vencimento, quando iniciar-se-á o procedimento de cobrança pré-jurídica.

O eventual boleto bancário emitido pelo Gestor, por conta e ordem do Fundo, constará a data de vencimento original da parcela, e permitirá o pagamento do Direito Creditório com seus acréscimos contratuais em até 60 (sessenta) dias após a data de vencimento original do Direito Creditório.

B – cobrança pré-jurídica

A fase de cobrança pré-jurídica é aquela em que o Sacado e coobrigados são alertados pelo Gestor sobre os procedimentos a serem adotados em caso de não pagamento da parcela em atraso. É enviada ao Sacado e coobrigados por meio de cartório para fins de constituição em mora, bem como para fins de declaração de vencimento antecipado de todo o contrato e cobrança dos valores em atraso, reforçando inclusive que o pagamento somente poderá ocorrer diretamente em favor do Fundo.

Após a Notificação Extrajudicial, a ser realizada por volta do 120º dia após a data de vencimento do Direito Creditório, será montado pelo Gestor um conjunto de documentos, denominado “Kit de Ajuizamento”, composto por: (i) documentação do Devedor; (ii) Contrato de Cessão; e (iii) Regulamento do Fundo.

Após o 180º dia contado da data de vencimento original do Direito Creditório, sem o efetivo pagamento, será iniciada a cobrança judicial.

C – cobrança judicial

Na fase de cobrança judicial realiza-se o ajuizamento da cobrança dos Direitos Creditórios em atraso. O Gestor permanecerá em contato com o Sacado na tentativa de se receber as parcelas em atraso.

REGISTRO DE LIVROS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
- 1 SET 86 904786
ACQUIVADA COM A MICROFILME
SÃO DE JACINTO - CAPITAL - RJ

ANEXO III

Modelo de Contrato de Cessão

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

celebrado entre

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

por conta e ordem do

**BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS**

e

<CEDENTE>

e, como intervenientes,

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO e

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA

RECEBIMOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
EM 01/10/2010

- 1 SET 2010 904736

RECEBIMOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
EM 01/10/2010

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

-1 SET 2008 904786

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Transferência de Direitos Créditos e Outras Avenças, doravante denominado simplesmente “Contrato”,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (a “Instituição Administradora”), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, condomínio aberto, cujo regulamento foi registrado no [●]º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº [●], em [●] de [●] de 2008 (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●] (o “Fundo”);

e, de outro lado,

[●], <qualificar>, inscrita no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o n.º [●], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (o “CEDENTE”);

e, como intervenientes,

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (o “Custodiante”);

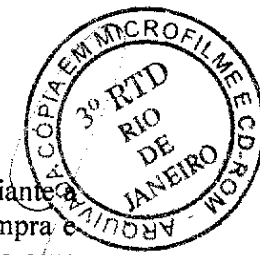
BI Capital Gestão de Recursos Ltda, instituição não financeira autorizada à prestação do serviço de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 7981, de 07 de outubro de 2004, inscrita no CNPJ sob o nº 05.449.499/0001-32, sediada na Rua Funchal, nº 551, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo-SP, Cep 04551-060 (o “Gestor”)

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM nº 356/01;





- ii) o objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas a valorização de suas Cotas, mediante a aquisição de Direitos Creditórios (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp, observados os Critérios de Elegibilidade e as regras de diversificação contidas neste Contrato e no Regulamento;
- iii) a Instituição Administradora é sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários e administra o Fundo nos termos do Regulamento; e
- iv) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01, e do Contrato de Custódia, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo, o que inclui, dentre outras funções, a validação dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade.
- v) em consequência de [contrato(s) firmado(s) com a Petrobras/título de crédito sacado contra a Sabesp], o CEDENTE é titular de Direitos Creditórios, passíveis de cessão a terceiro, que atendem aos Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento do Fundo;
- vi) o CEDENTE tem interesse em ceder, de forma onerosa, parte dos Direitos Creditórios de que é titular ao Fundo, a fim de obter recursos para o financiamento de suas atividades;
- v) a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios cedidos;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo descritas.

Os termos definidos e expressões adotadas neste Contrato e iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I do presente Contrato, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

CLÁUSULA I – DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

1.1. O presente Contrato tem por objeto regular a cessão de Direitos Creditórios de titularidade do CEDENTE para o Fundo.

1.2. Toda cessão será irrevogável, irretratável, definitiva e à título oneroso.



1.3. Nada no presente Contrato obriga o Fundo, a Instituição Administradora ou o Custodiante a adquirir os Direitos Creditórios que lhe forem ofertados.

1.5. Para cada cessão de Direitos Creditórios, o Fundo e o CEDENTE deverão celebrar um Termo de Cessão de Direitos Creditórios, contendo as informações previstas no Anexo II deste Contrato.

1.6. [Na hipótese de se tratar de cessão de Direito Creditório Petrobras, esta deverá anuir expressamente com cada cessão de Direitos Creditórios, através da celebração da competente Autorização de Cessão de Direitos Creditórios. Toda Cessão de Direitos Creditórios Petrobras será celebrada sob a condição de a Petrobras assinar a Autorização de Cessão de Direitos Creditórios, cujo modelo segue como Anexo III ao presente Contrato.]

CLÁUSULA II – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

2.1. Em cada cessão de Direitos Creditórios, o Fundo, por meio do Custodiante, pagará ao CEDENTE o valor obtido de acordo com a seguinte fórmula (“Preço de Aquisição”):

$$PADC = \frac{VN}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{du}{252}}}$$

onde:

PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.

VN = Valor Nominal de cada Direito Creditório.

Du = Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório, inclusive, e a Data de Aquisição, exclusive.

I = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano, a ser apurada pela Instituição Administradora, a cada cessão de Direitos Creditórios.

2.2. O Preço de Aquisição será calculado com base na Data de Aquisição e será pago na Data de Pagamento através de depósito na conta-corrente de titularidade do CEDENTE mantida no Banco do Brasil, nº [xxxx], Agência [xxxx].

2.3. O pagamento da quantia acima estipulada, pelo Fundo ao CEDENTE, implica na automática quitação do Preço de Aquisição.



CLÁUSULA III – DAS DECLARAÇÕES DO CEDENTE

3.1. O CEDENTE, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Oferta, que:

- (i) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação em vigor;
- (ii) a celebração deste Contrato, do(s) Termo(s) de Cessão de Direitos Creditórios, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de poderes nos termos aqui previstos, se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- (iii) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) o(s) contrato(s) que origina(m) os Direitos Creditórios ora ofertados ao Fundo não apresentam, neste momento, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pelo respectivo Sacado;
- (v) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são ofertados à cessão, são oriundos de contrato(s) válido(s) e vigente(s) de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados entre o CEDENTE e o Sacado;
- (vi) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são ofertados à cessão, assim como os que sejam efetivamente adquiridos pelo Fundo, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos;

- (vii) toda a documentação encaminhada à Instituição Administradora é verdadeira;
- (viii) não realizará qualquer ato de disposição, direta ou indireta, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- (ix) recebeu, tem ciência, conhece, não tem dúvidas e está de acordo com todas as regras estabelecidas no Regulamento do Fundo e neste Contrato.



CLÁUSULA IV – DAS INDENIZAÇÕES AO FUNDO

4.1. Toda Cessão de Direitos Creditórios objeto deste Contrato e de cada Termo de Cessão de Direitos Creditórios será celebrada no pressuposto de que o CEDENTE e o Sacado irão adimplir integral e tempestivamente as obrigações assumidas no contrato/título. O CEDENTE deverá indenizar o Fundo na hipótese de ocorrer qualquer evento em condições diferentes das previstas à época da Cessão de Direitos Creditórios, em especial:

- (i) se os Direitos Creditórios cedidos forem objeto de outra alienação, ajuste ou oneração, sem o consentimento prévio e expresso do Fundo;
- (ii) se os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo forem objeto de acordo entre o CEDENTE e o Sacado, cujo acordo possa ensejar compensação e/ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos relativos aos Direitos Creditórios cedidos;
- (iii) se o Sacado unilateralmente utilizar os Direitos Creditórios cedidos pelo CEDENTE para compensação de quaisquer valores devidos, ou que venham a ser considerados devidos pelo CEDENTE ao Sacado, à critério do Sacado;
- (iv) se o Sacado refutar, contestar, reclamar ou de qualquer forma recusar ou devolver total ou parcialmente os produtos, mercadorias ou prestação de serviços fornecidos;
- (v) se o Sacado não realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo na Data de Vencimento.

(vi) se o CEDENTE receber em pagamento, no todo ou em parte, valores relativos aos Direitos Creditórios cedidos e não os repassar para o Fundo na forma do item 4.3. da Cláusula IV deste Contrato, o que poderá caracterizar apropriação indébita; e

(vii) se a falta de pagamento pelo Sacado resultar de ato ou fato de responsabilidade do CEDENTE.



4.2. A indenização consistirá na restituição, total ou parcial, do valor pago pelo Fundo pela cessão, acrescido do valor obtido através da aplicação da mesma taxa utilizada para a determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios originalmente estabelecido no item 2.1. deste Contrato ao período compreendido entre a Data de Aquisição e a data em que ocorrer a referida restituição.

4.3. Caso, por qualquer motivo, o Sacado venha a pagar para o CEDENTE valor referente a um Direito Creditório cedido ao Fundo, o CEDENTE deverá repassar referido crédito para o Fundo, no prazo máximo de 24 horas.

4.4. O não cumprimento do disposto no item 4.3. acima, por culpa exclusiva do CEDENTE acarretará para esse, o pagamento do valor pago pelo Fundo pela cessão, acrescido do valor obtido através da aplicação da mesma taxa utilizada para a determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios originalmente estabelecido no Termo de Cessão de Direitos Creditórios, relativo ao período compreendido entre a data em que o pagamento dos créditos era devido e a data em que ele foi realizado pelo CEDENTE conforme estabelecido neste item.

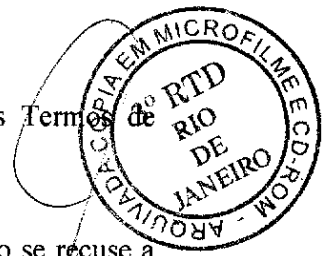
4.5. Todos os valores a serem pagos pelo CEDENTE, ao Fundo, deverão ser depositados na conta-corrente de titularidade do Fundo, a ser informada pela Instituição Administradora.

CAPITULO V – DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO

5.1. A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, independentemente de interpelação, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, rescindir qualquer Cessão de Direitos Creditórios celebrada de acordo com este Contrato e formalizada em cada Termo de Cessão de Direitos Creditórios específico caso, além das hipóteses previstas em Lei:

(i) seja constatado que o CEDENTE apresentou informações ou prestou declarações falsas, incompletas ou desatualizadas para a Instituição Administradora durante o processo de

oferta dos Direitos Creditórios ou na celebração deste Contrato ou dos Termos de Cessão de Direitos Creditórios;



- (ii) o Sacado, devedor dos Direitos Creditórios cedidos e transferidos ao Fundo se recuse a pagar a dívida correspondente, mediante alegação de vícios, defeitos ou quaisquer outros motivos, a seu exclusivo critério, que invalidem a operação comercial que deu origem aos Direitos Creditórios cedidos; e
- (iii) qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo, seja reclamado por terceiro que o tenha eventualmente adquirido antes da cessão ora contratada.

5.2. O CEDENTE deverá informar o Fundo imediatamente sobre a ocorrência de qualquer das condições acima mencionadas. Caso o Fundo rescinda a Cessão, o CEDENTE deverá (i) restituir o valor pago pelo Fundo pela cessão, total ou parcialmente, conforme o caso, acrescido do valor obtido através da aplicação da mesma taxa utilizada para a determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios originalmente estabelecido no item 2.1. deste Contrato ao período compreendido entre a Data de Aquisição e a data em que ocorrer a referida restituição; e (ii) pagar multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do Preço de Aquisição do respectivo Direito Creditório.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante não pago, juntamente com juros de mora, calculados *pro rata die*, de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da cobrança da indenização prevista na Cláusula IV, nas hipóteses em que essa for devida, ou de eventuais perdas e danos.

6.2. Caso o Fundo seja obrigado a cobrar judicialmente a dívida decorrente das obrigações assumidas pelo CEDENTE neste Contrato e nos Termos de Cessão de Direitos Creditórios, o CEDENTE deverá pagar, ainda, honorários de advogado no percentual de 20% (vinte por cento) e as custas extrajudiciais e/ou judiciais.

CLÁUSULA IX – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Todas as comunicações entre as Partes deverão ser sempre feitas por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de informações em formato magnético ou digital e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- para o CEDENTE:

INSERIR

- para a Instituição Administradora:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Cep: 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Alexandre Lodi

Telefone: (21) 2493-7003 / Fac-símile: (21) 2943-4746

e-mail:

- para o Custodiante:

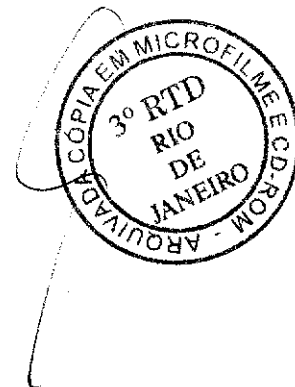
DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares

At.: **INSERIR**

Telefone: (11) 5189-5477 / Fac-símile: (11) [•]

e-mail:



CLÁUSULA X – DO REGISTRO

- 10.1. Este Contrato e seus Termos de Cessão serão levados a registro pela Instituição Administradora e pelo CEDENTE, em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizados em seus respectivos domicílios, no prazo de até 20 (vinte) dias contado de sua assinatura.
- 10.2. Os emolumentos, as taxas e todos os demais custos relacionados ao registro deste Contrato e dos Termos de Cessão serão suportados igualmente pelo Fundo e pelo CEDENTE, conforme o caso.

CLÁUSULA XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Este Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, por prazo indeterminado e poderá ser rescindido por qualquer das Partes a qualquer tempo mediante aviso prévio, por escrito, à outra, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.
- 11.2. O presente instrumento, firmado na presença de 2 (duas) testemunhas, constitui título executivo extrajudicial, de acordo com o art. 585 do Código de Processo Civil, podendo ser executado em face do CEDENTE.

11.3. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado por todas as Partes.

11.4. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre o CEDENTE e o Fundo.

CLÁUSULA XII – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da comarca Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores e representantes a qualquer título, na presença das duas testemunhas que também o assinam.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

CEDENTE:

[INSERIR NOME DO CEDENTE]

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

FUNDO / INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Instituição
Administradora do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

CUSTODIANTE:

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

- 1 SET 90 4786

GESTOR:

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

RG:

Nome:

CPF/MF:

RG:

ANEXO I

GLOSSÁRIO

- 1 SET 1986 904786

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Anexo

Significa os anexos ao presente Contrato, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito.

Arquivo Relativo à Cessão

Arquivo encaminhado pela Administradora ao Custodiante, que deverá conter a identificação dos Direitos Creditórios ofertados pelo CEDENTE ao Fundo, na respectiva cessão.

Autorização

Autorização assinada pela Instituição Administradora, no formato fornecido pelo Custodiante, autorizando-o a realizar a liquidação física e financeira relativa à cessão de Direitos Creditórios.

Autorização de Cessão de Direitos Creditórios

É o instrumento pelo qual a Petrobras autoriza o CEDENTE a ceder de Direitos Creditórios Petrobras Fornecedores e estabelece a parcela máxima do contrato que poderá ser cedida, cujo modelo segue no Anexo III ao presente Contrato.

CNPJ/MF

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Condições de Cessão

as condições que deverão ser verificadas previamente à cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, identificadas no item 10.3.1 da cláusula 10 do Regulamento do Fundo.

Condições Precedentes

Significa as condições que deverão ser verificadas previamente à cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, identificadas no item 10.3.2 da cláusula 10 do Regulamento.

- 1 SET 80 4706

Contrato Significa este Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Transferência de Direitos Créditos e Outras Avenças celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o CEDENTE e o Custodiante.

Contrato de Custódia Significa o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Escrituração de Cotas e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante.

Cotistas Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores bem como os titulares de Cotas Subordinadas.

Cotas Significa, em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

Cotas Seniores São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

Cotas Subordinadas São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

Critérios de Elegibilidade São os critérios previstos no Regulamento, que uma vez atendidos, tornam elegíveis para cessão, os Direitos Creditórios.

Custodiante Significa o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ

- 1 SET 2013 09:47:06

sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor.

CVM

É a Comissão de Valores Mobiliários

Data de Aquisição

Data em que a Instituição Administradora assina o Termo de Cessão de Direitos Creditórios, o qual deverá ser um dia útil.

Data de Oferta

Data em que o CEDENTE interessado em ceder Direitos Creditórios ao Fundo se cadastra através de portal disponível no site do Banco do Brasil S.A., a qual deverá ser um dia útil.

Data de Pagamento

Data em que o Fundo efetua o pagamento do Preço de Aquisição ao CEDENTE.

Data de Vencimento

Data em que o Sacado deve pagar o Direito Creditório de acordo com o contrato celebrado entre o CEDENTE e o Sacado, o qual deverá ser um dia útil.

Direitos Creditórios

Significam os direitos creditórios performados, ou seja cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro, sacados contra a Sabesp ou à Petrobrás, (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores ("Direito Creditório Petrobrás Fornecedores"); ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacados contra a Sabesp ("Direito Creditório Sabesp")

CEDENTE

Significa o [•], ~~qualificar~~, inscrito no [CNPJ/ME] [CPF/ME] sob o n.º [•].

Fundo

BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS

- 1 SET 2002 904786

ARQUIVADA COM A EM NOSSA FILIAL
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Instituição Administradora

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Instrução CVM nº 356/01

É a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com alterações introduzidas pelas Instruções CVM nº 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07.

Petrobras

Significa a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile, nº 65, 22º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01.

PL ou Patrimônio Líquido

Valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento.

Preço de Aquisição

valor a ser pago pelo Fundo, ao CEDENTE, pela aquisição dos Direitos Creditórios, calculado conforme item 4.1 deste Contrato.

Regulamento

Regulamento do Fundo registrado no []⁹ Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro e suas respectivas alterações.

Termo de Cessão de Direitos Creditórios

É o termo de cessão preparado na forma do Anexo II deste Contrato, mediante o qual os Direitos Creditórios serão cedidos pelo CEDENTE ao Fundo.

ANEXO II

- 1 SET 90 4786

MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS
ARQUIVADO EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente "Termo de Cessão de Direitos Creditórios",

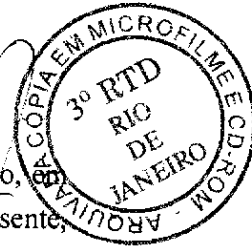
[•], <qualificar>, inscrita no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o n.º [•], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (o "CEDENTE"); e

BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em [•] de [•] de [•], com seu regulamento registrado no [•]º Cartório de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob nº [•], neste ato representado por sua instituição administradora, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, representada na forma de seu Estatuto Social (o "Fundo"; CEDENTE e Fundo também denominados individualmente "Parte", e conjuntamente "Partes")

CONSIDERANDO QUE:

- i) em [•] de [•] de [•], as Partes celebraram Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Transferência de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o "Contrato") regulando os procedimentos e condições para a cessão de Direitos Creditórios de titularidade do CEDENTE ao Fundo;
- ii) o Contrato estabelece que cada cessão de Direitos Creditórios deve ser formalizada por meio de um Termo de Cessão de Direitos Creditórios específico que, após assinado, passa a ser parte integrante do Contrato;
- iii) após a realização de todos os procedimentos descritos na Cláusula III do Contrato, as Partes desejam formalizar a cessão onerosa dos Direitos Creditórios especificados na lista constante do Anexo "A" a este Termo de Cessão de Direitos Creditórios;
- iv) o presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios está sujeito às cláusulas do Contrato; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato;

as Partes desejam realizar a cessão de Direitos Creditórios, conforme abaixo:



1. Por meio deste Termo de Cessão de Direitos Creditórios, o CEDENTE cede ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, os Direitos Creditórios relacionados em lista anexa ao presente, cujo valor de face totaliza R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).
2. Em contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios, o Fundo pagará ao CEDENTE a quantia de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).
3. O pagamento do Preço de Aquisição deverá ser realizado na conta corrente de titularidade do CEDENTE, prevista no item 4.2.1 da Cláusula IV do Contrato.
4. Os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do CEDENTE ou de seus Agentes, na qualidade de fiel depositário dos mesmos
5. O CEDENTE declara que (i) todos os Direitos Creditórios descritos abaixo se enquadram nos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e no Contrato; (ii) todas as declarações constantes da Cláusula V do Contrato permanecem verdadeiras; e (iii) os Direitos Creditórios ora cedidos são [(i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp], performados, que são legítimos e que encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
6. Aplicam-se a este Termo de Cessão de Direitos Creditórios todas as Cláusulas e condições do Contrato celebrado entre as Partes.
7. Este Termo de Cessão de Direitos Creditórios, firmado na presença de 2 (duas) testemunhas, constitui título executivo extrajudicial, de acordo com o art. 585 do Código de Processo Civil, podendo ser executado em face do CEDENTE.
8. Fica eleito o foro da comarca Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas que também o assinam.

Rio de Janeiro, [DATA] de [Mês] de [Ano].

CEDENTE:

- 1 SET 90 4786

ACORDADA COM A EM 11/08/1990
R13 DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

[INSERIR NOME DO CEDENTE]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

FUNDO / INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Instituição
Administradora do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF/MF:
RG:

Nome:
CPF/MF:
RG:

ANEXO A

LISTAGEM DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

Termo de Cessão de Direitos Creditórios nº [•]

CEDENTE CNPJ/MF	Identificação do Contrato firmado com a Petrobras / título de crédito	Data de Vencimento do contrato	Direitos Creditórios cedidos (parcelas e respectivo percentual)	Valor Nominal (R\$)	Preço de Aquisição (R\$)

Pág. [•]/[•]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO

- 1 SET 2006 904786

ARQUIVADO EM 14/09/2006
14:14:11 - 14/09/2006

ANEXO III

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

REGISTRO DE VOTOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO

- 1 SET 2006 904.786

ARQUIVADA EM 27/09/2006
ARQUIVADA EM 27/09/2006 - CAPITAL - RJ





PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

- 1 SET 90 4786

REPRODUTIVA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o no XXXXXXXXXXXXXXXX, através da XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, doravante denominada PETROBRAS, atendendo à solicitação da Empresa CONTRATADA XX.XX.XXXX, ora denominada CEDENTE, autoriza condicionalmente, por meio desta, a Cessão de Direitos Creditórios referentes ao Contrato nº à (Instituição Financeira), ora CESSIONÁRIA, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1. A CEDENTE permanece integralmente responsável perante a PETROBRAS pelo total cumprimento das cláusulas do Contrato, em especial, pela execução dos serviços ou entrega dos materiais objeto do Contrato.
2. Os direitos de crédito, objeto da presente autorização, será efetivada desde que verificado pela PETROBRAS o integral cumprimento pela CEDENTE das obrigações estabelecidas no Contrato. A CESSIONÁRIA não poderá reclamar perante a PETROBRAS pelo não recebimento dos direitos de crédito a ele cedido relativos ao Contrato, se não gerados créditos por falta de cumprimento das obrigações contratuais pela CEDENTE.
3. O relacionamento comercial entre CEDENTE e PETROBRAS não será modificado em razão da presente Autorização.
4. A presente Autorização não gera à CESSIONÁRIA qualquer direito sobre os materiais e serviços objeto do Contrato.
5. Nos termos do art. 290 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02, a PETROBRAS manifesta ciência e autorização à Cessão, pela CEDENTE à CESSIONÁRIA abaixo descrita, dos direitos de crédito em razão do Contrato, correspondente a XX % do valor total do contrato, observadas as condições citadas nesta Autorização.

Nome do CESSIONÁRIO: Fundo XXXXXXXXXXXX
CNPJ do CESSIONÁRIO: XXX.XXX.XXX/XXXX-XX.

6. Os valores a serem remetidos por conta e ordem da CEDENTE à CESSIONÁRIA, serão realizadas através de transferência bancária, em conta a ser indicada pela CESSIONÁRIA (ou na seguinte conta):

Titular da Conta: XXXXXXXXXXXX
CNPJ do Titular: XXXXXXXXXXXXXXXX



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

JURÍDICO/JSERV- 4672/05

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO 2

- 1 SET 90 4786

Número do Banco: XXX.
Número da Agência: XXX-X.
Número da Conta Corrente: XXXXXXX.X.

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

7. A PETROBRAS declara que opõe à CESSIONÁRIA dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que as remessa à CESSIONÁRIA estão condicionadas ao preenchimento pela CEDENTE de todas as suas obrigações contratuais.
8. A PETROBRAS não se responsabiliza por quaisquer despesas, seja a que título for, em razão da Cessão dos Créditos objeto da presente AUTORIZAÇÃO.
9. A presente Autorização entra em vigor na data de sua assinatura.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Nome da empresa

Testemunhas

Nome:
RG:

Nome:
RG:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

celebrado entre

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

por conta e ordem do

BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS
e

<CEDENTE>

e, como intervenientes,

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO e

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Transferência de Direitos Créditos e Outras Avenças, doravante denominado simplesmente “Contrato”,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (a “Instituição Administradora”), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, condomínio aberto, cujo regulamento foi registrado no [●]º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº [●], em [●] de [●] de 2008 (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●] (o “Fundo”);

e, de outro lado,

[●], <qualificar>, inscrita no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o n.º [●], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (o “CEDENTE”);

e, como intervenientes,

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (o “Custodiante”);

BI Capital Gestão de Recursos Ltda, instituição não financeira autorizada à prestação do serviço de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 7981, de 07 de outubro de 2004, inscrita no CNPJ sob o nº 05.449.499/0001-32, sediada na Rua Funchal, nº 551, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo-SP, Cep 04551-060 (o “Gestor”)

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM nº 356/01;
- ii) o objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas a valorização de suas Cotas, mediante a aquisição de Direitos Creditórios (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp, observados os Critérios de Elegibilidade e as regras de diversificação contidas neste Contrato e no Regulamento;

- iii) a Instituição Administradora é sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários e administra o Fundo nos termos do Regulamento; e
- iv) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01, e do Contrato de Custódia, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo, o que inclui, dentre outras funções, a validação dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade.
- v) em consequência de [contrato(s) firmado(s) com a Petrobras/título de crédito sacado contra a Sabesp], o CEDENTE é titular de Direitos Creditórios, passíveis de cessão a terceiro, que atendem aos Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento do Fundo;
- vi) o CEDENTE tem interesse em ceder, de forma onerosa, parte dos Direitos Creditórios de que é titular ao Fundo, a fim de obter recursos para o financiamento de suas atividades;
- v) a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios cedidos;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo descritas.

Os termos definidos e expressões adotadas neste Contrato e iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I do presente Contrato, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

CLÁUSULA I – DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto regular a cessão de Direitos Creditórios de titularidade do CEDENTE para o Fundo.
- 1.2. Toda cessão será irrevogável, irretratável, definitiva e à título oneroso.
- 1.3. Nada no presente Contrato obriga o Fundo, a Instituição Administradora ou o Custodiante a adquirir os Direitos Creditórios que lhe forem ofertados.
- 1.5. Para cada cessão de Direitos Creditórios, o Fundo e o CEDENTE deverão celebrar um Termo de Cessão de Direitos Creditórios, contendo as informações previstas no Anexo II deste Contrato.
- 1.6. [Na hipótese de se tratar de cessão de Direito Creditório Petrobras, esta deverá anuir expressamente com cada cessão de Direitos Creditórios, através da celebração da competente Autorização de Cessão de Direitos Creditórios. Toda Cessão de Direitos Creditórios Petrobrás será celebrada sob a condição de a Petrobras assinar a Autorização de Cessão de Direitos Creditórios, cujo modelo segue como Anexo III ao presente Contrato.]

CLÁUSULA II – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

2.1. Em cada cessão de Direitos Creditórios, o Fundo, por meio do Custodiante, pagará ao CEDENTE o valor obtido de acordo com a seguinte fórmula (“Preço de Aquisição”):

$$PADC = \frac{VN}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{du}{252}}}$$

onde:

- (i)
- PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
- VN = Valor Nominal de cada Direito Creditório.
- Du = Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório, inclusive, e a Data de Aquisição, exclusive.
- I = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano, a ser apurada pela Instituição Administradora, a cada cessão de Direitos Creditórios.

2.2. O Preço de Aquisição será calculado com base na Data de Aquisição e será pago na Data de Pagamento através de depósito na conta-corrente de titularidade do CEDENTE mantida no Banco do Brasil, nº [xxxx], Agência [xxxx].

2.3. O pagamento da quantia acima estipulada, pelo Fundo ao CEDENTE, implica na automática quitação do Preço de Aquisição.

CLÁUSULA III – DAS DECLARAÇÕES DO CEDENTE

3.1. O CEDENTE, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Oferta, que:

- (i) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação em vigor;
- (ii) a celebração deste Contrato, do(s) Termo(s) de Cessão de Direitos Creditórios, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de poderes nos termos aqui previstos, se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;

- (iii) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) o(s) contrato(s) que origina(m) os Direitos Creditórios ora ofertados ao Fundo não apresentam, neste momento, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pelo respectivo Sacado;
- (v) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são ofertados à cessão, são oriundos de contrato(s) válido(s) e vigente(s) de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados entre o CEDENTE e o Sacado;
- (vi) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são ofertados à cessão, assim como os que sejam efetivamente adquiridos pelo Fundo, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos;
- (vii) toda a documentação encaminhada à Instituição Administradora é verdadeira;
- (viii) não realizará qualquer ato de disposição, direta ou indireta, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- (ix) recebeu, tem ciência, conhece, não tem dúvidas e está de acordo com todas as regras estabelecidas no Regulamento do Fundo e neste Contrato.

CLÁUSULA IV – DAS INDENIZAÇÕES AO FUNDO

4.1. Toda Cessão de Direitos Creditórios objeto deste Contrato e de cada Termo de Cessão de Direitos Creditórios será celebrada no pressuposto de que o CEDENTE e o Sacado irão adimplir integral e tempestivamente as obrigações assumidas no contrato/título. O CEDENTE deverá indenizar o Fundo na hipótese de ocorrer qualquer evento em condições diferentes das previstas à época da Cessão de Direitos Creditórios, em especial:

- (i) se os Direitos Creditórios cedidos forem objeto de outra alienação, ajuste ou oneração, sem o consentimento prévio e expresso do Fundo;

- (ii) se os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo forem objeto de acordo entre o CEDENTE e o Sacado, cujo acordo possa ensejar compensação e/ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos relativos aos Direitos Creditórios cedidos;
- (iii) se o Sacado unilateralmente utilizar os Direitos Creditórios cedidos pelo CEDENTE para compensação de quaisquer valores devidos, ou que venham a ser considerados devidos pelo CEDENTE ao Sacado, à critério do Sacado;
- (iv) se o Sacado refutar, contestar, reclamar ou de qualquer forma recusar ou devolver total ou parcialmente os produtos, mercadorias ou prestação de serviços fornecidos;
- (v) se o Sacado não realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo na Data de Vencimento.
- (vi) se o CEDENTE receber em pagamento, no todo ou em parte, valores relativos aos Direitos Creditórios cedidos e não os repassar para o Fundo na forma do item 4.3. da Cláusula IV deste Contrato, o que poderá caracterizar apropriação indébita; e
- (vii) se a falta de pagamento pelo Sacado resultar de ato ou fato de responsabilidade do CEDENTE.

4.2. A indenização consistirá na restituição, total ou parcial, do valor pago pelo Fundo pela cessão, acrescido do valor obtido através da aplicação da mesma taxa utilizada para a determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios originalmente estabelecido no item 2.1. deste Contrato ao período compreendido entre a Data de Aquisição e a data em que ocorrer a referida restituição.

4.3. Caso, por qualquer motivo, o Sacado venha a pagar para o CEDENTE valor referente a um Direito Creditório cedido ao Fundo, o CEDENTE deverá repassar referido crédito para o Fundo, no prazo máximo de 24 horas.

4.4. O não cumprimento do disposto no item 4.3. acima, por culpa exclusiva do CEDENTE acarretará para esse, o pagamento do valor pago pelo Fundo pela cessão, acrescido do valor obtido através da aplicação da mesma taxa utilizada para a determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios originalmente estabelecido no Termo de Cessão de Direitos Creditórios, relativo ao período compreendido entre a data em que o pagamento dos créditos era devido e a data em que ele foi realizado pelo CEDENTE conforme estabelecido neste item.

4.5. Todos os valores a serem pagos pelo CEDENTE, ao Fundo, deverão ser depositados na conta-corrente de titularidade do Fundo, a ser informada pela Instituição Administradora.

CAPITULO V – DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO

5.1. A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, independentemente de interpelação, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, rescindir qualquer Cessão de Direitos Creditórios celebrada de acordo com este Contrato e formalizada em cada Termo de Cessão de Direitos Creditórios específico caso, além das hipóteses previstas em Lei:

- (i) seja constatado que o CEDENTE apresentou informações ou prestou declarações falsas, incompletas ou desatualizadas para a Instituição Administradora durante o processo de oferta dos Direitos Creditórios ou na celebração deste Contrato ou dos Termos de Cessão de Direitos Creditórios;
- (ii) o Sacado, devedor dos Direitos Creditórios cedidos e transferidos ao Fundo se recuse a pagar a dívida correspondente, mediante alegação de vícios, defeitos ou quaisquer outros motivos, a seu exclusivo critério, que invalidem a operação comercial que deu origem aos Direitos Creditórios cedidos; e
- (iii) qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo, seja reclamado por terceiro que o tenha eventualmente adquirido antes da cessão ora contratada.

5.2. O CEDENTE deverá informar o Fundo imediatamente sobre a ocorrência de qualquer das condições acima mencionadas. Caso o Fundo rescinda a Cessão, o CEDENTE deverá (i) restituir o valor pago pelo Fundo pela cessão, total ou parcialmente, conforme o caso, acrescido do valor obtido através da aplicação da mesma taxa utilizada para a determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios originalmente estabelecido no item 2.1. deste Contrato ao período compreendido entre a Data de Aquisição e a data em que ocorrer a referida restituição; e (ii) pagar multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do Preço de Aquisição do respectivo Direito Creditório.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante não pago, juntamente com juros de mora, calculados *pro rata die*, de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da cobrança da indenização prevista na Cláusula IV, nas hipóteses em que essa for devida, ou de eventuais perdas e danos.

6.2. Caso o Fundo seja obrigado a cobrar judicialmente a dívida decorrente das obrigações assumidas pelo CEDENTE neste Contrato e nos Termos de Cessão de Direitos Creditórios, o CEDENTE deverá pagar,

ainda, honorários de advogado no percentual de 20% (vinte por cento) e as custas extrajudiciais e/ou judiciais.

CLÁUSULA IX – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Todas as comunicações entre as Partes deverão ser sempre feitas por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de informações em formato magnético ou digital e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- para o CEDENTE:

[INSERIR]

- para a Instituição Administradora:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Cep: 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Alexandre Lodi

Telefone: (21) 2493-7003 / Fac-símile: (21) 2943-4746

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

- para o Custodiante:

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares

At.: **[INSERIR]**

Telefone: (11) 5189-5477 / Fac-símile: (11) **[●]**

e-mail: **[●]**

CLÁUSULA X – DO REGISTRO

10.1. Este Contrato e seus Termos de Cessão serão levados a registro pela Instituição Administradora e pelo CEDENTE, em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizados em seus respectivos domicílios, no prazo de até 20 (vinte) dias contado de sua assinatura.

10.2. Os emolumentos, as taxas e todos os demais custos relacionados ao registro deste Contrato e dos Termos de Cessão serão suportados igualmente pelo Fundo e pelo CEDENTE, conforme o caso.

CLÁUSULA XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Este Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, por prazo indeterminado e poderá ser rescindido por qualquer das Partes a qualquer tempo mediante aviso prévio, por escrito, à outra, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

11.2. O presente instrumento, firmado na presença de 2 (duas) testemunhas, constitui título executivo extrajudicial, de acordo com o art. 585 do Código de Processo Civil, podendo ser executado em face do CEDENTE.

11.3. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado por todas as Partes.

11.4. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre o CEDENTE e o Fundo.

CLÁUSULA XII – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da comarca Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas que também o assinam.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

CEDENTE:

[INSERIR NOME DO CEDENTE]

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

FUNDO / INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Instituição
Administradora do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS**

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

CUSTODIANTE:

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

GESTOR:

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

RG:

Nome:

CPF/MF:

RG:

ANEXO I

GLOSSÁRIO

Anexo	Significa os anexos ao presente Contrato, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito.
Arquivo Relativo à Cessão	Arquivo encaminhado pela Administradora ao Custodiante, que deverá conter a identificação dos Direitos Creditórios ofertados pelo CEDENTE ao Fundo, na respectiva cessão.
Autorização	Autorização assinada pela Instituição Administradora, no formato fornecido pelo Custodiante, autorizando-o a realizar a liquidação física e financeira relativa à cessão de Direitos Creditórios.
Autorização de Cessão de Direitos Creditórios	É o instrumento pelo qual a Petrobras autoriza o CEDENTE a ceder de Direitos Creditórios Petrobras Fornecedores e estabelece a parcela máxima do contrato que poderá ser cedida, cujo modelo segue no Anexo III ao presente Contrato.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Condições de Cessão	as condições que deverão ser verificadas previamente à cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, identificadas no item 10.3.1 da cláusula 10 do Regulamento do Fundo.
Condições Precedentes	Significa as condições que deverão ser verificadas previamente à cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, identificadas no item 10.3.2 da cláusula 10 do Regulamento.
Contrato	Significa este Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Transferência de Direitos Créditos e Outras Avenças celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o CEDENTE e o Custodiante.

Contrato de Custódia	Significa o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Escrituração de Cotas e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante.
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores bem como os titulares de Cotas Subordinadas.
Cotas	Significa, em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
CrITÉrios de Elegibilidade	São os critérios previstos no Regulamento, que uma vez atendidos, tornam elegíveis para cessão, os Direitos Creditórios.
Custodiante	Significa o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor.
CVM	É a Comissão de Valores Mobiliários
Data de Aquisição	Data em que a Instituição Administradora assina o Termo de Cessão de Direitos Creditórios, o qual deverá ser um dia útil.
Data de Oferta	Data em que o CEDENTE interessado em ceder Direitos Creditórios ao Fundo se cadastra através de portal disponível no site do Banco do Brasil S.A., a qual deverá ser um dia útil.

Data de Pagamento	Data em que o Fundo efetua o pagamento do Preço de Aquisição ao CEDENTE.
Data de Vencimento	Data em que o Sacado deve pagar o Direito Creditório de acordo com o contrato celebrado entre o CEDENTE e o Sacado, o qual deverá ser um dia útil.
Direitos Creditórios	Significam os direitos creditórios performados, ou seja cuja exigibilidade independa de qualquer contraprestação pelo respectivo Cedente ou por qualquer terceiro, sacados contra a Sabesp ou à Petrobrás, (i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores (“Direito Creditório Petrobrás Fornecedores”); ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacados contra a Sabesp (“Direito Creditório Sabesp”)
CEDENTE	Significa o [•], <qualificar>, inscrito no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o n.º [•].
Fundo	BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS
Instituição Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Instrução CVM nº 356/01	É a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com alterações introduzidas pelas Instruções CVM nº 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07.
Petrobras	Significa a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile, nº 65, 22º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01.
PL ou Patrimônio Líquido	Valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento.
Preço de Aquisição	valor a ser pago pelo Fundo, ao CEDENTE, pela

aquisição dos Direitos Creditórios, calculado conforme item 4.1 deste Contrato.

Regulamento

Regulamento do Fundo registrado no [●]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro e suas respectivas alterações.

Termo de Cessão de Direitos Creditórios

É o termo de cessão preparado na forma do Anexo II deste Contrato, mediante o qual os Direitos Creditórios serão cedidos pelo CEDENTE ao Fundo.

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente “Termo de Cessão de Direitos Creditórios”,

[•], <qualificar>, inscrita no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o n.º [•], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (o “CEDENTE”); e

BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em [•] de [•] de [•], com seu regulamento registrado no [•]º Cartório de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob nº [•], neste ato representado por sua instituição administradora, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, representada na forma de seu Estatuto Social (o “Fundo”; CEDENTE e Fundo também denominados individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”)

CONSIDERANDO QUE:

- i) em [•] de [•] de [•], as Partes celebraram Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Transferência de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o “Contrato”) regulando os procedimentos e condições para a cessão de Direitos Creditórios de titularidade do CEDENTE ao Fundo;
- ii) o Contrato estabelece que cada cessão de Direitos Creditórios deve ser formalizada por meio de um Termo de Cessão de Direitos Creditórios específico que, após assinado, passa a ser parte integrante do Contrato;
- iii) após a realização de todos os procedimentos descritos na Cláusula III do Contrato, as Partes desejam formalizar a cessão onerosa dos Direitos Creditórios especificados na lista constante do Anexo “A” a este Termo de Cessão de Direitos Creditórios;
- iv) o presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios está sujeito às cláusulas do Contrato; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato;

as Partes desejam realizar a cessão de Direitos Creditórios, conforme abaixo:

1. Por meio deste Termo de Cessão de Direitos Creditórios, o CEDENTE cede ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, os Direitos Creditórios relacionados em lista anexa ao presente, cujo valor de face totaliza R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).

2. Em contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios, o Fundo pagará ao CEDENTE a quantia de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).
3. O pagamento do Preço de Aquisição deverá ser realizado na conta corrente de titularidade do CEDENTE, prevista no item 4.2.1 da Cláusula IV do Contrato.
4. Os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do CEDENTE ou de seus Agentes, na qualidade de fiel depositário dos mesmos
5. O CEDENTE declara que (i) todos os Direitos Creditórios descritos abaixo se enquadram nos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e no Contrato; (ii) todas as declarações constantes da Cláusula V do Contrato permanecem verdadeiras; e (iii) os Direitos Creditórios ora cedidos são [(i) oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens e equipamentos celebrados pela Petrobras e seus Fornecedores; ou (ii) decorrentes de títulos de crédito sacado contra a Sabesp], performados, que são legítimos e que encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
6. Aplicam-se a este Termo de Cessão de Direitos Creditórios todas as Cláusulas e condições do Contrato celebrado entre as Partes.
7. Este Termo de Cessão de Direitos Creditórios, firmado na presença de 2 (duas) testemunhas, constitui título executivo extrajudicial, de acordo com o art. 585 do Código de Processo Civil, podendo ser executado em face do CEDENTE.
8. Fica eleito o foro da comarca Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas que também o assinam.

Rio de Janeiro, [DATA] de [Mês] de [Ano].

CEDENTE:

[INSERIR NOME DO CEDENTE]

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

FUNDO / INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Instituição
Administradora do **BI CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**
FINANCEIROS

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

RG:

Nome:

CPF/MF:

RG:

ANEXO A

LISTAGEM DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

Termo de Cessão de Direitos Creditórios nº [●]

CEDENTE CNPJ/MF	Identificação do Contrato firmado com a Petrobras / título de crédito	Data de Vencimento do contrato	Direitos Creditórios cedidos (parcelas e respectivo percentual)	Valor Nominal (R\$)	Preço de Aquisição (R\$)

Pág. [●]/[●]

ANEXO III

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Petróleo Brasileiro S.A. - **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, através da XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **PETROBRAS**, atendendo à solicitação da Empresa **CONTRATADA XX.XX.XXXX**, ora denominada **CEDENTE**, autoriza condicionalmente, por meio desta, a Cessão de Direitos Creditórios referentes ao Contrato nº à (Instituição Financeira), ora **CESSIONÁRIA**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1. A **CEDENTE** permanece integralmente responsável perante a **PETROBRAS** pelo total cumprimento das cláusulas do Contrato, em especial, pela execução dos serviços ou entrega dos materiais objeto do Contrato.
2. Os direitos de crédito, objeto da presente autorização, será efetivada desde que verificado pela **PETROBRAS** o integral cumprimento pela **CEDENTE** das obrigações estabelecidas no Contrato. A **CESSIONÁRIA** não poderá reclamar perante a **PETROBRAS** pelo não recebimento dos direitos de crédito a ele cedido relativos ao Contrato, se não gerados créditos por falta de cumprimento das obrigações contratuais pela **CEDENTE**.
3. O relacionamento comercial entre **CEDENTE** e **PETROBRAS** não será modificado em razão da presente Autorização.
4. A presente Autorização não gera à **CESSIONÁRIA** qualquer direito sobre os materiais e serviços objeto do Contrato.
5. Nos termos do art. 290 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02, a **PETROBRAS** manifesta ciência e autorização à Cessão, pela **CEDENTE** à **CESSIONÁRIA** abaixo descrita, dos direitos de crédito em razão do Contrato, correspondente a XX % do valor total do contrato, observadas as condições citadas nesta Autorização.

Nome do **CESSIONÁRIO**: Fundo XXXXXXXXXXXX
CNPJ do **CESSIONÁRIO**: XXX.XXX.XXX/XXXX-XX.

6. Os valores a serem remetidos por conta e ordem da **CEDENTE** à **CESSIONÁRIA**, serão realizadas através de transferência bancária, em conta a ser indicada pela **CESSIONÁRIA** (ou na seguinte conta):

Titular da Conta: XXXXXXXXXXXX
CNPJ do Titular: XXXXXXXXXXXXXXXX



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

2

JURÍDICO/JSERV- 4672/05

Número do Banco: XXX.
Número da Agência: XXX-X.
Número da Conta Corrente: XXXXXXXX.X.

7. A PETROBRAS declara que opõe à CESSIONÁRIA dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que as remessa à CESSIONÁRIA estão condicionadas ao preenchimento pela CEDENTE de todas as suas obrigações contratuais.
8. A PETROBRAS não se responsabiliza por quaisquer despesas, seja a que título for, em razão da Cessão dos Créditos objeto da presente AUTORIZAÇÃO.
9. A presente Autorização entra em vigor na data de sua assinatura.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Nome da empresa

Testemunhas

Nome:

RG:

Nome:

RG:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 24º ANDAR		2 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO	
3 - CEP 20035-900	4 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 3224-2040	8 - TELEFONE 3224-2041	9 - TELEFONE -
11 - DDD 021	12 - FAX 3224-9999	13 - FAX 3224-6055	14 - FAX 3224-7784
15 - E-MAIL petroinvest@petrobras.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Almir Guilherme Barbassa			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 23º ANDAR		3 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO	
4 - CEP 20031-912	5 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		6 - UF RJ
7 - DDD 021	8 - TELEFONE 3224-2040	9 - TELEFONE 3224-2041	10 - TELEFONE -
12 - DDD 021	13 - FAX 3224-9999	14 - FAX 3224-6055	15 - FAX 3224-7784
16 - E-MAIL barbassa@petrobras.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 783.840.017-15

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	2.536.674	2.536.674	2.536.674
2 - Preferenciais	1.850.364	1.850.364	1.849.478
3 - Total	4.387.038	4.387.038	4.386.152
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Estatual Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1010 - Petróleo e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
PROSPECÇÃO PETRÓLEO E GÁS, REFINO E ENERGIA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	25/07/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/01/2008	ON	0,5000000000
02	RCA	25/07/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/01/2008	PN	0,5000000000
03	RCA	21/09/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/03/2008	ON	0,5000000000
04	RCA	21/09/2007	Juros Sobre Capital Próprio	31/03/2008	PN	0,5000000000
05	RCA	27/12/2007	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2008	ON	0,3000000000
06	RCA	27/12/2007	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2008	PN	0,3000000000
07	RCA	03/03/2008	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,1500000000
08	RCA	03/03/2008	Juros Sobre Capital Próprio		PN	0,1500000000
09	RCA	03/03/2008	Dividendo		ON	0,0500000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10	RCA	03/03/2008	Dividendo		PN	0,0500000000
----	-----	------------	-----------	--	----	--------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 03/03/2008	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	211.233.010	179.614.554	154.013.146
1.01	Ativo Circulante	40.154.095	49.443.798	44.694.731
1.01.01	Disponibilidades	7.847.949	20.098.892	17.481.555
1.01.01.01	Caixa e Bancos	866.147	2.219.519	2.114.551
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	6.981.802	17.879.373	15.367.004
1.01.02	Créditos	12.036.476	10.376.356	10.676.578
1.01.02.01	Clientes	12.036.476	10.376.356	10.676.578
1.01.02.01.01	Clientes	3.445.477	4.248.112	4.447.097
1.01.02.01.02	Subsid. Contr. Coligada Princ. p/ Vendas	7.899.158	5.105.482	4.600.522
1.01.02.01.03	Outras Contas a Receber	894.533	1.210.244	1.844.634
1.01.02.01.04	Provisão para Cred. Liq Duvidosa	(202.692)	(187.482)	(215.675)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	12.800.138	12.968.740	10.337.565
1.01.04	Outros	7.469.532	5.999.810	6.199.033
1.01.04.01	Dividendos a Receber	668.501	777.593	945.676
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	5.125.217	4.381.752	4.037.175
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	1.095.815	669.892	680.787
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	579.999	170.573	535.395
1.02	Ativo Não Circulante	171.078.915	130.170.756	109.318.415
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.949.619	45.184.676	37.601.550
1.02.01.01	Créditos Diversos	4.834.031	1.418.762	857.198
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Álcool - STN	797.851	785.791	769.524
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.386.999	8.062	7.601
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	1.366	1.366	1.475
1.02.01.01.04	Outras Contas a Receber	647.815	623.543	78.598
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	47.555.806	34.282.729	28.116.453
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	1.488	141.288
1.02.01.02.02	Com Controladas	47.555.806	34.281.241	27.975.165
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	11.559.782	9.483.185	8.627.899
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	1.503.713	927.830	569.030
1.02.01.03.02	Imposto Renda e Contrib. Soc. Diferidos	1.776.187	1.363.928	1.102.845
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	755.058	693.776	1.230.796
1.02.01.03.04	PASEP/COFINS Diferido	3.026.238	1.704.753	0
1.02.01.03.05	Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	0	115.923	117.811
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.445.658	1.438.384	1.443.834
1.02.01.03.07	Adiantamento p/ Plano de Pensão	1.296.810	1.242.268	1.205.358
1.02.01.03.08	Adiantamentos a Fornecedores	396.781	564.266	684.235
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	809.332	818.953	1.060.967
1.02.01.03.10	Estoque	236.753	464.783	492.777
1.02.01.03.11	Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo	313.252	148.321	720.246

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
1.02.02	Ativo Permanente	107.129.296	84.986.080	71.716.865
1.02.02.01	Investimentos	26.068.789	22.776.506	20.366.625
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	132.444	98.470	2.153
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	23.509.345	22.444.836	20.129.942
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	349.852	233.200	234.530
1.02.02.01.06	Direitos/Adiant-aquisição investimentos	2.077.148	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	77.252.144	58.682.236	48.187.534
1.02.02.03	Intangível	3.074.677	2.778.773	2.584.531
1.02.02.04	Diferido	733.686	748.565	578.175

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	218.254.174	205.403.037	179.065.284
3.02	Deduções da Receita Bruta	(47.676.449)	(47.164.218)	(42.460.206)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	170.577.725	158.238.819	136.605.078
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(104.398.043)	(94.933.511)	(77.107.946)
3.05	Resultado Bruto	66.179.682	63.305.308	59.497.132
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.201.878)	(22.632.816)	(22.817.235)
3.06.01	Com Vendas	(6.059.734)	(5.790.648)	(5.477.419)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(6.427.892)	(5.429.296)	(5.430.798)
3.06.02.01	Honor. Diretoria e Cons. Administração	(29.259)	(31.035)	(28.845)
3.06.02.02	De Administração	(6.398.633)	(5.398.261)	(5.401.953)
3.06.03	Financeiras	(785.459)	(1.341.554)	(3.213.363)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.506.543	2.378.793	1.351.410
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(3.292.002)	(3.720.347)	(4.564.773)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(16.248.138)	(9.838.103)	(8.445.531)
3.06.05.01	Tributárias	(1.255.511)	(1.262.936)	(895.208)
3.06.05.02	Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(1.712.338)	(1.586.489)	(934.600)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	(446.129)	(45.063)	(126.032)
3.06.05.04	Custo Explot. p/Extração Petróleo/Gás	(2.569.724)	(2.036.838)	(2.222.792)
3.06.05.05	Plano de Pensão e Saúde	(2.494.510)	(1.940.582)	(2.011.016)
3.06.05.06	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(3.146.547)	9.359	370.536
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(4.623.379)	(2.975.554)	(2.626.419)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(680.655)	(233.215)	(250.124)
3.07	Resultado Operacional	35.977.804	40.672.492	36.679.897
3.08	Resultado Não Operacional	(438.517)	(66.950)	(124.531)
3.08.01	Receitas	0	29.906	(576)
3.08.02	Despesas	(438.517)	(96.856)	(123.955)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	35.539.287	40.605.542	36.555.366
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(10.795.524)	(11.130.072)	(10.300.520)
3.11	IR Diferido	(477.234)	(766.329)	(501.636)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.011.914)	(1.196.918)	(1.005.564)
3.12.01	Participações	(1.011.914)	(1.196.918)	(1.005.564)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(1.742.826)	(1.593.303)	(1.022.923)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	21.511.789	25.918.920	23.724.723
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	4.387.038	4.387.038	4.386.152
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	4,90349	5,90807	5,40901
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
------------	---------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	211.233.010	179.614.554	154.013.146
2.01	Passivo Circulante	60.385.858	51.183.457	48.065.619
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	748.518	1.279.445	1.655.721
2.01.01.01	Financiamentos	625.922	1.141.352	1.499.012
2.01.01.02	Juros sobre Financiamentos	122.596	138.093	156.709
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	7.413.054	5.427.331	4.481.558
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	8.493.492	6.854.934	7.292.508
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.580.557	7.896.669	7.017.843
2.01.06	Provisões	3.090.081	2.963.043	2.823.654
2.01.06.01	Salários, férias e encargos	1.375.912	1.137.832	978.222
2.01.06.02	Provisão para contingências	54.000	54.000	167.645
2.01.06.03	Plano de Pensão	386.091	391.783	461.848
2.01.06.04	Plano de Saúde	429.666	386.428	369.939
2.01.06.05	Part. empregados e administradores	844.412	993.000	846.000
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	29.043.500	23.473.128	20.383.557
2.01.07.01	Fornecedores	29.043.500	23.473.128	20.383.557
2.01.08	Outros	5.016.656	3.288.907	4.410.778
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	120.326	1.119.891	1.054.783
2.01.08.02	Projetos estruturados	408.234	1.565.296	2.421.806
2.01.08.03	Outros	4.488.096	603.720	934.189
2.02	Passivo Não Circulante	34.834.917	29.048.763	25.244.261
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	34.834.917	29.048.763	25.244.261
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.811.988	5.094.223	6.408.872
2.02.01.01.01	Financiamentos	4.811.988	5.094.223	6.408.872
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	21.335.040	17.873.052	14.351.765
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	8.554.276	7.382.761	6.107.188
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	208.415	190.671	225.251
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	4.138.672	2.777.184	1.749.036
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. Sociais Diferidos	8.433.677	7.522.436	6.270.290
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.374.256	2.506.957	1.925.046
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	6.313.633	3.574.531	2.558.578
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	5.854.072	2.979.031	1.807.730
2.02.01.06.02	Provisão p/ paradas prog e docagem	0	0	0
2.02.01.06.03	Outras Contas e despesas a pagar	459.561	595.500	750.848
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	116.012.235	99.382.334	80.703.266
2.04.01	Capital Social Realizado	52.644.460	48.263.983	33.235.445
2.04.01.01	Capital Social Integralizado	52.644.460	48.263.983	32.896.138

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.01.02	Correção Monetária de Capital	0	0	339.307
2.04.02	Reservas de Capital	1.553.831	372.064	372.064
2.04.02.01	Subvenções AFRMM	169.142	158.298	158.298
2.04.02.02	Incentivos Fiscais IR	1.384.689	213.766	213.766
2.04.03	Reservas de Reavaliação	61.520	66.423	60.120
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	61.520	66.423	60.120
2.04.04	Reservas de Lucro	61.752.424	50.679.864	47.035.637
2.04.04.01	Legal	7.612.508	6.511.073	5.207.914
2.04.04.02	Estatutária	504.544	1.249.441	1.008.119
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	53.635.372	42.919.350	40.819.604
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	170.244.954	162.225.973	143.665.730
3.02	Deduções da Receita Bruta	(43.477.953)	(42.508.173)	(37.843.204)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	126.767.001	119.717.800	105.822.526
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(70.444.686)	(65.942.183)	(57.512.113)
3.05	Resultado Bruto	56.322.315	53.775.617	48.310.413
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(23.898.643)	(16.000.058)	(14.810.467)
3.06.01	Com Vendas	(5.314.132)	(4.975.402)	(4.195.157)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.488.210)	(3.607.991)	(3.453.753)
3.06.02.01	Honor. Diretoria e Cons. Administração	(4.034)	(3.898)	(4.089)
3.06.02.02	De Administração	(4.484.176)	(3.604.093)	(3.449.664)
3.06.03	Financeiras	1.678.641	812.195	126.439
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4.662.159	3.038.657	2.369.097
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(2.983.518)	(2.226.462)	(2.242.658)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(15.113.361)	(8.652.855)	(9.070.019)
3.06.05.01	Tributárias	(717.092)	(679.756)	(443.415)
3.06.05.02	Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(1.700.342)	(1.575.723)	(932.627)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	(45.248)	(40.395)	(49.368)
3.06.05.04	Custo Explot. p/ Extração Petróleo e Gás	(1.211.923)	(1.118.839)	(1.876.411)
3.06.05.05	Plano de Pensão e Saúde	(2.359.108)	(1.823.391)	(1.888.903)
3.06.05.06	Variações Monetárias e Cambias Líquidas	(4.713.938)	(778.277)	(1.187.233)
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(4.365.710)	(2.636.474)	(2.692.062)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(661.581)	423.995	1.782.023
3.07	Resultado Operacional	32.423.672	37.775.559	33.499.946
3.08	Resultado Não Operacional	(340.701)	(111.650)	(199.982)
3.08.01	Receitas	74.691	1.082	1.256.194
3.08.02	Despesas	(415.392)	(112.732)	(1.456.176)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	32.082.971	37.663.909	33.299.964
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(8.590.720)	(9.366.173)	(8.581.490)
3.11	IR Diferido	(619.148)	(1.241.563)	(422.392)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(844.412)	(993.000)	(846.000)
3.12.01	Participações	(844.412)	(993.000)	(846.000)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	22.028.691	26.063.173	23.450.082
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	4.387.038	4.387.038	4.386.152
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	5,02131	5,94095	5,34639
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

O ano de 2007 foi marcado pela descoberta da área de Tupi com reserva estimada entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo leve em águas ultraprofundas. A área localiza-se a 320 km da costa do Rio de Janeiro, na Bacia de Santos, abaixo de uma camada de sal de dois quilômetros de espessura (pré-sal). Essa descoberta colocará a Petrobras entre as grandes detentoras de reservas de petróleo no mundo, e permitirá oferecer aos nossos acionistas a perspectiva continuada de excelentes resultados.

O ineditismo do achado - nunca tal profundidade foi explorada comercialmente – reafirmou nossa tradição de excelência tecnológica e abriu um novo horizonte exploratório para a Companhia e para o Brasil, que poderá entrar para o restrito clube dos países exportadores de petróleo. O potencial da camada pré-sal foi confirmado em janeiro de 2008 com a constatação da existência de uma grande jazida de gás natural e condensado, na mesma Bacia de Santos.

Há muito o que celebrar, antes mesmo que a área de Tupi comece a produzir. A produção de petróleo e gás natural no Brasil cresceu 0,4% em relação a 2006, atingindo 2,065 milhões de boe/dia. Acrescentamos reservas num ritmo muito superior à produção, conforme atesta o índice de reposição de reservas (IRR) de 123,6%. Como consequência, a relação Reserva/Produção (R/P) atingiu 19,6 anos. No dia 25 de dezembro atingimos um novo recorde diário de produção: 2 milhões 238 barris, volume somente alcançado por outras sete empresas no mundo. Isso foi possível devido à entrada em operação de cinco plataformas em 2007, que acrescentaram 590 mil barris de petróleo por dia à capacidade instalada da Companhia.

O desempenho operacional nos mercados brasileiro e internacional, juntamente com fatores externos, tais como a elevação dos preços do petróleo, traduziram-se em forte valorização, tanto de nossas ações, as mais negociadas na Bovespa, como dos American Depositary Receipts (ADRs) negociados em Nova York. Os papéis ordinários e preferenciais subiram 92,7% e 77,5%, respectivamente, em comparação à valorização de 43,6% do Ibovespa. No mercado acionário de Nova York, a valorização das ADR foi superior a 100%. A Petrobras encerrou 2007 com valor de mercado de R\$ 430 bilhões, o maior já registrado, o que nos confere a posição de empresa mais valiosa da América Latina.

Expandimos o volume de processamento de petróleo e produção de derivados em nossas refinarias, atingindo as marcas de 1.779 mil bpd de óleo e 1.795 mil bpd de derivados. Investimos em novas unidades e melhorias tecnológicas nas refinarias existentes para converter o óleo pesado em produtos de maior valor. Ampliamos a liderança da rede de postos Petrobras no Brasil. A participação da Companhia no mercado brasileiro chegou a 34% no acumulado do ano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Alcançamos aumento no volume das vendas no mercado interno (3,6%) e no externo (10,7%). O maior volume de vendas, juntamente com a elevação do preço do petróleo fizeram com que a Receita Bruta chegasse a R\$ 218,3 bilhões, com aumento de 6,3% em relação ao ano anterior. A Receita Líquida, por sua vez, cresceu 7,8%, e chegou a R\$ 170,6 bilhões. Os maiores custos enfrentados por toda a indústria de petróleo afetaram nossos resultados, de forma que o lucro líquido de R\$ 21,5 bilhões foi 17% inferior ao do ano anterior. Na área financeira, mantivemos a estratégia de gerenciamento de passivos, com o pré-pagamento de dívidas antigas ou substituição por dívidas com custo inferior.

Os investimentos em 2007 foram os mais altos da história da Companhia, alcançando R\$ 45,3 bilhões, o que representa 34,4% a mais do que em 2006. Cerca de 75% das compras de R\$ 38,71 bilhões previstas nos projetos foram colocados junto a fornecedores nacionais, para aquisição de materiais, equipamentos e serviços que dinamizam a economia brasileira.

O crescimento das perspectivas de negócio exigiu a revisão dos investimentos planejados. Revisamos o Plano de Negócios 2008-2012 que agora prevê investimentos de US\$ 112,4 bilhões, o que representa uma elevação de 29% em relação ao plano anterior.

Também em 2007 deu-se o retorno da Petrobras como acionista de grande porte da petroquímica brasileira. Os investimentos realizados em 2007 marcaram uma inflexão na estratégia da companhia no setor, o que deu à Petrobras um papel central na consolidação do setor petroquímico brasileiro. Os destaques foram a compra da totalidade da Suzano Petroquímica e do Grupo Ipiranga, em associação com grupos brasileiros.

Num ano em que o gás natural aumentou sua participação na matriz energética brasileira, aceleramos a execução dos projetos para garantir o abastecimento, com investimentos na expansão da malha de transporte, e terminais de GNL. Em 2007, a Petrobras entregou ao mercado brasileiro um volume médio diário de 49 milhões de m³. Superamos limites também na geração de energia elétrica, atingindo o pico de 2,9 mil MW em novembro, e média diária de 1.006 MW.

Ampliamos nossa frota de navios e demos significativo impulso à indústria naval brasileira com a encomenda de 23 petroleiros a estaleiros nacionais, no valor de R\$ 2,3 bilhões.

A presença internacional da Companhia foi fortalecida pela aquisição de ativos que demandaram 14,5% do total de investimentos realizados no ano. Um dos destaques foi a entrada no segmento de refino na Ásia, com a aquisição de uma refinaria em Okinawa no Japão, juntamente com um terminal que possibilitará distribuição de biocombustíveis e derivados no mercado asiático.

Os principais ativos da Companhia – pessoas e conhecimento – receberam atenção especial em 2007. Investimos R\$ 131 milhões no Centro de Pesquisa (Cenpes), que firmou 62 novos convênios com 28 instituições. Implantamos novos programas de educação e treinamento, com vistas a capacitar ainda mais a força de trabalho. E aplicamos R\$ 4,3 bilhões em projetos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, alinhados às diretrizes corporativas, no sentido de proteger funcionários, comunidades e patrimônio físico, bem como reduzir riscos operacionais capazes de afetar operações e resultados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Avançamos na implantação da nova Política de responsabilidade social, conforme as diretrizes definidas na revisão do Plano Estratégico 2020. Desta forma, aprimoramos o planejamento, acompanhamento e avaliação dos investimentos sociais.

Os resultados de 2007 atestam a determinação da Petrobras para aproveitar oportunidades de negócio e antecipar tendências de mercado. A atuação da Companhia segue fundada nos três fatores de sustentabilidade da estratégia corporativa: Crescimento Integrado, Rentabilidade, e Responsabilidade Social e Ambiental.

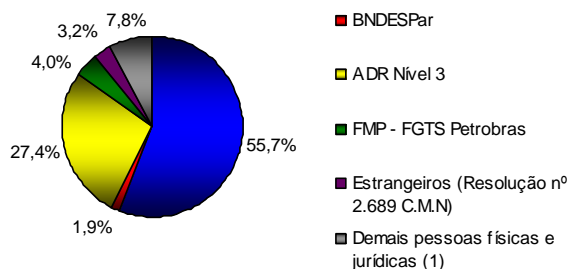
José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente da Petrobras

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

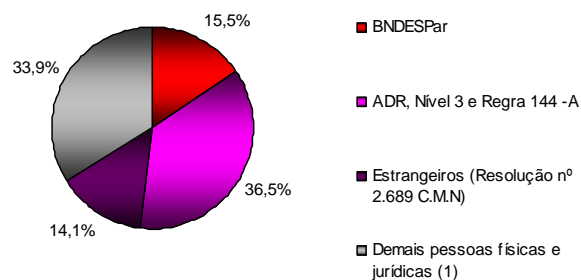
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Posição acionária no encerramento de 2007

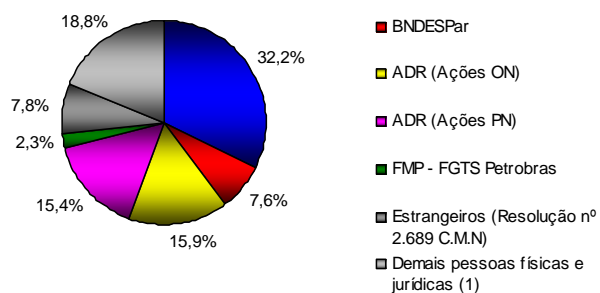
Capital Votante - Ações Ordinárias



Capital Não-Votante - Ações Preferenciais



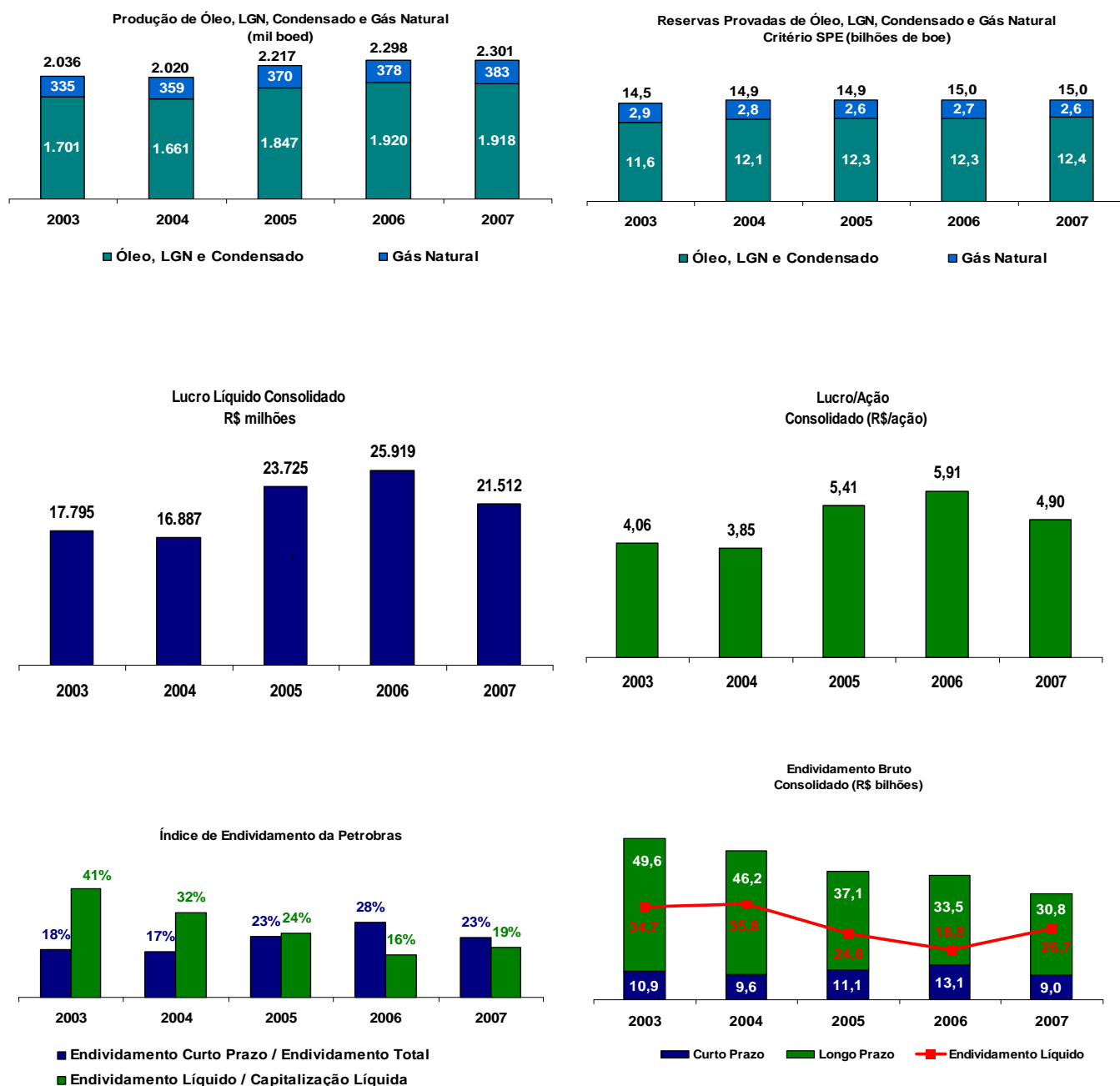
Capital Social



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

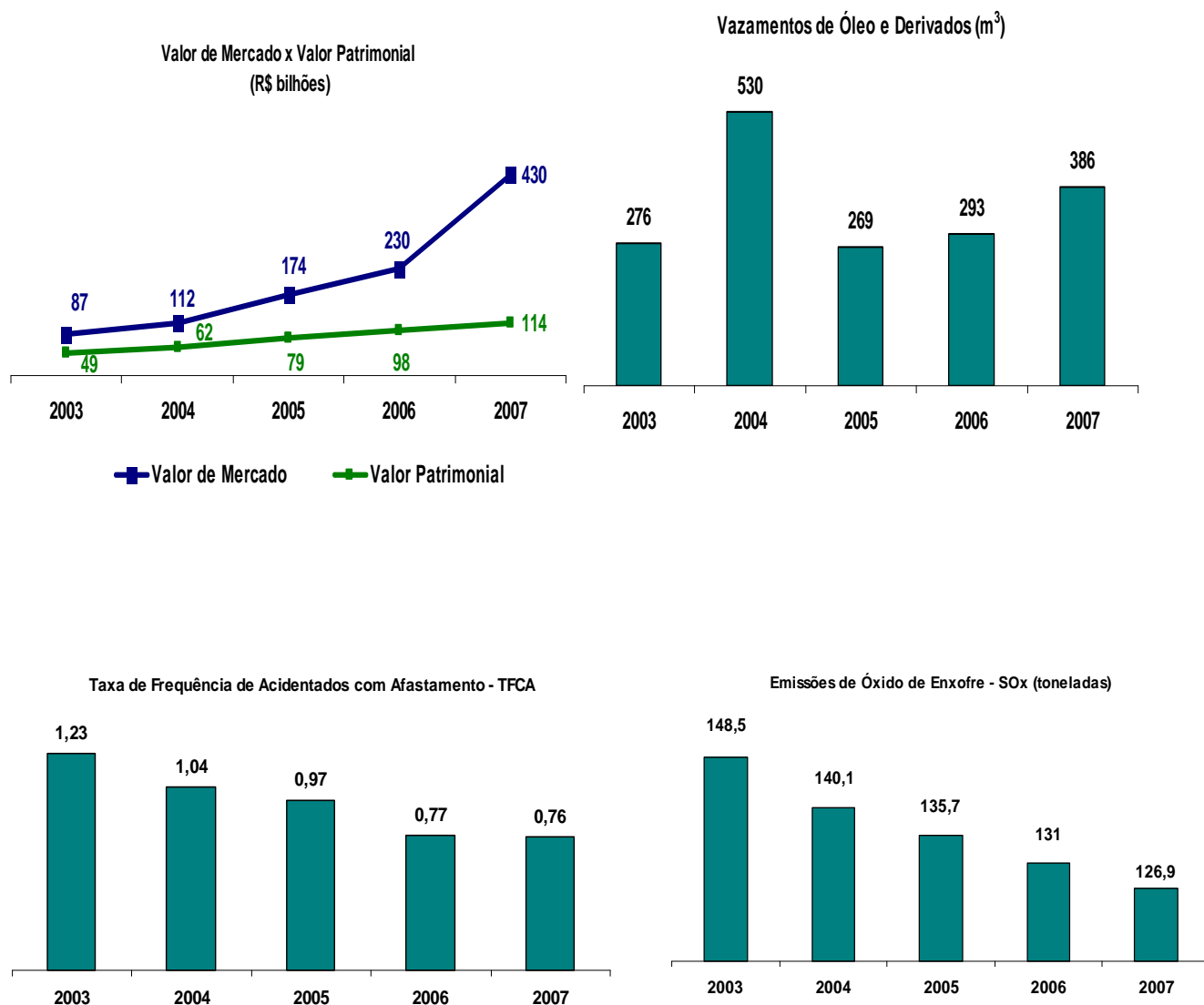
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Principais Indicadores



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultados e Gestão

Análise do mercado de petróleo

Preços em alta

O ano de 2007 foi marcado por forte elevação dos preços do petróleo, revertendo a tendência de queda verificada no final de 2006. O valor do Brent variou entre US\$ 51,31 e US\$ 95,81 por barril, acumulando crescimento de 56%. Em média, o preço do barril foi US\$ 7,42 superior ao de 2006, demonstrando ainda maior volatilidade.

Diferentemente do ano anterior, registrou-se excesso de demanda de petróleo e queda nos estoques, o que resultou na elevação dos preços. Além disso, as instabilidades geopolíticas, como a questão nuclear do Irã, as guerrilhas na Nigéria e as tensões na fronteira Turquia-Iraque, aumentaram as incertezas em relação à oferta.

Nem mesmo o aumento da produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a partir do segundo semestre, foi suficiente para aliviar o desequilíbrio entre oferta e demanda ao longo do ano.

A ocorrência de um inverno mais ameno no Hemisfério Norte, no início do ano, reduziu as pressões de demanda sobre o mercado, mas temperaturas mais baixas a partir de fevereiro provocaram a retomada da tendência de alta dos preços. Esta trajetória foi brevemente interrompida em agosto, com o fim da temporada de furacões no Atlântico e da *driving season* na Europa e nos Estados Unidos. Por outro lado, a crise imobiliária e a desaceleração da economia norte-americana, no último trimestre do ano, não causaram impacto sobre o mercado da *commodity*.

Em 2006, especialistas haviam anunciado que a economia mundial não suportaria preços do barril de petróleo próximos a US\$ 100 e que este patamar seria capaz, por si só, de forçar um “movimento de correção” no mercado. O ano de 2007 demonstrou exatamente o oposto: a tolerância a preços altos é bem maior do que se imaginava.

Estratégia e Desempenho Empresarial

Estratégia

Ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida por seus públicos de interesse é a nova visão do Plano Estratégico Petrobras 2020, aprovada com o Plano de Negócios 2008-2012 pelo Conselho de Administração. O plano 2008-2012 prevê investimentos de US\$ 112,4 bilhões. Desse total, US\$ 97,4 bilhões serão aplicados no Brasil e US\$ 15 bilhões no exterior, dos quais 79% na América Latina, Estados Unidos e Oeste da África.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

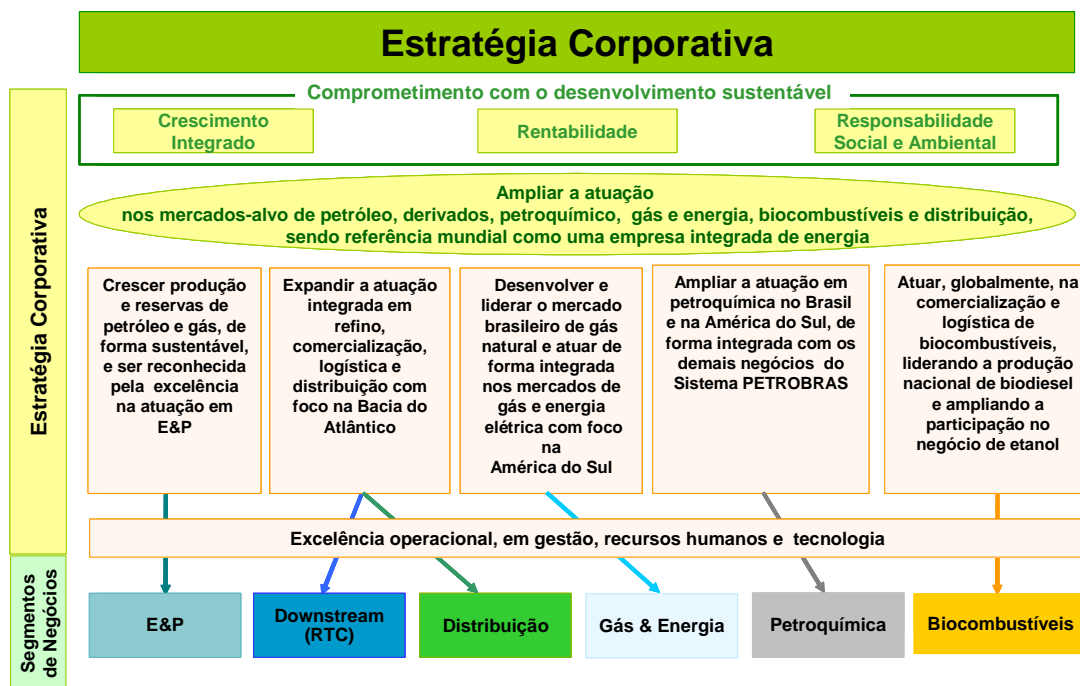
O Plano de Negócios mantém as metas agressivas de crescimento, tanto no Brasil quanto no exterior. A produção de óleo e gás natural deverá alcançar 3.494 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) em 2012, sendo 3.058 mil boed no Brasil.

Do total a ser investido, US\$ 1,5 bilhão está reservado aos biocombustíveis, sendo 46% direcionado a dutos e alcooldutos e 29% ao biodiesel. As metas corporativas estipulam a disponibilidade de 329 mil m³/ano de biodiesel já em 2008, até atingir 1.182 mil m³/ano em 2015. As exportações de etanol começam com 500 mil m³ em 2008, crescendo 45,5% ao ano para alcançar 4.750 mil m³ em 2012.

Os projetos prevêem conteúdo nacional de 65%, gerando investimentos de US\$ 12,6 bilhões por ano, em média, no mercado fornecedor local. Cerca de 917 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos serão criados no País.

Nova Estrutura

O Plano Estratégico apresenta duas mudanças estruturais. A primeira é a divisão por segmento de negócio, e não mais por área de negócio. A Petrobras passa a ter seis segmentos de negócio: Exploração e Produção (E&P), Downstream (Refino, Transporte e Comercialização), Petroquímica, Distribuição, Gás & Energia e Biocombustíveis. Os investimentos internacionais, que antes faziam parte de uma área independente, passaram a ficar distribuídos dentro dos respectivos segmentos de negócio. A segunda diz respeito aos novos desafios de gestão, com foco em disciplina de capital, recursos humanos, responsabilidade social, mudança climática e tecnologia.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Visão Petrobras 2020 e as metas de crescimento do Plano de Negócios 2008-2012 levam em conta o comprometimento da Companhia com o desenvolvimento sustentável dos países e dos mercados onde atua. A estratégia corporativa baseia-se em três fatores de sustentabilidade: Crescimento Integrado, Rentabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental.

Recorde de investimentos e melhoria operacional

Ao investir R\$ 45,2 bilhões em 2007 - 34,4% acima do ano anterior – a Petrobras avançou significativamente no cumprimento das metas do Plano Estratégico 2020. Do total investido, 40,7% concentraram-se na Área de Exploração e Produção. A área de Abastecimento recebeu 21,3% dos investimentos, com prioridade para a ampliação, conversão e qualidade do refino, que aumentam o valor dos derivados de petróleo e gás produzidos pela Companhia. Os recursos aplicados nas aquisições no setor Petroquímico contribuíram para a meta de consolidar o setor, com a formação de empresas de escala global e elevada competitividade. A Área Internacional recebeu 14,5% dos investimentos feitos em 2007.

A produção de petróleo e gás natural no Brasil atingiu 2,064 milhões boe/dia representando crescimento de 0,4% em relação ao ano anterior, principalmente pela operação de cinco novas plataformas e o aumento da produção de quatro unidades que começaram a produzir em 2006. Outras quatro plataformas previstas para começarem a operar em 2008 elevarão a capacidade instalada em mais 520 mil boe/dia.

O custo de extração do petróleo nacional aumentou 4,3% em reais devido aos maiores gastos com serviços, materiais e pessoal, como reflexo do aquecimento da indústria.

No exterior, a produção de óleo e gás diminuiu 2,5% em relação a 2006, atingindo a média de 237 mil boe/dia. Os motivos para este resultado foram as revisões contratuais na Venezuela e o declínio natural dos campos maduros em Angola. Entretanto, o início da produção do campo de Cottonwood (EUA), a recuperação dos danos causados em virtude da passagem dos furacões Rita e Katrina, nos EUA, e a maior produção de gás na Bolívia para atender à demanda boliviana e argentina mantiveram o equilíbrio da produção internacional.

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras atingiram 15,010 bilhões de boe em 31 de dezembro de 2007, significando redução de 0,1% (0,013 bilhão de boe) em relação ao ano anterior, segundo o critério da Society of Petroleum Engineers (SPE). Do total de reservas, 92,7% estão em território brasileiro e 7,3% em internacional. Para cada barril de óleo equivalente produzido em 2007, foi apropriado 0,984 boe, resultando num Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 98,4%. A relação Reserva/Produção (R/P) ficou em 18,9 anos.

A carga fresca processada nas refinarias brasileiras aumentou 1,2% em relação ao ano anterior devido à entrada em operação das novas unidades de conversão da Refap em 2006. A participação do petróleo nacional na carga processada (78%) diminuiu 0,5 % em relação ao ano anterior, passando de 1.388 mil bbl/dia em 2006 para 1.378 mil bbl/dia em 2007. A razão foi a necessidade de aumentar a participação de petróleo importado, menos ácido, para viabilizar o processamento do petróleo nacional com elevada acidez.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aumento da Receita

A política de preços adotada em 2006 foi mantida em 2007, evitando repasse imediato ao consumidor da volatilidade dos preços internacionais. O preço médio dos derivados no mercado interno foi de R\$ 150,88/bbl, 0,3% superior à média de 2006. Os preços do óleo combustível e do querosene de aviação acompanharam as flutuações do mercado internacional.

As vendas totais da Petrobras, incluindo exportações, gás natural e vendas internacionais, atingiram 3,254 milhões boe/dia o que representa crescimento de 7,9% em relação às de 2006 (3.017 mil boe/dia). O volume de vendas no mercado interno, sem incluir energia, subiu 2,5% em 2007. A comercialização de derivados cresceu 3,1%, influenciada pelo crescimento do PIB, aumento da produção e expansão da área plantada da safra de grãos e de cana-de-açúcar.

O volume de venda de gás natural no mercado interno elevou-se em 0,4% devido ao aumento de 6,0% das vendas de gás não térmico. As vendas de gás térmico caíram 34,0%. Impulsionada por oportunidades no mercado de curto prazo e exportações para a Argentina, a comercialização de energia registrou elevação de 13,3%.

O aumento de preços de petróleo e derivados no mercado externo, aliado ao aquecimento de 2,5% no volume de vendas no mercado interno e de 9,2% no externo, levaram a Receita Operacional Bruta consolidada a atingir R\$ 218,3 bilhões, enquanto a Receita Operacional Líquida ficou em R\$ 170,6 bilhões, superando em 6,3% e 7,8%, respectivamente, as de 2006. No mercado interno, a receita líquida aumentou R\$ 2,4 bilhões (2,4%), refletindo principalmente o aumento de 4,2% da receita de diesel e de 2,6% da de GLP, como resultado de aumento nas vendas.

Já a receita líquida com exportações aumentou R\$ 2,0 bilhões. A venda de petróleo para o mercado externo cresceu 7,5%, a de derivados em 11,3%, a de gasolina 38,6% e a de diesel 58,4%. A receita das vendas internacionais subiu R\$ 4,6 bilhões devido à expansão das operações de trading e a inclusão das operações da Refinaria de Pasadena e das distribuidoras adquiridas da Shell, no Paraguai, Uruguai e Colômbia, que mais do que compensaram a redução da receita na Venezuela e na Bolívia.

O Lucro Operacional foi de R\$ 40,6 bilhões, 3,9% abaixo do obtido em 2006. Os principais fatores que levaram a este resultado foram o aumento de 10% do Custo dos Produtos e Serviços Vendidos – somente o preço do petróleo de referência Brent subiu 11,3% – e o crescimento das importações de óleo leve e de derivados para atender ao perfil da demanda do mercado nacional. O aumento de 21,5% nas despesas operacionais também afetou o lucro, destacando-se o aporte de R\$ 1,1 bilhão devido à repactuação do Plano Petros.

Conseqüentemente, o EBITDA foi de R\$ 50,3 bilhões, 1,2% abaixo do apurado no ano passado. O Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE) foi de 18% - 5 pontos percentuais inferior ao do exercício de 2006 - em função do aumento do capital empregado ainda não refletido no lucro, pelo alto tempo de maturação dos projetos na indústria do petróleo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

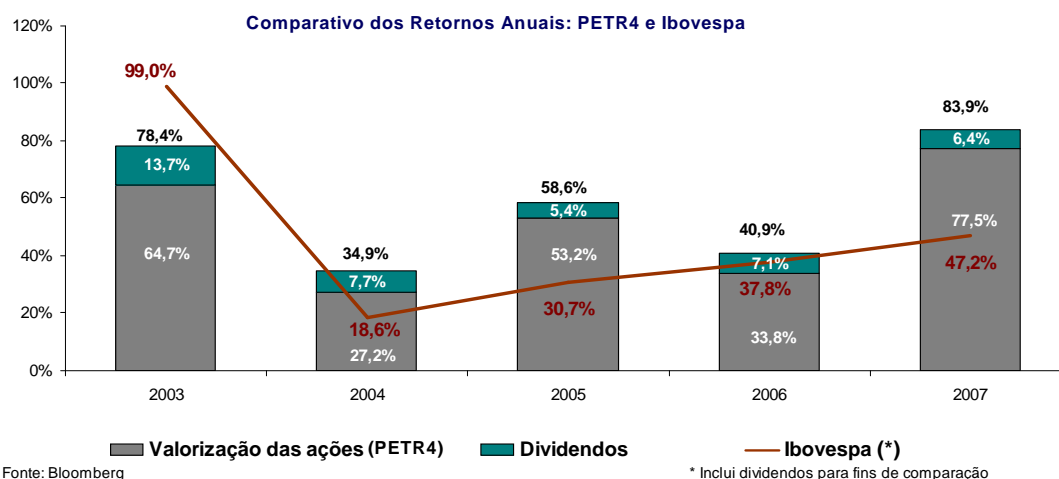
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ativo total da Petrobras atingiu R\$ 231,2 bilhões, com crescimento de 9,8% em relação a 2006. Esse resultado decorreu dos aumentos de 22,6% do imobilizado e de 34,6% do realizável a longo prazo, enquanto o ativo circulante diminuiu 20,6% pela redução do caixa e das aplicações financeiras. A contrapartida no passivo ocorreu principalmente no patrimônio líquido, com crescimento de 16,7%, principalmente em função da variação de 24,2% das reservas/lucro do período. O passivo circulante reduziu 2,1%, influenciado pela redução de 32,1% dos financiamentos.

A Companhia manteve o compromisso de excelência em Responsabilidade Social e Ambiental. Mesmo com expressivo crescimento nas operações, o volume de vazamento de óleo e derivados no Meio Ambiente foi de 366,8 m³, representando um ligeiro aumento em relação ao do ano anterior, que havia sido de 292,9 m³. Este volume está significativamente abaixo do limite máximo admissível, que é de 739 m³. A Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento, incluindo empregados próprios e contratados, permaneceu estável, passando de 0,77 em 2006 para 0,76 em 2007.

Desempenho das ações

As ações e os American Depositary Receipts (ADRs) da Petrobras obtiveram rendimentos superiores aos índices de referência dos mercados acionários brasileiro e norte-americano, acompanhando a alta do preço do petróleo. Na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), os papéis ordinários (PETR3) e preferenciais (PETR4) subiram 92,7% e 77,5%, respectivamente, enquanto o Ibovespa registrou valorização nominal de 43,6%. Na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), a variação do Dow Jones foi de 6,4%, e os recibos da Companhia tiveram elevação superior a 100%.

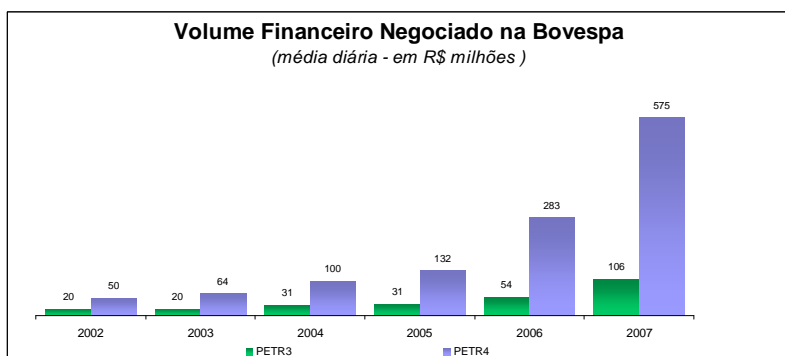


00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

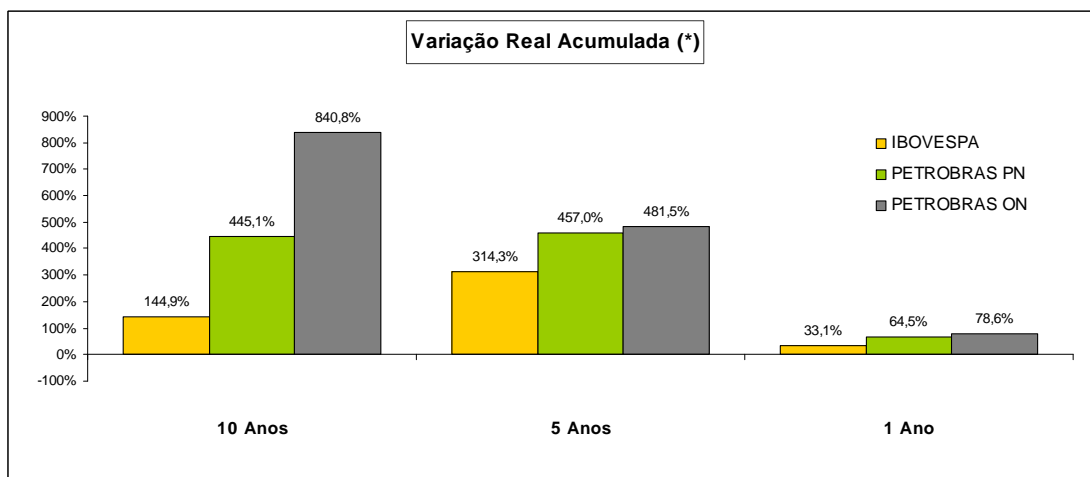
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os bons resultados financeiros e operacionais, a elevação dos preços internacionais do barril de petróleo e as novas descobertas de óleo e gás natural foram fatores decisivos para o excelente desempenho das ações em 2007. O valor de mercado da Petrobras atingiu a marca histórica de R\$ 430 bilhões, 86,6% superior ao de 2006. Em dólares, chegou a US\$ 243 bilhões, aumentando 125,2%.

As ações preferenciais da Companhia foram as mais negociadas na Bovespa em 2007, totalizando uma movimentação média diária de R\$ 575 milhões, um crescimento de 103% em relação a 2006. As ações ordinárias tiveram um volume médio diário de R\$ 106 milhões, 94% superior ao registrado no ano anterior. A Petrobras teve participação relativa superior a 16% na carteira teórica do Ibovespa, que vigorou de setembro a dezembro, sendo a empresa de maior peso deste índice.



Fonte: Bloomberg



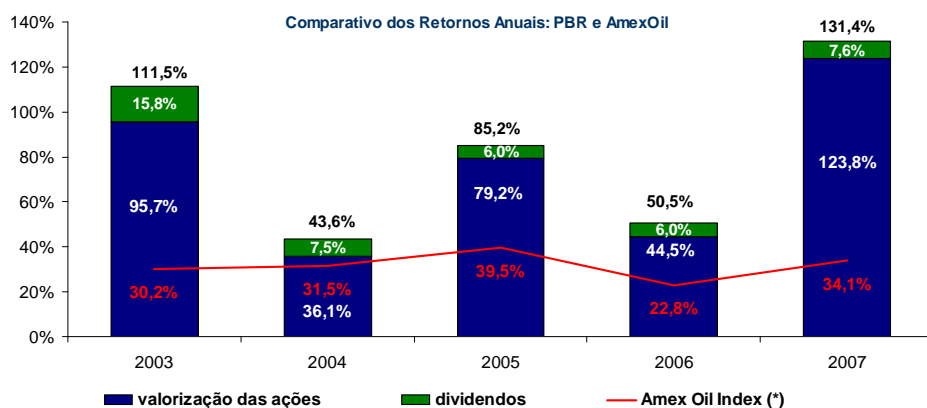
(*) Como deflator foi utilizado o IGP-DI.

Fonte: Bloomberg

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

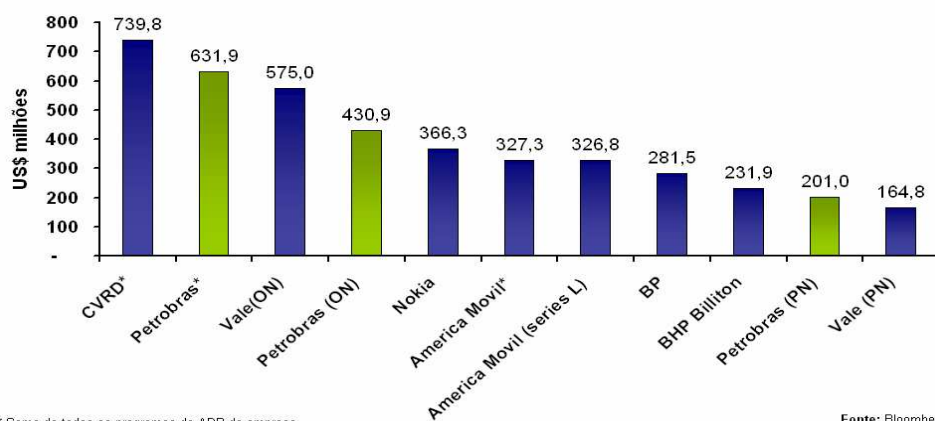
A valorização da taxa de câmbio real/dólar (17%), associada ao bom desempenho da Companhia, impulsionou também os ADRs negociados na Nyse. A alta dos recibos preferenciais (PBRA) foi de 107,5%, enquanto os ordinários (PBR) subiram 123,8%. A apreciação destes recibos superou significativamente a variação não só do Dow Jones, como do S&P500 (3,5%) e do AmexOil, índice de referência do setor petrolífero, que subiu 31,3%.



O volume financeiro médio dos recibos ordinários (PBR) da Petrobras na Nyse foi de US\$ 431 milhões, e o dos preferenciais (PBRA), US\$ 201 milhões. Com isso, os ADRs da Companhia foram o segundo mais negociado nos Estados Unidos.

Volume financeiro negociado na NYSE

média diária em 2007



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

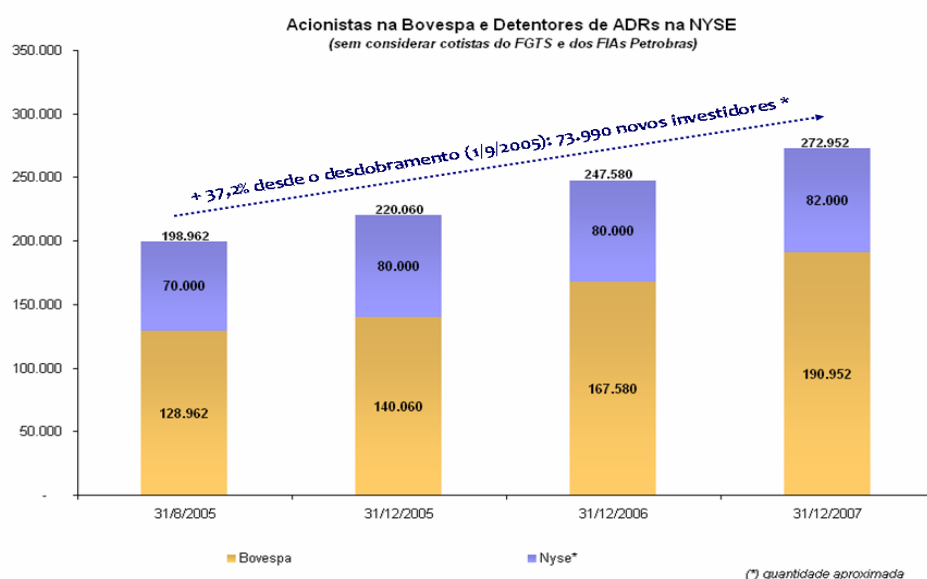
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aumento da base de acionistas

Em 2007, a Petrobras distribuiu a seus acionistas dividendos brutos de R\$ 1,8313 por ação ON (ordinária) ou PN (preferencial), referentes ao exercício de 2006. Este valor representa uma elevação de 10,57% em comparação com os dividendos do ano anterior.

O número de acionistas da Petrobras na Bovespa, em 2007, aumentou significativamente em 23.372 novos participantes, totalizando 190.952. Em termos percentuais, o total de acionistas da Companhia cresceu 14% em comparação a 2006. Desde o desdobramento de suas ações, em 2005, o aumento deste quantitativo foi superior a 48%, o que representa, em valores absolutos, mais 61.990 acionistas. Estima-se que a quantidade mínima dos detentores de ADRs, no final de 2007, era de 82.300. A quantidade de detentores de ADRs é aproximada, visto não haver obrigatoriedade de identificação dos titulares dos recibos de ações no mercado norte-americano.

Somando os acionistas na Bovespa, os detentores de ADRs, os cotistas de fundos de investimento em ações da Petrobras e os aplicadores com recursos do FGTS, o total de investidores, em 2007, ultrapassa 694 mil.



Esse desempenho reflete a confiança dos investidores nos resultados futuros da Companhia e em seu compromisso de crescer com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. Evidencia ainda a percepção positiva do mercado sobre a transparência de gestão, as boas práticas de governança corporativa e os resultados operacionais e financeiros, assim como o bom relacionamento da Petrobras com seus públicos de interesse.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Governança Corporativa

A Petrobras e sua subsidiária Petrobras International Finance Company (PIFCo) conquistaram sem ressalvas a primeira Certificação de Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2006. A certificação atende à lei Sarbanes-Oxley (SOX), exigência legal para as empresas com ações ou títulos registrados no mercado norte-americano.

No Brasil, a Petrobras está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). No exterior, cumpre as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da New York Stock Exchange (NYSE), nos Estados Unidos, do Latibex da Bolsa de Madri, na Espanha, e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires e da Comisión Nacional de Valores (CNV), na Argentina.

A Companhia analisa a adesão formal ao Nível 1 de governança corporativa da Bovespa. Desde as reformas estatutárias de 2002, atende aos requisitos estabelecidos.

A Companhia prosseguiu com o programa de treinamento em governança corporativa, voltado a executivos e empregados cuja atuação envolva o relacionamento com empresas do Sistema Petrobras. O objetivo é promover a conscientização sobre a importância do tema e difundir as melhores práticas adotadas no Brasil e no exterior.

Também em 2007, a Comissão de Governança Corporativa foi vinculada ao Comitê de Análise de Organização e Gestão, formado por gerentes executivos, evidenciando a importância da adoção de boas práticas de governança na Companhia.

Controles internos

As certificações de controles internos da Petrobras e da PIFCo do exercício de 2006 foram arquivadas em 2007 e contemplaram as subsidiárias e controladas relevantes à avaliação e teste dos controles internos sobre os relatórios financeiros consolidados. O processo foi planejado e operacionalizado pela Gerência Geral de Controles Internos, supervisionado pelo Comitê de Gestão de Controles Internos da Petrobras e monitorado pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração.

Para as certificações do exercício de 2006, foram avaliados cerca de 17 mil controles. Após uma análise de risco, foram testados cerca de 3,5 mil controles. A Auditoria Externa efetuou também seus testes, de forma independente da Administração. Os controles internos foram examinados e atestados, sem ressalvas, pelos auditores independentes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para a certificação de 2007, a Gerência Geral de Controles Internos assessorou os gestores na transformação da SOx num processo rotineiro, incorporado integralmente à cultura organizacional da Companhia. Além dos controles em nível de entidade, os gestores concluíram com sucesso a auto-avaliação de 3,2 mil controles em processos contábeis, financeiros, de serviços, tributários e de tecnologia da informação, cujos testes estão em fase de conclusão pelas Auditorias Interna e Externa. Antes do arquivamento da certificação, cada gerente responsável por controle, em todos os níveis hierárquicos, atestará a concordância com o resultado das avaliações e testes dos controles sob sua responsabilidade.

Além de atender aos requisitos legais, o processo de certificação anual traz benefícios como o aprimoramento contínuo dos mecanismos de governança corporativa, a revisão de políticas, diretrizes, códigos e regimentos, a padronização de processos, normas e procedimentos, e a ampliação da governança em tecnologia da informação.

As principais ações de melhoria permanentes na área de controles internos abrangem o gerenciamento integrado dos controles em nível de entidade e de processos, a análise e revisão contínua do mapeamento de riscos nos processos, a extensão gradativa dos controles essenciais a todas as Unidades e o desenvolvimento de programas contínuos de formação de gestores em conceitos e ferramentas padronizados de mapeamento e avaliação de riscos e controles, com o apoio da Universidade Petrobras.

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003

A Petrobras utiliza instrumentos de gestão empresarial pautada em seu Código de ética, Código de Boas Práticas e Diretrizes de Governança Corporativa.

O Estatuto Social da Companhia, no artigo 29, determina que os auditores independentes não poderão prestar serviços de consultoria à Petrobras durante a vigência do contrato de auditoria.

A Petrobras contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de Serviços Técnicos Especializados em Auditoria Contábil nos exercícios sociais de 2006, 2007 e 2008, desde abril de 2006.

Durante o exercício de 2007, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas:

	<u>R\$ Mil</u>
Auditoria Contábil.....	20.508
Auditoria SOX	2.820
Serviços relacionados a auditoria	1.895
Auditoria de Impostos	603
Outros	241
Total dos serviços	26.067

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estrutura de Governança Corporativa

Na estrutura de governança corporativa da Petrobras, estão o Conselho de Administração e seus comitês, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, a Auditoria Interna, a Ouvidoria Geral, o Comitê de Negócios e os Comitês de Gestão.

Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, estabelecidas por lei e pelo Estatuto Social, tem como principais atribuições fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. Eleitos em Assembléia Geral Ordinária para mandatos de um ano, permitida a reeleição, o Conselho tem nove integrantes. Sete representam o acionista controlador; um representa os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias; e outro participa em nome dos acionistas titulares de ações preferenciais.

Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta pelo presidente e seis diretores eleitos pelo Conselho para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o presidente é membro do Conselho de Administração, sem presidir o órgão.

Conselho Fiscal

Permanente e independente da Administração, como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, é composto por cinco membros, com mandatos de um ano, permitida reeleição. Um deles representa os acionistas minoritários; outro, os acionistas titulares de ações preferenciais; e três atuam em nome da União – um deles indicado pelo ministro da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional. Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas na sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, bem como defender os interesses da Companhia e dos acionistas.

Auditoria

A auditoria interna planeja e executa as atividades de auditoria do Sistema Petrobras. Assessora a Alta Administração no alcance dos objetivos definidos no Plano Estratégico através de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa. A partir de 2006, foi incluída nas atividades da auditoria a execução dos testes de controles internos visando especificamente à certificação exigida pela Lei Sarbanes-Oxley.

A Companhia se vale também de auditoria externa, escolhida pelo Conselho de Administração, com restrição à prestação de serviço de consultoria. É obrigatório, a cada cinco anos, o rodízio para contratação da empresa de auditoria externa.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral da Petrobras, vinculada ao Conselho de Administração, planeja, orienta, coordena e avalia atividades que visem acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia, promovendo as apurações decorrentes e as providências a serem adotadas. Cabe a essa unidade atuar como canal para recebimento e processamento de denúncias a respeito de questões contábeis, controles internos e auditoria, incluindo a submissão confidencial e anônima por empregados, de modo a atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

Comitês do Conselho de Administração

Foram instituídos três comitês – Auditoria, Meio Ambiente, Remuneração e Sucessão. Seus integrantes pertencem ao Conselho e o assessoram no cumprimento das responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia.

Comitê de Auditoria

Atendendo totalmente às exigências da lei Sarbanes-Oxley, é composto por 3 membros independentes do Conselho de Administração, sendo seu presidente um especialista financeiro – de acordo com as definições da SEC. Tem como função analisar questões relacionadas à integridade dos relatórios financeiros em US GAAP e à eficácia dos controles internos, assim como supervisionar os auditores externos e internos da Petrobras.

Comitê de Negócios

Fórum de integração, atua na promoção do alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da Companhia e as diretrizes do Plano Estratégico, dando suporte ao processo decisório da Alta Administração.

Comitês de Gestão

Fóruns para amadurecimento e aprofundamento de temas a serem apresentados ao Comitê de Negócios, com o qual trabalham de forma articulada. Esta integração também existe entre os Comitês de Gestão e no seu relacionamento com os Comitês do Conselho de Administração.

A Companhia conta atualmente com os seguintes Comitês de Gestão: Exploração e Produção; Abastecimento; Gás e Energia; Recursos Humanos; Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Análise de Organização e Gestão; Tecnologia da Informação; Controles Internos; Riscos; Tecnologia Petrobras; Responsabilidade Social e Ambiental; e Marketing e Marcas.

Gestão de Riscos

A Petrobras está exposta a riscos de mercado, tais como preço do petróleo e seus derivados, as taxas de juros internos e externos e a taxa de câmbio. O risco é próprio da natureza das atividades, mas o gerenciamento se dá em linha com os objetivos e metas corporativas. Dessa forma, garante-se o crescimento sustentável da Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na busca do equilíbrio entre metas de crescimento e retorno e o grau de exposição a riscos, todas as possibilidades são discutidas pelo Comitê de Gestão de Riscos, composto por executivos das áreas corporativas e de negócio. Isso proporciona uma visão integrada das questões e facilita a tomada de decisões por parte da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

Ao gerenciar os riscos do mercado de petróleo e seus derivados a partir da avaliação periódica e sistemática da exposição líquida consolidada do risco de preço, a Companhia manteve a prática de limitar as operações com derivativos a transações específicas de curto prazo, de até seis meses. Assim, protegeu o resultado de operações físicas, utilizando contratos futuros, swaps e opções, e empregando métricas de controle segundo diretriz específica de gestão de riscos.

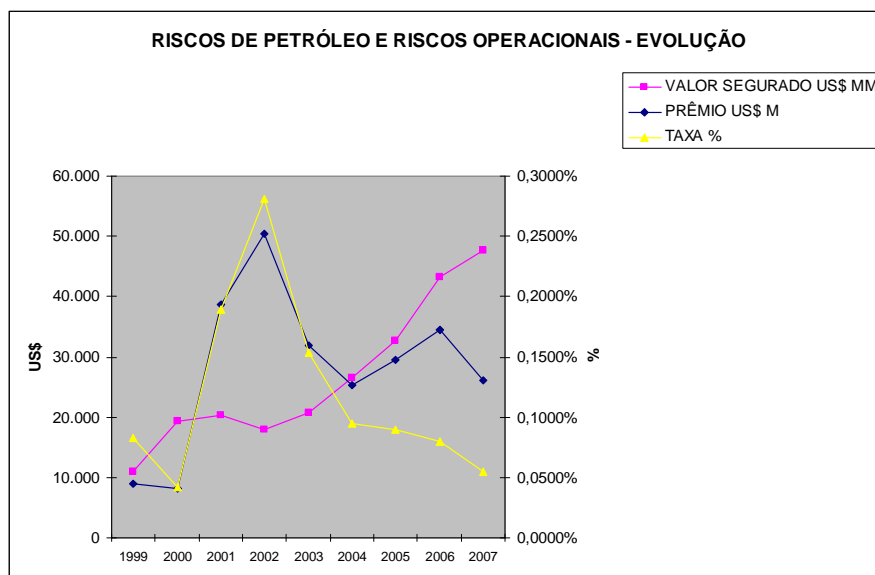
Crédito

A Petrobras consolidou a centralização do controle de crédito dos seus clientes e estendeu a iniciativa também aos clientes de suas subsidiárias Petrobras International Finance Company (PIFCo), Petrobras Finance Limited (PFL) e Petrobras Singapore Private Limited (PSPL). A medida assegura a manutenção dos riscos em níveis considerados adequados, não só no Brasil como também nos mercados do exterior.

A política e os procedimentos de crédito foram aprimorados em 2007, de forma a garantir a competitividade da Companhia nos mercados onde atua e na abertura de novos, principalmente o asiático, dando suporte ao crescimento sustentável das vendas.

Seguros

O prêmio final das principais apólices da Petrobras (incêndio vultoso/riscos operacionais e riscos de petróleo) diminuiu em 2007. O total chegou a US\$ 26,2 milhões, correspondendo a uma redução de 24,1 % em relação a 2006. Os ativos segurados apresentaram elevação, de 10,4%, atingindo US\$ 47,7 bilhões.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A política da Companhia em relação ao mercado de seguros, tanto no Brasil quanto no exterior, estabelece a divulgação permanente das práticas de gestão de riscos e a comunicação ágil e transparente das informações relevantes sobre os sinistros.

A Petrobras assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar a US\$ 50 milhões, conforme o caso. A Companhia não faz seguros de lucros cessantes, controle de poço e de malhas de dutos no Brasil. As plataformas, refinarias e outras instalações são cobertas por apólices de incêndio vultoso/riscos operacionais e riscos de petróleo.

Os projetos e as instalações em construção com potencial de dano máximo provável superior a US\$ 50 milhões estão protegidos contra riscos de engenharia por seguro contratado pela Petrobras ou pelas empreiteiras. A movimentação de cargas é protegida com apólices de transporte, enquanto as embarcações estão protegidas pelo segurado de casco e máquinas. A responsabilidade civil e os riscos ambientais também são cobertos.

Na contratação de seguros, os ativos são avaliados a partir do custo de reposição. O limite máximo de indenização da apólice de incêndio vultoso/riscos operacionais é de US\$ 800 milhões, considerando-se o dano máximo provável em cada instalação.

A maior parte do risco da Petrobras está ressegurada no mercado internacional. As atividades no exterior são seguradas ou resseguradas, em sua maioria, pela Bear Insurance Co. Ltd., empresa cativa do Sistema Petrobras, com sede em Bermuda.

Financiamentos

Financiamentos Corporativos

A Petrobras foi bem-sucedida na implementação de seu plano de financiamento em 2007, apesar da forte volatilidade nos mercados financeiros, em especial no segundo semestre, com a crise no setor imobiliário nos Estados Unidos, que reduziu as oportunidades de acesso ao crédito.

A Companhia manteve a estratégia de gerenciamento de passivos, efetuando o pré-pagamento de dívidas antigas ou a substituição por novas dívidas com custo inferior. Utilizou ainda formas alternativas de financiamento, desenvolvendo novas estruturas no âmbito bancário. No mercado internacional de capitais, intensificou a busca por investidores de renda fixa voltados para empresas com grau de investimento (high grade), além de captar novos investidores no mercado doméstico.

Por meio da subsidiária Petrobras International Finance Company (PIFCo), a Companhia reestruturou sua curva de juros através de uma operação de troca de títulos, que foi concluída em Fevereiro. A operação concedeu aos detentores de títulos antigos da PIFCo a opção de troca pelo novo título com vencimento em 2016. Foram trocados US\$ 399 milhões em títulos antigos, o que aumentou o valor dos papéis com vencimento em 2016 para US\$ 899 milhões. Os novos papéis passaram a ser uma importante referência de custos para a Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em novembro, a Petrobras emitiu um novo título no mercado internacional de capitais no valor de US\$ 1 bilhão, também por meio da PIFCo. A emissão atingiu o menor custo histórico da Companhia, com cupom de 5,785% e retorno ao investidor de 6,059% ao ano para um prazo de dez anos e quatro meses (vencimento em março de 2018). A oferta foi distribuída para mais de 120 investidores, sendo a maioria dedicada ao mercado de high grade.

Nas linhas de crédito no mercado bancário internacional, 2007 marcou o início da utilização de outra subsidiária, a Petrobras Netherlands BV (PNBV), como veículo de captação corporativa. Foram realizadas diversas operações para dar suporte financeiro às necessidades da empresa, resultando na captação de US\$ 1 bilhão.

Em sintonia com os objetivos estratégicos de gerenciamento de passivos, foram efetuadas ainda diversas operações de reprecificação e pré-pagamento no mercado bancário. O volume de garantias bancárias contratado pela Petrobras e subsidiárias alcançou US\$ 6,798 bilhões – 64,76% a mais que em 2006.

No mercado doméstico, a Companhia captou R\$ 199,8 milhões com a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) em abril e maio. Esta captação teve como objetivo financiar um Dique Seco, instalação destinada à construção e reparo de plataformas do tipo semi-submersível, no Rio Grande do Sul. O prazo da operação foi de 11 anos, com dois anos de carência. Foi a primeira emissão de CRI lastreada na taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e totalmente voltada para pessoa física. Como a operação é isenta de tributação para este tipo de investidor, a Petrobras pôde alcançar um custo competitivo de captação: 94,25% do CDI, na média das duas emissões.

Nas operações com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por intermédio da PNBV, a Companhia sacou US\$ 20 milhões para a construção da P-52, totalizando US\$ 378 milhões para essa plataforma. Foram feitos ainda desembolsos de US\$ 33 milhões provenientes de uma linha com o BNP Paribas, envolvendo seguro de crédito de diversas Export Credit Agencies (ECA) e totalizando US\$ 76 milhões. Para a P-51, foi realizada uma operação de administração de passivo com o pré-pagamento ao BNDES de um financiamento de US\$ 204 milhões.

Financiamentos Estruturados

Por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) criadas para cada projeto, a Petrobras captou recursos no mercado financeiro nacional e internacional em operações de project finance com o objetivo de financiar empreendimentos nas áreas de Abastecimento, Exploração e Produção, Gás e Energia.

Na área de Abastecimento, foram sacados, até o final de 2007, US\$ 507 milhões dos US\$ 900 milhões previstos nos contratos de estruturação financeira do Projeto de Modernização da Refinaria Henrique Lage (Revap), firmados em 2006.

Na área de Exploração e Produção, o projeto de construção da plataforma P-53, destinada ao campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos, teve seu empréstimo-ponte de US\$ 350 milhões junto ao ABN AMRO totalmente liquidado em dezembro, com recursos oriundos de uma nova captação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em fevereiro, foi concluída a captação de US\$ 910 milhões em recursos oferecidos pelo JBIC (consórcio de bancos liderados pela Mizuho e pelas tradings japonesas Mitsubishi e Marubeni) para financiar as obras do Plano de Escoamento e Tratamento de Óleo da Bacia de Campos (PDET), conforme contratos assinados em 2005.

Em junho de 2007, encerrou-se a estruturação financeira do projeto EVM (Espadarte, Voador, Marimbá), no valor de US\$ 1,077 bilhão, com a quitação de todos os compromissos junto aos investidores e credores. No mesmo mês foi negociada e implementada a reestruturação do Projeto Malhas, objetivando a simplificação da estrutura original do Projeto, a obtenção de redução dos custos financeiros e a captação de recursos adicionais necessários para a conclusão das obras.

Na área de Gás e Energia, foi fechado em dezembro com o BNDES um financiamento de longo prazo no valor de R\$ 4,51 bilhões, para o desenvolvimento do Gasoduto de Interligação Sudeste-Nordeste (Gasene), incluindo um repasse de US\$ 750 milhões do China Development Bank (CDB). Parte dos recursos do BNDES foi utilizada para a quitação dos empréstimos-ponte contratados anteriormente com o próprio banco e outra parte será destinada à conclusão do trecho entre Cabiúnas (RJ) e Vitória (ES) – Gascav – e à construção do trecho entre Cacimbas (ES) e Catu (BA) – Gascac.

Também em dezembro foi firmado contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor de R\$ 2,49 bilhões, que liquidou o empréstimo-ponte contratado com o banco e trouxe recursos adicionais para a conclusão das obras do Projeto Urucu-Coari-Manaus (AM).

Recursos Humanos

Na gestão de Recursos Humanos, a Petrobras colocou em prática iniciativas alinhadas à estratégia corporativa e à expectativa de seus empregados. Revisou o Projeto Estratégico de Recursos Humanos, criou o novo Plano de Cargos, revisou suas competências organizacionais e individuais, intensificou as ações de desenvolvimento de RH e trouxe equilíbrio financeiro e sustentabilidade ao Plano Petros de Previdência Complementar, que congrega mais de 80 mil pessoas.

A busca pela excelência na gestão de pessoas foi refletida na conquista de importantes prêmios nacionais e internacionais, tais como, “Empresa dos Sonhos dos Jovens Universitários”, eleita pelo terceiro ano consecutivo, e “Corporate University Best in Class”, concedida nos Estados Unidos pelo International Quality & Productivity Center (IQPC), na categoria Melhor Universidade Corporativa. A atenção com o desenvolvimento dos seus empregados contribuiu de forma expressiva para a Companhia conquistar o direito de integrar o “Índice Dow Jones Mundial de Sustentabilidade (DJSI)”, no qual a Petrobras foi destaque no critério “desenvolvimento do capital humano”, atingindo a pontuação máxima.

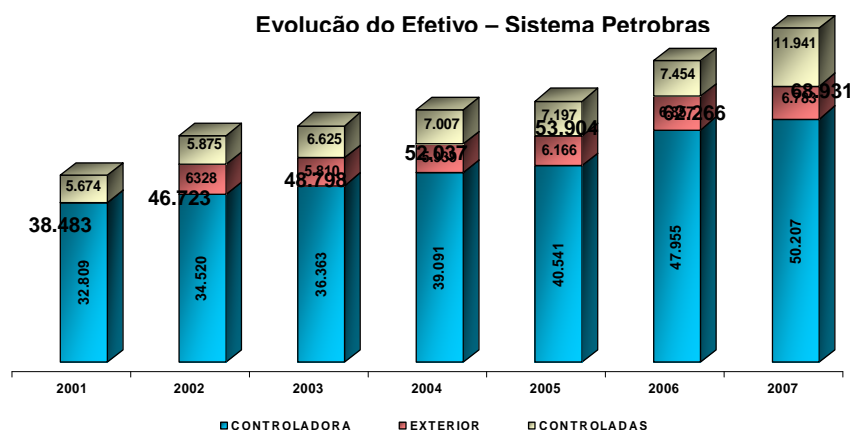
distribuída a todos os funcionários.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução do Efetivo

Para cumprir com excelência seus robustos programas de investimentos nos diversos segmentos de atividade, a Petrobras promoveu, em 2007, mais um processo seletivo, ao qual concorreram 171 mil pessoas. Foram admitidos 21.000 empregados desde 2002, e com isso, o efetivo da Controladora saltou de 32.809 empregados em 2001 para 50.207 em 2007, apenas no Brasil. Somam-se a esse número os efetivos das controladas e coligadas no país, com 11.941 empregados, destacando-se a Liquigás com 3.298 empregados, que também passou a ser contabilizada no Sistema em 2007, e as unidades no exterior, com 6.783, levando a 68.931 o efetivo do Sistema Petrobras.



Plano de Cargos

A fim de atender as exigências dos negócios e preparar a Petrobras para os desafios futuros, a Companhia revisou o seu plano de cargos, proporcionando aos seus empregados uma perspectiva de carreira competitiva com o mercado e introduzindo novos conceitos de remuneração. Com isso, foi possível reforçar esse instrumento como importante mecanismo de atração e retenção de talentos.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Os investimentos em desenvolvimento de Recursos Humanos, em 2007, foram de R\$ 223 milhões. Ao longo do ano, a Petrobras viabilizou 62.471 participações de empregados nos seus diversos cursos corporativos. Foi concebida a Escola de Educação Profissional de Nível Técnico que tem como público alvo 75% do quadro de empregados da Companhia e busca o desenvolvimento integral do profissional para as necessidades e complexidades do trabalho. Em Salvador, foi inaugurado o novo Campus da Universidade Petrobras, contando com 26 salas de aula e 6 laboratórios.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na busca pela preservação do conhecimento e de competências relacionadas à atividade estratégica para a Companhia, foi destaque em 2007 a estruturação do curso de Engenharia Submarina, sendo esta uma especialidade que não conta com oferta de formação pelo mercado.

Ressalta-se ainda, a participação de 3.462 alunos em cursos na área de Gerenciamento de Projetos, sendo um de Especialização (MBA) com 6 turmas, 3 cursos de especialização no exterior (Paraguai, Bolívia e Colômbia) e 11 turmas de preparação para certificação PMP, visando o fortalecimento do processo de desenvolvimento e execução de projetos nas diversas áreas da Companhia.

Gestão de Competências

Em linha com o Plano Estratégico 2020, a Petrobras revisou o seu Modelo de Competências Organizacionais e Individuais Corporativas. O novo modelo estabelece oito competências organizacionais e nove individuais para perfis técnicos e gerenciais. Em conjunto, apresentam aos empregados, habilidades e comportamentos que devem estar presentes para assegurar vantagem competitiva à Companhia.

Previdência Complementar

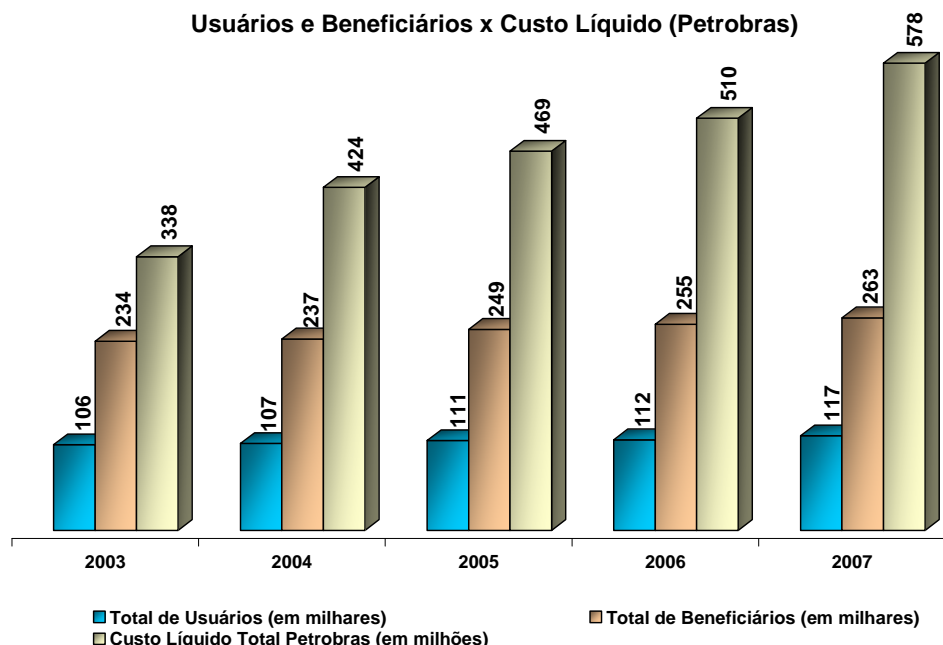
Após negociação conjunta com a Petros e entidades sindicais, a Petrobras concluiu o processo de repactuação do regulamento de seu Plano de Previdência Complementar com a adesão de cerca de 70% dos participantes, possuindo mais de 80 mil integrantes, entre ativos, aposentados e pensionistas. A principal alteração foi a desvinculação da correção dos benefícios dos reajustes salariais. Os valores pagos aos aposentados e pensionistas agora são reajustados pelo IPCA. Também foi oferecido aos empregados, até então sem cobertura, o Plano Petros 2, do tipo contribuição variável ou misto, com benefícios de risco definidos e garantia de benefício mínimo.

Assistência Multidisciplinar de Saúde

A Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) consolidou o benefício farmácia, que prevê condições especiais na aquisição de medicamentos pelos seus beneficiários. O plano de saúde atendeu 117 mil usuários, entre empregados, aposentados e pensionistas, por meio de 20 mil pontos de atendimento de sua rede credenciada. Considerando consultas, exames e internações, o custo para a Companhia em 2007 foi de R\$ 578 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Benefícios Educacionais

A Petrobras custeia parte do valor pago por seus empregados a serviços educacionais como creche ou acompanhante, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. No ano de 2007, a Companhia investiu o montante de R\$ 116,5 milhões nesses benefícios, atendendo a 30.520 filhos de 21.221 empregados.

Erro! Vínculo não válido.

Acordo Coletivo

Após negociações com os sindicatos, o Acordo Coletivo de Trabalho 2007/2008 foi firmado com validade de dois anos para as cláusulas sociais e de um ano para as econômicas.

O acordo traz avanços sociais, como possibilidade de parcelamento das férias para empregados com mais de 50 anos, revisão do Adicional por Tempo de Serviço dos empregados anistiados, além de melhorias na cobertura da Assistência Multidisciplinar de Saúde, nos Benefícios Educacionais e na gestão de SMS.

Também foi aprovada a reposição salarial pelo IPCA (4,18%), aumento da Remuneração Mínima por Nível e Regime em 6,5% e gratificação salarial no valor de 80% de uma remuneração normal.

Política Salarial

No ano de 2007 o custo de pessoal da Petrobras Controladora, que considera gastos com salários, vantagens, adicionais e encargos, além dos benefícios de previdência complementar, Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e Auxílio Educacional foi de R\$ 8.717 milhões representando uma variação de 19%, quando comparado com o ano de 2006. Contribuíram para esse aumento, o ingresso de 2.837 empregados ao longo do ano, a implantação do novo Plano de Cargos, a abertura do Plano Petros 2 e o

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

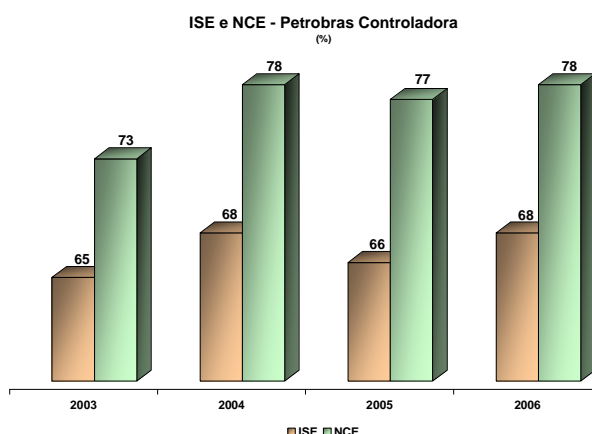
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

reajuste salarial de 4,18% e de 6,5% na Remuneração Mínima por Nível e Regime a partir de setembro/07. O custo de pessoal no Sistema Petrobras foi de R\$ 11.304 milhões.

Foi distribuída aos empregados do Sistema Petrobras, uma participação nos lucros e resultados no montante de R\$ 1, 197 bilhão relativa ao exercício de 2006, dividida em duas parcelas, pagas nos meses de janeiro e agosto de 2007.

Ambiência Organizacional

A Petrobras procede todos os anos à pesquisa de Ambiência Organizacional, onde os empregados podem expressar suas opiniões e expectativas em relação à empresa, colaborando para a melhoria das condições de trabalho e da relação empregado-empresa. Na medição relativa a 2006, a pesquisa obteve resultados recordes nos indicadores de Nível de Comprometimento dos Empregados (NCE) e Índice de Satisfação dos Empregados (ISE).



Negócios

Exploração e Produção

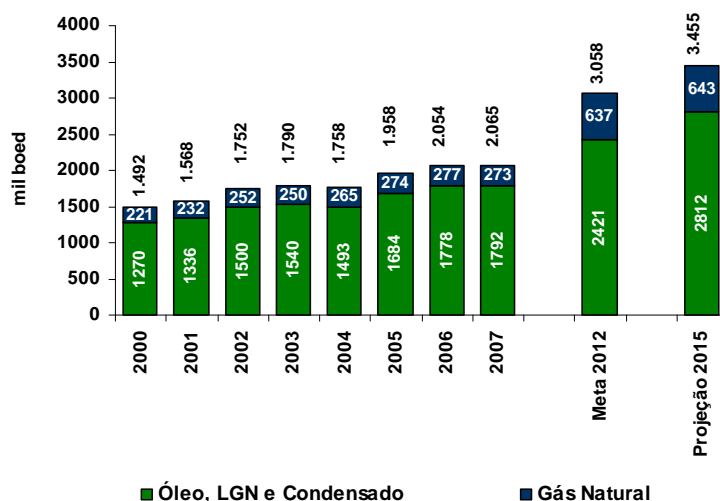
A descoberta da maior província petrolífera nacional nas bacias do Sul e Sudeste foi o fato mais significativo do ano, com potencial para situar o Brasil entre os países com os maiores reservatórios de petróleo e gás do mundo. A primeira área delimitada, Tupi, possui volume estimado entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo leve. No início de 2008, mais uma grande jazida de gás natural e condensado foi descoberta na Bacia de Santos, Júpiter, reforçando as expectativas sobre o potencial da área.

No final de 2007, outro marco: o recorde de produção superior a 2 milhões de barris/dia, volume alcançado por apenas oito empresas em todo o mundo. O recorde anterior era de 1 bilhão 912 milhões de barris, registrado em 2006. A produção média de petróleo no ano foi de 1 bilhão 792 milhões de bpd de óleo, condensado e LGN, 0,8% superior à do ano anterior.

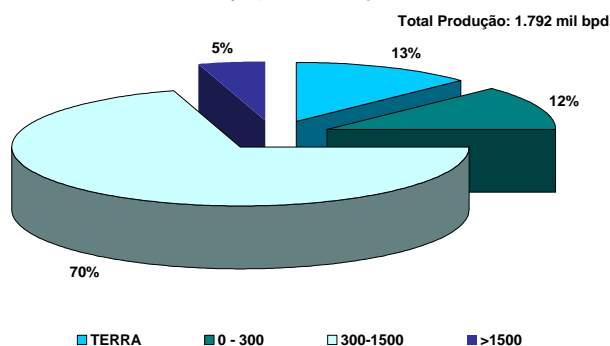
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

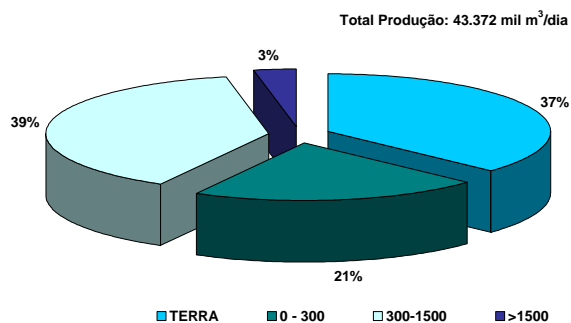
Evolução da Produção de Óleo, LGN, Condensado e Gás Natural



Produção de Óleo, Condensado e LGN no Brasil
Distribuição por Lâmina d'água



Produção de Gás Natural no Brasil
Distribuição por Lâmina d'água



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A confirmação dos volumes anunciados em novembro de 2007 foi possível após a conclusão dos testes de formação do segundo poço na área de Tupi. Além disso, foram perfurados 15 poços de até 5 mil metros de profundidade, em lâmina d'água acima de 2 mil metros na camada pré-sal, que se estende desde a Bacia do Espírito Santo até a Bacia de Santos.

O volume de Tupi ultrapassa com larga margem as reservas existentes no campo de Roncador, na Bacia de Campos, até então o maior do País. A Petrobras é a operadora e detém 65% do capital, tendo como parceiras a britânica BG Group, com 25%, e a portuguesa Petrolgal/Galp, com 10%.

Mas Tupi não foi a única boa notícia. A entrada em operação de cinco plataformas nas bacias de Campos, Espírito Santo e Sergipe-Alagoas acrescentou 590 mil bpd à capacidade instalada de extração de petróleo da Companhia.

A primeira plataforma a entrar em atividade, em janeiro, foi o FPSO Cidade do Rio de Janeiro, no campo de Espadarte, na Bacia de Campos, com capacidade para produzir 100 mil bpd de petróleo e 2,5 milhões de m³ de gás por dia. Em outubro, entrou em operação no campo de Piranema, na Bacia de Sergipe-Alagoas, o FPSO-Piranema, a primeira plataforma redonda do mundo, com capacidade de produção de 30 mil barris de petróleo. Trata-se de óleo leve de excelente qualidade.

Na Bacia do Espírito Santo, passou a operar em novembro o FPSO Cidade de Vitória, no campo de Golfinho, com capacidade de 100 mil bpd de petróleo e 3,5 milhões de m³ de gás por dia. Ainda em novembro, entrou em produção a plataforma P-52, no campo de Roncador, na Bacia de Campos, considerada um marco por atingir o índice de 76% de conteúdo nacional, o maior já registrado na indústria naval brasileira.

A capacidade produtiva da P-52 é de 180 mil bpd de óleo, volume igual ao da plataforma P-54, que iniciou suas atividades em dezembro, também em Roncador. A capacidade de produção diária de gás de cada uma delas é de 7,5 milhões de m³ e 6 milhões de m³, respectivamente. De todas, apenas a plataforma do campo de Espadarte atingiu em 2007 sua plena capacidade, processo que demora, em média, de seis meses a um ano.

Apesar do recorde de produção diário no final de 2007, a produção média do ano ficou 6,6% abaixo da meta de 1 milhão 919 mil bpd. A diferença foi causada pelos atrasos na entrada em operação das plataformas P-52 e P-54, no campo de Roncador (Bacia de Campos) e no início de operação do FPSO – Cidade de Vitória, no campo de Golfinho (Bacia do Espírito Santo).

O custo médio de extração sem participação governamental foi de US\$ 7,70 por barril de óleo equivalente (boe) – um acréscimo de 17% sobre o valor apurado no ano anterior. Considerando as participações governamentais, o custo foi de US\$ 19,39 por boe, 10% acima do de 2006.

Produção de Gás Natural

Em alinhamento com a estratégia de ampliação da oferta de gás natural, entrou em operação o campo de Manati, na Bahia, por meio da plataforma PMNT-1, com capacidade de 6 milhões de m³/d.

Devido ao declínio natural dos campos, o volume de gás natural produzido em 2007 foi de 43,4 milhões de m³/dia, 1,4% menor do que em 2006. Este resultado começou a ser revertido em dezembro de 2007, quando

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

a produção atingiu a média diária de 46 milhões de m³. O crescimento se manterá em 2008, com o aumento da produção dos poços da P-52 e P-54 e com o início de operação das plataformas P-51, P-53, FPSO Cidade de Niterói e dos projetos do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás).

O custo médio de extração sem participação governamental foi de US\$ 7,70 por barril de óleo equivalente (boe) – um acréscimo de 17% sobre o valor apurado no ano anterior. Considerando as participações governamentais, o custo foi de US\$ 19,39 por boe, 10% acima do de 2006.

Áreas marítimas e terrestres

A Petrobras declarou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a viabilidade comercial de oito descobertas, sete em terra e uma no mar. Algumas dessas áreas foram classificadas como novos campos de petróleo e gás natural, enquanto outras foram incorporadas a campos vizinhos.

Nas novas áreas declaradas comerciais, as estimativas são de que o volume das reservas chegue a 295 milhões de boe, dos quais 124 milhões de boe pertencem à Companhia. A totalização depende, porém, de avaliações mais precisas. Do volume estimado da parcela Petrobras, 119 milhões de boe estão em acumulações marítimas e 5 milhões de boe em terra. As oito áreas distribuem-se pela Bacia de Campos (1), pelo Espírito Santo (5) e pelas bacias do Norte e Nordeste (2).

Foram declaradas comerciais as descobertas dos campos de Xerelete, na Bacia de Campos, e as áreas de Fazenda São Rafael, Biguá, Tabuiaia, Cancã e Jacupemba, localizadas na Bacia do Espírito Santo. Duas declarações de comercialidade foram feitas para áreas em terra nas bacias costeiras do Nordeste, que originaram os campos Guanambi, no Recôncavo Baiano, e Japuaçu, na Bacia Sergipe-Alagoas.

Descobertas de petróleo e gás

Na Bacia de Santos, a parceria entre a Petrobras (operadora e detentora de 80%) e a Galp Energia (20%) para exploração em águas profundas do bloco BM-S-21 comprovou a existência de uma jazida de óleo leve no pré-sal. O poço descobridor está localizado a 280 quilômetros da costa do estado de São Paulo, em lâmina d'água de 2.234 metros e à profundidade de 5.350 metros, a partir do leito marinho. O poço não foi testado por questões operacionais e de logística.

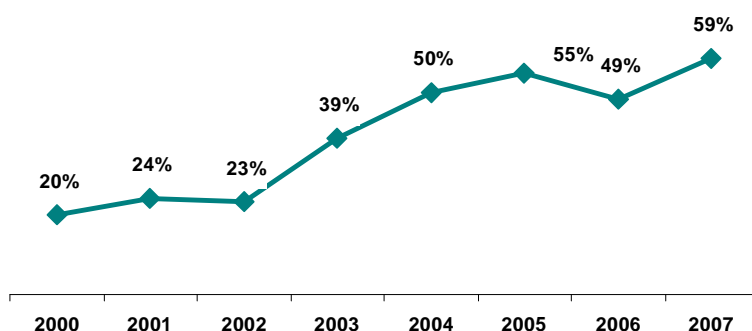
Na Bacia do Espírito Santo, foram descobertos novos reservatórios de gás natural ao norte do campo de Camarupim, confirmando o grande potencial de gás e óleo leve dessa bacia, que já responde por parte substancial dos projetos do Plangás. O bloco exploratório é operado pela Petrobras, que tem 65% de participação. A empresa norte-americana El Paso Corporation detém os 35% restantes.

No ano, foram perfurados e concluídos 329 poços para o desenvolvimento da produção – 283 em terra e 46 no mar. Para a exploração, foram perfurados 109 poços – 77 em terra e 32 no mar. O índice de sucesso exploratório foi de 59%, já que 64 dos 109 poços encontram óleo ou gás natural.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Índice de Sucesso Exploratório



Novos blocos exploratórios

Na 9ª Rodada de Licitações da ANP, em novembro de 2007, a Petrobras adquiriu 27 dos 57 blocos que disputou, somando 10.476 km². Os bônus oferecidos pela Companhia e seus parceiros totalizaram R\$ 308.983.903,00. A parcela da Petrobras foi de R\$ 195.518.886,50. Dos 27 blocos adquiridos, a empresa é operadora em 22, sendo 16 em associações e 6 com direitos exclusivos. Nos outros cinco blocos, a operação cabe somente a seus parceiros.

Com as aquisições e as devoluções feitas ao longo do ano, o portfólio de concessões exploratórias passou a contar com 305 blocos, totalizando 132,59 mil km². Além disso, outras 25 áreas, com 7,67 mil km² em operação, encontram-se em fase de avaliação de descobertas. A área exploratória atual da Petrobras abrange 140,26 mil km².

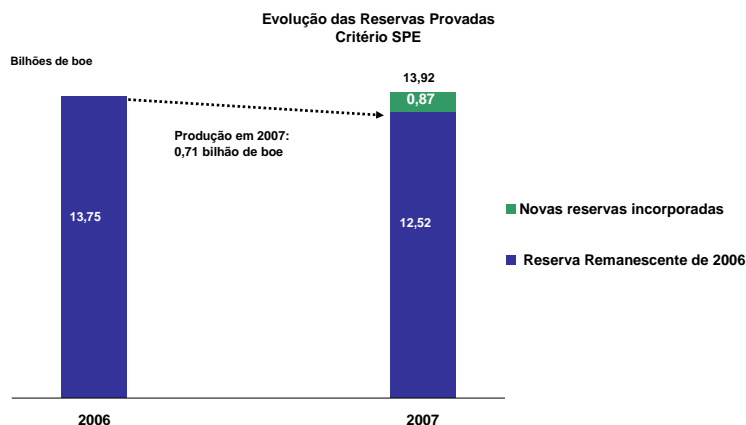
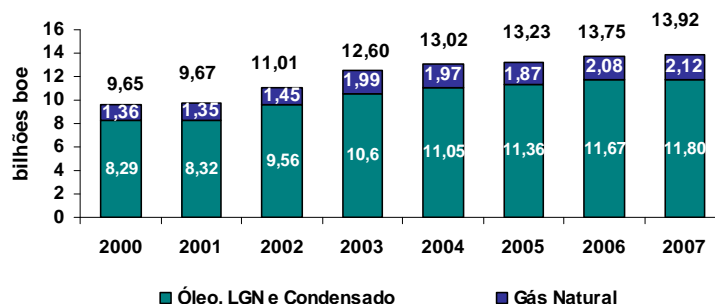
Reservas provadas

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no País atingiram 13,92 bilhões de boe em 2007 pelo critério ANP/SPE – um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior. O volume incorporado às reservas provadas ao longo do ano foi de 875 milhões de boe, contra uma produção de 708 milhões de boe. Essa incorporação resultou num Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 123,6%. Isso significa que, para cada barril de óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,236 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,6 anos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reservas provadas de óleo, LGN e Gás Natural no Brasil
Critério SPE



As apropriações de volumes descobertos em campos com declarações de comercialidade, realizadas ao longo de 2007, foram em parte responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Algumas dessas declarações foram feitas em áreas próximas a campos em fase de desenvolvimento e, portanto, incorporadas a seu ring fence. Outro fator que contribuiu para a incorporação de reservas provadas foi o gerenciamento de reservatórios em campos já descobertos, em fase de desenvolvimento ou em fase de produção.

Projetos para o futuro

As metas do novo Plano de Negócios da Petrobras prevêm a entrada em operação, até 2012, de 11 grandes projetos de produção de óleo e de oito projetos de gás natural. Para 2008, a produção média de petróleo da Companhia no País está estimada em 2 milhões de bpd; a de gás, em 57 milhões de m³/dia.

Os volumes serão alcançados, principalmente, com a operação a plena capacidade das plataformas FPSO Cidade de Vitória, P-52 e P-54. Entrarão em atividade ainda em 2008 mais três plataformas: FPSO Cidade de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Niterói (Jabuti), com capacidade de 100 mil bpd, P-51 (Marlim Sul Módulo 2), com 180 mil bpd, e P-53 (Marlim Leste), com 180 mil bpd.

A exploração e a produção de gás natural também estão sendo ampliadas de acordo com as diretrizes do Plangás, medida fundamental para garantir o suprimento ao mercado das regiões Sul-Sudeste. Até o fim de 2008, a oferta aumentará dos atuais 15 milhões de m³/dia para 40 milhões de m³/dia. O Plangás prevê, na Bacia do Espírito Santo, a ampliação do projeto de Peroá para 8 milhões de m³/dia e o desenvolvimento dos campos de Canapu e Camarupim. O Plano estima ainda a expansão do Pólo de Processamento de Gás de Cacimbas para 20 milhões de m³/d.

A primeira fase desta ampliação (5,4 milhões de m³/d) entrará em operação no início de 2008, com as plantas de processamento de gás de Peroá e Golfinho. Na Bacia de Campos, o Plangás prioriza a produção de gás livre a partir de diversos reservatórios próximos à infra-estrutura existente nos campos de Albacora, Roncador e Marlim Sul, além do desenvolvimento inicial de Jabuti. Na Bacia de Santos, a plataforma de Merluza será ampliada para 2,5 milhões de m³/d, com o desenvolvimento inicial do campo de Lagosta.

Para 2010, o Plangás prevê o aumento da disponibilidade de gás para 55 milhões de m³/dia no Sudeste, com a entrada em operação dos projetos de Mexilhão (2009), Uruguá e Tambaú (2010), na Bacia de Santos. Prevê também o início das atividades do primeiro módulo da planta de processamento de gás de Caraguatatuba, em 2009, e do segundo módulo, em 2010.

Refino e Comercialização

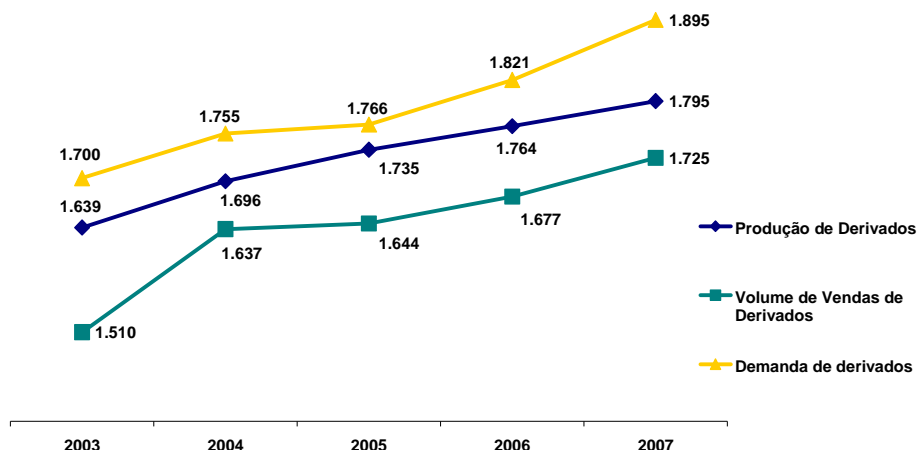
Refino

As 11 refinarias da Petrobras no País processaram 1 milhão 779 mil bpd e produziram 1 milhão 795 mil bpd de derivados em 2007, o que representa aumentos de 1,9% e 1,75%, respectivamente, em relação a 2006. A Companhia utilizou, em média, 90% de sua capacidade de refino, e cerca de 78% do petróleo processado foi de origem brasileira.

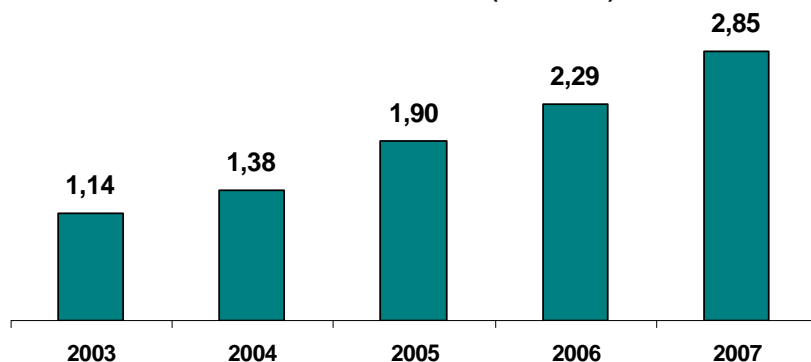
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Produção, Demanda e Venda de Derivados (mil bpd)



Custo Unitário de Refino (US\$/barril)



Acompanhando o crescimento da produção nacional de petróleo, a área de refino tem investido em novas unidades e melhorias tecnológicas para converter o óleo pesado produzido no Brasil em produtos de maior valor agregado. Duas unidades de coqueamento retardado entrarão em operação em 2008, e 2009, respectivamente, nas refinarias Duque de Caxias (Reduc) e Henrique Lage (Revap). Outra unidade começa a ser construída na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), com entrada em funcionamento em 2011.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estes investimentos conferem maior flexibilidade à Companhia para definir a cesta de derivados a ser produzida de acordo com a demanda e os preços de mercado. Assim, ela pode optar entre o uso de óleo importado – mais leve e que produz derivados de maior valor – e o refino do óleo pesado nacional.

A melhoria da qualidade dos produtos também recebeu importantes investimentos. Foram iniciados projetos para melhoria da qualidade do diesel nas refinarias Henrique Lage (Revap) e Getúlio Vargas (Repar) e para melhoria de qualidade da gasolina nas refinarias de Presidente Bernardes (RPBC), Duque de Caxias (Reduc), Gabriel Passos (Regap), Landulpho Alves (RLAM), Getúlio Vargas (Repar), Henrique Lage (Revap) e Paulínia (Replan).

O pioneirismo da Petrobras na tecnologia HBIO representou avanços na qualidade do diesel e na proteção ambiental em 2007. O processo possibilita a inclusão de óleo vegetal na corrente de diesel, resultando em produto de alta pureza. Está em implantação nas refinarias Gabriel Passos (Regap), Presidente Getúlio Vargas (Repar) e Paulínia (Replan). Em 2008, será estendido às refinarias Henrique Lage (Revap), Presidente Bernardes (RPBC) e Duque de Caxias (Reduc).

Novos Empreendimentos

Diesel será também o principal produto da nova Refinaria do Nordeste (Refinaria Abreu e Lima), em construção em Pernambuco, no município de Ipojuca. Com operação prevista para o segundo semestre de 2010, terá capacidade de produção de 140 mil barris/dia de diesel. A refinaria processará diariamente 200 mil barris de petróleo pesado de 16 °API e produzirá também GLP, nafta petroquímica, óleo combustível para navios e coque de petróleo. As obras de terraplanagem começaram em setembro de 2007, e os projetos básicos das unidades estão em fase final de elaboração. Foi concluída a licitação do projeto executivo e foi iniciado o processo de aquisição de equipamentos.

O Plano de Negócios 2008-2012 prevê também uma refinaria para processar 500 mil bpd de petróleo pesado e ácido da Bacia de Campos: a Refinaria Premium. Os produtos da linha premium têm elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre. O diesel, com rendimento em torno de 65% vol., será destinado ao mercado europeu. O GLP, a nafta, o QAV e o coque serão preferencialmente comercializados no mercado interno e consumidos pela própria unidade (geração de hidrogênio e energia). Os estudos de localização da refinaria, que está prevista para operar a partir do final de 2014, estão em andamento.

Comercialização

O aumento da produção nacional de petróleo, a plena utilização da estrutura logística e o aproveitamento de oportunidades comerciais externas permitiram à Petrobras alcançar, em 2007, excelentes resultados na comercialização de combustíveis no mercado interno e externo. No Brasil, foram vendidos 1.730 mil bpd de derivados de petróleo, um crescimento de 2,8% em relação a 2006, com recordes históricos quebrados agosto a novembro.

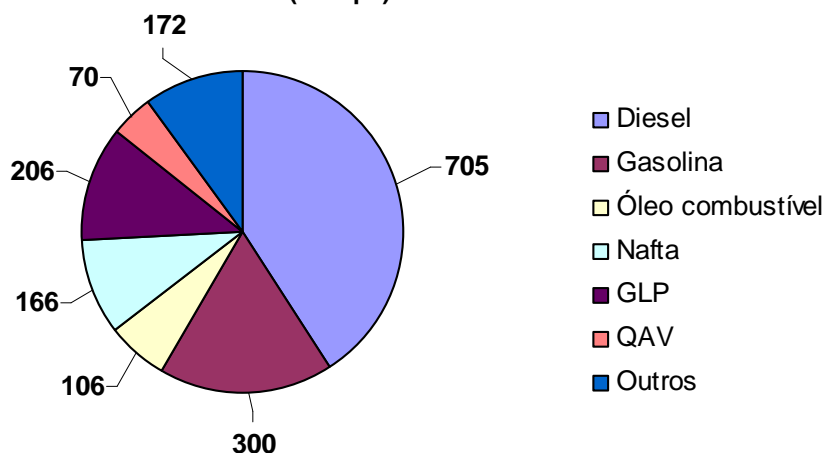
O recorde de comercialização de combustíveis no mercado brasileiro foi quebrado em outubro: 58,4 milhões de barris de petróleo. Em setembro, as vendas alcançaram 54 milhões de barris, melhor resultado em comparação ao mesmo período dos últimos cinco anos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os principais produtos em volume de vendas foram o óleo diesel, a gasolina, o gás liquefeito de petróleo (GLP), a nafta, o óleo combustível e o querosene de avião (QAV). Este último registrou o maior crescimento percentual do volume de vendas: 9,6%, devido ao bom desempenho da economia nacional e mundial, à valorização do real frente ao dólar e ao aumento de vôos, principalmente internacionais.

Segmentação das vendas de derivados no mercado interno
(mil bpd)



As vendas de óleo combustível (sem bunker) cresceram 6,8%, beneficiadas pelo aumento de entregas para termelétricas do Amazonas e pela expansão da indústria de transformação. O diesel acompanhou o crescimento da economia brasileira e suas vendas subiram 4,9%. Os principais responsáveis pelo aumento de vendas foram o desempenho do PIB e do agronegócio, com destaque para o aumento da área plantada e da produção da safra de grãos e de cana-de-açúcar.

A comercialização de GLP aumentou 2,7%, resultado vinculado ao crescimento demográfico, ao maior consumo das famílias (aumento do salário mínimo e do Bolsa Família) e ao maior uso industrial. As vendas da nafta petroquímica mantiveram-se praticamente estáveis, subindo 0,7% em relação a 2006.

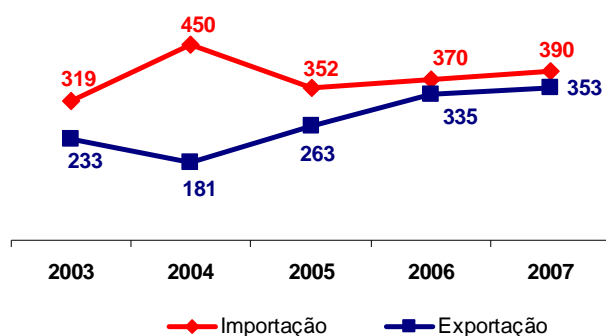
A gasolina sofreu retração de 2,6%, como consequência do avanço de produtos substitutos, como o GNV e, principalmente, o álcool, considerando-se o aumento do teor médio de álcool anidro e o crescimento da frota de veículos flex-fuel, em detrimento da redução da frota de veículos somente a gasolina.

No mercado externo, a exportação de petróleo atingiu a marca inédita de 353 mil bpd, acréscimo de 5% em relação ao ano anterior, e a de derivados subiu 7%, atingindo 262 mil bpd. As importações foram de 390 mil bpd de petróleo e 148 mil bpd de derivados.

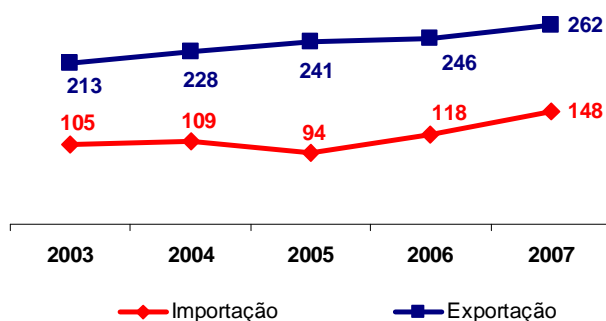
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exportação e Importação de Petróleo (Mil bpd)



Exportação e Importação de Derivados (Mil bpd)



As operações de trading internacional - compra e venda de produtos no exterior - apresentaram forte crescimento e atingiram 559 mil bpd, acréscimo de 49% em relação à 2006. Destacaram-se o aumento das operações de trading de gasolina nos Estados Unidos - com a utilização do produto de origem europeia -, a ampliação da comercialização do petróleo da Colômbia e o início das vendas de bunker de baixo teor de enxofre (BTE) na Europa.

Produtos diferenciados

O lançamento do Diesel Verana, único diesel Premium para o mercado náutico de lazer, demonstrou mais uma vez a excelência tecnológica da Petrobras. O novo produto, lançado nos pólos náuticos de São Paulo e Rio de Janeiro, possui formulação diferenciada, que garante o menor nível de emissão de poluentes do mercado náutico.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Seu teor máximo de enxofre é de 200 ppm (partes por milhão), embora o diesel marítimo possa ter 10 mil ppm. Com maior quantidade de cetano (27,5%), proporciona ainda desempenho 6% superior. Estas diferenças aumentam a durabilidade da embarcação e reduzem em até 83% de emissão de fumaça em comparação ao óleo diesel marítimo tradicional.

O Diesel Podium, lançado em dezembro de 2006 no Rio de Janeiro e em São Paulo, chegou ao Paraná e ao Paraguai em 2007. A gasolina Podium já chegou a 15 dos 26 estados brasileiros e também ao Distrito Federal.

Petroquímica e Fertilizantes

A Petrobras fortaleceu sua presença na área petroquímica, segmento estratégico por contribuir para a diversificação do portfólio de produtos e valorizar o petróleo e o gás natural. O Plano de Negócios 2008-2012 prevê investimentos 32% superiores aos do Plano anterior, totalizando US\$ 4,3 bilhões.

A estratégia da Petrobras é de ampliar a atuação em petroquímica no Brasil e na América do Sul, de forma integrada com os demais negócios do sistema, ampliando a atuação na 1ª e na 2ª geração e desenvolvendo novas tecnologias para a indústria química. Em linha com esta estratégia, a Companhia adquiriu em abril de 2007, junto com a Braskem, os ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga. E em agosto, a Petrobras passou a deter o controle da Suzano Petroquímica.

Em novembro, a Petrobras e a Unipar anunciaram a formação de uma sociedade petroquímica no Sudeste, composta pelos ativos da Suzano Petroquímica, Rio Polímeros, Petroquímica União (PQU), Polietilenos União S.A. (PU) e União Divisão Química (UDQ). A Petrobras terá 40% do capital votante, enquanto a Unipar terá 60%.

Também em novembro, foi anunciado um acordo de investimentos entre Petrobras, Petroquisa, Braskem, Odebrecht e Norquisa para integração, na Braskem, de ativos petroquímicos da Petrobras (Ipiranga Comercial Química, Ipiranga Petroquímica e sua participação na Copesul) e da Petroquisa (Copesul, Petroquímica Triunfo e Petroquímica Paulínia). A operação elevará a participação da Petrobras na Braskem para 25% do capital total e 30% do capital votante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projetos da Petrobras na área Petroquímica

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – Projeto inicialmente desenvolvido em parceria com o Grupo Ultra e com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até a conclusão da etapa de Projeto Conceitual, finalizada em setembro de 2006, processará 150 mil barris por dia (bpd) de petróleo para produção de matérias-primas petroquímicas e derivados a partir de 2012. Além da unidade petroquímica básica (UPB), da central de utilidades e das unidades de segunda geração, terá um centro de capacitação de empresas e trabalhadores e uma central de escoamento de produtos líquidos para terminais de carregamento na Baía de Guanabara. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) já foi entregue à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e o Complexo encontra-se em fase de Projeto Básico. O início das obras de terraplenagem do Comperj está prevista para o final de março de 2008.

Petroquímica Paulínia S.A. (PPSA) - Resultado de associação entre a Braskem e a Petroquisa, que detém 40% do negócio, está com suas obras em fase de conclusão e começará a operar em 2008. A unidade industrial, orçada em US\$ 383 milhões, produzirá 300 mil toneladas/ano de polipropileno, com propeno fornecido pelas Refinarias de Paulínia (Replan) e Henrique Lage (Revap).

Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) - Está sendo finalizado o Projeto Básico e compra dos principais equipamentos. A unidade produzirá ácido tereftálico purificado (PTA) e começará a operar em 2009, com capacidade de 640 mil toneladas/ano.

Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) – Resultado de investimentos de US\$ 386 milhões, produzirá 215 mil toneladas/ano de fios e chips de poliéster (POY). A matéria-prima PTA será fornecida pela PetroquímicaSuape. A Petroquisa detém 40% de participação na empresa.

Coquepar - Em parceria com a Brazil Energy e a Unimetal, a Petrobras construirá três unidades de calcinação de coque de petróleo, das quais duas no Rio de Janeiro e uma no Paraná, agregando valor à produção de coque verde. A capacidade de produção será de 750 mil toneladas/ano.

Complexo Acrílico de Minas Gerais - Destinado à produção de ácido acrílico bruto e derivados, terá investimentos superiores a US\$ 500 milhões.

Fertilizantes

A Petrobras manteve em 2007 a liderança no mercado nacional de uréia fertilizante, com vendas de 700 mil toneladas, e registrou o sexto ano consecutivo de crescimento no segmento de amônia, com a venda de 235 mil toneladas produzidas em suas duas fábricas. A comercialização dos dois produtos gerou receita bruta de R\$ 840 milhões, 15% a mais que no ano anterior.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafen-BA) atingiu a marca de 295 mil toneladas de uréia, o maior volume de produção dos últimos oito anos. Entre os fatores que contribuíram para este recorde estão a melhoria da infra-estrutura interna, a aquisição de novos equipamentos e o aprimoramento dos sistemas de controle de processo, nos quais foram investidos R\$ 11 milhões.

A Companhia realizou sua primeira venda de uréia granulada, por intermédio da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-SE). Cerca de 2 mil toneladas foram destinadas a culturas de algodão e milho em Goiás, Mato Grosso e Piauí. A uréia granulada é um produto de maior valor agregado e garante aumento da resistência e uniformidade do grão, além de menor segregação quando misturada a outros fertilizantes.

Está em curso o estudo de viabilidade de uma planta industrial de uréia e amônia no Centro-Sul do País (UFN-3) e outra de ácido nítrico na Bahia. A primeira receberá investimentos de US\$ 1,7 bilhão e terá capacidade de produção anual de 1 milhão de toneladas de uréia e 760 mil toneladas de amônia, usando o gás como matéria-prima. Na Bahia, está prevista a produção de 120 mil toneladas de ácido nítrico, destinadas ao Pólo Petroquímico de Camaçari, com investimentos de US\$ 110 milhões.

Transporte

Maior armadora da América Latina e a terceira do mundo, a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) assinou em 2007 contratos para a construção de 23 petroleiros por três estaleiros nacionais, dando forte impulso ao Programa de Modernização e Expansão da Frota e ao desenvolvimento da indústria naval brasileira. Os investimentos alcançarão US\$ 2,3 bilhões.

Dos 23 navios, dez são do tipo Suezmax e serão fabricados em Suape (PE), pela Atlântico Sul, com investimento de US\$ 1,2 bilhão. Outras nove embarcações – cinco do tipo Aframax e quatro Panamax – foram encomendadas ao Rio Naval, do Rio de Janeiro, com custos de US\$ 866 milhões. E quatro navios de produtos, orçados em US\$ 277 milhões, estão a cargo do Estaleiro Mauá, de Niterói (RJ).

A Transpetro ampliou sua frota em 2007, com a aquisição dos aliviadores Bergen (embarcação Aframax, com capacidade para 730 mil barris) e Gothenburg (do tipo Suezmax, com capacidade para 1 milhão de barris). Ao fim do ano, a Transpetro contava com 55 navios, dois quais 46 próprios e nove afretados a casco nu.

No ano, foram transportados 62 milhões de toneladas de petróleo e derivados, 5,7% a mais que em 2006. A movimentação de combustíveis por oleodutos e terminais terrestres e aquaviários aumentou 2,6%, chegando a 671 milhões de m³/ano.

Terminais e Oleodutos

A Transpetro opera uma malha de 7.033 Km de oleodutos e 46 terminais - 20 terrestres e 26 aquaviários. Os terminais têm capacidade para armazenar 10,3 milhões de m³ de petróleo, derivados e álcool, operando a média mensal de 413 navios.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG) destacou-se em 2007 devido ao Corredor de Exportação de Etanol. Nele, foi feita a primeira remessa de etanol para os Estados Unidos, num total de 12 mil m³ - passo inicial para a consolidação do Brasil como exportador de álcool combustível. Mais 80 mil m³ de álcool carburante foram transportados durante o ano para a Venezuela.

O Corredor de Exportação de Etanol prevê investimentos por parte da Petrobras da ordem de US\$ 2 bilhões em um sistema intermodal de transporte rodoviário, dutoviário e aquaviário. A construção da malha facilitará o escoamento da produção do combustível pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e reduzirá o impacto dos custos da logística no preço final do produto.

O projeto será implantado em três fases:

- Corredor Sudeste: um álcoolduto ligará Goiás, ao Terminal de São Sebastião, em São Paulo e criará, até 2010, infra-estrutura para a exportação de 12 milhões de m³/ano.
- Corredor de Exportação Sul: o álcoolduto começará no Mato Grosso, e terminará no Porto de Paranaguá, no Paraná. A previsão é que a capacidade de escoamento seja ampliada em mais 4 milhões de m³/ano.
- Corredor Hidroviário Tietê-Paraná: o etanol será escoado por meio de barcaças do sul de Goiás e do sudoeste do Mato Grosso do Sul, incluindo o Triângulo Mineiro e o interior de São Paulo, até um novo terminal em Santa Maria da Serra.

Parte do Corredor de Exportação de Etanol será completado ainda com a adequação do Sistema Osório para o transporte de álcool hidratado e anidro. O Sistema liga a Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, à Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) e ao Terminal de Campos Elíseos. O projeto, em fase de licitação, ampliará a capacidade de exportação de álcool combustível pelo terminal de Ilha D'Água, no Rio de Janeiro, a partir de 2009, para 3 milhões de m³/ano e tem custo estimado em US\$ 50 milhões.

Foram concluídas as obras de ampliação da capacidade de escoamento do Sistema de Oleodutos Osório-Canoas (Oscan), no Rio Grande do Sul. Com a ampliação, o suprimento de petróleo para a Refap passará dos atuais 20 mil m³/dia para 30 mil m³/dia – aumentando a produção de derivados.

O Plano Diretor de Dutos (PDD) de São Paulo, outro projeto estratégico para a Petrobras, obteve licenciamento ambiental para início das obras. Com investimentos de mais de R\$ 2 bilhões, o PDD vai ampliar, modernizar e redesenhar a malha de dutos da capital paulista, por onde passam cerca de 50% do petróleo e derivados processados no país.

A Transpetro avançou também no projeto de construção do Terminal e da Base de Distribuição de Pecém, no Ceará - projetado para ser o mais moderno do País e movimentar 1,5 bilhão de litros de combustíveis por ano, além de, numa segunda etapa, atender à movimentação e armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Os investimentos previstos nesse projeto são de R\$ 400 milhões. A profundidade do porto permitirá o acesso marítimo de navios de 175 mil TPBs – o que garantirá maior segurança operacional e proteção ao meio ambiente, além de custos reduzidos no transporte de derivados para toda a Região Nordeste.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para atender ao crescimento acelerado dos negócios, foi aprovada a construção de um novo terminal no porto de Barra do Riacho, em Aracruz, no Espírito Santo. Será o 47º terminal da empresa – o 27º aquaviário. A previsão é que entre em operação em 2009 com capacidade de armazenamento de 109.600 m³ em seis tanques e três esferas. Os investimentos previstos são de US\$ 470 milhões que serão aportados pela Petrobras passando posteriormente a operação à Transpetro.

Controle e Reparos

Na sede da Companhia, no Rio de Janeiro, foi inaugurado o Centro Nacional de Controle Operacional, com equipamentos mais modernos, salas amplas, telas móveis e recursos sofisticados de telecomunicações, permitindo a operação remota de toda a malha de gasodutos e oleodutos.

Também entrou em operação o Centro de Reparos de Dutos, instalado no Terminal de Guarulhos, em São Paulo. Compartilhado entre as áreas de transporte de gás e de líquidos, o Centro atenderá a todo o território nacional em reparos emergenciais de gasodutos e oleodutos, compartilhando recursos de pessoal, financeiros, materiais e equipamentos.

Distribuição

Líder de mercado, com 34% de participação e 5.973 postos de serviço, a Petrobras Distribuidora registrou seu melhor resultado financeiro, com lucro líquido de R\$ 841 milhões. Esse resultado, 48% acima do obtido no ano anterior, decorreu, em grande parte, do maior volume de vendas de combustíveis de sua história: 34 milhões de m³.

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis cresceu 8,2% em 2007, índice bastante superior ao de 1,9% registrado em 2006. A expansão foi impulsionada, principalmente, pelo crescimento de 50% nas vendas do álcool hidratado, como resultado da ampliação da frota nacional e dos veículos bicombustíveis. Com isso, a venda de gasolina aumentou apenas 1%.

A Petrobras Distribuidora, única companhia do setor com presença em todas as regiões do território brasileiro, teve participação expressiva no atendimento a esse crescimento do mercado. A marca superou em 13,3% as vendas do ano anterior em consequência da comercialização de diesel, que aumentou em 1.846 mil m³, 15% a mais que em 2006. As vendas de álcool e óleo combustível também subiram, 80,9% e 14,4%, respectivamente. Assim, a empresa consolidou ainda mais sua participação no mercado, alcançando em dezembro 34,7% de market share (1,6 ponto percentual acima dos 33,1% de dezembro de 2006) e fechando o acumulado do ano em 34,3%

Em sintonia com o compromisso de sustentabilidade e com a maior participação dos combustíveis renováveis na matriz energética do País, a Petrobras Distribuidora levou o biodiesel a 5.885 postos de serviço e a 4.626 grandes consumidores, antecipando a disponibilidade do produto em todas as regiões do Brasil e destacando-se entre as concorrentes. Com a iniciativa, a BR atendeu as metas do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que prevê a adição obrigatória de 2% de biodiesel ao diesel a partir de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para garantir a qualidade dos produtos, a Petrobras Distribuidora manteve o foco no programa De Olho no Combustível, passando a ter 5.006 postos certificados em 2007. Este programa é reconhecido como o mais completo do País, por abranger desde a realização de testes nos combustíveis em campo até a limpeza de tanques e filtros.

Os investimentos da Companhia foram de R\$ 402 milhões, concentrados principalmente no desenvolvimento e modernização da Rede de Postos de Serviço, no suporte aos clientes comerciais e industriais, em operações de logística e em programas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Gás Natural

Aceleração de projetos aumenta oferta

No ano em que o gás natural ganhou ainda mais relevância na matriz energética brasileira, a Petrobras acelerou os projetos de ampliação da oferta. A produção média em 2007 foi de 43 milhões de m³/dia e em dezembro alcançou 46 milhões, 6 % a mais que no mesmo mês de 2006. Considerando o gás utilizado no processo de produção, injeção e perdas, a oferta doméstica resultante, incluindo parceiros, foi de 23 milhões m³/dia médios.

Pelo gasoduto Brasil-Bolívia, foram importados 26 milhões de m³/dia líquidos, sendo relevante destacar o recorde de movimentação pelo gasoduto Brasil-Bolívia de 31 milhões de m³/dia no mês de outubro. A oferta total ao mercado brasileiro foi, em média, de 49 milhões de m³/dia.

Para permitir que o gás produzido chegue aos mercados, em 2007 foram investidos R\$ 2,8 bilhões em infraestrutura de transporte, 30% a mais do que em 2006. Mais de 600 km de dutos foram incorporados à malha brasileira de transporte de gás natural, cuja extensão total atingiu 6.153 km.

Além da expansão da malha, destacam-se o início da construção dos terminais de importação de gás natural liquefeito (GNL) e o Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), que elevará a oferta doméstica da região Sudeste para 40 milhões de m³/d ao final de 2008 e para 55 milhões de m³/d, até dezembro de 2010.

Transporte: desafio em superação

O projeto Gasene (Gasoduto Sudeste-Nordeste) tornou-se prioritário para interligar as malhas de gás das regiões Sudeste e Nordeste. Os três trechos do Gasene (Cacimbas-Vitória, Cabiúnas-Vitória e Cacimbas-Catu) totalizam 1.384 quilômetros (km).

Em 2007, foi concluído o primeiro trecho no estado do Espírito Santo, Cacimbas (ES) – Vitória (ES), com 131 km de extensão, permitindo o escoamento da produção de gás da Bacia Espírito Santo.

Em fevereiro de 2008, entra em operação o trecho do Gascav, de Cabiúnas (RJ) a Vitória (ES), com 303 km de extensão, visando a abastecer os estados da região Sudeste.

Em 2009, entrará em operação o último trecho, o Gascac, que liga Cacimbas (ES) a Catu (BA). Com 950 km de extensão, poderá transportar até 20 milhões de m³/dia para o Nordeste.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A malha nacional foi incrementada em julho com a entrada em operação do trecho entre Paulínia e Taubaté, em São Paulo, que faz parte do gasoduto Campinas-Rio. Com extensão de 201 quilômetros, irá ampliar a entrega dos volumes importados pelo gasoduto Brasil-Bolívia aos mercados do Sudeste. Foram concluídos também os gasodutos entre Itaporanga-Carmópolis-Pilar (244 km) e Atalaia-Itaporanga (29 km), integrantes da Malha Nordeste. Estes dutos escoam o gás da Bahia até Pernambuco.

Gás natural liquefeito (GNL)

A inserção da Petrobras no mercado mundial de GNL irá aumentar a flexibilidade de suprimento ao mercado brasileiro de gás natural. Além de uma demanda firme, com foco nos segmentos industrial, comercial, veicular e residencial, há necessidade de atendimento a uma demanda flexível, caracterizada principalmente pelas usinas termelétricas.

Em 2007, a Petrobras iniciou a implantação do projeto de importação de GNL, composto em sua fase inicial por dois navios regaseificadores e dois terminais portuários designados para receber os navios regaseificadores e navios metaneiros, permitindo o armazenamento, a regaseificação do GNL e o transporte de gás até a malha de gasodutos existente. Serão implantados um terminal na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, com capacidade de 20 milhões de m³/dia; e outro em Pecém, no Ceará, com 7 milhões de m³/dia. Os navios poderão ser utilizados nos dois terminais.

Em 2007, a Petrobras contratou o afretamento dos navios regaseificadores (Golar Spirit e Golar Winter). O primeiro tem previsão de chegada para 2008 e o segundo em 2009. As licenças de instalação dos terminais foram emitidas e também estão autorizadas a construção e montagem das estruturas portuárias, braços de carregamento e gasodutos de conexão com a malha existente. Para o suprimento de 2008 e 2009, foram assinados Master Sales Agreements (MSA) com seis fornecedores de cargas de GNL do mercado spot.

Simulação do Projeto de GNL da Baía de Guanabara (RJ)



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Rotas para atendimento ao mercado brasileiro



Comercialização

Implementação de novos modelos de Contrato

Com o objetivo de melhor adequar o perfil da produção com o da demanda, a Petrobras em 2007 ofereceu ao mercado contratos de fornecimento de gás natural em quatro modalidades distintas: Firme Inflexível, Firme Flexível, Interruptível e Preferencial. Nesse contexto, foram assinados em 2007 contratos com as companhias distribuidoras estaduais Bahiagás e a Comgás. A primeira atende o estado da Bahia e a segunda, São Paulo. Em 2008, continuarão as negociações de novas modalidades de contrato para fornecimento de gás natural entre Petrobras e outras Companhias Distribuidoras Estaduais.

Modalidades de fornecimento de gás:

- **Firme Inflexível:** o cliente assegura pagamento do volume adquirido e o supridor garante a entrega do volume estabelecido.
- **Firme Flexível:** o fornecimento pode ser interrompido, de acordo com as condições negociadas, e o supridor tem o compromisso de cobrir os custos adicionais do cliente decorrentes do uso de combustível substituto (óleo combustível, GLP ou diesel).

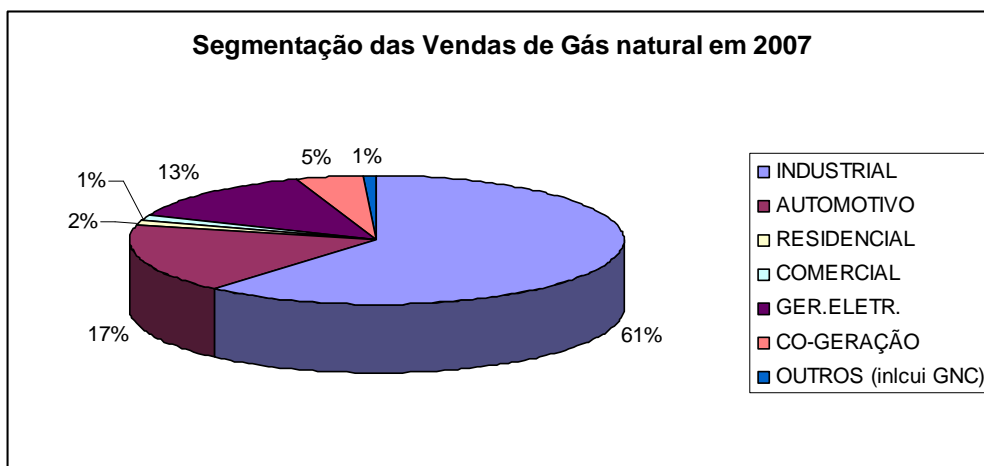
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Interruptível:** o fornecimento de gás pode ser suspenso apenas pelo supridor, de acordo com as condições negociadas, ficando a responsabilidade do combustível alternativo a cargo do cliente. Neste caso, o preço do gás natural tem um desconto em relação ao preço do contrato Firme Inflexível.
- **Preferencial** - a prerrogativa de interrupção do fornecimento pertence ao cliente, estando o supridor obrigado a providenciar o suprimento quando demandado. A expectativa é que esse contrato seja predominantemente destinado ao consumo termelétrico, com suprimento via GNL.

Distribuição

A Petrobras aprimorou sua gestão empresarial para se alinhar às estratégias das Companhias Distribuidoras Estaduais de Gás Natural (esta frase não tem relação com o restante do texto). Em 2007, as companhias distribuidoras venderam em média 41 milhões de m³/dia.

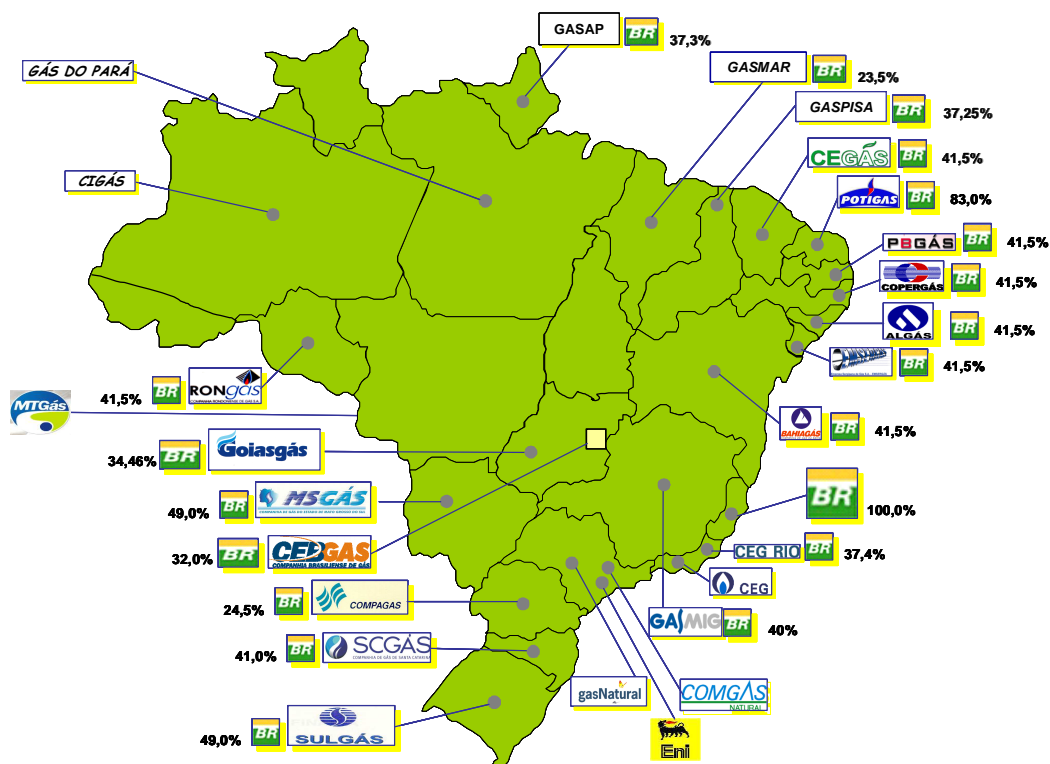


O setor automotivo aumentou o consumo em 11%; o industrial, 4,5%; e o de co-geração, em 5%. Houve redução de 31% no consumo de gás para a geração de energia elétrica. Mas, no quarto trimestre de 2007, as termelétricas a gás natural foram mais acionadas, levando ao crescimento de 13% do consumo de gás em relação ao registrado no mesmo trimestre de 2006.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Petrobras tem participação em 20 das 27 companhias distribuidoras existentes no Brasil, com percentuais entre 24 e 100%.



Destaque em 2007 para o projeto Gemini, que tem o objetivo de levar o gás natural sob a forma liquefeita para locais onde ainda não existe infra-estrutura de transporte por gasodutos. Para tanto, foi criada a companhia GASLOCAL, com 40% de participação da Petrobras que, no ano passado, entregou o produto para diversas localidades no Centro-Oeste, Sul e Sudeste tais como Brasília (DF), Goiânia (GO), Londrina (PR) e Varginha (MG).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

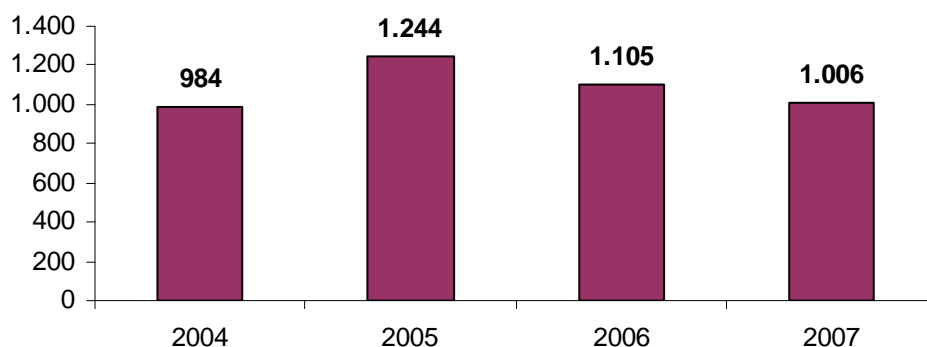
Energia Elétrica

Recorde na Geração de Energia

No mês de novembro de 2007, a Petrobras bateu seu recorde de geração de energia elétrica para o Sistema Integrado Nacional (SIN), produzindo um total 2,9 mil MW.

Em 2007, o parque termelétrico da Companhia foi formado por 15 usinas termelétricas (UTES), com uma capacidade total de 5.223 MW de geração elétrica.

**Evolução da Geração Termelétrica da Petrobras
(MW médio/dia)**



Em consonância com as estratégias do Plano de Negócios da Companhia, ao longo de 2007, foram investidos cerca de R\$ 500 milhões em projetos de energia elétrica, tendo a maior parte desses recursos sido destinada ao aumento de participação acionária na UTE Celso Furtado (Termobahia - BA), à construção das UTES Euzébio Rocha (CCBS - SP) e Jesus Soares Pereira (Termoaçu - RN) e à conversão a bi-combustível das UTES Sepé Tiaraju (Canoas-RS), Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt-RJ) e Termoceará (CE). Destacam-se também, em 2007, a aquisição da UTE Juiz de Fora (MG), o arrendamento da UTE Piratininga (SP) e o aluguel das Usinas Araucária (PR), Petrolina (PE) e Termocabo (PE).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Parque Termelétrico da Petrobras



Energias Renováveis

A Petrobras prevê, até 2012, investimento de US\$ 1,5 bilhão em projetos de energias renováveis e biocombustíveis, que incluem geração de eletricidade através de usinas eólicas, solares e PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), além de produção e comercialização de biodiesel e etanol.

Biodiesel

A Petrobras está construindo suas três primeiras usinas industriais de biodiesel, visando a atuar globalmente na comercialização, logística e produção. As unidades estão situadas em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE) e cada uma produzirá cerca de 57 milhões de litros por ano, a partir de 2008. O investimento total é de R\$ 227 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em Quixadá, cerca de 1,4 mil famílias de agricultores plantaram 2.700 hectares de sementes de mamona para o suprimento da usina. Para fornecer insumos à usina de Candeias, a empresa assinou contratos de compra de grãos de mamona, girassol e óleo de dendê com cooperativas de agricultores familiares visando a uma produção de 18 mil toneladas de óleo vegetal.

A Petrobras e a Empresa de Extensão Rural e Assistência Técnica de Minas Gerais (EMATER) também irão capacitar e prestar assistência técnica às famílias de agricultores no cultivo das oleaginosas para a produção de biodiesel na usina de Montes Claros (MG).

A Petrobras intensificou sua atuação na comercialização do biodiesel adquirido através dos leilões da ANP, e cuja compra pelas distribuidoras de combustível se deu de forma voluntária, porém crescente, especialmente no segundo semestre, com a aproximação da obrigatoriedade da mistura de 2% ao diesel mineral. O volume total comercializado no ano foi superior a 420 mil m³, abrindo caminho para o sucesso do programa em 2008.

Etanol

A Petrobras abriu novos mercados e vem estabelecendo relações de longo prazo com os clientes, em sinergia com a área Internacional. Em 2007, o volume de etanol comercializado superou 100 milhões de litros, com remessas de carga para Europa, Japão e Estados Unidos. A Petrobras America Inc. atuou diretamente na internação, armazenagem e comercialização do produto no mercado norte-americano.

Além do Terminal Marítimo da Ilha d'Água, na região Centro-Sul, a logística de exportações foi ampliada com a abertura de uma nova frente para envio de carga pelo Nordeste, através do Terminal Marítimo de Maceió. A contratação de tancagem na Coreia possibilitará a comercialização de etanol em 2008 no mercado japonês, por meio da joint venture Brazil-Japan Ethanol.

Energia Eólica

O projeto que mais se destacou em 2007 foi o parque eólico da unidade de produção de petróleo em Macau/RN, com 1,8 MW, onde o óleo diesel foi substituído, evitando a emissão de cerca de 1.300 toneladas de CO₂ por ano na atmosfera. O projeto recebeu o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia Elétrica (Procel), na categoria Indústria, modalidade Energia Alternativa; e o registro de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo as regras do Protocolo de Quioto.

Energia Solar

Sistemas de aquecimento de água por energia solar são utilizados em sete unidades industriais (Recap, Reduc, Regap, Replan, Rlam, Fafen-SE e Fafen-BA), e no edifício-sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. A iniciativa proporciona economia anual de 1.228 MWh e 127 toneladas de CO₂ que deixam de ser emitidas por ano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para a geração elétrica, a Companhia possui cerca de 100 KW de potência instalada em painéis fotovoltaicos em pequenas plataformas de produção, substituindo parte do consumo de óleo diesel. A geração elétrica por energia solar também é utilizada em sistemas de controle e proteção catódica de dutos (que evitam corrosão na tubulação), no suprimento de energia elétrica para instrumentação e no acionamento automático do sistema de bombeio de petróleo.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

Em 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a implantação da PCH Pira, de 16 MW de potência instalada, a ser construída em Santa Catarina. A unidade vai operar em sistema fio d'água (sem alagamento de áreas), não impactando o meio ambiente.

Internacional

Com investimentos de R\$ 6,6 bilhões, a Petrobras intensificou sua expansão internacional em termos geográficos e também diversificou negócios nos mercados onde já operava. A Companhia, que atua em quatro continentes e 23 países, consolidou-se como uma das maiores empresas integradas de energia do mundo, participando de toda a cadeia de operações da indústria de petróleo, gás natural e energia elétrica na América Latina, ao mesmo tempo em que continua a ampliar sua presença na América do Norte, Europa, África e Ásia.

A produção no exterior foi de 126,2 mil bpd de óleo e 18,6 milhões de m³ por dia de gás natural, representando, respectivamente, 6,6% e 29% da produção total da Companhia. As reservas provadas internacionais passaram a 1 bilhão e 90 milhões de boe, volume 14% inferior ao de 2006, consistindo hoje em 7,3% das reservas totais da empresa, em função da entrada em vigor dos novos contratos na Bolívia, da reclassificação de reservas no Equador, da produção na Argentina haver superado a apropriação do período e nos EUA, por ter sido realizado reavaliação em Cottonwood, devido ao declínio acima do esperado na produção.

As atividades internacionais abrangem a exploração e produção de petróleo e gás em 19 países, incluindo Estados Unidos, México, Angola, Nigéria, Tanzânia, Moçambique, Senegal, Índia, Portugal, Irã, Paquistão, Líbia, Turquia, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Argentina. Na Argentina, a Petrobras possui os maiores ativos internacionais e atua em toda a cadeia de petróleo e gás natural, refino e distribuição, além de petroquímica e energia elétrica.

No segmento de refino, a Companhia está presente: na Argentina, Estados Unidos e Japão. E atua na distribuição de derivados no Uruguai, Paraguai, Colômbia e Argentina, além da comercialização de lubrificantes no Chile.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

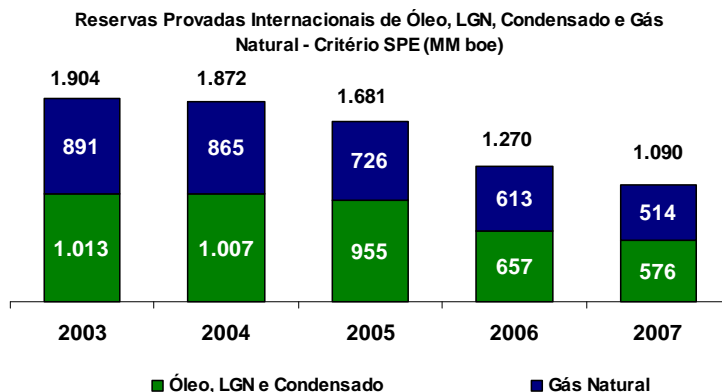
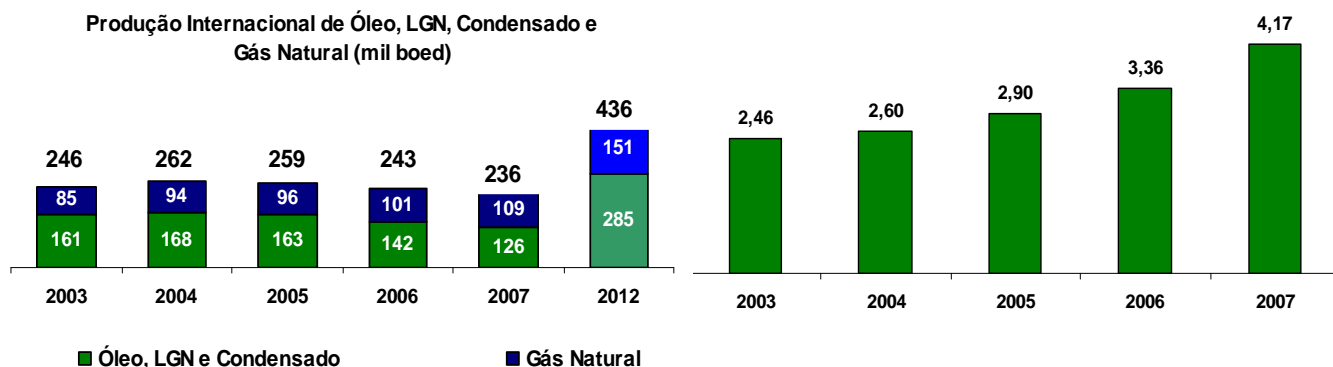
O Golfo do México e o Oeste da África são as regiões prioritárias para as atividades de exploração e produção da Petrobras. A estratégia é atuar em áreas onde a tecnologia e a expertise técnica em águas profundas e ultraprofundas representem vantagem competitiva, como na costa oeste da África, com formação geológica similar à da costa brasileira.

No refino, a meta é adquirir maior capacidade de processamento de óleo para agregar valor ao petróleo produzido e acessar novos mercados. Os investimentos também estão destinados na adoção de tecnologias para capacitar unidades de refino, originalmente construídas para petróleo leve, a processar cargas pesadas.

Na área de gestão, foi implementado em julho, na Argentina, o Programa de Processos de Integração Nacional (Proani), destinado a implantar um modelo único de gestão para incrementar novos negócios, compartilhar informações e desenvolver capital humano no exterior. O programa será estendido a partir de 2008 a todas as Unidades.

Para o período de 2008 a 2012, estão previstos investimentos de US\$ 15 bilhões, a maior parte (67%) destinada às áreas de exploração e produção na América Latina, Oeste da África e Golfo do México. Os segmentos de refino, transporte, comercialização e petroquímica ficarão com 25%, cabendo 8% aos demais segmentos de negócio.

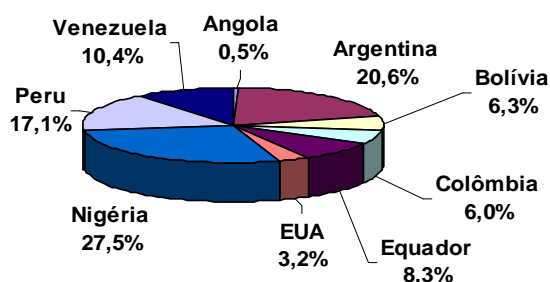
Custo Unitário de Extração Internacional (US\$/bbl)



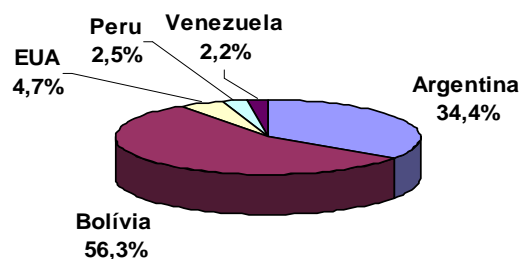
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

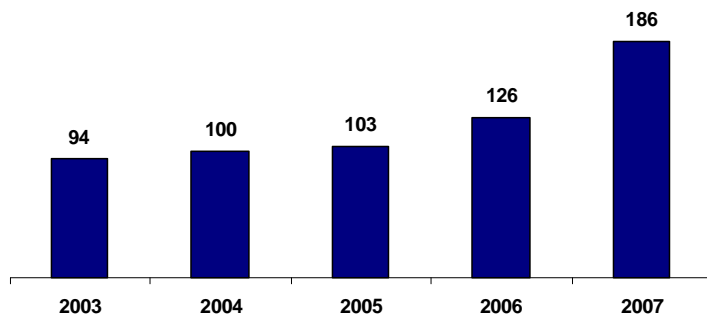
Reservas Provas Internacionais de Óleo e Condensado por País - Critério SPE



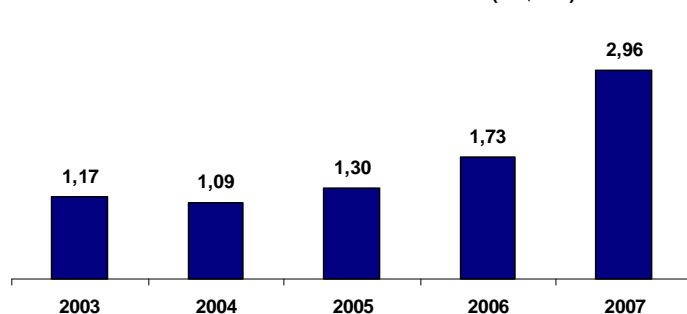
Reservas Provas Internacionais de Gás Natural por país Critério SPE



Carga Processada - Internacional (mil bpd)



Custo Unitário de Refino Internacional (US\$/bbl)



Novos negócios

Em 2007, a Petrobras adquiriu ativos no exterior, assinou dez novos acordos de parceria e cooperação internacional e abriu novas frentes de trabalho, como a avaliação de projetos na área de biocombustíveis e de xisto betuminoso.

A Companhia marcou sua entrada na área de refino do mercado asiático em novembro, com a assinatura de um acordo de compra de 87,5% das ações da japonesa Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS), por US\$ 52 milhões, considerando a conversão do yen japonês para a moeda norte-americana. A empresa vendedora, Tonen General Sekiyu, é uma subsidiária da ExxonMobil. A Sumitomo preservou sua participação de 12,5% na NSS.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com essa aquisição, a Petrobras passou a controlar uma refinaria com capacidade de processamento de 100 mil bpd de óleo cru, na ilha de Okinawa, um terminal de petróleo e derivados para armazenamento de 9,6 milhões de barris, três píeres e uma monobóia para navios do tipo VLCC de até 280 tpb. O terminal apoiará a comercialização de biocombustíveis na Ásia e complementarará o comércio de petróleo e derivados na região.

Na área de exploração e produção, a Companhia expandiu seus negócios ao arrematar em leilões nos Estados Unidos 60 blocos exploratórios no Golfo do México, por US\$ 137,4 milhões. Contratou também a construção de dois navios-sonda, para 2009 e 2010, que reduzirão sua vulnerabilidade em relação a recursos para a ampliação das atividades na área. Em leilão na Colômbia, foram adquiridos quatro blocos no Mar do Caribe. No Chile, foi assinado um acordo de desenvolvimento de oportunidades de negócios e projetos em todos os setores de petróleo, bem como em energia, com a estatal chilena Enap.

Os negócios na África e na Ásia também foram ampliados. No Senegal, a Petrobras adquiriu da empresa italiana Edison Spa 40% de participação no bloco exploratório Rusfique Profonde. No Paquistão, assinou contrato com a estatal OGDLC para a exploração do bloco G na bacia Indus offshore. Com a estatal indiana ONGC, formou parceria para operação de seis blocos em águas profundas, sendo três no Brasil e três na Índia.

Na costa portuguesa, a Companhia participará da primeira atividade de exploração e produção em quatro blocos na Bacia do Peniche. Com 50% de participação, será operadora do consórcio com a Galp Energia (30%) e a Partex (20%).

Com os governos da Jordânia e do Marrocos, a Petrobras firmou memorandos de entendimento para realizar estudo de viabilidade do uso da tecnologia Petrosix para produção de óleo de xisto.

Os negócios com biocombustíveis se expandiram internacionalmente com as parcerias acertadas com a ENI, na Itália, a Petroequador, a estatal indiana Bharat Petroleum, a Statoil da Noruega e a estatal chilena Enap.

Com a Galp Energia, foi assinado termo de compromisso para a produção de 600 mil toneladas/ano de óleos vegetais no Brasil e a comercialização e distribuição de biodiesel no mercado europeu.

América do Sul

Argentina - Os ativos da Petrobras incluem as refinarias Ricardo Eliçabe e San Lorenzo, com capacidade conjunta de 81 mil bpd, que processaram 76,6 mil bpd em 2007, , com um fator de utilização de 95%, além da participação na Refinaria Del Norte (Refinor), também operada pela Companhia. Em petroquímicos e fertilizantes, há quatro plantas - Puerto General San Martin, Zarate, Campana e Innova, esta última produzindo estireno, poliestireno e UAN.

Merece destaque também uma termelétrica a gás natural (Genelba), uma hidroelétrica (Pichi Picu Leufu), a Transportadora Gás Del Sur, com a maior rede de gasodutos do país, e as participações na Edesur (distribuidora de energia em Buenos Aires) e na Companhia Mega, que comercializa etano, propano, butano e gasolina natural. Há, ainda, 679 estações de serviços, que comercializam combustíveis e derivados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano, houve a venda da participação na Citelec S.A, controladora da Transener S.A, empresa líder responsável pela transmissão de energia elétrica na Argentina, por US\$ 54 milhões, em cumprimento ao acordo firmado quando da compra da antiga Perez Companc (atual Petrobras Energia S.A.).

A produção de óleo no país atingiu 54,4 mil bpd e 8,1 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 102 mil boe diários, principalmente nas regiões da Bacia Austral, Medanito, Puesto Hernandez e Entre Lomas. As reservas do país chegam a 295 milhões de boe.

Bolívia - A atuação da Petrobras se concentra atualmente nos segmentos de exploração e produção e de gás e energia, após a venda das refinarias Guillermo Elder Bell e Gualberto Villaroel, em Santa Cruz e Cochabamba, à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), por US\$ 112 milhões. No segmento de exploração e produção, foram produzidos 60,5 mil boe/dia, sendo 9,3 mil bpd de óleo e 8,7 milhões de m³/dia de gás natural, com crescimento de 6,4% em relação a 2006, concentrados nos campos de San Alberto e San Antonio.

Chile - A Petrobras prossegue na prospecção de oportunidades de negócios no país, por meio do escritório de representação aberto em Santiago em 2005. A companhia comercializa no país o lubrificante Lubrax, com vendas de 650 m³ em 2007.

Colômbia - Com participação em sete contratos de produção e 16 de exploração - entre eles o Bloco Tayrona, o primeiro offshore do país -, a Companhia produziu 16,5 mil barris por dia de óleo e 2,5 mil m³ dia de gás natural. Possui também 62 estações de serviços, uma base de armazenamento e uma planta de lubrificantes, em Puente Aranda, e um terminal em Santa Marta.

Equador - A produção média de óleo em 2007 foi de 10,4 mil bpd, no bloco 18, onde a Petrobras tem participação. Há, ainda, o bloco 31, em fase de desenvolvimento.

Paraguai - A companhia atua no segmento de Distribuição, onde possui 160 postos de gasolina e 54 lojas de conveniência, em todo o território paraguaio, além de ativos na comercialização de GLP, instalações para armazenamento de combustíveis, e para comercialização de produtos de aviação nos aeroportos de Assunção e Cidade Del Este. Em 2007 foram comercializados 328 mil m³ de produtos.

Peru - A produção média foi de 13,31 mil bpd de óleo e 0,31 milhão de m³/dia de gás natural, totalizando 15,13 mil boe/dia.

Uruguai - A companhia atua no segmento de gás natural, através de duas concessionárias de distribuição nos mercados de Montevideo e no interior do país, bem como no segmento de distribuição de combustíveis, através de 89 postos de gasolina e instalações para comercialização de produtos de aviação, marítimos, petroquímicos e asfalto. No ano de 2007 foram comercializados uma média de 155 mil m³/dia de gás natural e 396 mil m³ de combustíveis.

Venezuela - A Companhia produz 14 mil bpd de óleo pesado em quatro blocos e estuda a ampliação de suas atividades no país. Em associação com a Petróleos de Venezuela (PDVSA), analisa a possibilidade de produzir petróleo extra-pesado em Carabobo I, na faixa do Orinoco.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

América do Norte

Estados Unidos - A Petrobras tem participação em 331 blocos marítimos no setor americano do Golfo do México, sendo a operadora de 187. Detém ainda direitos exploratórios em blocos terrestres no Texas, onde se destaca a descoberta de Megamata, em fase de avaliação sobre a economicidade do mesmo. Também foi iniciada a produção do campo de Cottonwood, no Quadrante Garden Banks, com produção de 6,4 mil boe/dia.

Foram assinados contratos para a implementação da Fase I de desenvolvimento dos campos de Cascade e Chinook, com início de produção previsto para 2010. Pela primeira vez no Golfo do México, será utilizado um navio-plataforma do tipo FPSO, levando novas tecnologias para a indústria americana de petróleo.

No campo de Saint Malo, operado pela Chevron, a Companhia perfurou dois poços de avaliação e extensão. Tornou-se também parceira da Shell na descoberta e na perfuração exploratória de Stones.

A produção média da Petrobras no Golfo do México foi de 11,5 mil boe/dia superior em 188% à de 2006, em função da entrada em produção de Cottonwood.

No primeiro ano de operação com a Petrobras como sócia, a Refinaria de Pasadena, no Texas, processou 90,8 mil bpd. Há investimentos planejados para a ampliação da capacidade de processamento, aumento de confiabilidade das instalações e adequação ao refino de petróleos pesados. A Companhia detém 50% do controle acionário da refinaria.

México – A Petrobras participa de dois contratos de serviços múltiplos para a Pemex, nos blocos Cuervito e Fronterizo. Em 2007, foram perfurados 11 poços. A produção média de gás natural atingiu 5,7 mil boe/dia.

África

Nigéria - Os projetos de Agbami e Akpo – campos gigantes no Delta do Níger – estão em implantação, com início de atividades previsto para 2008. A partir de 2009, a produção em Agbami deverá atingir 250 mil bpd, cabendo 32,5 mil bpd à Companhia. Akpo produzirá 185 mil bpd e a parcela da Petrobras é de 37 mil bpd..

A Petrobras comprovou a existência de acumulações significativas de petróleo no bloco OML 130 após a perfuração de quatro poços. Como operadora do bloco OPL 324, no Golfo da Guiné, aprofundou os estudos do contexto geológico regional e deu continuidade aos compromissos exploratórios. No bloco OPL 315, no qual é operadora com 45% de participação, a primeira perfuração exploratória está programada para 2008.

Em apoio à utilização de álcool combustível (etanol) no país, a Companhia fechou um contrato para o fornecimento do produto com a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC). Os entendimentos incluem a prestação de assistência técnica para a adição do produto à gasolina. O primeiro embarque está programado para o primeiro semestre de 2008.

Angola - O bloco 2 da Bacia do Baixo Congo, um dos seis ativos da Petrobras no país, produziu a média de 3,6 mil bpd em 2007. Nos demais blocos, serão perfurados poços exploratórios a partir de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Líbia - Na área 18 do setor líbio no Mar Mediterrâneo, na qual é operadora com 70% de participação, foram feitos levantamentos sísmicos e interpretação geológica. A perfuração do primeiro poço está prevista para o segundo semestre de 2008.

Tanzânia - A Companhia está presente em três blocos (5, 6 e 8), com 100% de participação, sendo operadora em todos. Nos blocos 5 e 6, a primeira fase de investimentos já foi realizada. A licença do bloco 5 deverá ser estendida em junho de 2008, com o compromisso de perfurar um poço. O bloco 8 encontra-se em negociação contratual. Está prevista a abertura de escritório local em agosto de 2008.

Moçambique - No bloco Zambezi Delta, onde a Petrobras possui 17% de participação, foi perfurado um poço, que resultou seco. Está prevista a realização de sísmicas 2D em 2008. A atual fase da licença termina em dezembro de 2008. A próxima fase inclui o compromisso de perfurar um segundo poço.

Ásia

Irã - A Petrobras perfurou o primeiro de dois poços exploratórios no bloco Tusan, em águas rasas do Sul do Golfo Pérsico, sendo a operadora de ambos, conforme contrato firmado com a National Iranian Oil Company. Atualmente encontra-se em fase de avaliação de economicidade.

Turquia - Ao longo do ano, foram desenvolvidas atividades para aquisição de dados exploratórios dos blocos Kırklarelli e Sinop, localizados nas partes oeste e oriental do setor turco do Mar Negro.

Ativos Intangíveis

Em 2007, a Petrobras ficou entre as cinco primeiras classificadas na lista das 18 maiores companhias do setor de petróleo e gás natural. E foi a única empresa da América Latina entre as 50 finalistas do prêmio Most Admired Knowledge Enterprise (Make), concedido pela instituição inglesa Know Network a empresas que se destacam na aplicação e desenvolvimento de seu conhecimento empresarial.

Estas conquistas refletem a valorização que a Companhia vem dando, ao longo dos anos, a seus ativos intangíveis, fatores essenciais às empresas para criação de valor e diferencial competitivo. De acordo com o modelo de capital intelectual, os ativos são classificados como capital humano, organizacional, de relacionamento e de domínio tecnológico.

Como ainda não existem critérios contábeis para calcular o valor dos ativos intangíveis, a Petrobras desenvolve estudos para estabelecer parâmetros de valoração quantitativa e qualitativa conforme a contribuição de cada um. Os responsáveis pela gestão do conhecimento na Companhia trabalham no sentido de estabelecer diretrizes para a criação, proteção, disseminação, manutenção e valoração desses ativos, como prevê o Plano Estratégico 2020.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia deu continuidade ao projeto de construção de um modelo integrado para mapeamento e avaliação de recursos intangíveis, que está sendo desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com base na identificação das competências organizacionais necessárias ao atendimento dos objetivos estratégicos e desafios de mercado.

A Petrobras foi pioneira no gerenciamento de ativos intangíveis, utilizando um processo de gestão tecnológica desde a criação do Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), em 1963. Isto lhe permitiu atingir excelência tecnológica em todos os segmentos, o que se refletiu em seu valor de mercado e em associações com as maiores empresas do setor no mundo.

O anúncio da descoberta do campo de Tupi mostrou a importância de tratar o conhecimento da Companhia como um ativo intangível. A descoberta resultou do envolvimento e da integração de muitos profissionais que há cerca de três anos começaram a voltar sua atenção para a grande prospectividade das camadas pré-sal. Graças ao empenho da equipe técnica e ao apoio de suas lideranças, foi possível atingir um nível tecnológico ideal para tratar o dado sísmico colhido abaixo da camada de sal. No dia seguinte ao anúncio desta descoberta, que representa a possibilidade de um aumento de mais de 50% nas reservas de petróleo e gás do Brasil, as ações da Petrobras subiram mais de 14%. Esta descoberta significa uma excelente oportunidade para criar novas tecnologias e avançar em inovações.

Capital de domínio tecnológico

O Sistema Tecnológico da Petrobras, coordenado pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), teve participação importante no processo que levou à descoberta de petróleo e gás natural na camada pré-sal em 2007. Sob gestão do Cenpes, a Petrobras investiu R\$ 1,044 bilhão em pesquisa e desenvolvimento – 10 % a mais do que em 2006 – e firmou 62 novos convênios com 28 instituições para ampliar sua infra-estrutura laboratorial no País, direcionando R\$ 131 milhões a projetos com prazo médio de dois anos.

O Cenpes iniciou em 2007 a dois novos programas tecnológicos relacionados à sustentabilidade dos negócios da Companhia: o Programa Tecnológico para o Desenvolvimento do Pré-Sal, focado nesta nova fronteira geológica, e o Programa Tecnológico para a Mitigação de Mudanças Climáticas, criado para desenvolver tecnologias que permitam atenuar a influência das atividades e dos produtos da Petrobras nas mudanças climáticas globais.

Na área de exploração, um dos maiores avanços foi a nova versão do Simulador de Bacias, que forneceu informações mais precisas de camadas geológicas, inclusive do pré-sal. No segmento de produção, destacou-se o desenvolvimento de um novo processo de cimentação de poços adequado às características do sal, que garantirá mais segurança e confiabilidade às operações.

Após simulações em computador, foram identificadas as tecnologias e os insumos necessários à implantação de poços na camada pré-sal. Métodos laboratoriais pioneiros de ressonância magnética nuclear auxiliaram no dimensionamento de sistemas de drenagem por injeção de água e de microscopia de alta pressão, para garantir o escoamento no futuro sistema de produção.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aumento de produtividade

O início da operação do Sistema de Bombeio Centrífugo Submarino Submerso de alto desempenho, no campo de Jubarte, na Bacia de Campos, foi outra importante conquista. No poço em que foi instalado o sistema, a produção passou de 10 mil bpd para 24 mil bpd, um incremento de 140%.

A tecnologia aplica-se tanto a acumulações de grande porte, elevando o fator de recuperação, como a jazidas menores, consideradas comercialmente inviáveis. Permite ainda a produção de campos em águas profundas, especialmente os de petróleo pesado.

Novos produtos

O Cenpes também desenvolveu inovações na área de combustíveis. Em 2007, foi lançado o diesel Verana, destinado ao mercado náutico de lazer. Além de proporcionar melhor desempenho e maior durabilidade aos motores, reduz 98% do teor de enxofre em comparação ao diesel marítimo convencional.

Outra novidade que trará ganhos ambientais e econômicos é o asfalto borracha, com desempenho superior ao do asfalto tradicional em relação a durabilidade, segurança e conforto. O produto está sendo aplicado em pistas experimentais nos estados de São Paulo, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul.

Pesquisas com biocombustíveis

A Petrobras colocou o Brasil na vanguarda mundial dos biocombustíveis de segunda geração (produzidos com resíduos agroindustriais, como o bagaço de cana). Em 2007, entrou em operação no Cenpes a primeira planta piloto de bioetanol (etanol de lignocelulose) com tecnologia enzimática (processo de quebra de moléculas por meio da ação de enzimas). Uma planta semi-industrial está prevista para 2010.

A consolidação do sistema de produção do biodiesel, a partir do óleo de mamona, permite a elaboração do projeto básico da primeira planta industrial com tecnologia da Petrobras, que terá capacidade para produzir 300 mil toneladas de biodiesel/ano.

O HBIO foi implantado com sucesso em quatro refinarias, possibilitando a produção de diesel de melhor qualidade por meio do processamento de óleo vegetal misturado ao petróleo.

No segmento de biocombustíveis, também foram processados biomassa (em escala piloto) e bioóleo (em escala de bancada), com plantas-modelo previstas para 2010 e 2009, respectivamente.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projetos na área ambiental

Entre as pesquisas na área ambiental, teve destaque a conclusão do projeto de caracterização de corais de águas profundas da Bacia de Campos. Os resultados contribuem para a manutenção das licenças de operação nos campos de Barracuda, Caratinga e Espadarte, e a obtenção da licença de instalação de estruturas submarinas no campo de Marlim Leste. Asseguram também financiamento do Japan Bank for International Cooperation para a construção do oleoduto que vai escoar a produção de Marlim Leste (P-53) para a Plataforma de Rebombeio Autônomo.

Em junho, foi criado o Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia (Ceap), com a proposta de integrar as diversas redes socioambientais que já atuam na região.

Capital Organizacional

Marca

Maior empresa da América Latina em valor de mercado, a Petrobras teve o valor da sua marca elevado em 37% entre 2005 e 2006, passando de US\$ 739 milhões para US\$ 1,012 bilhão. Este valor foi mensurado pela consultoria Brand Analytics e anunciado em 2007.

Grande parte dessa valorização está associada ao crescimento dos negócios de exploração e produção, ao preço do barril de petróleo, à evolução do projeto de internacionalização, à busca de integração em toda a cadeia produtiva e ao desenvolvimento de biocombustíveis. Os programas de patrocínio cultural e esportivo e os projetos sociais e ambientais também reforçam a visibilidade e o valor da Companhia.

Práticas de gestão

Em 2007, foi iniciado o projeto de implantação da gestão por processos na Companhia. Ele consolidará a cadeia de valor, formatará uma arquitetura de informações e sistemas, integrará os macroprocessos suportados pelo SAP R/3 e definirá o modelo de governo de processos.

A Petrobras desenvolve instrumentos para disseminação do Modelo de Excelência em Gestão. Destacam-se os Cadernos de Excelência, publicações que orientam a implantação de um sistema de gestão por meio de exemplos práticos. Os Cadernos foram impressos e entregues a todas as organizações nacionais, junto com o software de auto-avaliação, que facilita a avaliação da aplicação do modelo.

Foi implantado ainda em 2007 o sistema Six Sigma para otimização de processos em uma área da Companhia. Os resultados satisfatórios de produtividade levaram à ampliação deste projeto para outras 15 unidades em 2008.

A busca constante pela excelência em gestão foi reconhecida em nível nacional e internacional: a área de Abastecimento recebeu o Prêmio Nacional da Qualidade e a Unidade de Negócios Colômbia foi agraciada com o Prêmio Ibero-Americano da Qualidade.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Capital Humano

Gestão do conhecimento

A Companhia proporciona a seus empregados a possibilidade de desenvolver competências específicas e ampliar conhecimentos no desempenho de suas atividades. A criação da Comissão de Gestão do Conhecimento da Petrobras, reunindo 15 unidades, foi uma importante iniciativa para definir políticas e diretrizes, e colocar em prática esta estratégia.

Para preparar e aperfeiçoar a força de trabalho da Área Internacional, foi implantado o Programa de Educação Intercultural. Entraram em vigor ainda quatro projetos-piloto que fizeram parte do Programa de Integração do Conhecimento, sendo dois direcionados ao Suporte Técnico aos Negócios de Exploração e dois voltados à aplicação das técnicas de narrativas e estudos de caso, parte do Programa Desafios Petrobras.

Na área de Exploração e Produção, o Programa de Comunidades de Prática foi ampliado para dez comunidades, passando a abranger 6,3 mil empregados. Ele integra profissionais dispersos geograficamente em Unidades de Negócio no Brasil e no exterior ou nas áreas da sede do Sistema Petrobras, propiciando a troca de experiências e o compartilhamento de conhecimentos técnicos.

Em busca da melhoria contínua do relacionamento com a sociedade, a Companhia deu continuidade ao Projeto da Rede de Colaboração da função Comunicação (ReCol), que conta com 250 participantes. O projeto valoriza as boas práticas desenvolvidas pela Comunicação nas Unidades e reforça o entendimento das diretrizes corporativas de comunicação.

Também foi destaque o Programa de Gestão do Conhecimento da Área de Negócio de Abastecimento, englobando práticas de amplo reconhecimento interno e externo pela Fundação Nacional da Qualidade, como o Programa de Tutoria, os Encontros Técnicos, os Rodízios de Supervisores, Técnicos, Gerentes e Engenheiros de Processamento, as Lições Aprendidas e as Práticas de Disseminação de Conhecimentos relacionados aos Planos de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Exterior (PDRHE).

Na Engenharia, foi implantado o programa Como a Organização Aprende, que contempla todo o ciclo da gestão do conhecimento e tem como objetivo melhorar a eficiência operacional mediante a padronização de processos, redução do tempo de resposta às demandas internas e eliminação de retrabalho.

Atenta ao aperfeiçoamento das práticas internas a partir de exemplos das empresas de Classe Mundial, a Petrobras participou de três grupos internacionais de estudos, coordenados pela American Productivity & Quality Center (APQC). Entre os temas estudados, estiveram Retenção de Conhecimentos Estratégicos, Aceleração da Colaboração e da Transferência de Conhecimento e Modelo de Maturidade da Gestão do Conhecimento.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apoio à formação de mão-de-obra

A Petrobras participa ativamente de iniciativas destinadas a formar e qualificar mão-de-obra no segmento de petróleo e gás, garantindo assim a disponibilidade de profissionais capazes de dar suporte a seus projetos e planos de investimento nas empresas prestadoras de serviço. Como parte desta estratégia, é a principal parceira do governo federal no Plano Nacional de Qualificação, que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp). Até o final de 2007, a Companhia investiu R\$ 40 milhões no projeto

O Plano oferece bolsas-auxílio e cursos gratuitos em 80 instituições de 17 estados e capacitará, até 2009, 112 mil profissionais de 175 especialidades, do nível básico ao superior. Mais de 25 mil alunos já concluíram ou estão participando de cursos. Com recursos totais de R\$ 300 milhões, o Prominp é financiado também com verbas do Fundo do Amparo ao Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, e do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Capital de Relacionamento

A Petrobras vem desenvolvendo pesquisas de opinião cada vez mais amplas para aferir como suas práticas e projetos são vistos e avaliados pelas partes interessadas. Estas sondagens, que têm dotado a Companhia de conhecimentos sobre o ambiente socioeconômico em que atua, baseiam-se em 18 indicadores, que permitem avaliar as percepções a respeito de gestão, competitividade, crescimento, atuação no exterior, visão de futuro, apoio social, ética e responsabilidade social e ambiental.

A média ponderada das pontuações dos indicadores no segmento opinião pública dá origem a um indicador geral. As informações resultantes das pesquisas são consolidadas no Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa (Sísmico). Por meio dessa ferramenta de gestão da reputação da Companhia, a administração pode acompanhar a evolução da imagem da Petrobras diante de seus públicos de interesse e ajustar as políticas e ações de comunicação e as práticas de gestão em diversas áreas.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relacionamento com Investidores

A Petrobras possui aproximadamente 700 mil acionistas e cotistas de fundos formados por suas ações, com os quais mantém um programa permanente de relacionamento. A comunicação com os investidores é realizada por intermédio de roadshows, reuniões abertas, eventos especializados, website, conference calls e chats, além do Jornal do Acionista, entre outros meios.

Em 2007, foram promovidas oito conferências telefônicas (webcasts), com a participação do presidente ou da Diretoria, para a divulgação de resultados, do Plano Estratégico e de assuntos relevantes, como a descoberta do campo de Tupi e a reestruturação do setor petroquímico. Foram organizadas dez reuniões públicas e cinco chats.

Por meio do programa Bovespa Vai à Petrobras, o mercado de ações foi apresentado a 150 mil trabalhadores de 62 Unidades. Destacou-se também o programa Mulheres em Ação, que levou 150 mulheres da força de trabalho de diversas regiões do País para visitar a Bolsa de Valores de São Paulo.

A Petrobras possui aproximadamente 700 mil acionistas e cotistas de fundos formados por suas ações, com os quais mantém um programa permanente de relacionamento. A comunicação com os investidores é realizada por intermédio de roadshows, reuniões abertas, eventos especializados, website, conference calls e chats, além do Jornal do Acionista, entre outros meios.

Em 2007, foram promovidas oito conferências telefônicas (webcasts), com a participação do presidente ou da Diretoria, para a divulgação de resultados, do Plano Estratégico e de assuntos relevantes, como a descoberta do campo de Tupi e a reestruturação do setor petroquímico. Foram organizadas dez reuniões públicas e cinco chats.

Por meio do programa Bovespa Vai à Petrobras, o mercado de ações foi apresentado a 150 mil trabalhadores de 62 Unidades. Destacou-se também o programa Mulheres em Ação, que levou 150 mulheres da força de trabalho de diversas regiões do País para visitar a Bolsa de Valores de São Paulo.

Relacionamento com Clientes

Criar uma identidade única para o mercado e simplificar a gestão, eliminando gargalos e duplicidade de esforços, sem restringir as formas de atuação de cada Unidade da Área de Negócio. Estes são os principais objetivos do Modelo de Relacionamento com Clientes adotado pelo Abastecimento em setembro e que pretende, ainda, nortear a adoção da cultura pró-cliente na Companhia.

A criação desse modelo foi norteadada por estudos das melhores práticas adotadas por empresas nacionais e internacionais, e benchmarks (referenciais comparativos), que serviram de parâmetro. O modelo, consistente para o Abastecimento, é composto pelas melhores práticas comerciais internas e técnicas adotadas por empresas dos mais diferentes segmentos de mercado – como petróleo, petroquímica, elétrico, automobilístico, telecomunicações, internet, B2B, serviços de tecnologia e bens de consumo – reconhecidas pela excelência no relacionamento com seus clientes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relacionamento com Fornecedores

Priorizando o mercado nacional, a Petrobras destinou 70% de seus recursos investidos em compra de bens e serviços a fornecedores brasileiros. A Companhia contratou US\$ 5,24 bilhões em bens e US\$ 34,6 bilhões em serviços em 2007, totalizando US\$ 39,84 bilhões. Apenas 18% dos bens e 32% dos serviços foram adquiridos junto a fornecedores estrangeiros.

O crescimento nos negócios tem representado grande oportunidade para empresas de variados segmentos. O relacionamento da Companhia com o mercado fornecedor é pautado pelos valores estabelecidos nas políticas de responsabilidade social e no Código de Ética.

A Petrobras segue procedimentos internos para o processo de suprimento, impõe regras para as empresas fornecedoras e promove ações de desenvolvimento do mercado, com o objetivo de alinhar o suprimento e os bens e serviços adquiridos às diretrizes corporativas.

Nos procedimentos internos, destaca-se a evolução no Cadastro Corporativo de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras, atualmente com cerca de 6 mil empresas. Ele é utilizado para subsidiar a seleção de fornecedores nas licitações e contratações, contemplando requisitos técnicos, econômicos, legais, de SMS, Gerenciais e de Responsabilidade Social.

O Cadastro vem estimulando fortemente as empresas a melhorarem suas gestões internas, condição essencial para que tenham acesso ao elevado montante comprado pela Petrobras. As exigências relativas à gestão de SMS, em especial, são crescentes, principalmente para os serviços desenvolvidos nas instalações da Companhia.

Parcela significativa das compras é feita de forma eletrônica, através do Portal Petronect, o que racionaliza tempo e recursos, além de assegurar padronização em procedimentos de aquisição. Em 2007, foi registrado o ingresso de 18.112 novos fornecedores no portal, elevando o total acumulado desde 2003 para 41.191 fornecedores no Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Peru, Cingapura e Venezuela. No mesmo período, foram realizadas 369 mil compras e contratações, além de 208 leilões diretos e 396 leilões reversos.

As regras de fornecimento para a Petrobras são bastante transparentes, de forma que as empresas possam atender o elevado nível de exigências da indústria do petróleo. Para aquisição de bens, estão em vigor desde 2005 as Condições de Fornecimento de Materiais (CFM), resultantes da interação entre a Companhia e as associações de classe. Os padrões de contratação e diretrizes contratuais relativas a serviços vêm anexados aos contratos e são de amplo conhecimento do mercado fornecedor.

A Petrobras atua em diversos segmentos de tecnologia inovadora na indústria de óleo e gás, necessitando estimular o desenvolvimento no mercado de empresas que forneçam novos materiais e serviços. Este processo é viabilizado através de cooperação tecnológica e convênios, envolvendo fornecedores e diversas Universidades e Centros de Excelência. Ao final de 2007, havia 98 projetos de desenvolvimento em andamento, totalizando R\$ 186 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para fortalecer o segmento de empresas de pequeno porte, principalmente no âmbito das Unidades Operacionais locais, a Petrobras mantém há três anos um convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que incentiva a inserção competitiva e sustentável na cadeia produtiva de óleo e gás. As ações desenvolvidas até dezembro de 2007 abrangeram 6 mil empresas de 11 estados da federação.

Responsabilidade Social e Ambiental

Política de Responsabilidade Social e Ambiental

O ano de 2007 foi marcante para a Petrobras no campo da Responsabilidade Social e Ambiental. Importantes avanços foram registrados, e se refletirão na gestão da Companhia e no relacionamento com os seus públicos de interesse. Sempre buscando alinhar suas atividades e iniciativas aos dez princípios do Pacto Global da ONU, a Petrobras desenvolveu diversos projetos que demonstram o seu comprometimento com a redução das desigualdades sociais e a minimização dos impactos ambientais.

Em 2007, a Responsabilidade Social tornou-se uma função corporativa na revisão do Plano Estratégico 2020, com desafios de gestão específicos nesse tema. Entre os atributos da Visão 2020 estão o compromisso com o desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da Companhia como referência em responsabilidade social e ambiental. Além disso, também foi criado o Desafio 2020: "Ser referência internacional em responsabilidade social na gestão dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável."

Com o mesmo objetivo foi criada a Política de Responsabilidade Social do Sistema Petrobras. Dessa forma, a Companhia passou a centralizar diretrizes específicas nas áreas de gestão integrada, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, diversidade, trabalho decente, investimento social sustentável e compromisso da força de trabalho.

Associada a essa Política, também foi criado o conceito de Responsabilidade Social da Petrobras, que é: "a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social".

Um dos importantes resultados obtidos foi a renovação da participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa e no Dow Jones Sustainability Index, os mais importantes indicadores de sustentabilidade corporativa do Brasil e do mundo.

Política de Responsabilidade Social

1. Atuação Corporativa

Assegurar que a governança corporativa do Sistema Petrobras esteja comprometida com a ética e transparência na relação com as partes interessadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. Gestão Integrada

Garantir uma gestão integrada em Responsabilidade Social no Sistema Petrobras.

3. Desenvolvimento Sustentável

Conduzir os negócios e atividades do Sistema Petrobras com responsabilidade social, implantando seus compromissos de acordo com os princípios do Pacto Global da ONU e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

4. Direitos Humanos

Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, pautando as ações do Sistema Petrobras a partir da promoção dos princípios do trabalho decente e da não discriminação.

5. Diversidade

Respeitar a diversidade humana e cultural de sua força de trabalho e dos países onde atua.

6. Princípios de Trabalho

Apoiar a erradicação do trabalho infantil, escravo e degradante na cadeia produtiva do Sistema Petrobras.

7. Investimento Social Sustentável

Buscar a sustentabilidade dos investimentos sociais para uma inserção digna e produtiva.

8. Compromisso da Força de Trabalho

Comprometer a força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social do Sistema Petrobras.

Representações e Reconhecimentos Internacionais

A Petrobras participou ativamente dos principais fóruns internacionais sobre questões ligadas à responsabilidade social e ambiental, como as reuniões do Conselho do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e o 2º Encontro de Líderes, realizado em Genebra, Suíça. Marcou presença também nos debates da International Organization for Standardization (ISO), em Sydney e Viena, para elaboração da ISO 26000, norma internacional de responsabilidade social que será lançada em 2010.

Fortalecendo sua liderança na área internacional, a Companhia foi eleita para o Stakeholder Council (Conselho de Partes Interessadas) da Global Reporting Initiative (GRI), que fornece diretrizes globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Além disso, a GRI concedeu ao Balanço Social e Ambiental 2006 da Petrobras o selo A+, nível máximo de qualidade dos relatórios avaliados pela instituição. O Relatório foi qualificado também pelo segundo ano consecutivo como “notável” pelo Pacto Global da ONU.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Investimentos e engajamento da força de trabalho melhoram o desempenho ambiental da Companhia

A Petrobras despendeu R\$ 4,30 bilhões em segurança, meio ambiente e saúde (SMS) em 2007. Do total investido, R\$ 2,23 bilhões se destinaram à segurança, R\$ 1,72 bilhão a ações de proteção ao meio ambiente e R\$ 354 milhões à saúde. A política de SMS é parte integrante dos processos de planejamento e gestão. Baseada em 15 diretrizes corporativas, fundamenta-se na responsabilidade de linha – representando o engajamento de toda a linha gerencial e não apenas dos gestores de SMS –, gestão de desvios, foco no comportamento humano, aprendizado contínuo e comprometimento das lideranças.

No ano, foram realizadas 813 auditorias comportamentais nas frentes operacionais, com a participação de diretores, gerentes executivos ou gerentes gerais, para observação e correção de desvios.

As principais ações para atingir níveis internacionais de excelência em segurança, meio ambiente e saúde integram os projetos estratégicos Excelência em SMS e Mudança Climática, que fazem parte do Plano Estratégico 2020.

As práticas de SMS são mensuradas pelo Programa de Avaliação da Gestão, que em 2007 contemplou 40 unidades operacionais no Brasil, Argentina, Peru, Equador e Estados Unidos. No final do ano, 182 unidades, dentre as 207 certificáveis no Brasil, e todas as 20 certificáveis no exterior estavam certificadas por organismos nacionais e internacionais de acordo com as normas ISO 14001 (Meio Ambiente) e BS 8800 ou OHSAS 18001 (Segurança e Saúde).

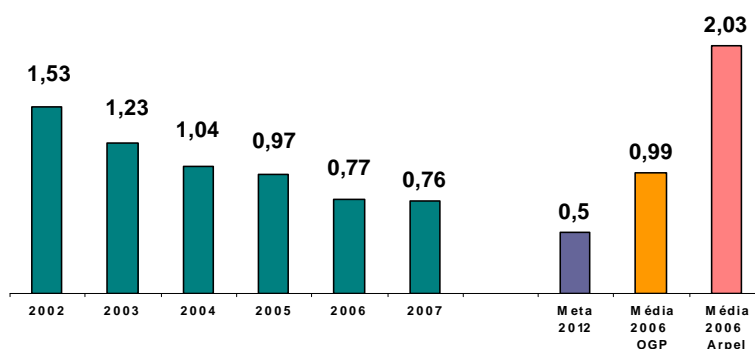
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Segurança operacional

A Companhia registrou, em 2007, redução da Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA) – equivalente ao número de acidentados com afastamento por 1 milhão de homens-horas de exposição ao risco –, mantendo a tendência verificada nos anos anteriores e revelando desempenho comparável às referências internacionais na indústria do petróleo e gás. Essa redução ocorreu num cenário de aumento da atividade operacional, que elevou de forma expressiva a alocação de força de trabalho.

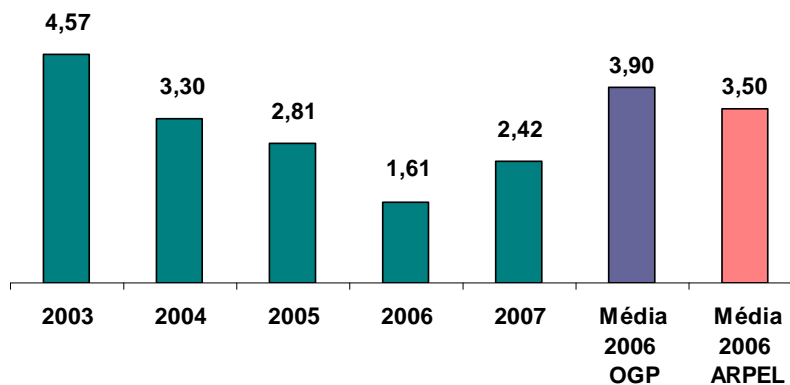
TFCA Composto



A Taxa de Acidentados Fatais (TAF) cresceu de 1,61 em 2006 para 2,42 em 2007. O número de fatalidades na força de trabalho (empregados + contratados) passou de nove para 16. Do total de casos, nove foram relacionados a acidentes de trânsito, motivando atenção especial à segurança nessa área.

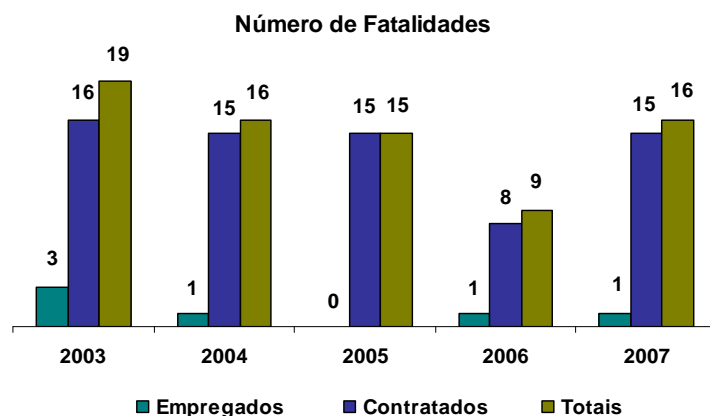
O aumento da parcela de acidentes de trânsito foi influenciado, dentre outros fatores, pela incorporação ao indicador, a partir deste ano, das fatalidades registradas na área de distribuição.

Taxa de Acidentes Fatais - TAF



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



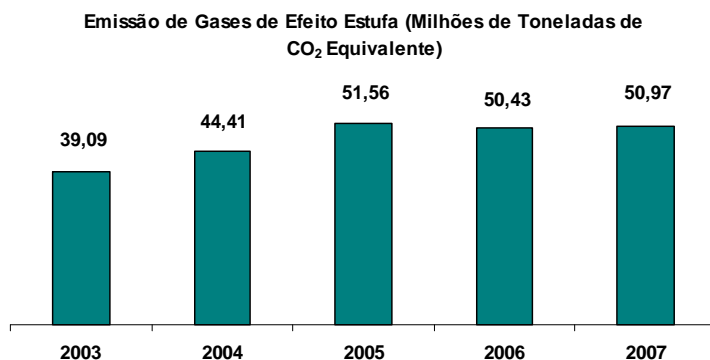
Meio ambiente

As ações de responsabilidade ambiental tiveram como foco a gestão de emissões atmosféricas, recursos hídricos, efluentes líquidos e resíduos; a avaliação e monitoramento de ecossistemas; a restauração de áreas impactadas; a conformidade das instalações e operações às exigências legais; e o preparo para atuação em situações de emergência.

Emissões

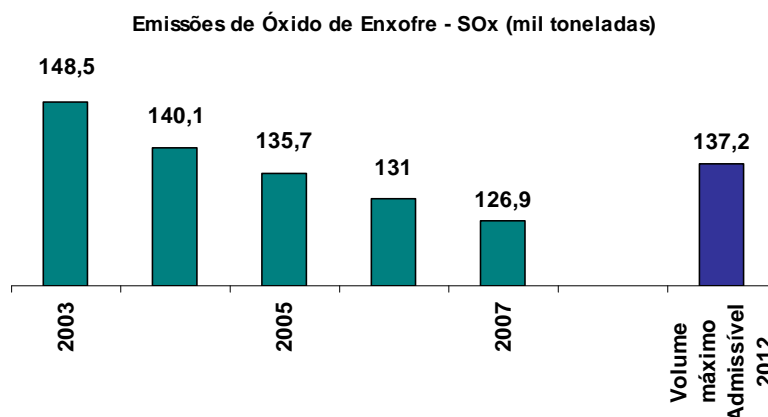
A redução da emissão de gases que acentuam o efeito estufa é prioridade. A carteira de projetos em pesquisa e desenvolvimento na área de emissões chega a US\$ 20 milhões por ano, incluindo tecnologias para captura e armazenamento de carbono, eficiência energética, hidrogênio e energias renováveis.

O Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas (Sigea) inventaria as principais emissões decorrentes das atividades, como gases de efeito estufa (dióxido de carbono, metano e óxido nitroso) e poluentes regulados (monóxido de carbono, óxidos de enxofre e nitrogênio, compostos orgânicos voláteis e material particulado). De acordo com o indicador Emissões Evitadas de Gases de Efeito Estufa (EEGEE), a Petrobras deixou de lançar 2,53 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera em 2007.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



O Plano de Otimização do Aproveitamento de Gás Natural da Bacia de Campos, destinado a diminuir a queima de gás em tochas, também contribuiu fortemente para minimizar a emissão de gases poluentes, por meio do aumento no aproveitamento do gás associado, que passou de 75% em 1999 para 86% em 2007.

Recursos hídricos e efluentes

No ano, Companhia captou 216,45 bilhões de litros de água doce para uso em suas operações. Vários projetos para reutilizar águas e efluentes estão em andamento. Somente os projetos em curso nas Refinarias Henrique Lage (Revap), Presidente Getúlio Vargas (Repar) e Capuava (Recap) permitirão a economia de mais de 8,3 bilhões de litros de água por ano.

Resíduos

A Petrobras tratou e destinou adequadamente 292 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos em 2007, e no mesmo período gerou 296 mil toneladas em seus processos produtivos no Brasil e no exterior. Do total de resíduos tratados, 41% foram reaproveitados como combustível alternativo e outros 4% foram reciclados. A reciclagem de óleos lubrificantes usados atingiu 30% do volume total comercializado no ano.

Biodiversidade

Como parte das ações previstas no Padrão Corporativo de Gestão de Potenciais Impactos à Biodiversidade, a Companhia está mapeando as áreas protegidas, sensíveis e vulneráveis próximas às suas Unidades nacionais e internacionais. O trabalho resultará num banco de dados que irá possibilitar uma gestão mais efetiva dos riscos das operações aos ecossistemas, evitando prejuízo ao uso sustentável de recursos biológicos por populações locais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

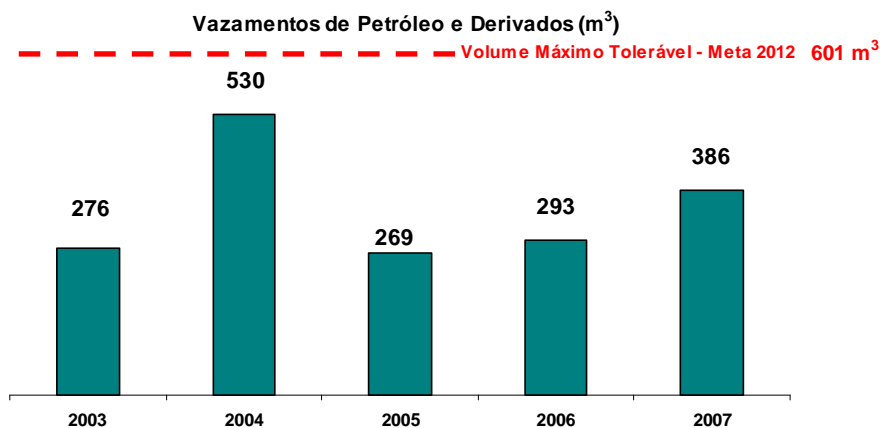
Atuação em emergências

A Petrobras mantém em operação dez Centros de Defesa Ambiental (CDAs) com profissionais capacitados e equipamentos especiais, como embarcações, recolhedores de óleo e barreiras de contenção e absorção. Treze bases avançadas dos CDAs operam nas várias regiões do País, tendo seis delas sido implantadas em 2007. Também estão em operação permanente três embarcações dedicadas ao combate a emergências na Baía de Guanabara, no litoral de São Paulo e na costa de Sergipe e Alagoas.

Em 2007, foram realizados sete simulados regionais, com a participação da Marinha do Brasil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, órgãos ambientais, prefeituras e comunidades locais. Foram feitos ainda dois simulados em Unidades localizadas na Argentina.

Vazamento de petróleo e derivados

A Companhia manteve-se em nível de excelência no contexto da indústria mundial de petróleo e gás no que diz respeito a vazamentos, com um volume próximo à metade do limite máximo admissível de 739 metros cúbicos estabelecido para o ano. O pequeno aumento registrado em relação a 2006 deveu-se principalmente à inclusão do volume de vazamentos nas operações de distribuição.



Saúde

A Petrobras desenvolve ações destinadas a preservar e promover a saúde da força de trabalho e das comunidades que vivem no entorno de suas instalações. São exemplos dessa iniciativa os Programas de Higiene Ocupacional e Ergonomia, que identificam, controlam ou eliminam riscos ocupacionais por meio de ações multidisciplinares, bem como as campanhas educativas e programas sobre alimentação saudável, importância da atividade física e prevenção dos problemas relacionados ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas.

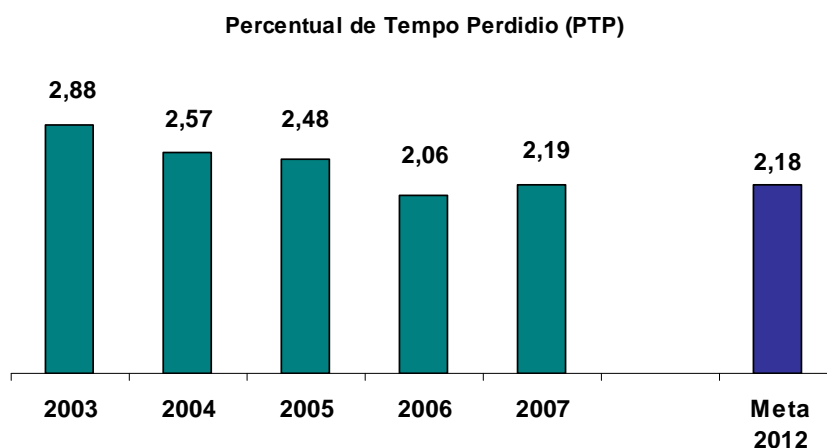
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Esses esforços também atingem os empregados participantes de missões no exterior, que podem passar por exames prévios e de retorno (médico e odontológico) e recebem indicação de vacinas.

A Companhia possui uma política corporativa com relação à HIV/Aids, que tem como princípios a não discriminação, a confidencialidade, o aconselhamento e a adoção de medidas de assistência (recursos terapêuticos e testagem gratuita por demanda espontânea), educação para saúde e vigilância epidemiológica da doença.

Os resultados obtidos na área de saúde são acompanhados por indicadores como o Percentual de Tempo Perdido (PTP), que contabiliza os afastamentos do trabalho por doenças ou acidentes dos empregados e que registrou em 2007 o índice de 2,19 – inferior ao limite máximo de 2,29 estabelecido para o ano.



Patrocínios

Projetos Sociais

Desenvolvimento & Cidadania Petrobras

Em 2007, foi lançado o programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras, que prevê o investimento de R\$ 1,2 bilhão até 2012, em projetos sociais de geração de renda e oportunidade de trabalho, educação para a qualificação profissional e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Estima-se um atendimento direto e indireto de 18 milhões de pessoas em todo o território nacional e um alcance, com ações de divulgação, de 27 milhões de pessoas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Alinhado ao Plano Estratégico Petrobras 2020 e considerando o mesmo período do Plano de Negócios da Companhia, o programa foi elaborado por membros de diferentes áreas da Petrobras, representantes da sociedade civil e do governo. Inaugura uma nova fase na gestão do investimento social da Companhia ao estabelecer um processo permanente e integrado de monitoramento e avaliação dos resultados dos projetos apoiados no Brasil, a partir de um conjunto de indicadores e metas de desempenho.

Dentre as metas estabelecidas, destacam-se: a prioridade à juventude, objetivando atender 50% do público com idade entre 15 e 29 anos; a inclusão de 20% dos integrantes dos projetos de formação profissional no mercado de trabalho e a melhoria do desempenho escolar de 60% do total de crianças e adolescentes atendidos nos projetos. Já os projetos de geração de renda e oportunidade de trabalho deverão garantir um aumento de, pelo menos, 60% da renda per capita dos participantes e prever a estruturação de um plano de negócio para planejar sua sustentabilidade em, no mínimo, 70% dos casos.

O programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras possui como temas transversais: gênero, igualdade racial, pessoas com deficiência, pescadores e outros povos e comunidades tradicionais. Dentre suas diretrizes estão respeito à diversidade, a multiinstitucionalidade, a prioridade à juventude, a sinergia com políticas públicas e a busca pela sustentabilidade dos resultados produzidos pelas ações.

O novo programa social da Petrobras permite a continuidade das ações bem-sucedidas ou promissoras do Programa Petrobras Fome Zero, porém com um horizonte de atuação ampliado. Entre as ações previstas, destaca-se a Seleção Pública de Projetos Sociais que, em 2007 demandou R\$ 27 milhões, com o objetivo de democratizar o acesso de organizações sociais de todo o país aos recursos da Companhia e dar transparência à seleção.

Projetos ambientais

Consciente da sua responsabilidade na difusão de práticas ecologicamente corretas, a Companhia investiu, em 2007, R\$ 36,4 milhões na continuidade das ações do Programa Petrobras Ambiental. Os projetos, distribuídos pelos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Pantanal, são voltados ao tema "Água: Corpos D'Água Doce e Mar, incluindo a sua Biodiversidade". Com o desenvolvimento dos projetos escolhidos, pretende-se recuperar e conservar bacias hidrográficas, ecossistemas e paisagens, e proteger cerca de cinco mil espécies da fauna e flora brasileiras.

Desde o lançamento do Programa, em 2005, foram obtidos resultados expressivos em cerca de 250 municípios, em uma área de influência de 900 mil hectares.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conservação da Biodiversidade Marinha

Foi lançado em 2007 o Planejamento Estratégico Integrado dos Projetos de Conservação da Biodiversidade Marinha. Elaborado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, consolida as ações dos projetos Tamar, Baleia Franca, Baleia Jubarte, Golfinho Rotador e Peixe-boi, já patrocinados pela Companhia. Reconhecidos como referenciais nacionais, os projetos contribuem para fortalecer e ampliar as políticas brasileiras de conservação marinha. Até 2015, o principal objetivo é evitar a extinção de espécies ameaçadas e componentes da biodiversidade marinha do Brasil.

De Olho No Ambiente

Com base na Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente foi criado em 2003 o Programa De Olho no Ambiente. A proposta inovadora de desenvolvimento sustentável e inclusão social das comunidades locais em áreas de influência das Unidades da Petrobras apontou o caminho da participação democrática da população, com respeito às diferenças regionais.

Desenvolvido em 144 municípios de 14 estados brasileiros, o projeto tem a parceria de 15 organizações não-governamentais (ONGs), que atuam em redes, e envolvem 352 comunidades.

Projetos culturais

Maior patrocinadora cultural do Brasil, a Petrobras investiu cerca de R\$ 200 milhões em 2007, associando sua marca às áreas de Cinema, Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Literatura, Patrimônio Imaterial e Edificado, e Arquitetura e Design. O Programa Petrobras Cultural democratiza o acesso às verbas de patrocínio por meio de editais de seleção pública, com ampla divulgação nacional. As quatro edições realizadas destinaram R\$ 190 milhões a 889 projetos.

Na edição 2006-2007, foram escolhidas 254 propostas culturais, totalizando R\$ 60 milhões. Esses números incluem os 23 projetos da primeira seleção pública realizada para Festivais de Cinema, segmento que cresce significativamente no País. A Caravana Petrobras Cultural percorreu 38 cidades em todas as regiões e envolveu 6.500 produtores em suas oficinas e palestras, criadas para auxiliar na elaboração de propostas consistentes.

A Companhia patrocinou ainda ações de preservação e memória, entre elas a restauração do Convento de Santo Antônio, no Centro Histórico do Rio de Janeiro, complexo arquitetônico de 1608. Também foram revitalizados o Templo Glauber, centro cultural que preserva as obras do cineasta baiano, e o acervo de Jean Manzon, com a restauração de 8.300 negativos de fotos e 752 filmes com registros de fatos políticos, sociais e culturais dos anos 1940 a 1990.

Além das ações de produção cultural, de preservação e de memória, a Petrobras apóia ações de difusão, voltadas para a ampliação do acesso aos bens culturais, bem como projetos de formação de público e de arte-educação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Patrocínio esportivo

A Petrobras investiu em 2007 cerca de R\$ 80 milhões no apoio às atividades do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e em seus dois grandes programas: Petrobras Esporte de Rendimento, que inclui handebol, surfe, tênis e futebol, e Petrobras Esporte Motor, que apóia o automobilismo e o motociclismo e faz dessas modalidades laboratórios para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

Na parceria com o COB, destacou-se a forte presença da Companhia nos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007, o maior evento esportivo do continente. Sua marca obteve exposição em todas as competições e transmissões, atendendo à estratégia corporativa de internacionalização. As seleções masculina e feminina de handebol, patrocinadas pelo Programa Petrobras Esporte de Rendimento, conquistaram medalhas de ouro.

A Petrobras foi ainda uma das pioneiras na utilização da Lei de Incentivo ao Esporte em 2007, destinando mais de R\$ 23 milhões ao COB para preparação da Delegação Brasileira para as Olimpíadas de Pequim, em 2008.

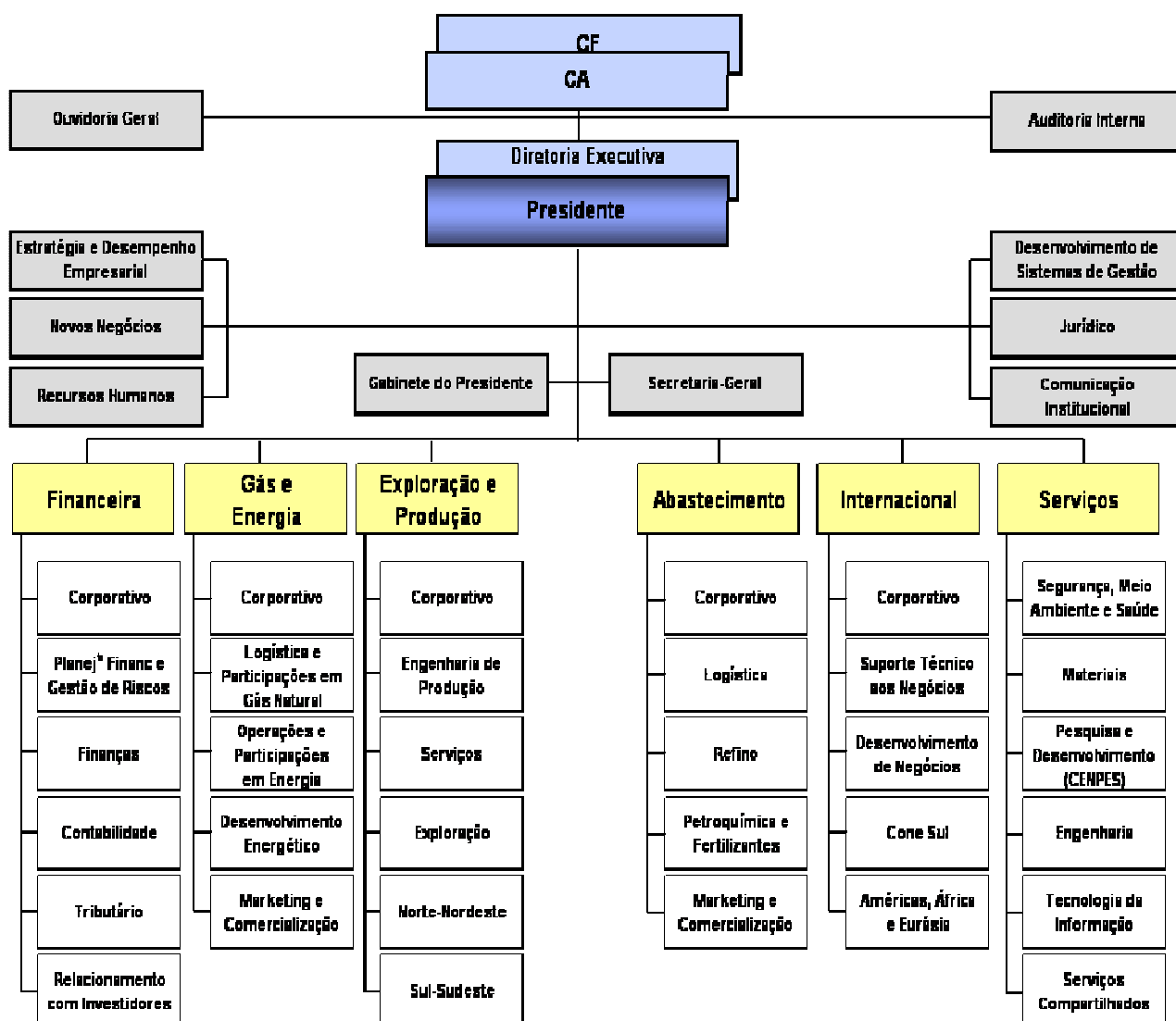
Por meio do Programa Petrobras Esporte Motor, a Companhia é a fornecedora oficial de combustível da equipe AT&T Williams, de Fórmula 1, há dez anos. Para as equipes de Stock Car, prepara uma gasolina especial, sem chumbo e com baixo teor de enxofre.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Organização geral da Petrobras

Aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2000, o modelo de organização da Petrobras é aprimorado regularmente, de forma a alinhar-se ao Plano Estratégico. Em 2007, mudanças promovidas na estrutura organizacional da Companhia resultaram na implementação de novo modelo de organização e gestão em algumas unidades, como Jurídico e Tecnologia da Informação, e na transferência das atividades de Telecomunicações para a Área de Serviços. Foram aprovados também projetos de reorganização em estruturas de Unidades de Negócio no exterior, vinculadas à Área de Negócio Internacional.



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	39.039.298	36.258.637	33.047.828
4.01.01	Das Operações	37.300.977	36.193.587	30.168.628
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	22.028.691	26.063.173	23.450.082
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	15.272.286	10.130.414	6.718.546
4.01.01.02.01	Result. de Part. em Invest. Relevantes	641.238	(411.993)	(1.816.395)
4.01.01.02.02	Ganho/perda mudança em invest. relevante	0	0	0
4.01.01.02.03	Dividendos	975.508	954.437	990.935
4.01.01.02.04	Ágio/Deságio - Amortização	20.343	(12.002)	34.372
4.01.01.02.05	Depreciação e Amortização	5.798.802	4.934.119	3.739.373
4.01.01.02.06	Operações com Sub. Control. e Colig.	0	0	0
4.01.01.02.07	Variações Monet. e Rendimentos Líquidos	2.977.147	(6.067)	(768.921)
4.01.01.02.08	Vr Resid Bens Baixados Ativo Permanente	517.487	452.160	1.106.798
4.01.01.02.09	Resultado da Alienação de Navios e Equip	0	0	(6.453)
4.01.01.02.10	Impostos e Contr. Soc.Diferidos Líquidos	735.740	968.490	491.471
4.01.01.02.11	Compl. Plano de Benefícios e Outras Prov	3.606.021	3.077.259	2.928.199
4.01.01.02.12	Outras	0	174.011	19.167
4.01.02	Dos Acionistas	0	16.314	0
4.01.02.01	Integralização de capital	0	16.314	0
4.01.03	De Terceiros	1.738.321	48.736	2.879.200
4.01.03.01	Financiamento	500.000	0	373.199
4.01.03.02	Receita na Alienação de Equipos-Navios	0	0	2.488.610
4.01.03.03	Créditos e Subvenções p/investimentos	1.181.767	0	17.391
4.01.03.04	Outros	56.554	48.736	0
4.02	Aplicações	57.531.402	34.627.408	23.554.697
4.02.01	Investimentos	5.720.941	2.101.870	3.041.246
4.02.02	Imobilizado	21.616.308	15.140.515	11.992.251
4.02.03	Intangível	559.378	392.249	726.581
4.02.04	Diferido	302.242	265.624	204.812
4.02.05	Operações com Subs, Control. e Coligadas	16.046.737	6.559.580	(3.277.858)
4.02.06	Transf. Financiamentos p/Passivo Circ.	663.226	1.152.061	1.719.940
4.02.07	Aumento ao Realizável a Longo Prazo	659.870	(123.635)	639.817
4.02.08	Dividendos	6.580.557	7.896.669	7.017.843
4.02.09	Empreendimentos em Negociação	638.250	354.212	907.459
4.02.10	Redução de outras ctas do Passivo N Circ	1.432.674	888.263	582.606
4.02.11	Titulos e Valore Imobiliarios	3.311.219	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(18.492.104)	1.631.229	9.493.131
4.04	Variação do Ativo Circulante	(9.289.703)	4.749.067	9.251.461
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	49.443.798	44.694.731	35.443.270
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	40.154.095	49.443.798	44.694.731
4.05	Variação do Passivo Circulante	9.202.401	3.117.838	(241.670)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	51.183.457	48.065.619	48.307.289

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	60.385.858	51.183.457	48.065.619

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alguns valores relativos a exercícios anteriores foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações do exercício atual, facilitando a comparabilidade.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2008.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares abrangendo a controladora e o consolidado:

1.1 Relatório por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócios, apresentadas adicionalmente, foram preparadas de acordo com a norma norte-americana de contabilidade SFAS-131 emitida pelo "*Financial Accounting Standards Board*".

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia, Distribuição, Internacional e grupo de órgãos corporativos.

1.2 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do Fluxo de Caixa foi preparada de acordo com a NPC 20 emitida pelo IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

1.3 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado demonstra o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração e foi elaborada nos moldes do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/07 e Resolução CFC nº 1.010/05, do Conselho Federal de Contabilidade.

1.4 Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e foi elaborado de acordo com a Resolução CFC nº 1.003. Algumas informações foram obtidas através de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, subsidiárias e suas controladas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e das seguintes empresas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específicos:

	Participação no capital - %			
	2007		2006	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Subsidiárias e controladas				
Petrobras Química S.A. - Petroquisa e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC e sua controlada (i)	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e suas controladas (i) (v) (vii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN (viii)	99,00	99,00	99,00	99,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro e sua controlada (v)	99,95	99,95	99,95	99,95
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas (v)	99,95	99,99	99,94	99,94
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda. e sua controlada	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas (i) (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
UTE Nova Piratininga Ltda.			99,00	99,00
FAFEN Energia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	100,00	100,00	100,00	100,00
Termorio S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termoceaná Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaé Ltda	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaé Comercialização de Energia Ltda	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	99,00	99,00	98,96	98,96
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	100,00	100,00		
Controladas em conjunto				
Usina Termoelétrica Norte Fluminense S.A.	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL do Nordeste Ltda. (ii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termobahia S.A.(iii)	31,00	31,00	31,00	31,00
Ibiritermo S.A. (iii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termoaçu S.A. (ii)	72,10	72,10	62,43	62,43

Direitos e adiantamentos para aquisição de investimentos
Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (vi)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedades de Propósito Específico - SPE (iv)

Albacora Japão Petróleo Ltda.
Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V. (i)
Blade Securities Limited (i)
Cayman Cabiunas Investment CO. (i)
Charter Development LLC - CDC (i)
Codajas Coari Participações Ltda.
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP
Companhia Petrolífera Marlim
Companhia de Recuperação Secundária S.A.
Gasene Participações Ltda.
Manaus Geração Termelétrica Participações Ltda.
Nova Marlim Petróleo S.A.
Nova Transportadora do Nordeste S.A.
Nova Transportadora do Sudeste S.A.
PDET Offshore S.A.
Companhia Mexilhão do Brasil
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras

- (i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda do país de origem.
- (ii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social.
- (iii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas integralmente, cujas atividades são controladas pela Petrobras de acordo com a Instrução CVM nº 408/2004.
- (iv) Sociedades de Propósito Específico - SPE, que na essência de sua relação com a Petrobras, indicam que suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela Companhia, são consolidadas conforme determina a Instrução CVM nº 408/2004.
- (v) Empresas com participação em controladas em conjunto.
- (vi) Consolidação proporcional, em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar, em relação à operação de refino da Refinaria de Petróleo Ipiranga.
- (vii) Participação de 20,13% da 5283 Participações Ltda.
- (viii) Participação de 1% da Petrobras Gás S. A. - Gaspetro.

A Pramoa Participações S.A. e sua controlada Suzano Petroquímica S.A. não estão sendo consolidadas, de acordo com a Deliberação CVM 247/96, Art. 23, II, em função da reestruturação societária definida pelo acordo de investimento firmado entre Petrobras e Unipar em 30 de novembro de 2007, conforme Nota de Investimentos 12.10.h.1.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

O deságio não alocado é apresentado, no Consolidado, como resultado de exercícios futuros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do exercício da Controladora, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, é demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2007	2006	2007	2006
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	113.854.127	97.530.648	21.511.789	25.918.920
Lucro na venda de produtos em estoques em Subsidiárias e controladas, líquido de impostos	667.016	362.394	667.016	362.394
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores			(362.188)	(326.104)
Juros capitalizados	860.446	789.543	183.171	231.557
Absorção (reversão parcial) de passivo a descoberto de controlada (*)	73.274	18.623	61.129	(239.373)
Outras eliminações	557.372	681.126	(32.226)	115.779
Conforme demonstrações contábeis da controladora	<u>116.012.235</u>	<u>99.382.334</u>	<u>22.028.691</u>	<u>26.063.173</u>

(*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio da Petrobras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos, constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.2 Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, que não excede ao valor de mercado;
- Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição, as importações em andamento demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

3.3 Investimentos societários

Participação societária em subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas (*Nota 12*), está avaliada, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil das empresas investidas, pelo método da equivalência patrimonial; os ganhos ou perdas cambiais de investimentos societários no exterior estão apresentados, também, como resultado de participações em investimentos relevantes.

3.4 Ágio e Deságio

O ágio e o deságio registrados (*Nota 12.7*) são decorrentes de expectativa de resultado futuro, valor de mercado dos bens ou outros fundamentos e estão sendo amortizados, onde aplicável, na extensão das projeções que o determinaram ou pela vida útil dos bens.

3.5 Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 para as empresas sediadas no Brasil, e no exercício de 2002 para as empresas sediadas na Argentina.

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção, é utilizado o método da linha reta. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com a vida útil estimada.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica devem ser

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

considerados despesas do período em que forem incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os custos capitalizados, bens e direitos e concessões vinculados são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

Os custos capitalizados são depreciados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

3.6 Abandono de poços e desmantelamento de áreas

De acordo com a prática contábil adotada, apoiada no pronunciamento "SFAS 143 - Accounting for Asset Retirement Obligations" do "Financial Accounting Standards Boards - FASB", a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção, a valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, é registrada integralmente no início da produção, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

3.7 Intangível

Os gastos com direitos e concessões incluem, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes as ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais. Adicionalmente, também são incluídos softwares e marcas e patentes neste grupo.

3.8 Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período de contribuição de tais ativos intangíveis. O ativo diferido é registrado quando há expectativa de realização futura em função dos benefícios econômicos relacionados a esse ativo.

3.9 Resultado de exercícios futuros

Receitas financeiras e de variações cambiais e monetárias líquidas, com saldo credor, atribuíveis a empreendimentos em fase de implantação, em decorrência de projetos de expansão, reorganização ou modernização.

Receitas líquidas recebidas e ainda não realizadas para as quais não haja qualquer tipo de obrigação de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

devolução, seja pela entrega de ativos ou prestação de serviço.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

3.11 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 371/00, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

3.12 Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3.13 Paradas programadas (campanha)

A Companhia adota como prática contábil o registro no Imobilizado dos gastos relevantes realizados com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem e desmontagem, entre outros.

Tais paradas ocorrem em períodos programados, em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção até o início da seguinte parada.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Disponibilidades

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e bancos	2.329.575	3.686.866	866.147	2.219.519
Aplicações financeiras				
- No País				
Fundos de investimentos exclusivos:				
. Cambial		3.455.769		3.455.769
. DI	1.600.197	3.802.726	1.048.495	3.802.726
. Títulos Públicos	915.015	1.039.289		
. Direitos Creditórios			2.254.378	
Fundos de investimentos financeiros:				
. Cambial	40.541	187.910		
. DI	1.640.094	2.172.381		
Outros	669.598	984.829		
	<u>4.865.445</u>	<u>11.642.904</u>	<u>3.302.873</u>	<u>7.258.495</u>
- No Exterior				
. "Time deposit"	2.165.182	5.757.161	1.670.407	4.962.098
. Título de Renda fixa	3.710.647	6.742.174	2.008.522	5.658.780
	<u>5.875.829</u>	<u>12.499.335</u>	<u>3.678.929</u>	<u>10.620.878</u>
Total das aplicações financeiras	<u>10.741.274</u>	<u>24.142.239</u>	<u>6.981.802</u>	<u>17.879.373</u>
Total das disponibilidades	<u>13.070.849</u>	<u>27.829.105</u>	<u>7.847.949</u>	<u>20.098.892</u>

As aplicações financeiras no país possuem liquidez imediata e são representadas por quotas de fundos exclusivos, cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e operações de derivativos, executadas pelos gestores dos fundos, com contratos futuros de dólar norte americano e de DI (Depósito Interbancário) com garantia da BM&F. Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas. Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2007, a Controladora mantinha recursos investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa a otimização da gestão financeira do caixa da Controladora e suas Subsidiárias. As cessões de direitos creditórios registradas no passivo circulante da Controladora no montante de R\$ 1.978.332 mil foram compensadas com os valores aplicados no FIDC-NP. Os investimentos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados nas disponibilidades (Consolidado) em função dos seus respectivos prazos de realização. Em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, a Petrobras consolida o FIDC-NP em suas demonstrações contábeis.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia e sua subsidiária PifCo mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP e Malhas, equivalentes a R\$ 7.082.600 mil e R\$ 3.895.446 mil, respectivamente (exceto Malhas em 2006). Este valor, referente às empresas que são consolidadas, foi compensado no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

5 Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Cientes				
Terceiros	13.237.310	14.267.464	3.445.477	4.248.112
Partes relacionadas (Nota 6.1)	1.163.682	788.268	55.454.964 (*)	39.388.211 (*)
Outras	2.117.834	2.590.858	1.542.348	1.833.787
	16.518.826	17.646.590	60.442.789	45.470.110
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.287.957)	(2.437.636)	(202.692)	(187.482)
	14.230.869	15.208.954	60.240.097	45.282.628
Menos: contas a receber de longo prazo, líquidas	(2.901.902)	(1.776.430)	(48.203.621)	(34.906.272)
Contas a receber a curto prazo, líquidas	11.328.967	13.432.524	12.036.476	10.376.356

(*) Não contempla os saldos de dividendos a receber de R\$ 668.501 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 777.593 mil em 31 de dezembro de 2006) e ressarcimentos a receber de R\$ 1.297.516 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 878.168 mil em 31 de dezembro de 2006).

Mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Saldo em 1º de janeiro	2.437.636	2.542.475	187.482	215.675
Adições	392.091	150.561	293.472	87.241
Baixas (*)	(541.770)	(255.400)	(278.262)	(115.434)
Saldo em 31 de dezembro	2.287.957	2.437.636	202.692	187.482
Curto prazo	1.323.496	1.251.413	202.692	187.482
Longo Prazo	964.461	1.186.223		

(*) Inclui variação cambial sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função de a PifCo ser uma subsidiária criada para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

6.1 Ativo

	R\$ mil						
	Controladora						
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo					
	Contas a receber, principalmente por vendas	Dividendos a receber	Adiantamento para aumento de capital	Valores vinculados à construção de plataformas e gasoduto	Operações de mútuo	Outras operações	Ressarcimento a receber
							Total do ativo
Petroquisa e controladas*	70.618	37.035			4	9.042	116.699
Petrobras Distribuidora e controladas*	1.551.184	319.258			238.912		2.109.354
Gaspetro e controladas*	474.508	79.552	591.137	875.134	12.202		2.032.533
PifCo e controladas	2.602.921				42.471.755	26.400	45.101.076
PNBV e controladas	10.891		8.710			3.623	23.224
Downstream e controlada	461.092	41.093			308.468		810.653
Transpetro e controlada	572.470	165.600					738.070
PIB-BV Holanda e controladas*	168.861					67.500	236.361
Brasoil e controlada	2.183				1.634.790		1.636.973
BOC	234				472.055		472.289
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda.	144.918						144.918
Suzano Petroquímica S.A.	54.251						54.251
Outras controladas e coligadas:	1.785.027	25.963	438.618		397.446	10	2.647.064
Petrobras Negócios Eletrônicos	479	2.932					3.411
Termoelétricas	314.040	23.031	367.236		397.446		1.101.753
Coligadas	256.348						256.348
Outras	1.214.160		71.382			10	1.285.552
Sociedades de Propósito Específico							1.297.516
							1.297.516
31/12/2007	7.899.158	668.501	1.038.465	875.134	45.535.632	106.575	1.297.516
							57.420.981
31/12/2006	5.105.482	777.593	228.947	1.185.468	32.779.635	88.679	878.168
							41.043.972

* Inclui operações com controladas em conjunto

Taxas dos Mútuos Ativos

Indexador	2007	2006
TJLP + 5%a.a.	293.618	399.473
LIBOR + 1 a 3%a.a.	44.578.600	31.333.007
101% do CDI	192.976	561.679
IGPM + 6%a.a.	77.178	75.176
Outras taxas	393.260	410.300
	45.535.632	32.779.635

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Gasoduto Bolívia-Brasil

O Gasoduto Bolívia-Brasil, no território boliviano, é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. (GTB), tendo a Gaspetro participação minoritária (11%) no capital dessa Companhia.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), posteriormente repassado à GTB, por empreitada global ("turn key"), no valor de US\$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, desde janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,7% a.a., é de R\$ 506.239 mil (R\$ 688.439 mil em 31 de dezembro de 2006), sendo R\$ 396.781 mil classificados no ativo realizável a longo prazo como adiantamento a fornecedores (R\$ 564.266 mil em 31 de dezembro de 2006) que inclui o valor de R\$ 111.143 mil (R\$ 138.491 mil em 31 de dezembro de 2006) relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO - *Transportation Capacity Option*).

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro. Em 31 de dezembro de 2007, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R\$ 875.134 mil (R\$ 1.185.462 mil em 31 de dezembro de 2006), e está classificado no ativo realizável a longo prazo, como contas a receber líquidas.

6.2 Passivo

	R\$ mil								
	Controladora								
	Passivo circulante				Passivo não circulante				
	Fornecedores, principalmente por compras de petróleo e derivados	Adiantamento de clientes	Afretamento de plataformas	Operações com projetos estruturados	Outras operações	Operações de mútuo	Pré-pagamento de exportações	Outras operações	Total do passivo
Petroquisa e controladas*	(35.203)				(27)				(35.230)
Petrobras Distribuidora e controladas*	(212.599)	(19.038)						(1.626.619)	(1.858.256)
Gaspetro e controladas*	(253.225)	(105.549)							(358.774)
PfCo e controladas	(25.264.738)	(97.752)					(705.686)		(26.068.176)
PNBV e controladas*	(86.800)		(1.144.972)						(1.231.772)
Downstream e controladas	(40.988)	(160.573)							(201.561)
Transpetro e controlada	(803.538)				(50)				(803.588)
PIB-BV Holanda e controladas*	(199.690)	(42.726)			(354)				(242.770)
Brasoil e controlada	(26.434)	(609)	(18.698)						(45.741)
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda.	(4.522)								(4.522)
Suzano Petroquímica S.A.	(23.901)								(23.901)
Outras controladas e coligadas:	(491.650)	(9.864)				(41.951)			(543.465)
Petrobras Negócios Eletrônicos	(8.714)								(8.714)
Termoeletricas	(256.989)								(256.989)
Coligadas	(31.611)	(9.864)				(41.951)			(83.426)
Outras	(194.336)								(194.336)
Sociedades de Propósito Específico				(366.764)					(366.764)
31/12/2007	(27.443.288)	(436.111)	(1.163.670)	(366.764)	(431)	(41.951)	(705.686)	(1.626.619)	(31.784.520)
31/12/2006	(22.323.360)	(363.468)	(781.489)	(1.531.133)	(4.811)	(38.897)	(992.844)	(1.475.216)	(27.511.218)

* Inclui operações com controladas em conjunto

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.3 Resultado

	R\$ mil		
	Resultado		
	Receitas operacionais, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras líquidas	Variações monetárias e cambiais líquidas
Petroquisa e controladas*	945.748		12.686
Petrobras Distribuidora e controladas*	40.526.242	(185.630)	12.270
Gaspetro e controladas*	2.873.272	42.060	(173.510)
PifCo e controladas	15.194.673	1.033.361	(2.747.733)
PNBV e controladas*			169.235
Downstream e controlada	3.614.415	22.884	(43.261)
Transpetro e controlada	426.230		12.715
PIB-BV Holanda e controladas*	143.538	(395)	29.458
Brasoil e controlada		238.835	(538.243)
BOC		39.953	(94.155)
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda.	300.867		2.665
Outras controladas e coligadas:	9.783.779	23.044	(36.098)
Petrobras Negócios Eletrônicos	2.435		
Termoelétricas	19.233	26.126	(32.632)
Coligadas	9.762.111	(3.050)	(3.452)
Outras		(32)	(14)
Sociedades de propósito específico	513.238		
31/12/2007	74.322.002	1.214.112	(3.393.971)
31/12/2006	67.265.595	615.444	(834.603)

* Inclui operações com controladas em conjunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.4 Transações com Entidades Governamentais e Fundos de Pensão

A Companhia é controlada pelo Governo Federal e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais e com fundo de pensão resultaram nos seguintes saldos:

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2007		2006	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Petros (Fundo de Pensão)	1.296.810	411.759	1.242.268	105.761
Banco do Brasil S.A.	2.812.802	601.042	10.679.379	951.374
BNDES		6.731.721		7.169.641
Governo Federal - Dividendos Propostos		2.119.887		2.543.865
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	1.529.964	155.475	1.557.219	145.766
Conta de petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	797.851		785.791	
Títulos Governamentais (NTNs)	3.675.246		7.699	
Outros	889.799	704.101	1.028.560	828.313
	<u>11.002.472</u>	<u>10.723.985</u>	<u>15.300.916</u>	<u>11.744.720</u>
Circulante	3.556.208	4.960.750	11.215.910	6.457.817
Não circulante	7.446.264	5.763.235	4.085.006	5.286.903

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2007		2006	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo				
Circulante	3.556.208		11.215.910	
Disponibilidades	3.045.885		10.620.494	
Contas a Receber, líquidas	261.194		381.301	
Outros ativos circulantes	249.129		214.115	
Não circulante	7.446.264		4.085.006	
Conta petróleo e álcool - STN	797.851		785.791	
Depósitos judiciais	1.529.964		1.553.544	
Adiantamento para plano de pensão	1.296.810		1.242.268	
Títulos e valores mobiliários	3.392.129		7.699	
Outros ativos realizados a longo prazo	429.510		495.704	
Passivo				
Circulante		4.960.750		6.457.817
Financiamentos		1.888.573		2.608.166
Dividendos propostos		2.119.887		2.543.865
Outros passivos circulantes		952.290		1.305.786
Não circulante		5.763.235		5.286.903
Financiamentos		5.553.025		5.141.137
Outros passivos não circulantes		210.210		145.766
	11.002.472	10.723.985	15.300.916	11.744.720

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Estoques

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	4.823.515	4.349.106	3.378.905	3.353.495
Álcool (*)	320.131	342.179	89.612	211.847
	<u>5.143.646</u>	<u>4.691.285</u>	<u>3.468.517</u>	<u>3.565.342</u>
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	8.132.362	5.968.128	5.805.167	5.388.594
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	2.832.548	3.200.565	2.503.489	2.478.468
Adiantamentos a fornecedores	1.346.742	2.026.906	1.224.645	1.960.366
Outros	<u>380.456</u>	<u>518.932</u>	<u>35.073</u>	<u>40.753</u>
Total	<u>17.835.754</u>	<u>16.405.816</u>	<u>13.036.891</u>	<u>13.433.523</u>
Curto prazo	<u>17.599.001</u>	<u>15.941.033</u>	<u>12.800.138</u>	<u>12.968.740</u>
Longo prazo	<u>236.753</u>	<u>464.783</u>	<u>236.753</u>	<u>464.783</u>

(*) Inclui importações em andamento.

8 Conta petróleo e álcool - STN

Visando concluir o encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes que, atualmente, resumem-se à pretensos débitos decorrentes de operações de crédito envolvendo a extinta Interbras.

Em novembro de 2007 a Petrobras, dando prosseguimento às negociações com a STN, novamente formalizou seu entendimento de que aqueles débitos nunca foram devidos pela Interbras, solicitou a emissão de títulos em liquidação ao saldo das Contas Petróleo e Álcool, com possível utilização dos mesmos para pagamento de dívidas atuariais da Petrobras com a Petros, bem como reafirmou sua concordância com a constituição de um GT informal entre Petrobras e STN para análise das operações que deram origem ao pretenso débito da Interbras para com a União.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo da conta de R\$ 798 milhões (R\$ 786 milhões, em 2006) poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, classificados no realizável a longo prazo, compõem-se de:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
NTN-B	3.378.692		3.378.692	
Títulos bancários	239.685			
Certificados B	135.682	225.880		
Outros	168.311	183.651	8.307	8.062
	3.922.370	409.531	3.386.999	8.062

As Notas do Tesouro Nacional - Série B serão utilizadas como Termo de Garantia em convênios futuros, de longo prazo, a serem celebrados com a Petros, para equacionamento de obrigações da Petrobras. O valor nominal das NTN-B é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros serão pagos semestralmente, com base nas taxas fixadas nas operações de compra e situam-se entre 6,12% a 7,20% a.a. Os vencimentos desses títulos são em 2024 e 2035, sendo os resgates em parcela única, na data de seus respectivos vencimentos.

As aplicações em títulos de bancos e empresas privadas possuem vencimento até 2014 e rendimento de juros de 5,81% a.a até 8,50% a.a.

Os Certificados B foram recebidos pela Brasoil por conta da venda de plataformas em 2000 e 2001, com vencimentos semestrais até 2011 e rendendo juros equivalentes a libor mais 2,5% a.a. até 4,25% a.a.

10 Projetos estruturados

A Petrobras desenvolve projetos em conjunto com agentes financeiros nacionais e internacionais e com empresas do setor de petróleo e de energia com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários nas áreas de negócio em que a Companhia atua.

Considerando que os projetos estruturados são viabilizados através de Sociedades de Propósito Específico, cujas atividades são, na essência, controladas pela Petrobras, os gastos realizados pela Companhia por conta de projetos em negociação ou já negociados com terceiros estão classificados nas demonstrações contábeis consolidadas, no ativo não circulante - Imobilizado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.1 Sociedades de propósitos específicos

a) Projetos estruturados

Projeto / Valor estimado do investimento	Finalidade	Principais garantias	Fase atual
Barracuda e Caratinga US\$ 3,1 bilhões	Viabilização do desenvolvimento da produção dos campos de Barracuda e Caratinga, da Bacia de Campos. A SPE Barracuda e Caratinga Leasing Company B.V. (BCLC) é responsável pela constituição de todos os ativos (poços, equipamentos submarinos e unidades de produção) demandados pelo projeto, sendo também proprietária destes.	Garantia da Brasoil para cobertura de necessidades financeiras da BCLC.	Em operação, com ativos em fase final de constituição.
Marlim US\$ 1,5 bilhão	Consórcio com a Companhia Petrolífera Marlim (CPM), que disponibiliza para a Petrobras equipamentos submarinos de produção de petróleo do campo de Marlim.	70% da produção do campo limitado a 720 dias.	Em operação.
NovaMarlim US\$ 834 milhões	Consórcio com a NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim) que disponibiliza equipamentos submarinos de produção de petróleo e ressarce, por meio de adiantamento já efetuado à Petrobras, custos operacionais decorrentes da operação e manutenção dos ativos do campo.	30% da produção do campo limitado a 720 dias.	Em operação.
CLEP US\$ 1,25 bilhão	A Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP) disponibiliza, para a utilização da Petrobras, ativos vinculados à produção de petróleo localizados na Bacia de Campos, através de contrato de aluguel com prazo de 10 anos, ao fim do qual a Petrobras terá o direito de adquirir as ações da SPE ou os ativos do projeto.	Pagamentos antecipados de aluguel, caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	Em operação.
PDET US\$ 1,18 bilhão	A PDET Offshore S.A. é a futura proprietária dos ativos do projeto cujo objetivo é melhorar a infra-estrutura de transferência do óleo produzido na Bacia de Campos para as refinarias da Região Sudeste e para exportação. Os ativos, uma vez constituídos, serão alugados para a Petrobras por 12 anos.	Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.	Em fase de constituição dos ativos.
Malhas US\$ 1,11 bilhão	Consórcio entre Transpetro, Transportadora Nordeste Sudeste (TNS), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Nova Transportadora do Nordeste (NTN). A contribuição da NTS e NTN no consórcio ocorre através da constituição de ativos relacionados ao transporte de gás natural. A TNS (companhia 100% Gaspetro) disponibiliza ativos já constituídos anteriormente. A Transpetro contribui como operadora dos gasodutos.	Pagamentos antecipados por capacidade de transporte para cobrir eventuais deficiências de caixa do consórcio.	Consórcio entrou em operação em 01 de janeiro de 2006. Alguns ativos ainda estão em construção.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projeto / Valor estimado do investimento	Finalidade	Principais garantias	Fase atual
Modernização da Revap US\$ 900 milhões	O objetivo deste projeto é elevar a capacidade da Refinaria Henrique Lage (Revap) em processar óleo Pesado nacional, ajustar o diesel por ela produzido às novas especificações nacionais e reduzir a quantidade de emissão de poluentes. Para tanto, foi criada a SPE Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI, que construirá e alugará para a Petrobras uma unidade de Coqueamento Retardado, uma unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque e unidades correlatas a serem instaladas naquela refinaria.	Pagamentos antecipados de aluguel para cobrir eventuais deficiências de caixa da CDMPI.	Em fase de constituição dos ativos.
Cabiúnas US\$ 850 milhões Consolidados no contrato de leasing	Projeto com objetivo de aumentar a capacidade de escoamento da produção de gás da Bacia de Campos. A Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd. (CCIC) disponibiliza os ativos para a Petrobras através de um contrato de leasing internacional.	Penhor de 10,4 bilhões de m³ de gás.	Em operação.
Outros (Albacora, Albacora/Petros e PCGC) US\$ 495,5 milhões		Titularidade dos ativos ou pagamento adicional de aluguel caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	Em operação.

b) Projetos em Estruturação

Projeto / Valor estimado do investimento	Finalidade	Principais garantias	Fase atual
Gasene US\$ 2,96 bilhões	A Transportadora Gasene S.A. é responsável pela construção e futura propriedade de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabiúnas no Rio de Janeiro até a cidade de Catu, na Bahia.	Penhor de Direitos Creditórios. Penhor das Ações da SPE.	Assinado em dezembro de 2007 com o BNDES um financiamento de longo prazo no valor equivalente R\$ 4,51 bilhões, incluindo um repasse de recursos do China Development Bank (CDB), no valor de US\$ 750 milhões. Parte dos recursos será utilizada para a quitação dos empréstimos-ponte contratados anteriormente com o próprio BNDES e outra parte será utilizada para a conclusão do gasoduto. Obtenção de empréstimo junto ao BB Fund SPC no valor de até R\$ 800 milhões para construção do gasoduto, com emissão de US\$ 210 milhões em Notas Promissórias, em outubro de 2006.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projeto / Valor estimado do investimento	Finalidade	Principais garantias	Fase atual
Marlim Leste (P-53) US\$ 1,59 bilhão	Para desenvolver a produção do campo de Marlim Leste a Petrobras utilizará uma Unidade Estacionária de Produção (UEP), a P-53, que será afretada junto à Charter Development LLC. O contrato de afretamento, na modalidade casco nu (Bare Boat Charter), será firmado por um período de 15 anos, contados a partir da data de sua assinatura.	Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.	Obtenção de recursos de curto prazo no valor de US\$ 839 milhões, por meio da emissão de Notas Promissórias, para pagamento dos custos de construção e amortização de principal do empréstimo-ponte junto ao ABN. Já foram emitidos US\$ 690 milhões por meio de Notas Promissórias e quitado o empréstimo-ponte. Os ativos estão em fase de construção, com previsão de conclusão em setembro de 2008.
Amazônia US\$ 1,37 bilhão	Construção de um gasoduto de 385 km de extensão, entre Coari e Manaus, e de um GLPduto de 285 Km de extensão, entre Urucu e Coari, ambos sob a responsabilidade da Transportadora Urucu Manaus S.A.; e construção de uma termelétrica, em Manaus, com capacidade de 488 MW através da Companhia de Geração Termelétrica Manauara S.A.	Penhor de Direitos Creditórios. Penhor das Ações da SPE.	Assinado em dezembro de 2007 com o BNDES um financiamento de longo prazo no valor de R\$ 2,49 bilhões. Obtenção de empréstimo junto ao BB Fund SPC no valor de até R\$ 1 bilhão, dos quais, já foram emitidos US\$ 265 milhões em Notas Promissórias.
Mexilhão US\$ 756 milhões	Constituição de uma plataforma (PMXL-1) de exploração de gás natural dos Campos de Mexilhão e Cedro, na Bacia de Santos, que será detida pela Companhia Mexilhão do Brasil (CMB), responsável pela captação dos recursos necessários para constituição da referida plataforma. Após constituída, a PMXL-1 será alugada à Petrobras, detentora da concessão para exploração e produção dos referidos campos.	A definir.	Obtenção de recursos de curto prazo, no valor de até US\$ 241 milhões, através da emissão de Promissory Notes adquiridas pelo BB Fund. Constituição dos ativos em andamento.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.2 Ressarcimentos a receber e Empreendimentos em negociação (Controladora)

O saldo a receber, líquido dos adiantamentos recebidos, referente aos gastos realizados pela Petrobras por conta de projetos já negociados com terceiros, está classificado no ativo realizável a longo prazo como Projetos Estruturados, e tem a seguinte composição:

	R\$ mil	
	Controladora	
	2007	2006
Projetos		
Cabiúnas	752.958	815.849
PDET	952.386	700.164
Malhas-Nordeste	96.347	93.680
Malhas-Sudeste	71.323	71.250
Outros	128	1.306
Total	1.873.142	1.682.249
Adiantamentos	(575.626)	(804.081)
Total líquido de ressarcimentos a receber	1.297.516	878.168
Empreendimentos em negociação	206.197 (*)	49.662
Total de projetos estruturados	1.503.713	927.830

(*) Compreende os gastos já realizados pela Petrobras com projetos para os quais ainda não há parceiros definidos.

10.3 Obrigações com projetos estruturados

	Projeto	R\$ mil	
		Controladora	
		2007	2006
PDET Offshore S.A.	PDET	200.333	1.198.357
NovaMarlim Petróleo S.A.	NovaMarlim	166.431	332.776
Total		366.764	1.531.133

a) Projeto NovaMarlim

A NovaMarlim Petróleo S.A. disponibilizou recursos para o projeto, cujo saldo, líquido dos gastos operacionais já realizados pela Petrobras da ordem de R\$ 1.948.104 mil (R\$ 1.781.759 mil em 2006) e de ativos transferidos da ordem de R\$ 49.465 mil, alcançou R\$ 166.431 mil (R\$ 332.776 mil em 2006), classificados no Passivo Circulante, como Projetos Estruturados.

b) Projeto PDET

A PDET Offshore S.A. repassou à Petrobras R\$ 1.198.357 mil a título de adiantamento pela venda futura de ativos e reembolso de gastos incorridos pela Petrobras. Em dezembro de 2007, a Petrobras cedeu um contrato com o Consórcio Norberto Odebrecht Engenharia S.A. (CNO) para a PDET Offshore S.A, no valor total de R\$ 998.024 mil. Com isto, a Petrobras ficou com o saldo de R\$ 200.333 mil, classificados no passivo circulante, como Projetos Estruturados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.4 Contas a pagar relacionadas a consórcios

	R\$ mil	
	Consolidado	
	2007	2006
Cia. Petrolífera Marlim	4.302	
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	37.168	34.163
Total	41.470	34.163

A Petrobras mantém contratos de consórcios com o objetivo de complementar o desenvolvimento da produção de campos de petróleo, cujo saldo a pagar às empresas consorciadas totalizava, em 31 de dezembro de 2007, R\$ 41.470 mil (R\$ 34.163 mil em 2006), classificados no passivo circulante, como Projetos Estruturados.

11 Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os depósitos judiciais são apresentados da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Trabalhistas	570.263	566.642	544.043	522.634
Fiscais (*)	860.126	893.463	675.633	715.886
Cíveis (*)	252.063	271.143	223.024	199.582
Outros	11.043	18.871	2.958	282
Total	1.693.495	1.750.119	1.445.658	1.438.384

(*) Líquido de depósito judicial relacionado a processo judicial provisionado

Outras informações

- Busca e apreensão de recolhimentos tidos como indevidos de ICMS/substituição tributária

A Petrobras foi acionada na justiça dos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará e Maranhão e Distrito Federal por distribuidoras de petróleo, sob a suposta alegação de não repassar aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS retido, por força de lei, no ato da venda dos combustíveis.

Do valor total dessas ações, da ordem de R\$ 728.895 mil, até 31 de dezembro de 2007, cerca de R\$ 80.159 mil foram efetivamente sacados das contas da Companhia, por força de decisões judiciais de antecipação de tutela. Mediante recurso processual, essas decisões antecipatórias de tutela foram cassadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Petrobras, com o apoio das autoridades estaduais e federais, além de ter conseguido impedir a efetivação de outros saques, está empreendendo todos os esforços possíveis para obter o ressarcimento das quantias que foram, indevidamente, sacadas das suas contas.

- *Outros bloqueios judiciais*

A justiça determinou bloqueios de numerários por conta de processos trabalhistas que totalizavam R\$ 43.956 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 57.561 mil em 2006).

12 Investimentos

12.1 Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2007	Milhares de ações		Patrimônio líquido (passivo a (descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
		Ações ordinárias/ quotas	Ações preferenciais		
Subsidiárias e controladas					
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	1.000.949	10.098.347	9.702.334	1.854.086	150.775
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	4.482.082	42.853.453		7.088.760	840.992
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	1.764.787	1.234	308	2.608.863	307.501
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	1.378.364	1.378.364		1.661.460	342.555
Downstream Participações Ltda.	630.000	630.000(*)		1.158.110	86.110
Petrobras International Finance Company - PifCo	531.479	300.050		(51.162)	(21.286)
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	18.852	18.852(*)		(861)	(23.483)
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	21.000	21.000		21.749	3.088
Petrobras International Braspetro - PIBBV	3.212	2		1.316.318	(1.651.728)
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	266.404	106.210		798.829	(43.894)
Braspetro Oil Company - BOC	89	50		(410.891)	13.583
Petrobras Netherlands B. V. - PNBV	30			1.446.146	651.005
Termorio S.A.	2.785.000	2.785.000		2.569.758	85
FAFEN Energia S.A.	380.574	380.574		230.946	11.961
Baixada Santista Energia Ltda.	218.456	218.456(*)		218.456	
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	255.556	255.556(*)		122.110	(14.835)
Termoceaná Ltda.	270.726	270.726(*)		173.102	(30.253)
5283 Participações Ltda.	1.421.604	1.421.604(*)		233.339	(487.704)
Termomacaé Ltda.	915.995	915.995(*)		702.766	(93.509)
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda.	6.218	6.217(*)		(34.319)	14.566
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	656	117.127(*)		50.730	18.240
Pramoa Participações S.A.	881.823	97.265	76.322	850.906	(8.193)
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	39.557	28.292		96.207	15.640

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2007	Milhares de ações		Patrimônio líquido (passivo a (descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
		Ações ordinárias/ quotas	Ações preferenciais		
Controladas em conjunto					
Ibiritermo S.A.	7.652	7.652		8.729	39.362
Termobahia S.A.	13.752	3		41.864	(19.296)
Termoçu S.A.	635.948	1.039.661		635.948	
UTE Norte Fluminense S.A.	481.432	481.432		611.941	119.895
GNL do Nordeste Ltda.	7.507	7.507(*)		580	
Coligadas					
UEG Araucária Ltda.	707.440	707.440(*)		662.218	20.879
(*) Cotas					

Descrição das atividades das subsidiárias e controladas

a) Petrobras Química S.A. - Petroquisa

Participa em sociedades que objetivam a fabricação, comércio, distribuição, transporte, importação e exportação de produtos das indústrias química e petroquímica e na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as referidas atividades.

b) Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora

Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos e derivados de petróleo, álcool, energia e outros combustíveis.

c) Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Participa em sociedades que atuam no transporte de gás natural, na transmissão de sinais de dados, voz e imagem através de sistemas de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a tais atividades. Participa também em diversas distribuidoras estaduais de gás, exercendo o controle compartilhado que são consolidados na proporção das participações no capital social.

d) Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Exerce, diretamente ou através de controlada, as operações de transporte e armazenagem de grãos, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações, próprias ou de terceiros.

e) Downstream Participações Ltda.

Participa, direta e indiretamente, em sociedades que atuam em diversos segmentos da indústria de petróleo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f) Petrobras International Finance Company - PifCo

Exerce atividades de comercialização de petróleo e derivados no exterior, de intermediação de compra e venda de petróleo, derivados e materiais para empresas do Sistema Petrobras e de captação de recursos no exterior.

g) Petrobras Internacional Braspetro B.V. - PIB BV

Participa em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

h) Braspetro Oil Services Company - BRASOIL

Tem como objeto a prestação de serviços em todas as áreas da indústria do petróleo, bem como no comércio de petróleo e de seus derivados.

i) Petrobras Netherlands B.V. - PNBV

Atua, diretamente ou por intermédio de controladas, nas atividades de compra, venda, lease, aluguel ou afretamento de materiais, equipamentos e plataformas para a exploração e produção de óleo e gás.

j) 5283 Participações Ltda.

Sociedade por cota de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto a participação no capital de outras sociedades.

k) Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-PETRO

Participação no capital social de sociedades que tenham por objeto atividades realizadas pela internet ou meios eletrônicos.

l) Braspetro Oil Company - BOC

Tem como objeto promover a pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como na prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

m) Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII

Tem por objetivo viabilizar a construção de 4 edifícios administrativos em Macaé por meio da emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários através da Rio Bravo Securitizadora S.A., lastreado em direitos creditórios locatícios junto à Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

n) Pramoia Participações S.A.

Participa em sociedades que objetivam a industrialização, comércio, desenvolvimento, importação e exportação de polipropileno, prestação de serviços relacionados às atividades mencionadas.

o) Termelétricas

- Termorio S.A.; FAFEN Energia S.A.; Baixada Santista Energia Ltda.; Termomacaé Ltda.; SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.; Termoceará Ltda.; Termobahia S.A.; Ibiriterno S.A.; e Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

O conjunto de sociedades acima tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, todas localizadas no território nacional, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.

São compostas por usinas termelétricas com potência instalada, ou em fase final de instalação, de 3,4 GW (não auditado), estando esta capacidade comercializada através de leilões da ANEEL, contratos de comercialização de energia e exportações.

p) Comercializadoras de Energia Elétrica

- Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN; e Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. - TMC

As comercializadoras acima centralizam a gestão da carteira de compra e venda de energia elétrica do Sistema Petrobras, sendo responsáveis pelas operações de venda de energia elétrica dos ativos de geração do Sistema Petrobras, e eventual compra de energia elétrica do mercado.

12.2 Descrição das atividades das controladas em conjunto

A Petrobras exerce o controle compartilhado sobre as termoelétricas Termoaçu, UTE Norte Fluminense, e a unidade de regaseificação de gás natural liquefeito GNL do Nordeste que foram consolidadas na proporção das participações no capital social.

A GNL do Nordeste é uma unidade de regaseificação de gás natural liquefeito a ser construída no complexo Industrial e Portuário do Suape, em Pernambuco, visando a revaporização do GNL.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.3 Mutação dos investimentos

R\$ mil															
Controladora															
Subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas															
Petroquímica	Petrobras				Petrobras				Termonio S.A.	Baixada Santista	5283 Participações	Termomacaré LTDA.	Pramoia Participações S. A.	UTE Juiz de Fora	Outras Controladas
	Distribuidora	Gaspetro	Transpetro	Downstream	Comercializadora de Energia	PIB BV	Brasão	PNBV							
No início do exercício	1.556.759	6.281.188	2.196.019	1.529.368	1.112.886	269.324	2.861.278	826.606	922.349	2.542.515	217.836	721.042	705.710		479.686
Aquisição e aporte de capital	183.586		183.698												
Equivalência patrimonial	150.776	874.675	307.321	258.046	86.317	(22.397)	(1.459.021)	(250.825)	501.132	27.243		(491.525)	46.800	859.099	96.207
Ganho cambial sobre patrimônio líquido de controladas no exterior							(490.754)	(141.776)	(158.197)						
Dividendos	(37.035)	(319.258)	(79.552)	(224.180)	(41.093)	(246.927)									(2.931)
Baixa															(24.531)
Provisão para Perda															(8.052)
Outros															1.653
No fim do exercício	1.854.086	6.836.605	2.607.486	1.563.234	1.158.110		911.503	434.005	1.265.284	2.569.758	218.456	229.517	702.766	850.906	96.207

R\$ mil					
Direitos e Adiantamentos para aquisição de investimentos					
Ipiranga Química	Adivos		2007	2006	
	Distribuição Norte	RPI			
No início do exercício					
Aquisição e aporte de capital	306.834	622.457		929.301	
Ágio (Deságio) na aquisição de investimentos	670.037	472.989	10.150	1.153.176	
Equivalência patrimonial	20.471	5.550		26.021	
Amortização do (Ágio) Deságio	(17.212)	(3.988)	(10.150)	(31.350)	
No fim do exercício	980.130	1.097.018		2.077.148	

	R\$ mil	
	2007	2006
Subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas	22.565.830	22.725.069
Direitos e Adiantamentos para aquisição de investimentos	2.077.148	
Outros investimentos	349.853	233.199
Ágio e deságio	1.075.958	(181.762)
	26.068.789	22.776.506

12.4 Informações em 31 de dezembro de 2007 das controladas em conjunto incluídas na consolidação

R\$ mil					
	Controladas em conjunto diretamente			Controladas em conjunto indiretamente	
	Termoaçu	UTE Norte		Distribuidoras de gás	Outras
		Fluminense	GNL do Nordeste		
Ativo Circulante	32.463	240.922	21	1.444.412	1.030.338
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.045			114.105	126.846
Investimentos				1.319	7.190
Imobilizado	636.728	1.031.872		1.194.757	2.550.010
Intangível	2	559			170.952
Diferido	39.257	14.980	603	65.936	393.839
Passivo Circulante	18.470	216.967	44	1.003.642	761.368
Passivo não circulante	62.077	459.425		333.485	1.970.489
Patrimônio Líquido	635.948	611.941	580	1.483.402	1.547.318
Receita Operacional Líquida		772.317		3.106.696	2.104.807
Lucro Líquido do Exercício		119.895		401.080	105.765
Percentual de Participação - %	72,10%	10,00%	50,00%	23,5% a 83,0%	16,67% a 72,00%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.5 Informações sobre coligadas

	R\$ mil				
	2007				2006
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Petroquisa					
COPEL - Companhia					
Petroquímica do Sul S.A.	20,79	1.250.505	553.796	2.353.484	1.320.645
Deten Química S.A.	27,82	245.960	82.461	159.104	158.067
Petroquímica União S.A.	17,44	875.118	172.175	1.669.973	1.274.934
NITROCOLOR Produtos Químicos Ltda.	38,00	2.931	(87)	3.445	3.445
				4.186.006	2.757.091

	R\$ mil				
	2007				2006
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à BR					
CDGN - Companhia Distribuidora de Gás Natural	10,00	4.336	1.334	37.301	12.859
Arembepe Energia S.A.	30,00	29.919		26.636	
TEP - Termelétrica Potiguar S.A.	20,00	15.058	(7.352)	37.592	35.826
Energética Camaçari Muricy I	50,00	27.109		22.123	
Brasil Supply S.A.	10,00	7.439	1.074	5.370	4.690
				129.022	53.375

	R\$ mil				
	2007				2006
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Gaspetro					
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	41,50	155.503	39.355	140.433	123.544
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25,00	29.503	(450)	27.297	27.859
Gas Transboliviano - GTB	11,00	220.493	66.353	869.197	1.100.328
				1.036.927	1.251.731

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.6 Ágio e deságio

Na aquisição em setembro de 2006, de 50% da Pasadena Refining System Inc. (PRSI) por intermédio da Petrobras America Inc. (PAI), foi apurado ágio de US\$ 411,8 milhões (R\$ 880.428 mil), sendo US\$ 201,3 milhões (R\$ 430.379 mil), tendo como fundamentação a mais valia de ativos, com a amortização em função da vida útil dos ativos, e US\$ 210,5 milhões (R\$ 450.049 mil) pela expectativa de rentabilidade futura, com a amortização no prazo de 10 anos.

Na aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A., por intermédio da Pramoia Participações S.A., foi apurado ágio de R\$ 1.241.303 mil, tendo como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro, com amortização no prazo de 10 anos.

Movimentação do ágio/deságio:

	R\$ mil	
	Consolidado	Controladora
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2006	833.738	(181.762)
Ágio na aquisição de ações da Pramoia	1.241.303	1.241.303
Amortização do ágio	(83.044)	(10.347)
Amortização do deságio	23.160	21.418
Outros (*)	(395.230)	5.346
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2007	1.619.927	1.075.958

(*) Inclui variação cambial sobre saldos de empresas no exterior

Na controladora, o saldo do deságio no montante de R\$ 198.043 mil está contabilizado em investimento e no consolidado o montante de R\$ 66.111 mil está apresentado como resultado de exercícios futuros.

12.7 Operações com termoeletricas

a) Termoeletrica Juiz de Fora

Em 04 de outubro de 2007, a Petrobras celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Energisa S.A., para a aquisição de 100% das ações da Termoeletrica Juiz de Fora, usina a gás natural, com potência instalada de 87 MW, e que possui contratos de venda de energia para fornecimento até 2022. A operação foi concluída em 28 de dezembro de 2007, com o pagamento de R\$ 210.490 mil.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. e a Energisa S.A. um contrato para uso dos direitos sobre a comercialização de energia com as subsidiárias da Energisa na região Nordeste.

b) Liquidação das Usina Termelétrica Nova Piratininga Ltda. e Termogaúcha - Usinas Termoeletricas S.A.

A Usina Termelétrica Nova Piratininga e a Termogaúcha foram dissolvidas em decorrência da extinção do consórcio Piratininga - São Paulo e de restrições operacionais que inviabilizaram a implantação da Usina, respectivamente.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.8 Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Apresentamos, a seguir, os investimentos em companhias abertas com ações negociadas em bolsas de valores:

EMPRESA	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado R\$	
	2007	2006		2007	2006	2007	2006
Controladas							
Pepsa	1.249.717	1.249.717	ON	2,19	2,46	2.736.880	3.074.304
Pesa (*)	229.729	229.729	ON	5,23	5,81	1.201.483	1.334.725
Suzano Petroquímica	76.322		PN	10,05		767.036	
						<u>4.705.399</u>	<u>4.409.029</u>
Coligadas							
Copesul (**)	23.482	23.482	ON	(**)	38,10		894.664
PQU	8.738	8.738	ON	15,00	11,59	131.070	101.273
PQU	8.738	8.738	PN	14,61	11,19	127.662	97.778
						<u>258.732</u>	<u>1.093.715</u>
Outros investimentos							
Braskem	12.111	12.111	ON	15,20	13,00	184.087	157.443
Braskem	18.553	18.522	PNA	14,40	15,00	267.163	277.830
						<u>451.250</u>	<u>435.273</u>

(*) Essas ações não incluem a participação da PEPSA

(**) Em 18 de outubro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários promoveu o cancelamento do registro da companhia aberta Copesul, tendo em vista o cumprimento das disposições regulamentares da Instrução CVM nº 361/02. Em virtude do cancelamento do registro, a partir desta data, as ações da Copesul não estão mais listadas em Bolsas de Valores.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Em 18 de dezembro de 2007, foram aprovadas nas Assembléias Gerais Extraordinárias da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), em conjunto com suas controladas Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. ("RPI"), Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. ("DPPI") e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga ("CBPI"), as incorporações de ações da RPI, DPPI e CBPI pela Ultrapar.

Nenhum acionista exerceu o direito de recesso das respectivas assembléias até 21 de janeiro de 2008, prazo do direito de recesso dos acionistas dissidentes. A Ultrapar passou a deter todas as ações da RPI, CBPI e DPPI, nos termos do acordo de investimentos firmado entre Ultrapar, Petrobras e Braskem. As ações da RPI, DPPI e CBPI, deixaram de ser negociadas na Bolsa de Valores no dia 23 de janeiro de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.9 Outras informações

a) *Investimentos no Equador*

a.1) *Acordo com Teikoku Oil Co. Ltd. em operações no Equador*

Em 11 de janeiro de 2007, foi aprovado pelo Ministério de Minas do Equador o acordo prévio firmado em janeiro de 2005, para a venda pela Petrobras Energia S.A. (Pesa) à Teikoku, de 40% dos direitos e obrigações dos contratos de participação nos Blocos 18 e 31 no Equador e a cessão de 40% do contrato de transporte de óleo com a Oleoducto de Crudos Pesados Ltd. (OCP). As partes estão realizando as ações necessárias para alterar estes contratos de participação, que deverão ser aprovados pela Petroecuador, para incorporar a Teikoku como sócia nesses blocos. Uma vez realizadas estas modificações contratuais, começarão a surtir efeitos os termos e condições econômicas da referida transação.

a.2) *Nova Lei de Hidrocarbonetos*

Em abril de 2006, foi aprovada a "Ley Reformatória" à "Ley de Hidrocarburos" no Equador e regulamentada em julho de 2006, estabelecendo uma participação mínima do Governo de 50% sobre as receitas extraordinárias geradas por aumentos do preço de venda do petróleo equatoriano comparado com o preço médio mensal na data da assinatura dos respectivos contratos de venda do petróleo, expresso em moeda constante do mês da liquidação.

Em janeiro de 2007, a EcuadorTLC, controlada da Pesa, pagou o montante equivalente a R\$ 46.053 mil cobrado pela Petroecuador, referente ao período de abril a dezembro de 2006 e, a partir dessa data, a EcuadorTLC passou a efetuar os pagamentos de acordo com o critério estabelecido pela Petroecuador.

Em julho de 2007, a Petroecuador notificou a EcuadorTLC quanto a diferenças nos valores calculados para o campo Palo Azul referente ao período de janeiro a junho de 2007 no montante equivalente a R\$ 28.340 mil, considerando uma metodologia diferente de cálculo das participações. Foi solicitado a Petroecuador reconsiderar os critérios adotados para cálculo das participações, levando-se em conta o critério sugerido pela Procuradoria Geral do Estado utilizado pela própria Petroecuador em janeiro e fevereiro de 2007.

Em outubro de 2007, a "Dirección Nacional de Hidrocarburos" (DNH) notificou sobre uma nova cobrança, referente ao período de 25 de abril de 2006 a 31 de dezembro de 2006 acrescida de juros, que pressupõe uma despesa adicional de US\$ 30 milhões.

Em 18 de outubro de 2007, a Ley de Hidrocarbonetos foi alterada, elevando a participação do Estado sobre os excedentes extraordinários do preço do óleo para 99%, reduzindo a correspondente participação das companhias petroleiras para 1% sobre esta parcela. Em 28 de dezembro, a Assembléia Constituinte do Equador aprovou a "Ley de Equidad Tributaria", que impõe profunda reforma tributária com a criação de novos impostos, a partir de 1º de janeiro de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 18 de janeiro de 2008, a Petroecuador comunicou a existência de uma única dívida de US\$ 66 milhões, correspondente a diferenças acumuladas entre abril de 2006 e dezembro de 2007. Suportada em argumentos legais, a EcuadorTLC S.A. considera improcedente a interpretação da Petroecuador e, portanto, não foi registrado qualquer impacto nas demonstrações contábeis da citada cobrança.

O conjunto de mudanças trazidas pela mencionada reforma, modificou as condições estabelecidas entre as partes quando da aprovação dos respectivos contratos de participação, afetando a previsão de rentabilidade dos atuais negócios no Equador e a recuperabilidade dos investimentos realizados. Consequentemente, para adequar o valor contábil dos ativos ao seu valor estimado de recuperação, em 31 de dezembro de 2007 foi reconhecida uma provisão no montante de R\$ 308.796 mil (US\$ 174.333 mil).

b) Investimentos na Bolívia

b.1) Nova Lei dos Hidrocarbonetos

A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à YPFB toda a produção de hidrocarbonetos.

Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus sócios firmaram com a YPFB, contratos de operação dos blocos San Alberto, San Antonio, Rio Hondo e Ingre, os quais entraram em vigor a partir de 02 de maio de 2007. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participações, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela YPFB, devendo ser reembolsados a Petrobras Bolívia os custos de produção e investimentos realizados pela Companhia, além do pagamento da remuneração calculada de acordo com a tabela de participação variável estabelecida no contrato.

Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra e venda das ações da PBR, com a transferência de 100% das ações para a YPFB pelo montante de US\$ 112 milhões em duas parcelas: a primeira, liquidada em 11 de junho de 2007 e a segunda em 13 de agosto de 2007, apurando-se um ganho equivalente, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 66.195 mil (US\$ 37.371 mil)

Em 31 de agosto de 2007, foi promulgada a Lei 3.740 de Desenvolvimento Sustentável do Setor de Hidrocarbonetos, revogando o Impuesto a las Utilidades Extraordinárias por Extracción de Recursos Naturales no Renovables e viabilizando a participação da YPFB nas receitas provenientes dos mencionados contratos de operação.

Mediante o Decreto Supremo 28.701, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a YPFB controlasse com, no mínimo, 50% mais uma ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A. (PBR), da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação (Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios S.A. - 51% e Petrobras Energia Internacional S.A. - 49%).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, o contrato estabelece que o resultado líquido positivo apurado pela PBR entre 1º de abril e 25 de junho de 2007, no montante equivalente a R\$ 36.583 mil, será pago às vendedoras até 31 de maio de 2008.

A Petrobras encontra-se atualmente em processo de encerramento de suas atividades de distribuição de derivados na Bolívia.

Em 18 de dezembro de 2007, a Petrobras assinou com a YPFB, comunicado conjunto prevendo novos investimentos para aumentar a produção de gás natural na Bolívia. O comunicado estabelece ainda as linhas gerais para a execução conjunta de projetos, com a constituição de uma possível Sociedade de Economia Mista. Por outro acordo, Petrobras e YPFB definiram que, para volumes entregues ao mercado interno superiores a 18% da produção proveniente de novos projetos, haverá garantia de um preço de 50% do preço de exportação. YPFB e Petrobras chegaram também a um acordo sobre a fórmula de pagamento dos líquidos contidos no gás natural comprado pela Petrobras por meio do contrato GSA, por um valor entre US\$100 milhões e US\$180 milhões por ano, conforme Ata de Brasília, de 14 de fevereiro de 2007, que serão pagos pela Petrobras a partir de maio de 2007.

c) Investimentos na Argentina

c.1) Venda de Participação Acionária em Empresa de Energia na Argentina - Compañia Inversora en Transmisión Eléctrica S.A. - Cítelec

Em 14 de dezembro de 2007, foi aprovada pelos organismos reguladores e autoridades competentes a transferência das ações da Compañia Inversora en Transmisión Eléctrica S.A. - Cítelec, detentora de 52,67% da Compañia de Transporte en Energía Eléctrica en Alta Tensión - Transener S.A., para a Energia Argentina S.A.- Enarsa e para a Electroingeniería S.A. por um preço fixo de US\$ 54 milhões, equivalentes a R\$ 95.650 mil, acrescido do resultado da revisão tarifária integral que venha a ser determinado para a Transener e sua subsidiária Empresa de Transporte de Energia Elétrica por Distribución Troncal de la Provincia de Buenos Aires S.A. (Transba), caso esta revisão tarifária seja aprovada até 30 de junho de 2008.

d) Investimentos na Venezuela

d.1) Revisão dos convênios operacionais na Venezuela

Em março de 2006, a Pesa, através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. (CVP) Memorandos de Entendimento (MDE) com o objetivo de concretizar a migração dos convênios operacionais para a modalidade de empresas mistas, conforme determinação legal. Os MDE estabeleciam que a participação dos sócios privados nas empresas mistas é de 40%, correspondendo ao governo venezuelano uma participação de 60%. De acordo com o que estabelece o MDE, a CVP reconheceu créditos divisíveis e transferíveis a favor das empresas privadas que participam das empresas mistas, que não estão sujeitos a juros e podem ser utilizados no pagamento de bônus de aquisição de qualquer novo projeto de empresa mista para o desenvolvimento de atividades de exploração e produção de petróleo ou de licença para o

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

desenvolvimento de operações de exploração e produção de gás na Venezuela. Os créditos atribuídos à Pesa correspondem a US\$ 88,5 milhões e não foram reconhecidos contabilmente.

A migração dos contratos produziu efeitos econômicos a partir de 01 de abril de 2006. Em agosto de 2006, foram firmados os contratos de conversão de Oritupano Leona, La Concepción, Acema e Mata. Posteriormente, foram constituídas as empresas Petroritupano S.A., Petrowayú S.A., Petrovenbras S.A. e Petrokariña S.A. as quais, respectivamente, operam nas áreas acima mencionadas.

De acordo com a estrutura societária e de governança definida para as empresas mistas, a partir de 01 de abril de 2006 a Pesa deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas, avaliados por equivalência patrimonial. A recuperação destes investimentos está relacionada à volatilidade do preço do petróleo, às condições econômicas, sociais e regulatórias na Venezuela, e em particular, aos interesses de seus acionistas em relação ao desenvolvimento das reservas de petróleo. Conseqüentemente, para adequar o valor contábil do investimento ao seu valor recuperável estimado, em 2007 foi reconhecida uma perda sobre investimentos no montante de R\$ 119.588 mil.

e) Novos Investimentos no Exterior

Em 09 de novembro de 2007, a Petrobras assinou documento de compra de 87,5% das ações da empresa japonesa Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) com a TonenGeneral Sekiyu Kabushiki Kaisha (TGSK), pelo valor aproximado de US\$ 50 milhões. A aquisição compreende uma refinaria com capacidade de 100.000 bpd, que refina petróleo leve e produz derivados de alta qualidade, um terminal de petróleo e derivados com capacidade de armazenamento de 9,6 milhões de barris, três piers com capacidade de receber navios de produtos de até 97.000 Deadweight tonnage (dwt) e uma monobóia para navios Very Large Crude Carrier (VLCC) de até 280.000 dwt.

A transferência do controle acionário está prevista para abril de 2008.

f) Grupo Ipiranga

Em 18 de abril de 2007, a Ultrapar (por si), com a interveniência da Braskem S.A. e da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (por comissão), adquiriu o controle das empresas do Grupo Ipiranga. Nesta data, a Petrobras adiantou a Ultrapar R\$ 742.746 mil. Nos termos do acordo de investimentos entre a Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Ultrapar passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste ("Ativos de Distribuição Sul"), a Petrobras deterá o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ("Ativos de Distribuição Norte"), e a Braskem passará a deter o controle dos ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química S.A. (IQ), Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ) e pela participação desta na Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), tendo também a Petrobras participação nos ativos petroquímicos. Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela Refinaria de Petróleo Ipiranga (RPI) são compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

A Ultrapar é a responsável por executar a reorganização societária das empresas adquiridas, com o objetivo de separar os ativos atribuídos a cada uma das empresas adquirentes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A operação foi apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Secretaria de Direito Econômico - SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE).

Nos negócios de distribuição de combustíveis, o CADE esclareceu que os termos da Medida Cautelar 087000.001507/2007-80, referentes a atos de concentração, não impedem Petrobras e Ultrapar - as adquirentes dos negócios de distribuição do Grupo Ipiranga - de manterem entendimentos com o objetivo de formular desenho de governança corporativa que afaste qualquer risco à concorrência. O CADE autorizou a realização de reuniões entre Petrobras e Ultrapar para apresentação da proposta.

Em 16 de maio de 2007, o CADE aprovou, por unanimidade, um acordo substituindo os itens da medida cautelar que impedia a Petrobras de participar de decisões estratégicas e comerciais relacionadas à aquisição dos ativos de distribuição do Grupo Ipiranga.

O documento denominado "Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (APRO)" permite a Petrobras escolher um gestor independente e negociar a implantação de um conteúdo de governança que garanta a preservação dos ativos e os direitos dos acionistas minoritários. Permanece inalterado o cumprimento do cronograma da operação.

Com o APRO, a gestão dos ativos de distribuição adquiridos pela Petrobras passa a ser conduzida de forma independente da gestão dos ativos adquiridos pela Ultrapar.

Foram realizadas pelo gestor independente dos ativos de distribuição da Petrobras, as apresentações mensais de resultados a Petrobras, respeitando a defasagem de 60 dias determinada pelo APRO. Ainda em cumprimento ao mesmo documento, os relatórios contendo os dados apresentados a Petrobras foram remetidos ao CADE e devidamente protocolados.

Em outubro e novembro de 2007, foram realizadas as Ofertas Públicas de Ações (OPAs) para aquisição das ações ordinárias de emissão da RPI, DPPI e CBPI. Para esta aquisição, a Petrobras adiantou a Ultrapar R\$ 211.027 mil.

Em 18 de dezembro de 2007, foram realizadas as Assembléias Gerais Extraordinárias de RPI, DPPI, CBPI e Ultrapar, que deliberaram favoravelmente sobre a "Incorporação de Ações". Os acionistas das empresas do Grupo Ipiranga detentores de ações preferenciais receberam ações da Ultrapar conforme a relação de troca pré-estabelecida.

A Ultrapar está finalizando a última etapa do processo de reorganização societária das empresas do Grupo Ipiranga, com o objetivo de permitir a segregação e transferência dos Ativos Petroquímicos, Ativos de Distribuição Norte, Ativos de Distribuição Sul e Ativos de Refino, conforme acordado entre as partes. Ao final da referida reorganização societária, a Ultrapar efetivará a transferência das participações societárias conforme abaixo:

- (a) As participações societárias dos Ativos Petroquímicos para a Braskem e a Petrobras, na proporção de 60% e 40%, respectivamente, com o desembolso de R\$ 412.386 mil pela Petrobras; e

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) A Petrobras receberá a sociedade criada exclusivamente para receber os Ativos de Distribuição Norte (Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.), a Ipiranga Asfaltos - IASA, e cada uma das companhias (Petrobras, Ultrapar e Braskem) receberá ainda 1/3 dos ativos de refino. Estas transferências, que caracterizam o fechamento da operação, prevêm um desembolso estimado da Petrobras de R\$ 705.811 mil.

Nos negócios petroquímicos, a Petrobras e a Braskem encaminharam, em 18 de maio de 2007, pedido de registro de OPA de Tag Along da IPQ, que permitiu a aquisição privada por R\$ 118.000 mil das ações de emissão detidas pelos minoritários em 28 de junho de 2007. Em 04 de julho de 2007, a CVM deferiu o pedido de dispensa da referida OPA e, em 18 de julho de 2007, a IPQ teve seu registro de companhia aberta cancelado.

Após a concessão do registro da OPA para fechamento de capital da Copesul em 10 de agosto de 2007 pela CVM, no dia 05 de outubro de 2007 ocorreu o leilão para aquisição das ações ordinárias de emissão da Copesul. O valor da operação foi de R\$ 1.294.236 mil.

Na fase atual com a incorporação das ações, nos negócios petroquímicos, a Petrobras passou a ter na Ipiranga Química o direito de receber da Ultrapar 40% da participação acionária.

O ágio apurado tem como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro, com amortização em dez anos.

Nos negócios de distribuição de combustível, na fase atual com a incorporação das ações, a Petrobras passou a ter o direito de receber da Ultrapar 100% dos ativos de distribuição norte (incluindo a IASA).

O ágio apurado tem como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro, com amortização em dez anos.

A equivalência patrimonial foi apurada com base no Balanço Patrimonial dos ativos de distribuição norte de 31 de outubro de 2007, bem como a amortização do respectivo ágio, referente ao mesmo período de acordo com o estabelecido pelo "APRO" (defasagem de 60 dias).

Nos negócios de refino, na fase atual com a incorporação das ações, a Petrobras passou a ter o direito de receber da Ultrapar, 33,33% da RPI. A Petrobras consolida proporcionalmente as demonstrações contábeis "pró-forma" dos ativos de refino da RPI em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar.

g) Acordo de Investimento da Braskem

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado acordo de investimentos entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa, através do qual foi acordada a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e pela Petroquisa. Com a Integração, a participação da Petrobras e da Petroquisa, em conjunto, no capital votante da Braskem passará de 8,1% para 30% e, no capital total, de 6,8% para 25%.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos petroquímicos que serão aportados pela Petrobras e Petroquisa na Braskem são: (i) 37,3% do capital votante e total da Copesul; (ii) 40% do capital votante e total da IPQ; (iii) 40% do capital votante e total da IQ; (iv) 100% do capital votante e total da Petroquímica Triunfo (Triunfo); e (v) 40% do capital votante e total da Petroquímica Paulínia (PPSA).

A Petrobras e a Petroquisa terão a opção de aportar na Braskem até 100% do capital votante e total da Triunfo. Caso o aporte não ocorra, Petrobras e Petroquisa poderão aportar caixa equivalente ao valor econômico deste ativo.

Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa, com a interveniência da Braskem, já acordaram os termos para a celebração do novo acordo de acionistas da Braskem, o qual será assinado simultaneamente à Integração dos ativos petroquímicos, que se dará em Assembléias Gerais da Braskem, IQ, IPQ, Copesul, PPSA e Triunfo, convocadas especificamente para este fim, em até 6 (seis) meses contados do dia 30 de novembro de 2007.

A operação foi apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Secretaria de Direito Econômico - SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE), no prazo e de acordo com a legislação em vigor.

h) Aquisição da Suzano Petroquímica S.A.

Em 30 de novembro de 2007, foi concluída a aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A., equivalente a 99,9% das ações ordinárias e de 76,57% do capital total.

O pagamento pela Petrobras aos acionistas vendedores foi no montante global de R\$ 2.100.402 mil, que corresponde a R\$ 13,27 por ação ordinária e R\$ 10,61 por ação preferencial.

A Petrobras realizará, por intermédio da Dapean Participações S.A., sociedade que controla diretamente a Suzano Petroquímica, oferta pública ("OPA") para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Suzano Petroquímica de propriedade de seus demais acionistas pelos valores de R\$ 13,27 por ação ordinária e R\$ 10,61 por ação preferencial.

h.1) Acordo de Investimento com Unipar

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado um Acordo de Investimentos entre a Unipar e Petrobras, definindo, dentre outras, as etapas de estruturação da Companhia Petroquímica do Sudeste (CPS) até a criação de uma companhia integrada na proporção de 60% Unipar e os 40% Petrobras e Petroquisa, com o objetivo de nela integrarem seus ativos dedicados à produção de resinas termoplásticas, petroquímicos básicos e atividades correlatas, com vistas a atingir escala mundial de produção e elevada competitividade.

Os ativos petroquímicos que serão aportados pela Petrobras e Petroquisa são: (i) 99,9% do capital votante e 76,57% do capital total da Suzano Petroquímica S.A. (SZPQ), adquiridas em 30 de novembro de 2007; e (ii) 17,48% do capital votante e 17,44% do capital total de titularidade da Petroquisa na Petroquímica União S.A. (PQU).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos que serão aportados pela Unipar são: (i) 33,3% do capital votante e total da Rio Polímeros S.A. (Riopol); (ii) 54,96% do capital votante e 51,35% do capital total da PQU; (iii) 99,99% do capital votante e total da Polietilenos União S.A (PU); (iv) todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da Unipar Divisão Química (UDQ); e (v) a importância, em dinheiro, de R\$ 380.000 mil, correspondente ao valor do preço a ser pago por: (a) totalidade da participação de 16,67% do capital total detida pela Petroquisa na Riopol; e 15,98% da participação de SZPQ na Riopol, pelo preço certo e ajustado de R\$ 0,9152 por ação.

A operação foi apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Secretaria de Direito Econômico - SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE.

j) Exercício de opção de compra das ações da EVM Leasing Co.

Em 18 de junho de 2007, por recomendação da Petrobras, a Braspetro Oil Company (BOC) exerceu, por US\$ 123.000 mil (R\$ 217.870 mil), a opção de compra da totalidade das ações da EVM Leasing Co. (EVM), proprietária dos bens financiados, junto aos investidores e financiadores do projeto estruturado EVM, tendo em vista a conclusão da estrutura financeira e liquidação das demais obrigações contratuais do projeto pela Petrobras.

Nas demonstrações contábeis da Petrobras, os ativos e obrigações da EVM estavam consolidados nos termos da Instrução CVM 408/2004.

A partir de 18 de junho de 2007, a EVM tornou-se uma controlada direta da BOC que possui 100% de seu capital votante e integralizado e a sua consolidação obedeceu à Instrução CVM 247/96.

O deságio de US\$ 417.330 mil (R\$ 739.217 mil), apurado na aquisição, está sendo apresentado nas demonstrações consolidadas, retificando o Imobilizado, em função da sua fundamentação econômica, e sendo amortizado em função das unidades produzidas pelos respectivos ativos.

13 Imobilizado

13.1 Por área de negócio

R\$ mil				
Consolidado				
		2007	2006	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	122.993.317	(46.381.914)	76.611.403	63.172.812
Abastecimento	42.621.214	(17.395.330)	25.225.884	19.924.124
Distribuição	4.746.529	(1.953.079)	2.793.450	2.598.907
Gás e energia	24.714.138	(3.962.176)	20.751.962	15.720.102
Internacional	20.468.185	(7.804.130)	12.664.055	11.295.477
Corporativo	2.762.993	(869.021)	1.893.972	1.391.669
	<u>218.306.376</u>	<u>(78.365.650)</u>	<u>139.940.726</u>	<u>114.103.091</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

R\$ mil				
Controladora				
2007			2006	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	92.014.418	(38.923.075)	53.091.343	40.068.703
Abastecimento	34.935.940	(15.493.888)	19.442.052	15.078.402
Distribuição				
Gás e energia	3.530.635	(614.494)	2.916.141	2.140.372
Internacional	18.937	(9.718)	9.219	5.691
Corporativo	2.661.963	(868.574)	1.793.389	1.389.068
	<u>133.161.893</u>	<u>(55.909.749)</u>	<u>77.252.144</u>	<u>58.682.236</u>

13.2 Por tipo de ativos

R\$ mil					
Consolidado					
		2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	5.982.282	(2.181.932)	3.800.350	3.803.495
Equipamentos e outros bens	3 a 30	95.193.667	(45.779.143)	49.414.524	44.223.971
Terrenos		854.848		854.848	728.136
Materiais		4.247.098		4.247.098	2.983.301
Adiantamentos a fornecedores		2.624.093		2.624.093	1.441.048
Projetos de expansão		39.964.366		39.964.366	29.112.482
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		<u>69.440.022</u>	<u>(30.404.575)</u>	<u>39.035.447</u>	<u>31.810.658</u>
		<u>218.306.376</u>	<u>(78.365.650)</u>	<u>139.940.726</u>	<u>114.103.091</u>

R\$ mil					
Controladora					
		2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	3.798.765	(1.571.567)	2.227.198	1.460.897
Equipamentos e outros bens	3 a 30	42.527.411	(28.306.766)	14.220.645	13.536.120
Terrenos		387.240		387.240	281.181
Materiais		3.608.233		3.608.233	2.420.139
Adiantamentos a fornecedores		786.240		786.240	346.002
Projetos de expansão		23.684.627		23.684.627	14.876.604
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		<u>58.369.377</u>	<u>(26.031.416)</u>	<u>32.337.961</u>	<u>25.761.293</u>
		<u>133.161.893</u>	<u>(55.909.749)</u>	<u>77.252.144</u>	<u>58.682.236</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.3 Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Gastos capitalizados	69.440.022	58.745.965	58.369.377	49.147.901
Depreciação acumulada	(29.792.677)	(26.482.015)	(25.481.760)	(22.983.342)
Amortização de gastos com abandono	(611.898)	(453.292)	(549.656)	(403.266)
Investimento líquido	39.035.447	31.810.658	32.337.961	25.761.293

No exercício de 2007, a Companhia revisou, de acordo com a prática contábil descrita na Nota 3.6, as estimativas de gastos para futuro abandono de poços e desmantelamento de área de produção de óleo e gás, considerando a vida útil econômica dos campos e os fluxos de caixa esperados, a valor presente, por uma taxa de juros livre de riscos, ajustada pelo risco da Petrobras. Esta revisão resultou numa redução na provisão em R\$ 781.661 mil e na rubrica de investimentos exploratórios em R\$ 427.234 mil, e a conseqüente redução na rubrica de custos exploratórios para extração de petróleo e gás, no montante de R\$ 354.427 mil.

13.4 Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e 2006 está assim apresentada:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	5.213.856	4.902.281	1.997.067	1.830.310
De gastos de exploração e produção	3.180.201	2.493.204	2.561.313	2.056.480
Custo para abandono de poços capitalizados/provisionados	303.284	282.958	286.082	274.385
	8.697.341	7.678.443	4.844.462	4.161.175
Parcela registrada diretamente no resultado	1.096.558	1.275.428	507.228	491.485
	9.793.899	8.953.871	5.351.690	4.652.660

13.5 Leasing de plataformas e navios

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, controladas diretas e indiretas mantinham contratos de leasing para plataformas "off-shore" e navios que são afretados à Petrobras, sendo o compromisso assumido pela Controladora equivalente ao montante daqueles contratos. A Controladora mantinha, também, contratos de leasing com terceiros para outras plataformas "off-shore".

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores do imobilizado líquido de depreciação e do passivo que essas plataformas representariam caso estivessem registradas como compra financiada de bens estão apresentados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Imobilizado líquido de depreciação	1.221.737	1.538.211	127.212	227.983
Financiamento:				
Curto prazo (circulante)	458.157	552.063	35.506	73.751
Longo prazo (não-circulante)	974.604	1.987.662	70.852	323.200
	1.432.761	2.539.725	106.358	396.951

Os gastos antecipados com afretamentos de plataformas realizados em período anterior a sua entrada em operação estão registrados como despesas antecipadas e totalizam R\$ 1.110.843 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 1.000.264 mil em 31 de dezembro de 2006), sendo R\$ 758.028 mil no ativo realizável a longo prazo (R\$ 744.140 mil em 31 de dezembro de 2006).

13.6 Ações judiciais no exterior

a) Nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 25 de julho de 2002, a Braspetro Oil Service Co. (Brasoil) e a Petrobras venceram, em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company, as quais tentavam obter, desde 1997, em face da primeira (Brasoil), declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção ("performance bond") das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda (Petrobras), buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da "performance bond".

Por decisão judicial da Corte Federal do Distrito Sul de Nova York, restou reconhecido a Brasoil e a Petrobras o direito ao recebimento por perdas e danos do valor de US\$ 237 milhões, acrescido de juros e reembolso de despesas judiciais na data do efetivo recebimento, referentes ao "performance bond", totalizando aproximadamente US\$ 370 milhões.

Em 21 de julho de 2006, a Justiça Americana proferiu decisão executiva, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo das ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

b) Em Londres - P-36

A Brasoil e a Petrobras participam de um conjunto de contratos relativos à obra de conversão e aquisição da Plataforma P-36, cuja perda total (afundamento) ocorreu em 2001. Nos citados contratos, a Brasoil e a Petrobras se obrigaram a depositar a indenização do seguro da plataforma, em caso de sinistro, em favor de um Agente das Garantias ("Security Agent"), para pagamento aos credores, de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acordo com um mecanismo ajustado contratualmente. Está em curso perante a Corte Londrina ação judicial ajuizada por empresas que julgam serem credoras de parte desses pagamentos que a Brasoil e a Petrobras entendem ser direitos seus, de acordo com o mecanismo de distribuição já mencionado.

Em abril de 2003, a Brasoil apresentou em juízo uma garantia bancária obtida junto a uma instituição financeira relativa ao pagamento da indenização securitária ao Agente das Garantias, e forneceu à instituição financeira uma contra-garantia no valor de US\$ 175 milhões. De acordo com a decisão proferida pela Corte estrangeira, em 15 de dezembro de 2005, foram feitos pagamentos a Brasoil, por conta da garantia bancária, no montante de US\$ 171 milhões. Em 04 de janeiro de 2006, o fornecedor da garantia confirmou que a mesma foi cancelada.

O julgamento foi dividido em duas fases. O primeiro estágio ocorreu em outubro de 2003 e a decisão foi proferida em 02 de fevereiro de 2004. Os termos da decisão são complexos e podem estar sujeitos à apelação. Em resumo: (i) nem a Petrobras nem a Brasoil foram declaradas inadimplentes; (ii) Petromec e Marítima estão sujeitas a reembolsar a Brasoil a importância de aproximadamente US\$ 58 milhões acrescidos de juros; e (iii) Petromec e Marítima não são responsáveis por atrasos ou trabalhos inacabados.

Em 15 de julho de 2005, foi proferida decisão determinando que a indenização do seguro pertence à Brasoil, exceto a quantia de US\$ 629 mil mais juros, que deve ser paga a outras partes no litígio, além de uma quantia adicional de US\$ 1,5 milhão que deve ser mantida em suspenso até o resultado de certas questões pendentes.

Após o julgamento de fevereiro de 2004, a Petromec emendou a ação judicial onde ela pleiteia o montante de US\$ 131 milhões, mais juros e/ou custos financeiros até data do julgamento a título de custos adicionais pelo "upgrade" realizado e, alternativamente, a título de danos por declaração falsa, porém sem quantificação. O julgamento da declaração falsa ocorreu entre os dias 16 de janeiro e 09 de fevereiro de 2006 e a decisão proferida em 16 de junho de 2006 julgou improcedentes as reivindicações da Petromec. Não houve recurso pela Petromec e a referida decisão é final.

Um julgamento preliminar relativo ao método pelo qual o eventual direito da Petromec deve ser apreciado, ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 2007. Em 06 de julho de 2007, a Corte proferiu decisão julgando em favor da metodologia defendida pela Petrobras e Brasoil. A Petromec obteve permissão para apelar daquela decisão e a Corte decidiu suspender o processo até que apelação seja julgada. Em 27 de novembro de 2007 houve a apreciação do recurso, e em 21 de dezembro de 2007 a Corte rejeitou substancialmente a apelação da Petromec.

O julgamento do pedido de custos adicionais está marcado para ocorrer em 2009.

c) Outras ações de ressarcimento

Na construção/conversão de navios em "FPSO - Floating Production, Storage and Offloading" e "FSO - Floating, Storage and Offloading", a Brasoil, tendo em vista a inadimplência contratual dos construtores, aportou, por conta dos mesmos, recursos financeiros no montante de US\$ 616 milhões, equivalentes a R\$ 1.092.067 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 1.299.704 mil em 31 de dezembro

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de 2006) diretamente aos seus fornecedores e subcontratados, com o intuito de evitar atrasos nas construções/conversões e, conseqüentemente, prejuízos a Brasoil.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento, pois eles representam um direito da Brasoil junto a tais construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, em decorrência da característica litigiosa desses ativos, e das incertezas sobre as probabilidades de todo o recebimento dos valores desembolsados, conservadoramente, está provisionada como créditos de liquidação duvidosa a parcela desse saldo não coberto por garantias reais, no montante de US\$ 544 milhões, equivalentes a R\$ 964.460 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 1.145.679 mil em 31 de dezembro de 2006).

13.7 Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

Durante o exercício de 2007, a Petrobras devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP os direitos sobre:

- A concessão exploratória BM-C-3 - devolução total da área retida para avaliação;
- As concessões exploratórias BFZ-2, BM-C-16, BM-C-4 e BM-C-27 (blocos C-M-97 e C-M-121) - devoluções totais das áreas dos blocos;
- As concessões exploratórias BT-ES-21, BT-ES-22, BT-ES-25, BT-ES-27, BT-REC-13, BC-2 e BT-REC-19 (blocos REC-T-221 e REC-T-236) - devoluções totais dos blocos, excluídas as áreas retidas por Declaração de Comercialidade, avaliação ou anexação;
- A concessão exploratória BM-S-36 (exceto o bloco S-M-557) e BM-S-40 (exceto os blocos S-M-1288 e S-M-1289) - devolução total dos blocos.

13.8 Participação na 9ª Licitação de blocos exploratórios da ANP

Em novembro de 2007, a Petrobras adquiriu vinte e sete novos blocos exploratórios, dos cento e dezessete licitados na 9ª Rodada de Licitações promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

A Petrobras adquiriu seis blocos com exclusividade e outros vinte e um em consórcio com outras empresas, sendo operadora em dezesseis destes.

Os bônus oferecidos pela Petrobras e seus parceiros totalizaram R\$ 308.983 mil, ficando a parcela da Companhia em R\$ 195.518 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Intangível

14.1 Por área de negócio

R\$ mil				
Consolidado				
2007			2006	
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Exploração e produção	2.001.731	(260.142)	1.741.589	1.517.726
Abastecimento	313.486	(91.255)	222.231	181.620
Distribuição	206.626	(98.319)	108.307	106.844
Gás e energia	132.971	(24.669)	108.302	60.375
Internacional	3.399.042	(1.121.266)	2.277.776	2.702.089
Corporativo	1.690.841	(616.993)	1.073.848	1.082.992
	7.744.697	(2.212.644)	5.532.053	5.651.646

R\$ mil				
Controladora				
2007			2006	
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Exploração e produção	2.001.252	(260.030)	1.741.222	1.517.311
Abastecimento	200.502	(58.895)	141.607	122.346
Distribuição				
Gás e energia	101.642	(7.207)	94.435	49.801
Internacional	43.774	(9.275)	34.499	18.481
Corporativo	1.654.648	(591.734)	1.062.914	1.070.834
	4.001.818	(927.141)	3.074.677	2.778.773

14.2 Por tipo de ativos

R\$ mil					
Consolidado					
2007			2006		
Tempo de vida útil estimado anos	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direitos e concessões	25	4.975.152	(1.146.281)	3.828.871	4.108.633
Software	4	2.769.545	(1.066.363)	1.703.182	1.543.013
		7.744.697	(2.212.644)	5.532.053	5.651.646

R\$ mil					
Controladora					
2007			2006		
Tempo de vida útil estimado anos	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direitos e concessões	25	1.670.904	(15.271)	1.655.633	1.438.634
Software	4	2.330.914	(911.870)	1.419.044	1.340.139
		4.001.818	(927.141)	3.074.677	2.778.773

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos

	R\$ mil			
	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
No exterior				
Instituições financeiras	4.175.723	5.508.659	11.344.416	13.605.601
Obrigações ao portador - "Notes", Global				
Notes e Global step-up Notes	784.182	3.030.275	9.201.691	8.598.248
Trust Certificates - "Senior/Junior"	122.241	146.226	705.686	992.845
Fornecedores	279	26.167	20.310	
Outros	3.565	236.238		450.381
Subtotal	5.085.990	8.947.565	21.272.103	23.647.075
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento				
Econômico e Social - BNDES	1.714.283	2.428.991	3.832.157	4.020.636
Debêntures	321.671	332.883	3.635.062	3.023.382
FINAME - vinculados à construção do				
Gasoduto Bolívia-Brasil	76.738	91.617	262.508	406.944
Outros	1.302.548	721.220	804.759	444.812
Subtotal	3.415.240	3.574.711	8.534.486	7.895.774
	8.501.230	12.522.276		
Juros sobre financiamentos	(647.449)	(589.975)		
Principal	7.853.781	11.932.301		
Parcela circulante dos financiamentos no				
passivo não circulante	(3.588.684)	(5.601.407)		
Total dos financiamentos de curto prazo	4.265.097	6.330.894	29.806.589	31.542.849

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil			
	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
No exterior				
Instituições financeiras	463.682	610.678	1.126.410	1.853.809
Obrigações ao portador - "Notes", Global Notes e Global step-up Notes		382.691		
Trust Certificates - "Senior/Junior"				
Fornecedores				
Outros				
Subtotal	463.682	993.369	1.126.410	1.853.809
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				
Debêntures	165.562	161.987	2.880.014	2.770.884
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	73.800	89.623	254.669	395.218
Outros	45.474	34.466	550.895	74.312
Subtotal	284.836	286.076	3.685.578	3.240.414
	748.518	1.279.445		
Juros sobre financiamentos	(122.596)	(138.093)		
Principal	625.922	1.141.352		
Parcela circulante dos financiamentos no passivo não circulante	(625.922)	(1.141.352)		
Total dos financiamentos de curto prazo			4.811.988	5.094.223

15.1 Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil	
	2007	
	Consolidado	Controladora
2009	6.630.845	972.346
2010	5.296.261	1.587.995
2011	2.538.297	345.340
2012	3.282.053	1.647.866
2013 em diante	12.059.133	258.441
	29.806.589	4.811.988

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.2 Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
No exterior				
Até 6%	8.451.249	5.539.285	667.088	943.422
De 6 a 8%	8.736.284	10.818.490	459.322	889.296
De 8 a 10%	3.586.745	5.338.304		21.091
De 10 a 12%	119.706	798.065		
Acima de 12%	378.119	1.152.931		
	<u>21.272.103</u>	<u>23.647.075</u>	<u>1.126.410</u>	<u>1.853.809</u>
No País				
Até 6%	3.064.816	2.462.402	37.681	74.312
De 6 a 8%	603.369	356.135		
De 8 a 10%	1.397.414	1.735.412	688.488	893.963
De 10 a 12%	3.249.621	2.434.627	2.959.409	2.272.139
Acima de 12%	219.266	907.198		
	<u>8.534.486</u>	<u>7.895.774</u>	<u>3.685.578</u>	<u>3.240.414</u>
	<u>29.806.589</u>	<u>31.542.849</u>	<u>4.811.988</u>	<u>5.094.223</u>

15.3 Saldos por moedas no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Dólar norte-americano	21.316.838	23.813.387	1.040.497	1.668.425
lène	892.679	1.201.510	338.564	573.238
Euro	125.924	158.244	2.018	7.364
Real	7.125.126	5.086.442	3.430.909	2.845.196
Outras	346.022	1.283.266		
	<u>29.806.589</u>	<u>31.542.849</u>	<u>4.811.988</u>	<u>5.094.223</u>

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2007, era, respectivamente, R\$ 5.120.790 mil e R\$ 32.159.342 mil calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados.

As operações de "hedge", contratadas para cobertura de "Notes" emitidos no exterior em moedas estrangeiras, estão divulgadas na Nota 26.

15.4 Pré-pagamento de exportações

A Petrobras e a PFL mantêm contratos ("Master Export Contract e Prepayment Agreement") entre si e, também, com uma Sociedade de Propósito Específico, não relacionada à Petrobras, denominada "PF Export Receivables Master Trust" ("PF Export"), referentes a pré-pagamento de recebíveis de exportação a serem gerados pela PFL, por intermédio de vendas, no mercado internacional, de óleo combustível adquirido da Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo do pré-pagamento das exportações totalizava R\$ 705.686 mil no passivo não circulante (R\$ 1.137.768 mil em 31 de dezembro de 2006) e R\$ 121.150 mil no passivo circulante (R\$ 144.924 mil em 31 de dezembro de 2006).

15.5 Financiamento da Plataforma P-51

Em 2005, a PNBV contratou financiamento com o BNDES, destinado à construção da plataforma P-51, do qual foi sacado US\$ 204 milhões.

Em 15 de junho de 2007, a PNBV optou pelo pré-pagamento da dívida, em conjunto com o cancelamento do saldo disponível para saque junto ao BNDES, de forma alinhada aos objetivos estratégicos do Sistema Petrobras e à otimização da sua estrutura financeira.

15.6 Outras informações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, à compra de matéria-prima, desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

a) Debêntures

As debêntures emitidas com a finalidade de financiar, através do BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos ("TCO - Transportation Capacity Option"), totalizaram R\$ 430.000 mil (43.000 títulos, com valor nominal de R\$ 10,00) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures são garantidas por ações ordinárias a TBG.

Em agosto de 2006, a Alberto Pasqualini - Refap S.A. emitiu debêntures simples, nominativas e escriturais, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$ 758.507 mil, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial, com as seguintes características (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23 de junho de 2006): amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP + 3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3% a.a.

a.1) Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, TBG, Petrobras, Petroquisa e Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em garantia às debêntures a Refap possui uma conta de aplicações financeiras (depósitos vinculados a operações de crédito), atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A Refap deve manter três vezes o valor da soma da última parcela vencida da amortização do principal e acessórios.

b) Global Notes

A PifCo concluiu oferta de troca de títulos, com liquidação da operação em 07 de fevereiro de 2007. Como resultado, a PifCo recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$ 399 milhões (valor de face). Os títulos antigos recebidos na troca foram cancelados na mesma data e, como resultado a PifCo emitiu, na data de liquidação da operação, novos títulos com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$ 399 milhões, os quais constituem uma emissão única e fungível com os US\$ 500 milhões lançados em 06 de outubro de 2006, totalizando US\$ 899 milhões em títulos da emissão com vencimento em 2016. A PifCo também pagou aos investidores o montante equivalente a US\$ 56 milhões como resultado da oferta para troca dos títulos.

Em 1º de novembro de 2007, a subsidiária PifCo, concluiu a emissão de US\$ 1 bilhão em títulos do tipo "Global Notes" no mercado internacional de capitais, com vencimento em 1º de março de 2018, no formato de dívida sênior não subordinada sem garantia, com as seguintes características: (i) cupom de 5,875% a.a.; (ii) rendimento ao investidor de 6,059% a.a.; e (iii) preço da emissão de 98,612%. As datas de pagamento dos juros serão em 1º de março e 1º de setembro de cada ano, com a primeira parcela em 1º de março de 2008.

c) Recompra de Títulos

Em 24 de julho de 2006, a PifCo, subsidiária integral da Petrobras, concluiu a oferta de recompra (Tender) de cinco séries de notes de sua emissão no montante de US\$ 888 milhões. Considerando os títulos recomprados pela Petrobras e PifCo em exercícios anteriores, a operação alcançou o valor de US\$ 1.215 milhões.

d) Japanese Yen Bonds

Em 27 de setembro de 2006, a PifCo, subsidiária integral da Petrobras, emitiu Japanese Yen Bonds no montante de ¥ 35.000 milhões (equivalentes a US\$ 298 milhões), com vencimento em 2016, taxa de 2,15% a.a. e pagamento de juros semestrais. Os recursos financeiros obtidos com esta emissão tiveram como objetivo o financiamento, parcial ou completo, da construção de dutos que interligarão as plataformas de produção P-51, P-52 e P-53 à plataforma de rebombeio autônomo PRA-1.

e) Endividamento da CIESA e TGS

A fim de promover o saneamento financeiro da Companhia de Inversiones de Energia S.A. - CIESA (sociedade controlada em conjunto), a Pesa transferiu a sua participação de 7,35% no capital social da Transportadora de Gás Del Sur S.A. - TGS (controlada da CIESA) para a ENRON e, de forma simultânea, a ENRON transferiu 40% de sua participação no capital da CIESA para um agente fiduciário. Em uma segunda etapa do processo, uma vez que se obtenham as aprovações necessárias

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do Ente Nacional Regulador Del Gas - ENARGAS e da Comisión Nacional de Defensa de la Competencia, a ENRON transferirá os 10% de participação remanescentes na CIESA para os credores financeiros em troca de 4,3% das ações ordinárias - classe B da TGS que a CIESA entregará a seus credores financeiros como pagamento parcial da dívida. O saldo remanescente da dívida financeira será capitalizado pelos credores.

Por estar operando sob restrições de longo prazo que prejudicam significativamente a sua capacidade de transferir recursos para os investidores e enquanto as ações para saneamento financeiro da empresa não forem concluídas, a CIESA continuará sendo excluída do processo de consolidação da Petrobras, conforme Instrução CVM 247/96.

f) Emissão de Obrigações Negociáveis da Pesa

Em 07 de maio de 2007, a Petrobras Energia S.A. (Pesa) emitiu Obrigações Negociáveis no valor de US\$ 300 milhões, por um prazo de 10 anos e juros de 5,875% a.a.

As obrigações negociáveis estão garantidas pela Petrobras através de um contrato de compra "Standby" (Standby Purchase Agreement), no qual, no descumprimento de qualquer compromisso da Pesa, a Petrobras estará obrigada a comprar os direitos dos detentores das Obrigações Negociáveis.

g) Financiamento da Plataforma P-56

Em 30 de outubro de 2007 a Petrobras assinou com o Consórcio FSTP (Keppel Fels Technip) o contrato de construção da plataforma semi-submersível P-56, destinada à produção do Módulo 3 do campo de Marlim Sul, no valor aproximado de US\$ 1,2 bilhão, incluindo os serviços de engenharia, suprimento, construção e montagem (casco e planta de processo).

h) Contratação de financiamento para exportações

A Petrobras, em 03 de outubro de 2007, contratou um financiamento de R\$ 500.000 mil com o Banco do Brasil. A operação foi viabilizada através da emissão de uma Nota de Crédito à Exportação - NCE, que tem por finalidade exclusiva incrementar as exportações de etanol da Petrobras, tendo em vista as perspectivas futuras de crescimento dos negócios com biocombustíveis, conforme destacado no planejamento estratégico da companhia. Esta operação foi negociada com as seguintes condições:

- Prazo: 2 anos com liquidação de principal e juros no final;
- Taxa de juros: 96,2% do CDI;
- Cláusula de pré-pagamento a partir de 180 dias do saque sem penalidades;
- Isenção de IOF; e
- Dispensa de garantias.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Receitas e despesas financeiras

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2007 e de 2006, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos	(2.241.815)	(2.996.170)	(504.332)	(593.280)
Fornecedores	(95.161)	(118.668)	(2.188.282)	(1.456.313)
Despesas com reestruturação de dívida	(112.387)	(342.183)		
Outras	(842.639)	(263.326)	(290.904)	(176.869)
	<u>(3.292.002)</u>	<u>(3.720.347)</u>	<u>(2.983.518)</u>	<u>(2.226.462)</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	871.335	1.005.417	497.069	327.816
Títulos e valores mobiliários	416.914	242.511	119.058	354
Subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto			3.406.884	2.055.044
Adiantamentos a fornecedores	49.838	59.674	49.838	59.674
Adiantamento para plano de pensão	106.348	70.270	106.348	70.270
Outras	1.062.108	1.000.921	482.962	525.499
	<u>2.506.543</u>	<u>2.378.793</u>	<u>4.662.159</u>	<u>3.038.657</u>
Variações cambiais e monetárias, líquidas				
	<u>(3.146.547)</u>	<u>9.359</u>	<u>(4.713.938)</u>	<u>(778.277)</u>
	<u>(3.932.006)</u>	<u>(1.332.195)</u>	<u>(3.035.297)</u>	<u>33.918</u>

17 Outras despesas operacionais, líquidas

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Gastos com repactuação Plano Petros (*)	(1.050.967)		(972.143)	
Relações institucionais e projetos culturais	(1.267.288)	(1.232.136)	(1.191.299)	(1.125.461)
Despesas operacionais c/ termoeletricas	(523.015)	(667.493)	(356.911)	(417.614)
Gastos corporativos de segurança, meio ambiente e saúde (SMS)	(474.520)	(321.450)	(464.991)	(318.206)
Acordos coletivos de trabalho	(482.016)	(188.008)	(456.387)	(188.008)
Perdas e contingências com processos judiciais	(389.312)	(139.976)	(290.397)	(153.645)
Multas contratuais e regulatórias	(448.437)		(412.965)	
Encargos contratuais com serviços de transporte - "ship or pay"	(89.842)	(121.652)	(88.369)	(168.801)
Paradas não programadas em instalações e equipamentos de produção	(137.760)	(138.672)	(135.292)	(135.445)
Resultado em operações de "hedge"	(88.885)	(119.828)	(113.159)	(40.235)
Recuperação de Créditos de ICMS	101.808		101.808	
Recuperação de gastos exploratórios na Nigéria		69.454		
Outros	226.855	(115.793)	14.395	(89.059)
	<u>(4.623.379)</u>	<u>(2.975.554)</u>	<u>(4.365.710)</u>	<u>(2.636.474)</u>

(*) Refere-se ao incentivo financeiro pago aos participantes e outros gastos correlatos, visando viabilizar a repactuação do Plano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Impostos, contribuições e participações

18.1 Impostos a recuperar

Ativo Circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
No país:				
ICMS	2.878.563	3.272.690	2.455.357	2.656.709
PASEP/COFINS	1.545.852	699.160	1.030.782	438.236
CIDE	239.259	48.245	32.385	39.722
Imposto de renda	723.234	651.076	271.363	277.529
Contribuição social	156.105	137.530	25.990	15.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.418.172	1.108.787	1.122.215	770.460
Outros impostos	319.108	246.160	187.125	183.195
	<u>7.280.293</u>	<u>6.163.648</u>	<u>5.125.217</u>	<u>4.381.752</u>
No exterior:				
Imposto sobre valor agregado - IVA	217.786	230.453		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.004	81.608		
Outros impostos	213.453	350.048		
	<u>501.243</u>	<u>662.109</u>		
	<u>7.781.536</u>	<u>6.825.757</u>	<u>5.125.217</u>	<u>4.381.752</u>

18.2 Impostos, contribuições e participações a recolher

Passivo Circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
ICMS	2.123.583	1.979.333	1.894.268	1.788.843
PASEP/COFINS	944.514	703.679	749.339	554.828
CIDE	606.101	620.534	548.553	571.148
Participação especial/Royalties	2.871.914	2.617.094	2.826.134	2.506.745
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	677.212	264.387	589.079	257.128
Imposto de renda e contribuição social correntes	783.679	638.260	213.548	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.716.006	1.289.971	1.554.655	1.082.734
Outras taxas	283.263	299.782	117.916	93.508
	<u>10.006.272</u>	<u>8.413.040</u>	<u>8.493.492</u>	<u>6.854.934</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18.3 Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Não circulante				
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.921.534	3.496.368	1.776.187	1.363.928
ICMS diferido	990.878	959.602	755.058	693.776
PASEP e COFINS diferidos	3.145.403	1.704.753	3.026.238	1.704.753
Outros	275.675	237.809		
	<u>8.333.490</u>	<u>6.398.532</u>	<u>5.557.483</u>	<u>3.762.457</u>
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.352.712	9.116.271	8.433.677	7.522.436
Outros	66.042			
	<u>10.418.754</u>	<u>9.116.271</u>	<u>8.433.677</u>	<u>7.522.436</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Natureza	R\$ mil		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
	2007		
Plano de Pensão	1.690.133	1.656.653	Pelo pagamento das Contribuições da Patrocinadora.
Lucros não realizados entre companhias do sistema	1.306.426		Mediante a realização efetiva dos lucros.
Provisões para contingências e para créditos duvidosos	439.321	247.647	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos
Prejuízos fiscais	378.611		Com lucros tributários futuros.
Provisão para Participação nos Lucros	331.447	291.809	Pelo pagamento.
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento	200.803	200.803	Mediante a realização dos gastos.
Remuneração aos acionistas - Juros sobre Capital Próprio	223.739	223.739	Pelo Crédito Individualizado aos acionistas
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	170.399	64.863	Realização no prazo da depreciação linear dos bens.
Outros	668.831	212.888	
Total	5.409.710	2.898.402	
Não circulante	3.921.534	1.776.187	
Circulante	1.488.176	1.122.215	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	R\$ mil		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
	2007		
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo	9.706.759	9.706.759	Conforme depreciação pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas/desenvolvidas dos campos de petróleo.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	542.827	33.495	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
IR e CS sobre lucros no exterior	418.582	219.483	Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Investimentos em controladas e coligadas	181.344		Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Variação Cambial sobre financiamentos	510.171		Reconhecimento pelo regime de caixa.
Outros	709.035	28.595	
Total	12.068.718	9.988.332	
Não circulante	10.352.712	8.433.677	
Circulante	1.716.006	1.554.655	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 2.898.402 mil não depende de lucros futuros porque estes serão absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido. No consolidado, para a parcela que excede o saldo da Controladora, quando aplicável, as administrações das subsidiárias, com base em projeções efetuadas, têm expectativa de compensar estes créditos no prazo de até dez anos.

	R\$ mil			
	Expectativa de realização			
	Consolidado		Controladora	
	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos
2008	1.585.742	1.774.834	1.122.215	1.554.655
2009	466.589	1.861.444	198.064	1.554.655
2010	336.539	1.759.670	198.064	1.556.140
2011	359.572	1.891.072	191.944	1.563.436
2012	535.974	1.792.549	460.335	1.570.867
2013	271.968	1.657.995	191.539	1.554.396
2014 em diante	1.853.326	1.331.154	536.241	634.183
Parcela registrada contabilmente	5.409.710	12.068.718	2.898.402	9.988.332
Parcela não registrada contabilmente	984.986		298.829	
Total	6.394.696	12.068.718	3.197.231	9.988.332

A controlada Petrobras Energia S.A. (Pesa) e suas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais acumulados de aproximadamente US\$ 115.000 mil (R\$ 203.700 mil) não registrados em seu ativo. Em função de legislação tributária específica da Argentina e de outros países onde a Pesa tem investimentos, que define prazos de prescrição para tais créditos, somente poderão ser utilizados para compensação com futuros tributos a pagar no máximo até 2009 o montante de US\$ 76.000 mil (R\$ 134.619 mil), de 2010 em diante de US\$ 39.000 mil (R\$ 69.081 mil).

Algumas controladas no exterior possuem prejuízos fiscais acumulados na fase exploratória. Esses créditos serão reconhecidos, caso o empreendimento seja bem sucedido, mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18.5 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2007 e de 2006 estão apresentados a seguir:

a) Consolidado

	R\$ mil	
	2007	2006
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	34.527.373	39.408.624
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(11.739.307)	(13.398.932)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Adições permanentes, líquidas	(951.411)	(742.983)
• Incentivos fiscais	224.967	303.922
• Juros sobre capital próprio	2.160.685	2.161.455
• Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(565.470)	(53.437)
• Outros	(402.222)	(166.426)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(11.272.758)	(11.896.401)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(477.234)	(766.329)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(10.795.524)	(11.130.072)
	(11.272.758)	(11.896.401)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	32,6%	30,2%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Controladora

	R\$ mil	
	2007	2006
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	31.238.559	36.670.909
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(10.621.110)	(12.468.109)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Adições permanentes, líquidas	(821.461)	(704.908)
• Incentivos fiscais	216.114	303.204
• Juros sobre capital próprio	2.160.685	2.161.455
• Outros	(144.096)	100.622
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(9.209.868)	(10.607.736)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(619.148)	(1.241.563)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(8.590.720)	(9.366.173)
	(9.209.868)	(10.607.736)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	29,5%	28,9%

19 Benefícios concedidos a empregados

19.1 Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)

a) Plano Petros

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. O Plano Petros está fechado aos empregados do Sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2007, o Plano Petros está representado pelas seguintes patrocinadoras no âmbito do Sistema Petrobras: Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e a Alberto Pasqualini - Refap S.A.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios e, atualmente, essa Fundação recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras que compõem o Plano Petros equivalentes a 12,93% sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano e contribuições dos empregados e aposentados. A relação das contribuições entre patrocinadores e participantes do Plano Petros, considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2007 foi de 1,00.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste nas contribuições normais, devendo tal custo ser rateado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados no balanço da Companhia, com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecido durante o seu período laborativo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais (hipóteses biométricas e econômicas), entre outras estimativas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A Diretoria Executiva da Petrobras apresentou aos participantes empregados e assistidos, proposta que visa propiciar uma situação de equilíbrio para o atual Plano Petros. Dentre as diversas condicionantes para sua viabilização e efetivação, está a repactuação do Regulamento do Plano Petros, no que se refere à forma de reajustes dos benefícios de aposentadorias e pensões (Desvinculação do INSS e indexação pelo IPCA).

Em contrapartida à aceitação da repactuação, o incentivo financeiro pago aos participantes, aposentados e pensionistas totalizou, até 31 de dezembro de 2007, R\$ 968.493 mil, na Controladora e R\$ 1.047.302 mil, no Consolidado.

Em 12 de setembro de 2007, a Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades Sindicais e a Petros assinaram Termo de Transação, que irá cobrir obrigações com planos de pensão no montante de R\$ 4.766.152 mil, que serão pagos em parcelas pelos próximos 20 anos, conforme previamente estabelecido no processo de repactuação. O processo de Acordo de Obrigações Recíprocas ainda se encontra no aguardo de homologação judicial, que após o cumprimento desta etapa, as patrocinadoras assinarão os Termos de Compromisso Financeiro para tal quitação, sendo o montante e demais itens dos Termos atualizados retroativamente a 31 de dezembro de 2006, pelo IPCA + 6%a.a.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2007, a Petrobras possuía Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 3.378.692 mil, adquiridas para contrapor a passivos com a Petros, que serão mantidas na carteira da Companhia, e futuramente serão utilizadas como garantia para o Termo de Compromisso Financeiro mencionado acima.

Em 31 de dezembro de 2007, a Petrobras mantinha um saldo de adiantamento para o plano de pensão no valor de R\$ 1.296.810 mil (R\$ 1.242.268 mil em 31 de dezembro de 2006), que poderá ser utilizado para quitar as obrigações da Petrobras com aposentadorias e pensões.

O custo do serviço passado, decorrentes da redução do limite de idade de aposentadoria de 55 anos para 53 anos para os participantes que ingressaram no Plano Petros entre 24 de janeiro de 1978 e 28 de novembro de 1979, da alteração no cálculo do benefício de pensão por morte e da alteração na forma de reajuste dos benefícios, retroativo a setembro de 2006, para aposentados e pensionistas que repactuaram foram reconhecidos diretamente no resultado, Controladora - R\$ 663.141 mil e Consolidado R\$ 697.241 mil.

b) Plano Petros 2

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a implementação do novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2. A partir de 1º de julho de 2007, a Companhia implementou o novo plano de previdência privada Petros2 para os empregados sem previdência complementar.

Esse Plano foi concebido na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, com a capitalização de recursos através de contas individuais, aposentadorias estabelecidas em função do saldo da conta, além da cobertura para riscos previdenciários (invalidez e morte na fase ativa) e das opções de pagamento de benefícios em regime de renda vitalícia, com previsão de reversão em pensão para dependentes após morte do titular além da garantia de um benefício mínimo, ou pelo regime de recebimento em quotas por prazo indeterminado.

A Petrobras e as demais patrocinadoras assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007, prazo final de inscrição no plano. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não haverá mais o pagamento do Serviço Passado.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados ao longo do tempo durante o mesmo número de meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras.

Os impactos da implementação desse Novo Plano foram avaliados por atuários independentes e reconhecidos contabilmente. Durante o exercício de 2007, foram reconhecidas despesas relacionadas a este novo plano de benefícios no montante de R\$ 108.787 mil, na Controladora e R\$ 113.558 mil, no Consolidado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.2 Petrobras Energia S.A.

a) Plano de pensão de contribuição definida

Em 2005, a Petrobras Energia S.A. (Pesa), implementou este plano de adesão voluntária para todos os empregados que cumpram com determinadas condições. Os aportes são realizados em montantes equivalentes às contribuições dos empregados, de acordo com a contribuição definida para cada nível salarial.

O custo do plano é reconhecido de acordo com as contribuições que a sociedade efetua, que em 2007 totalizou R\$ 3.684 mil equivalentes (R\$ 2.256 mil em 2006).

b) Plano de pensão de benefício definido

b.1) Plano "Termination Indemnity "

É um plano de benefícios pelo qual os empregados que cumprem determinadas condições estão aptos para receber um mês de salário por ano de serviço na empresa, de acordo com uma escala decrescente, conforme os anos de vigência do plano, no momento de sua aposentadoria.

b.2) Plano "Fondo Compensador"

Têm direito a este benefício os empregados da Pesa que tenham aderido aos planos de contribuições definidas vigentes ao longo do tempo e que tenham ingressado na sociedade antes de 31 de maio de 1995, e acumulem o tempo de serviço requerido. O benefício é calculado complementarmente aos benefícios outorgados por estes planos e pelo sistema de aposentadorias, de tal modo que a soma dos benefícios totais recebidos por cada empregado seja equivalente ao definido neste plano.

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da Pesa, a Companhia realiza as suas contribuições ao fundo com base em uma proposta da Diretoria à Assembléia até um máximo equivalente a 1,5% dos resultados líquidos de cada exercício.

Caso se produza um valor excedente, devidamente certificado por um atuário independente, dos fundos aportados a fideicomissos destinados a pagar os benefícios definidos outorgados pelo plano, a Pesa poderá dispor do mesmo, devendo, apenas, fazer a devida comunicação ao agente fiduciário.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.3 Plano de Saúde

a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora, Petroquisa, e a Alberto Pasqualini - Refap S.A., mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela fixa para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, de acordo com tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição de certos medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, distribuídas em todo o território nacional.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

19.4 Outros Planos de Contribuição Definida

Algumas subsidiárias da Petrobras patrocinam planos de aposentadoria a seus empregados, de natureza de contribuição definida, tais como: Transpetro, Suzano Petroquímica S.A., Petroquímica Triunfo S.A. e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), sendo que o novo plano dessa Cia foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) e encontra-se sob análise da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), com expectativa de aprovação ainda no 1º Trimestre de 2008, para posterior início da campanha de divulgação e adesão junto aos empregados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.5 O saldo das provisões dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação:

Variação das obrigações de benefícios	R\$ mil				
	Consolidado				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência médica supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência médica supletiva
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	36.867.058	265.207	11.615.993	33.756.097	11.643.034
Custo dos juros	3.929.505	14.242	1.228.466	3.722.884	1.293.509
Custo do serviço corrente	399.770	60.371	197.595	378.578	175.570
Benefícios pagos	(1.625.809)	(94)	(421.752)	(1.551.966)	(380.229)
(Ganhos)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	1.346.446	32.663	(402.512)	532.526	(1.303.693)
Alterações de Plano	524.017			25.242	
Alterações de Plano - Benefício Farmácia					187.802
Outros	(29.384)			3.697	
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	41.411.603	372.389	12.217.790	36.867.058	11.615.993
Variação dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	27.805.938			24.405.413	
Rendimento esperado dos ativos do plano	3.056.793	5.123		2.745.997	
Contribuições recebidas pelo fundo	775.572	132.779	421.752	699.090	380.229
Benefícios pagos	(1.625.809)	(94)	(421.752)	(1.551.966)	(380.229)
Ganho atuarial sobre os ativos do plano	3.264.703	(3.592)		1.498.460	
Outras	(98.331)			8.944	
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	33.178.866	134.216		27.805.938	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Variação das obrigações de benefícios	R\$ mil				
	Controladora				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência médica supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência médica supletiva
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	34.584.902	253.740	10.817.017	31.748.371	10.864.395
Custo dos juros	3.685.191	13.626	1.143.749	3.497.321	1.206.775
Custo do serviço corrente	360.319	57.359	180.125	340.348	158.068
Benefícios pagos	(1.540.475)	(94)	(398.767)	(1.473.100)	(359.361)
(Ganhos)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	1.222.407	35.021	(335.240)	471.962	(1.227.571)
Alterações de Plano	510.578				
Alterações de Plano - Benefício Farmácia					174.711
Outros					
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	38.822.922	359.652	11.406.884	34.584.902	10.817.017
Variação dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	26.224.871			23.036.206	
Rendimento esperado dos ativos do plano	2.886.575	4.877		2.593.526	
Contribuições recebidas pelo fundo	727.745	128.150	398.767	655.571	359.361
Benefícios pagos	(1.540.475)	(94)	(398.767)	(1.473.100)	(359.361)
Ganho atuarial sobre os ativos do plano	3.019.514	(3.412)		1.412.668	
Outras	(81.780)				
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	31.236.450	129.521		26.224.871	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil				
	Consolidado				
	2007			2006	
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	8.232.737	238.173	12.217.790	9.061.120	11.615.993
Perdas atuariais não reconhecidas	(3.106.864)	(29.188)	(2.446.161)	(5.581.662)	(3.009.020)
Custo do serviço passado não reconhecido	(198.739)	(191.715)	(43.710)	(16.848)	(187.802)
Passivo atuarial líquido	4.927.134	17.270	9.727.919	3.462.610	8.419.171

	R\$ mil				
	Controladora				
	2007			2006	
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	7.586.472	230.131	11.406.884	8.360.031	10.817.017
Perdas atuariais não reconhecidas	(2.908.380)	(31.401)	(2.382.870)	(5.191.064)	(2.873.117)
Custo do serviço passado não reconhecido	(169.012)	(183.047)	(40.072)		(174.711)
Passivo atuarial líquido	4.509.080	15.683	8.983.942	3.168.967	7.769.189

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2007		2006	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Passivo circulante:				
Plano de contribuição variável	17.270			
Plano de benefício definido	406.989	455.736	414.821	406.827
	424.259	455.736	414.821	406.827
Passivo não circulante:				
Plano de benefício definido	4.520.145	9.272.183	3.047.789	8.012.344
Total	4.944.404	9.727.919	3.462.610	8.419.171

	R\$ mil			
	Controladora			
	2007		2006	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Passivo circulante:				
Plano de contribuição variável	15.683			
Plano de benefício definido	370.408	429.666	391.783	386.428
	386.091	429.666	391.783	386.428
Passivo não circulante:				
Plano de benefício definido	4.138.672	8.554.276	2.777.184	7.382.761
Total	4.524.763	8.983.942	3.168.967	7.769.189

	R\$ mil				
	Consolidado				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Saldo em 1º de janeiro	3.462.610		8.419.171	2.381.302	7.030.939
(+) Custos incorridos no período	1.834.636	113.558	1.730.500	1.468.255	1.768.461
(-) Pagamento de contribuições	(458.773)	(96.288)	(421.752)	(417.656)	(380.229)
Outros	88.661			30.709	
Saldo em 31 de dezembro	4.927.134	17.270	9.727.919	3.462.610	8.419.171

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil				
	Controladora				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Saldo em 1º de janeiro	3.168.967		7.769.189	2.210.884	6.477.127
(+) Custos incorridos no período	1.685.684	108.787	1.613.520	1.340.878	1.651.423
(-) Pagamento de contribuições	(427.351)	(93.104)	(398.767)	(382.795)	(359.361)
Outros	81.780				
Saldo em 31 de dezembro	4.509.080	15.683	8.983.942	3.168.967	7.769.189

19.6 A despesa líquida com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, e de saúde para o exercício de 2007, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil				
	Consolidado				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	407.674	60.371	197.595	389.545	175.570
Custo dos juros	3.926.016	14.242	1.228.466	3.722.910	1.293.509
Rendimento estimado dos ativos do plano	(3.056.900)	(5.123)		(2.745.997)	
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais não reconhecidas	871.431		160.347	391.607	299.382
Contribuições de participantes	(317.230)	(29.424)		(290.240)	
Custo do serviço passado não reconhecido		73.492	144.092	430	
Outros	3.645				
Custo líquido no exercício	1.834.636	113.558	1.730.500	1.468.255	1.768.461

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil				
	Controladora				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	360.319	57.359	180.125	340.348	158.068
Custo dos juros	3.685.191	13.626	1.143.749	3.497.321	1.206.775
Rendimento estimado dos ativos do plano	(2.886.575)	(4.877)		(2.593.526)	
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais não reconhecidas	164.502		155.007	369.769	286.580
Contribuições de participantes	(300.894)	(28.014)		(273.034)	
Custo do serviço passado não reconhecido	663.141	70.693	134.639		
Outros					
Custo líquido no exercício	1.685.684	108.787	1.613.520	1.340.878	1.651.423

A atualização das provisões foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

	R\$ mil				
	Consolidado				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	273.402	65.345	317.539	382.994	370.968
Diretamente no resultado	244.667	48.213	235.018	280.228	261.944
Relativa aos inativos	1.316.567		1.177.943	805.033	1.135.549
	1.834.636	113.558	1.730.500	1.468.255	1.768.461

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil				
	Controladora				
	2007			2006	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	257.342	63.967	307.969	365.884	361.136
Diretamente no resultado	180.304	44.820	194.481	218.605	223.285
Relativa aos inativos	1.248.038		1.111.070	756.389	1.067.002
	<u>1.685.684</u>	<u>108.787</u>	<u>1.613.520</u>	<u>1.340.878</u>	<u>1.651.423</u>

19.7 Variação nos custos com assistência médica

As premissas de evolução de custos com assistência médica têm impacto significativo nos saldos dos valores provisionados e respectivos custos reconhecidos. Uma variação de 1% nessas premissas teria o seguinte impacto nos valores apresentados:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	1% de acrécimo	1% de redução	1% de acrécimo	1% de redução
Passivo atuarial	1.892.042	(1.541.395)	1.754.252	(1.430.434)
Custo do serviço e juros	247.455	(198.173)	228.813	(183.381)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.8 Premissas atuariais

As principais premissas adotadas no cálculo das empresas brasileiras foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício (pensão e saúde)	Benefício definido / Contribuição variável e Assistência médica supletiva
Método de avaliação atuarial	Unidade de Crédito Projetada
Tábua de mortalidade	AT 2000 *
Invalidez	ZIMMERMANN ajustada pela GLOBALPREV
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 *
Rotatividade Plano de Pensão	0% a.a.
Rotatividade AMS	% médio anual de desligamento - 0,597% a.a. **
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 6,0% a.a. + inflação: 4,0% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 6,32% a.a. + inflação: 4,0% a.a.
Crescimento salarial	2,40% a.a. + inflação: 4,0% a.a. ***

(*) Separada por sexo (masculino e feminino).

(**) Varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(***) Até 47 anos. Após esta idade, apenas a inflação.

20 Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2007, a Petrobras provisionou R\$ 1.011.914 mil no Consolidado (R\$ 1.196.918 mil em 2006) e R\$ 844.412 mil na Controladora (R\$ 993.000 mil em 2006), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR). O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 04 de abril de 2008, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2007, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 52.644.460 mil (R\$ 48.263.983 mil em 2006) está representado por 2.536.673.672 ações ordinárias e 1.850.364.698 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 02 de abril de 2007 aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 48.263.983 mil para R\$ 52.644.460 mil, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.380.477 mil, sendo R\$ 1.008.119 mil de reserva estatutária e R\$ 3.372.358 mil de reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

A Administração da Petrobras está propondo à Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 04 de abril de 2008, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 52.644.460 mil para R\$ 78.966.691 mil, mediante a capitalização de reserva de capital no montante de R\$ 1.019.821 mil e R\$ 25.302.410 mil com parte de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Recompra de ações

Em 15 de dezembro de 2006 o Conselho de Administração autorizou, a recompra de até 91.500.000 ações preferenciais em circulação para futuro cancelamento, utilizando-se de recursos de reservas de lucros.

O prazo autorizado para a recompra expirou em 2007 e a opção não foi exercida.

21.2 Reservas de capital

a) Subvenções - AFRMM

Constituída pelo montante dos recursos provenientes do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que são aplicados na aquisição, ampliação ou reparação da frota de navios, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 188, de 27 de setembro de 1984.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Incentivos fiscais - SUDENE

Inclui incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas, no montante de R\$ 1.170.923 mil até 31 de dezembro de 2007, e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 10 de maio de 2007, a Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à Petrobras de reduzir esse incentivo do imposto de renda devido, compreendendo os períodos base de 2006 até 2015.

21.3 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por controlada em conjunto e por coligadas de subsidiária, com base em laudos de avaliação de peritos independentes.

A realização desta reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi integralmente transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 4.903 mil (R\$ 9.581 mil em 2006).

21.4 Reservas de lucros

Será proposto a Assembléia Geral Extraordinária em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 04 de abril de 2008, o aumento do capital social com o excesso de reservas de lucros de acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 14.088.380 mil, sendo a parcela de R\$ 14.083.477 mil proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 4.903 mil do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2008, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas em 04 de abril de 2008.

21.5 Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2007, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 04 de abril de 2008, no montante de R\$ 6.580.557 mil, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5º), distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais o dividendo calculado sobre o lucro básico ajustado para esse fim, podendo ser assim demonstrado:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício (controladora)	22.028.691	26.063.173
Apropriação:		
Reserva legal	(1.101.435)	(1.303.159)
	20.927.256	24.760.014
Reversões/adições:		
Reserva de reavaliação	4.903	9.581
Ajuste exercícios anteriores		480.366
	20.932.159	25.249.961
Dividendos propostos, equivalente a 31,44 % do lucro básico - R\$ 1,50 por ação, (31,27% em 2006, R\$ 1,80 por ação) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	6.361.205	6.361.205
Dividendos	219.352	1.535.464
Total de dividendos propostos	6.580.557	7.896.669

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 6.580.557 mil, incluem juros sobre o capital próprio, já aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

- Em 25 de julho de 2007, no montante de R\$ 2.193.519 mil, e disponibilizada aos acionistas em 23 de janeiro de 2008, correspondente a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por ação ordinária e preferencial, com base na posição acionária de 17 de agosto de 2007, atualizada monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2007, de acordo com a variação da taxa SELIC;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 21 de setembro de 2007, a ser disponibilizada até 31 de março de 2008, com base na posição acionária de 05 de outubro de 2007, no montante de R\$ 2.193.519 mil, correspondente a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por ação ordinária e preferencial;
- Em 27 de dezembro de 2007, a ser disponibilizada até 30 de abril de 2008 com base na posição acionária de 11 de janeiro de 2008, no montante de R\$ 1.316.111 mil, correspondente a R\$ 0,30 (trinta centavos) por ação ordinária e preferencial;
- Em 03 de março de 2008, a parcela final de juros sobre capital próprio a ser disponibilizada com base na posição acionária de 04 de abril de 2008, data da Assembléia Geral Ordinária que deliberará sobre o assunto, no montante de R\$ 658.056 mil, correspondente a R\$ 0,15 (quinze centavos) por ação ordinária e preferencial, juntamente com os dividendos de R\$ 219.352 mil correspondente a R\$ 0,05 (cinco centavos) por ação ordinária e preferencial.

Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

Os dividendos e a parcela final de juros sobre o capital próprio serão pagos na data que vier a ser fixada em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2007 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.162.810 mil (R\$ 2.162.810 mil em 2006).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 Processos judiciais e contingências

22.1 Processos judiciais provisionados

A Petrobras e suas subsidiárias, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Contingências previdenciárias	54.000	54.000	54.000	54.000
Reclamações trabalhistas	90.022	85.813	11.905	10.409
Processos fiscais	205.039	100.918	9.948	13.048
Processos cíveis (*)	248.544	204.405	186.562	167.214
Outras contingências	70.364	122.744		
Total do passivo não circulante	613.969	513.880	208.415	190.671
Total das contingências	667.969	567.880	262.415	244.671

(*) Líquido de Depósito Judicial - de acordo com Deliberação CVM 489/05.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
--	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro - FEPERJ

A FEPERJ pleiteia, em nome dos seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente a todos que comprovaram ser pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização.

Em 02 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos que, por tais critérios, alcançaria a importância de R\$ 1.102.207 mil. A Petrobras recorreu dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. O recurso foi provido. Em 29 de junho de 2007, foi publicada decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Petrobras e dando provimento ao recurso da FEPERJ, o que representa significativa majoração no valor da condenação, uma vez que, além de ter mantido o período indenizatório em 10 anos, aumentou a quantidade de pescadores beneficiários. Em setembro de 2007, a Petrobras obteve anulação dessa decisão, sendo determinado o envio dos recursos para reexame por Câmara preventa. Aguarda-se a realização de novas diligências periciais contábeis para a redefinição dos valores. Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da Companhia, foi mantido o valor de R\$ 29.893 mil por representar o montante que entendemos será fixado, ao final do processo, pelas instâncias superiores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22.2 Processos judiciais não provisionados

Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais com probabilidade de perda possível:

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.</p> <p><i>Natureza: Cível</i></p> <p>A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o "prejuízo" causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.</p>	<p>Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro, para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios.</p> <p>A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.</p> <p>Aguarda-se, agora, em cumprimento à decisão publicada em 05 de junho de 2006, a designação de pauta para o re julgamento da questão relativa ao bloqueio do Recurso Especial da Petrobras, perante o STJ e o STF.</p> <p>Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.</p> <p>Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 11.340.953 mil em 31 de dezembro de 2007. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 7.485.029 mil, não representará um desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 567.048 mil a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R\$ 2.268.190 mil a título de honorários advocatícios.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributário</i></p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas de pagamentos de afretamentos de embarcações, referente ao período de 1998 e 1999 a 2002</p>	<p>A Petrobras apresentou novos Recursos Administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 4.200.736 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
Autor: Inspetoria da Receita Federal em Macaé <i>Natureza: Tributário</i> II E IPI - Naufrágio da Plataforma P-36	Decisão de primeira instância desfavorável à Petrobras. Interposto Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento. A Petrobras impetrou o Mandado de Segurança obtendo sentença favorável no sentido de sustar, até a conclusão das apurações das causas do afundamento da plataforma, qualquer cobrança de tributos. Há recurso da União Federal / Fazenda Nacional, pendente de julgamento. Com a decisão do Tribunal Marítimo, a Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal e obteve liminar suspendendo a cobrança do tributo. Exposição máxima atualizada: R\$ 275.499 mil.
Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária <i>Natureza: Tributário</i> Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia na contratação de serviços de construção civil e outros.	Dos valores desembolsados pela Companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R\$ 116.717 mil estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 339 notificações, no montante de R\$ 362.925 mil em 31 de dezembro de 2007. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de expectativa de perda possível, por considerar mínimo o risco de desembolso futuro.
Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro <i>Natureza: Tributário</i> Auto de infração referente ao Imposto de Importação e sobre Produtos Industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como Outros Grupos Eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termoeletrica Termorio S.A.	A Termorio protocolou na Secretaria da Receita Federal, em 15 de agosto de 2006, a impugnação do auto de infração. No dia 15 de setembro de 2006, o processo foi remetido à Delegacia da Receita Federal de Florianópolis, onde está sendo apreciado, ainda no âmbito administrativo. Exposição máxima atualizada: R\$ 578.063 mil.
Autor: Secretaria da Receita Federal <i>Natureza: Tributário</i> CIDE – Combustíveis. Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003, em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs Recurso Voluntário. Exposição máxima atualizada: R\$ 1.058.106 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
Autor: Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo <i>Natureza: Tributário</i> Afastamento de cobrança de ICMS das operações de importação de Gás Natural da Bolívia. ICMS - GASBOL	Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs Recurso Voluntário. Exposição máxima atualizada: R\$ 675.902 mil.
Autor: Secretaria da Receita Federal <i>Natureza: Tributário</i> IRRF - Remessas para pagamento de importação de petróleo	Em primeira instancia foi julgado procedente o lançamento. Houve recurso de Ofício (da Receita Federal) ao Conselho de Contribuintes que foi provido. A Petrobras aguarda intimação para interposição de recuso voluntário. Exposição máxima atualizada: R\$ 692.556 mil.
Autor: Delegacia da Receita Federal/Rio de Janeiro <i>Natureza: Tributário</i> IRPJ/2003 e CSLL/2003 - Cobrança de multa de mora em pagamento por denúncia espontânea	Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento, a Petrobras interpôs recurso voluntário. Exposição máxima atualizada: R\$ 215.895 mil.
Autor: IBAMA <i>Natureza: Cível</i> Descumprimento da cláusula Termo de Acordo e Compromisso – TAC da Bacia de Campos de 11 de agosto de 2004 por continuidade de perfuração sem aprovação prévia	Decisão em primeira instância administrativa, condenando a Petrobras ao pagamento pelo inadimplemento do TAC. A companhia interpôs recurso administrativo que aguarda julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 264.446 mil.
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas <i>Natureza: Tributário</i> Suposta emissão de notas fiscais de transferência de gás natural não industrializado (denominado pela SEFAZ-AL de “gás rico”), para o estado de Sergipe com preço inferior ao preço de mercado nos exercícios de 2000 a 2004	Em primeira instância julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que aguarda julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 247.189 mil.
Autor: Secretaria da Receita Federal <i>Natureza: Tributário</i> Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de Nafta revendida à Braskem	Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento por maioria. A Petrobras interpôs recuso voluntário que aguarda julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 1.354.362 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da Companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados. A seguir a situação dos principais processos ambientais com probabilidade de perda possível.

Em 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, lançou em torno de 1,06 milhão de galões de óleo cru no arredor. Naquela época, foram gastos em torno de R\$ 74.000 mil com intuito de proceder à limpeza total da área atingida, bem como para fazer frente às multas impostas pelas autoridades ambientais. Há o seguinte processo com relação a esse derramamento:

Descrição	Situação Atual
Autor: AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária	Sem decisão em primeira instância. Aguarda-se o início da perícia para qualificação do valor.
<i>Natureza: Ambiental</i>	Exposição máxima atualizada: R\$ 90.107 mil.
Indenização de danos moral e patrimonial ambiental.	O juízo determina conexão com a ação do instituto Ambiental do Paraná - IAP para julgamento conjunto.

Em 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou aproximadamente 15.059 galões de óleo combustível em vários rios no Estado do Paraná. Naquela época, foram concluídos os serviços de limpeza das superfícies dos rios, recuperando aproximadamente 13.738 galões de óleo. Como resultado do acidente foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Instituto Ambiental do Paraná - IAP	Defesa procedente, em parte, em primeira instância, reduzindo a multa. Recurso da Petrobras pendente de julgamento na segunda instância.
<i>Natureza: Ambiental</i>	Exposição máxima atualizada: R\$ 93.018 mil.
Multa aplicada por supostos danos causados ao meio ambiente.	O juízo determinou conexão com a ação da AMAR para julgamento conjunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 20 de março de 2001, a plataforma P-36 afundou na Bacia de Campos. Em consequência do acidente, foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Ministério Público Federal/RJ <i>Natureza: Cível</i> Indenização de dano patrimonial ambiental - P-36.	Em publicação havida no dia 23 de maio de 2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, apenas para condenar a Petrobras ao pagamento da quantia de R\$ 100.000 mil, a título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso. Contra essa decisão a Petrobras interpôs recurso de Apelação Cível que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 175.461 mil.

b) Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e sua controlada Gaspetro ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002 e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 09 de novembro de 2005 o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 09 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2007 o valor de R\$ 1.937.380 mil, relativo às citadas ações, não está refletido nestas demonstrações contábeis.

23 Compromissos assumidos pelo segmento de energia

23.1 Compromissos de compra de gás natural

A Petrobras assinou contratos com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB, com vigência até 2019, tendo por objeto a compra de gás natural, comprometendo-se a comprar volumes mínimos a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Durante 2002 e 2005, a Petrobras comprou um volume menor do que o mínimo estabelecido no contrato com a YPF e pagou US\$ 81.409 mil (equivalentes a R\$ 144.136 mil em 31 de dezembro de 2007) referentes aos volumes não transportados, cujos créditos serão realizados por retiradas de volumes futuros.

Compromissos de compra de gás	2007	2008	2009	2010	2011-2019
Obrigação de Volume (milhões m³/dia)	24	24	24	24	24/por ano

23.2 Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR

Em 16 de dezembro de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL licitou, na modalidade leilão, objetivando a contratação de capacidade de energia para o Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

Neste primeiro leilão de energia nova, a Petrobras, por meio de seus empreendimentos (BSE, SFE, Termoceará Ltda., Termorio S.A. e Unidade de Negócios Três Lagoas), vendeu a capacidade de energia de 1.391 MW. O resultado final do leilão significará para a Companhia, com a venda da disponibilidade das suas usinas, uma receita fixa pelo prazo de 15 anos, a valores atuais, de R\$ 199.843 mil/ano a partir de 2008 com a venda de 352 MW, de R\$ 210.878 mil/ano adicionais a partir de 2009 com a venda de mais 469 MW e o incremento de R\$ 277.928 mil/ano a partir de 2010 com a venda de 570 MW. Os contratos foram assinados em 13 de março de 2006.

No terceiro leilão de energia nova, a Petrobras, por meio de seus empreendimentos Termomacaé Ltda e Usina Termoelétrica Bahia I, subsidiária da Fafen Energia S.A., vendeu a capacidade de energia de 205 MW. O resultado final do leilão significará para a Companhia, com a venda da disponibilidade das suas usinas, uma receita fixa pelo prazo de 15 anos, a valores atuais, de R\$ 113.133/ano, a partir de 2011.

Nesse leilão a subsidiária Petrobras Distribuidora, por meio de sua coligada Termoelétrica Potiguar e na participação nos consórcios Goiana II e Camaçari Pólo de Apoio I (participação de 30%), Camaçari Muricy I e II (participação de 50%) e Pecem II (participação de 45%), vendeu a capacidade de energia de 211 MW. O resultado final do leilão significa para a Companhia uma receita fixa pelo prazo de 15 anos, a valores atuais de R\$ 142.197/ano, a partir de 2009.

Adicionalmente, a Petrobras será remunerada pelo despacho efetivo de suas usinas por seus custos variáveis de operação.

23.3 Projeto Gasene

Em dezembro de 2006 a Petrobras assinou duas operações de financiamento, no total de R\$ 1.360.000 mil, a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Sociedade de Propósito Específico Transportadora Gasene S.A., responsável pela implementação do Projeto do Gasene.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Projeto Gasene consiste na construção de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabiúnas, no Rio de Janeiro, até a cidade de Catu, na Bahia. O projeto é composto dos seguintes trechos: Gasoduto Cabiúnas (RJ) - Vitória (ES); Gasoduto Vitória (ES) - Cacimbas (ES) e Gasoduto Cacimbas (ES) - Catu (BA).

Um dos financiamentos, no valor de R\$ 1.050.000 mil, será aplicado na aquisição de tubos para o Gasoduto Cacimbas (ES) - Catu (BA) - Gascac, com cerca de 940 quilômetros de extensão e investimento estimado de R\$ 3.500.000 mil. O outro, no montante de R\$ 312.000 mil, destina-se à construção do Gasoduto Cabiúnas (RJ) Vitória (ES) - Gascav - com aproximadamente 300 quilômetros de extensão e investimento global de R\$ 1.500.000 mil.

Além do financiamento junto ao BNDES, a Transportadora Gasene assinou, em 17 de outubro de 2006, um contrato para liberação de crédito com o BB Fund SPC, via emissão de títulos no exterior no valor equivalente a R\$ 800.000 mil. Em 23 de outubro de 2006, foram realizadas negociações de títulos que totalizaram US\$ 210 milhões.

Em 17 de abril de 2006, a Petrobras assinou com a estatal chinesa Sinopec Group, contrato de engenharia, suprimento, construção e montagem - Engineering Procurement Construction - EPC, relativo ao gasoduto Cabiúnas-Vitória (Gascav), primeira parte do projeto Gasene.

A vazão máxima da linha tronco será de 20 milhões de m³/dia de gás, com a implantação de duas estações de compressão.

O primeiro trecho do Gasene, o Cacimbas-Vitória teve a Licença de Operação expedida em 11 de outubro e opera em teste desde novembro de 2007.

Já o segundo trecho, Cabiúnas-Vitória teve a Licença de Operação expedida em 30 de janeiro de 2008 e opera em teste desde fevereiro de 2008.

A conclusão dos dois primeiros trechos do Gasene permitirá o acréscimo de 6 MMm³/dia na oferta de gás natural para a região Sudeste, a partir da produção na Bacia do Espírito Santo. Em 2010, esta bacia deverá produzir 18,7 MMm³/dia

A Petrobras dará início, no primeiro trimestre de 2008, à construção do terceiro trecho do Gasene, o gasoduto Cacimbas-Catu, com 946 km de extensão e previsão de conclusão em dezembro de 2009. Para a construção desse trecho, foram assinados junto ao BNDES os contratos de financiamento para a construção deste terceiro trecho do gasoduto, no valor equivalente a R\$ 4.510.000 mil. Parte desses recursos será proveniente do repasse de um financiamento obtido pelo BNDES do China Development Bank (CDB), instituição financeira chinesa, no valor de US\$ 750 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os investimentos relacionados a este projeto estão contemplados dentro do plano de negócios da Petrobras aprovado para o período 2007-2011 e todas as iniciativas se enquadram dentro da estratégia da Companhia de desenvolver e liderar o mercado brasileiro de gás natural, por meio da constituição de uma rede básica para seu transporte, interligando as malhas de gasodutos existentes e em expansão do Sudeste e do Nordeste do país.

24 Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R\$ 5.285.506 mil para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.202.998 mil, líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.306.470 mil correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 896.528 mil referem-se a garantias bancárias.

25 Informações sobre segmentos de negócios

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás da área de Exploração e Produção transferida para outras áreas da Petrobras.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão apresentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado em 23 de outubro de 2000, pelo Conselho de Administração da Petrobras, contendo as seguintes áreas:

- a) Exploração e Produção: abrange, por intermédio de Petrobras, Brasoil, PNBV, PifCo, PIB B.V., BOC e Sociedades de Propósito Específico, as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
- b) Abastecimento: contempla, por intermédio de Petrobras, Downstream (Refap), Transpetro, Petroquisa, PifCo, PIB B.V., Refinaria Ipiranga, Pramoia Participações e PNBV, as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados, petróleo e álcoois, além das participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas plantas de fertilizantes.
- c) Gás e Energia: engloba, por intermédio de Petrobras, Gaspetro, Petrobras Comercializadora de Energia, Petrobras Distribuidora, Sociedades de Propósito Específico e Termoelétricas, as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, a geração e comercialização de energia elétrica e as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- d) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, álcoois e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.
- e) Internacional: abrange, por intermédio de PIB B.V., PifCo, 5283 Participações, BOC e Petrobras, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o "overhead" relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

As informações contábeis por área de negócio foram elaboradas com base na premissa da controlabilidade, objetivando atribuir às áreas de negócio somente os itens sobre os quais estas áreas tenham efetivo controle.

Destacamos, a seguir, os principais critérios utilizados na apuração de resultados por área de negócio:

- a) Receita operacional líquida: foram consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos entre as áreas de negócio, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas, cujas metodologias de apuração são focadas em parâmetros de mercado.
- b) No lucro operacional estão computados a receita operacional líquida e os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por área de negócio, considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais de cada segmento, bem como as despesas operacionais, nas quais são consideradas as despesas efetivamente incorridas em cada área.
- c) O resultado financeiro é todo alocado ao grupo de órgãos corporativos.
- d) Ativos: contemplam os ativos identificados a cada área. As contas patrimoniais de natureza financeira são alocadas ao grupo de órgãos corporativos.

26 Instrumentos financeiros derivativos, hedging e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia. A Petrobras mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão dos diretores da Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26.1 Características dos mercados onde a Petrobras atua

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações específicas de curto prazo (até seis meses). Nesses “*hedges*” são utilizados contratos futuros, “*swaps*” e opções. Essas operações estão atreladas às realizadas no mercado físico. Ou seja: são operações de “*hedge*” (não especulativas), nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

No período de janeiro a dezembro de 2007 foram efetuadas operações de “*hedge*” para 27,4% na Petrobras e considerando-se as empresas Petrobras, PifCo e Petrobras América Inc. atingiu-se 56,6% do volume total comercializado (importação e exportação). Em 31 de dezembro de 2007, as posições em aberto de mercado futuro, comparadas com o valor de mercado, apresentariam um resultado positivo de, aproximadamente, R\$ 12.194 mil na Petrobras, e uma perda de R\$ 43.834 mil na Petrobras, PifCo e Petrobras América Inc. caso fossem liquidadas naquela ocasião.

Atendendo a condições de negócios específicos, a Petrobras realizou uma operação de “*hedge*” de longo prazo, envolvendo a venda de opções de venda de 52 milhões de barris de petróleo WTI, no período de 2004 a 2007. Essa operação visou estabelecer uma proteção de preço para essa quantidade de petróleo, de forma a garantir aos financiadores do Projeto Barracuda/Caratinga uma margem mínima para cobertura do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2007, essa operação foi liquidada, não gerando despesa adicional para a Companhia.

26.2 Política de gestão de riscos financeiros

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

A operação de “*hedge*” da dívida em lira italiana, “*Zero Cost Collar*”, foi liquidada em novembro de 2007 gerando um resultado positivo para a Petrobras de R\$ 65.521 mil. Em 5 de outubro de 2007, os contratos de venda a termo de dólares norte-americanos em troca de pesos argentinos foram liquidados gerando um ganho equivalente a R\$ 427 mil.

A subsidiária PifCo, em setembro de 2006, contratou uma operação de “*hedge*” denominada “*cross currency swap*” para cobertura dos “*Bonds*” emitidos em ienes de forma a fixar em dólares os custos da Companhia nesta operação. No “*cross currency swap*” ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte-americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. Em 31 de dezembro de 2007, esta operação tinha valor justo que, se fosse registrado, resultaria em ganho de R\$ 5.656 mil. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A subsidiária Petrobras Distribuidora tinha contratado em 31 de dezembro de 2007 operações de "hedge" de moeda com valor justo positivo de R\$ 2.782. Estas operações consistem na venda de contratos a termo de dólar PTAX de curto-prazo, o que permite a fixação do câmbio e a proteção contra uma possível queda da taxa no período.

A Petrobras Energia S.A. (Pesa), controlada indireta da Petrobras, realizava operações de vendas a termo de dólares norte-americanos em troca de pesos argentinos. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos, mas reconheceu um ganho equivalente a R\$ 175 mil (US\$ 99 mil) no exercício de 2007 referente aos contratos vigentes até outubro de 2007 (R\$ 1.706 mil em 2006).

26.3 Avaliação de riscos

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

26.4 Instrumentos financeiros

No decorrer normal de seus negócios a Companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumentos financeiros.

a) Risco de concentração de crédito

Uma parcela significativa dos ativos da Companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil. Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são, principalmente, disponibilidades, títulos governamentais, contas a receber e contratos futuros.

A Companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis.

b) Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado dos títulos governamentais disponíveis para venda, mantidos pela Companhia e de outros ativos e passivos de longo prazo, não diferem significativamente de seu valor contábil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de auto-seguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco, de forma integral, mediante ausência de seguro. O auto-seguro é adotado quando os ativos são economicamente inexpressivos ou ainda em decorrência da elevada relação custo/benefício.

As premissas de risco adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2007 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada	
		Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos operacionais	63.154.127	41.270.752
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	2.637.466	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	23.682.139	23.682.139
Total		89.473.732	64.952.891

Considerando seu porte financeiro e seus compromissos e investimentos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Qualidade, a Petrobras, a exemplo das empresas petrolíferas de porte semelhante ao seu, retém uma parcela significativa de seu risco, inclusive através do aumento de suas franquias, que podem atingir US\$ 50 milhões.

28 Segurança, meio ambiente e saúde

A melhora continuada do desempenho ambiental da Petrobras, tal como definida em seu Plano Estratégico, está associada à implementação de dois grandes programas - o de Segurança de Processo (PSP) e o de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pegaso).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2007, os gastos totais da companhia em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), considerando investimentos e operações, foram da ordem de R\$ 4.300.000 mil, sendo R\$ 2.226.000 mil em segurança, R\$ 1.720.000 mil em meio ambiente e R\$ 354.000 mil em saúde. Nesses totais não estão incluídos os dispêndios com a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e o apoio a programas e/ou projetos ambientais externos.

O Pegaso (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional) registrou em 2007 o total de investimentos e operações da ordem de R\$ 1.104.000 mil (R\$ 1.223.000 mil em 2006).

29 Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora (em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2007, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 45.245,18 e R\$ 1.400,88 (R\$ 39.404,74 e R\$ 1.085,66 em 2006), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2007 foi de R\$ 7.250,49 (R\$ 6.262,56 em 2006).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2007, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 52.031,96 (R\$ 45.315,45 em 2006).

30 Outras Informações

30.1 Participação especial do campo de Marlim

A participação especial foi estabelecida pela Lei do Petróleo nº 9.478/97, e é recolhida como forma de compensação pelas atividades de produção de petróleo, incidindo sobre os campos produtores de grandes volumes.

A metodologia do cálculo empregada pela Petrobras na apuração da participação especial devida para o Campo de Marlim baseia-se em interpretação juridicamente legítima da Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, referendada pela própria ANP.

Em 06 de setembro de 2005, a Diretoria da ANP determinou a constituição de um Grupo de Trabalho com a missão de demonstrar, através de critérios técnicos, a metodologia a ser aplicada ao cálculo da Participação Especial de Marlim, bem como certificar os valores pagos pela Petrobras a título da citada participação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Grupo de Trabalho produziu o Relatório de Certificação do Pagamento da Participação Especial do Campo de Marlim, aprovado pela Diretoria Colegiada da ANP, através da Resolução de Diretoria 267/2006 de 16 de agosto de 2006, e veiculado à Petrobras em 18 de agosto de 2006. A metodologia adotada pela Petrobras é a mesma constante no relatório aprovado pela ANP.

Em síntese, o Relatório estabeleceu a metodologia que deveria ser observada com relação à Participação Especial de Marlim, bem como determinou que a Petrobras efetuasse o pagamento adicional no valor de R\$ 400 milhões, referente a valores que teriam sido recolhidos a menor pela Petrobras, em função da utilização da metodologia de cálculo inicialmente definida pela ANP.

A Petrobras acatou a determinação da ANP pelo fato de que a nova metodologia aplicada pelo Grupo de Trabalho não ser aplicada retroativamente, garantindo assim a observância de princípios constitucionais como o da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito.

O recolhimento adicional teve como consequência a quitação dos valores cujo pagamento adicional foi determinado através de decisão final da mais alta esfera decisória da ANP - a sua Diretoria Colegiada.

Em 18 de julho de 2007, a Petrobras foi notificada de nova Resolução de Diretoria da ANP, estabelecendo o pagamento de novas verbas consideradas devidas, retroativamente a 1998, anulando a anterior Resolução da Diretoria, de 16 de agosto de 2006.

A Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, referendada pela Resolução de Diretoria 267/2006 de 16 de agosto de 2006, é legítima e legal e, portanto, não passível de revogação ou anulação, sob pena de frontal violação aos princípios constitucionais já acima apontados. A sua anulação traz total insegurança jurídica não somente à Petrobras, mas a todos os concessionários.

A Petrobras impetrou mandado de segurança e obteve liminar para suspender a cobrança das diferenças da Participação Especial mencionadas na Resolução de Diretoria ANP nº 400/2007, até que o processo judicial esteja concluído, o qual está em tramitação na Justiça Federal/RJ, não havendo, ainda, decisão final de primeira instância.

A posição dos assessores jurídicos da Petrobras é de que a expectativa de desembolso para os valores reclamados é remota.

30.2 Análise das áreas de TUPI e Júpiter

A Petrobras concluiu a análise dos testes de formação do segundo poço na área denominada Tupi, no bloco BM-S-11, localizado na bacia de Santos, e estima o volume recuperável de óleo leve de 28° API, em 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural. A Petrobras é operadora da área e detém 65%, a BG Group detém 25% e a Petrogal - Galp Energia, 10%.

A Petrobras realizou, também, uma avaliação regional do potencial petrolífero do pré-sal que se estende nas bacias do Sul e Sudeste brasileiros. Os volumes recuperáveis estimados de óleo e gás para os reservatórios do pré-sal, se confirmados, elevarão significativamente a quantidade de óleo existente em bacias brasileiras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em janeiro de 2008, mais uma grande jazida de gás natural e condensado foi descoberta na Bacia de Santos, denominada Júpiter, reforçando as expectativas sobre o potencial da área. O bloco BM-S-24 é explorado pelo consórcio formado pela Petrobras (80% - Operadora) e Galp Energia (20%).

Estas áreas encontram-se em fase de exploração e ainda serão necessários maiores estudos e novas perfurações para delimitar e avaliar a melhor alternativa para o desenvolvimento do campo. Da fase da exploração ao término do desenvolvimento das reservas provadas do campo, são necessários vários anos de estudos e investimentos até que a produção comercial de óleo e gás se inicie.

31 Eventos Subseqüentes

31.1 Adaptação à Lei nº 11.638/2007

Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, que tratam da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de harmonizar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação de nossa Administração poderão modificar a forma de apresentação das nossas demonstrações contábeis, decorrentes de novos critérios de apuração resultado e da posição patrimonial e financeira da Companhia, a partir do exercício de 2008:

a. Aumentos e diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

- As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de crédito do Ativo Circulante ou Longo Prazo, quando “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação”. Os demais instrumentos financeiros serão avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado com o provável valor de realização, se este for inferior. A Companhia já divulga esses efeitos em notas específicas
- Operações envolvendo Transformação, Incorporação, Fusão ou Cisão, entre partes independentes e em que ocorra a efetiva transferência de controle.
- Ajustes a valor presente, para os elementos de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como para operações relevantes de curto prazo. A Companhia já divulga os efeitos dos ajustes a valor justo dos financiamentos, calculados às taxas vigentes de mercado.
- Criação da rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos e diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que se façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

c. Imobilização e reconhecimento de dívida para os gastos com arrendamento mercantil. A Companhia já divulga esses efeitos, líquido dos valores de depreciação, em nota específica.

d. Os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimento não serão mais classificados como Reserva de Capital, passando a fazer parte do resultado do exercício. A Administração da Companhia poderá destinar a parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos para a formação da Reserva de Lucros, podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

e. As participações de debenturistas, empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundo de assistência ou previdência de empregados, que não caracterizam como despesa, deverão ser incluídas na demonstração do resultado do exercício.

f. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação poderão ser estornados opcionalmente, até o final do exercício de 2008.

A Administração da Companhia está avaliando os efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir no patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, e levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

31.2 Venda de participação acionária da empresa Petroquímica Cuyo S.A.I.C.

Em 02 de janeiro de 2008, a Petrobras Energia S.A. (Pesa) vendeu sua participação acionária na Petroquímica Cuyo S.A.I.C. pelo montante de R\$ 56.682 mil.

31.3 Emissão de US\$ 750 milhões em Global Notes

Em 11 de janeiro de 2008, a PifCo concluiu a emissão de US\$ 750 milhões, reabrindo o título do tipo "Global Notes" no mercado internacional de capitais, constituindo uma emissão única e fungível com os US\$ 1 bilhão lançados em 1º de novembro de 2007, totalizando US\$ 1.750 milhões em títulos, com vencimento em 1º de março de 2018, taxa de juros de 5.875% a.a. e pagamento dos juros semestralmente, a partir de 1º de março de 2008. O objetivo da operação foi acessar o mercado de capitais de longo prazo, re-financiar o pré-pagamento de dívidas antigas e reduzir o custo de capital.

31.4 Transferência de Ativos Petroquímicos das Empresas Ipiranga

Em 27 de fevereiro de 2008, a Ultrapar transferiu os ativos petroquímicos das Empresas Ipiranga à Braskem e à Petrobras, na proporção de 60% e 40%, respectivamente, do capital votante e total da Ipiranga Química, em cumprimento ao Acordo de Investimentos celebrado entre Braskem, Petrobras e Ultrapar (vide Nota 12.10.f).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31.5 Desdobramento de Ações

Em 3 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de desdobramento de ações da Petrobras e, conseqüentemente, de alteração do artigo 4º do Estatuto Social, para deliberação da Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de Acionistas, a ser convocada para o dia 24 de março de 2008. A data efetiva do desdobramento, que será deliberada na referida Assembléia, será oportunamente informada ao mercado.

Se aprovada esta proposta na AGE, cada ação atual, tanto ordinária quanto preferencial passará a ser representada por duas ações pós-desdobramento. Conseqüentemente, o capital social da Petrobras será composto de 8.774.076.740 (oito bilhões, setecentos e setenta e quatro milhões, setenta e seis mil e setecentas e quarenta) ações sem valor nominal, sendo 5.073.347.344 (cinco bilhões, setenta e três milhões, trezentos e quarenta e sete mil e trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 3.700.729.396 (três bilhões, setecentos milhões, setecentos e vinte e nove mil e trezentas e noventa e seis) ações preferenciais. Portanto os acionistas receberão 1 (uma) ação nova para cada ação possuída da mesma espécie.

Para os investidores detentores de Certificados Americanos de Depósitos - *American Depositary Receipt* (ADR) após aprovação do desdobramento das ações será mantida a relação de troca de duas ações para cada ADR da Petrobras negociado na New York Stock Exchange (Nyse).

Com esta operação não está sendo proposta nenhuma alteração no valor do capital social.

31.6 Incorporação da Pramoia

Em 03 de março de 2008, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a proposta de incorporação de sua controlada Pramoia Participações S.A. ("Pramoa"), e submeteu à deliberação de seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para o dia 24 de março de 2008 a referida incorporação. A operação de incorporação da Pramoia pela Petrobras está inserida na operação de aquisição da Suzano Petroquímica S.A., concluída em 30 de novembro de 2007, conforme mencionado na *Nota 12.10.h*.

31.7 Incorporação da UPB Participações

Em 03 de março de 2008, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a proposta de incorporação de sua subsidiária integral UPB Participações S.A. ("UPB"), e submeteu à deliberação de seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para o dia 24 de março de 2008 a referida incorporação.

A operação de incorporação da UPB pela Petrobras está relacionada à aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, conforme mencionado na *Nota 12.10.f*.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo	2007	2006
Receita líquida Consolidada (RL)	170.577.725	158.238.819
Resultado operacional Consolidada (RO)	35.977.804	40.672.492
Folha de pagamento bruta (FPB)	7.919.274	6.615.683

2 - Indicadores Sociais Internos (i)	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	547.790	6,92%	0,32%	443.854	6,71%	0,28%
Encargos sociais compulsórios	3.355.374	42,37%	1,97%	3.121.887	47,19%	1,97%
Previdência privada	554.845	7,01%	0,33%	590.354	8,92%	0,37%
Saúde	2.138.366	27,00%	1,25%	2.030.426	30,69%	1,28%
Segurança e saúde no trabalho	95.031	1,20%	0,06%	76.862	1,16%	0,05%
Educação	95.284	1,20%	0,06%	87.189	1,32%	0,06%
Cultura	22.794	0,29%	0,01%	30.844	0,47%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	386.452	4,88%	0,23%	328.700	4,97%	0,21%
Creches ou auxílio-creche	2.319	0,03%	0,00%	1.835	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.011.914	12,78%	0,59%	1.196.918	18,09%	0,76%
Outros	66.335	0,84%	0,04%	66.837	1,01%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	8.276.504	104,51%	4,85%	7.975.706	120,56%	5,04%

3 - Indicadores Sociais Externos (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho (i)	58.838	0,16%	0,03%	33.762	0,08%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional (i)	64.878	0,18%	0,04%	81.895	0,20%	0,05%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (i)	110.615	0,31%	0,06%	73.549	0,18%	0,05%
Cultura (i)	205.518	0,57%	0,12%	288.569	0,71%	0,18%
Esporte (i)	79.989	0,22%	0,05%	58.197	0,14%	0,04%
Outros (i)	14.275	0,04%	0,01%	10.430	0,03%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	534.113	1,48%	0,31%	546.402	1,34%	0,35%
Tributos (excluídos encargos sociais)	70.127.540	194,92%	41,11%	71.274.595	175,24%	45,04%
Total - Indicadores sociais externos	70.661.653	196,40%	41,42%	71.820.997	176,58%	45,39%

4 - Indicadores Ambientais (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.924.698	5,35%	1,13%	1.359.428	3,34%	0,86%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	51.728	0,14%	0,03%	44.641	0,11%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.976.426	5,49%	1,16%	1.404.069	3,45%	0,89%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%		() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 - Indicadores do Corpo Funcional (I)	2007	2006
Nº de empregados(as) ao final do período	68.931	62.266
Nº de admissões durante o período (II)	4.263	7.720
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	211.566	176.810
Nº de estagiários(as) (II)	1.213	686
Nº de empregados(as) acima de 45 anos (II)	26.073	20.007
Nº de mulheres que trabalham na empresa (III)	10.722	6.664
% de cargos de chefia ocupados por mulheres (II)	13,50%	12,40%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (IV)	3.004	2.339
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)	3,10%	3,10%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.026	1.009

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (VI) – valor (i)	32,3			32,3		
Número total de acidentes de trabalho (VII) (i)	503			495		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: (i)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: (i)	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: (i)	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla: (i)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (i)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: (i)	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: (i)	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (VII) (i)	na empresa 11.328	no Procon 15	na Justiça 23	na empresa 2.700	no Procon 15	na Justiça 23
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VII) (i)	na empresa 97,41%	no Procon 53,33%	na Justiça 34,78%	na empresa 99,8%	no Procon 53,33%	na Justiça 34,78%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	Em 2007: 120.138.295			Em 2006: 120.694.637		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	59% governo 11% colaboradores(as) 7% acionistas 11% terceiros 12% retido			60% governo 8% colaboradores(as) 8% acionistas 9% terceiros 15% retido		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 - Outras Informações

- 1) CNPJ: 33000167/0001-01 - Setor econômico: Indústria/Petróleo, Gás e Energia - UF da sede da companhia: Rio de Janeiro.
 - 2) Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Telefone (+55 21) 3224-1009 - E-mail comunicacao@petrobras.com.br.
 - 3) Esta companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
 - 4) Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- I. O Balanço Social 2007 passa a utilizar como indicadores sociais externos as linhas de atuação desenvolvidas pela Companhia. Os valores de 2006 foram distribuídos segundo novo modelo. O Ibase permite a utilização de itens que apresentem somente os investimentos focais que a companhia realiza regularmente. Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho inclui os investimentos em projetos de combate à fome e segurança alimentar. Educação para a Qualificação Profissional inclui os investimentos do Programa Petrobras Jovem Aprendiz, que totalizam R\$ 26.133. Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente inclui o repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA). Cultura inclui os investimentos referentes a leis de incentivo cultural no Brasil. Esporte inclui os investimentos referentes à Lei de Incentivo ao Esporte. Outros inclui os investimentos em projetos de saúde e saneamento.
- II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil.
- III. Informações de 2006 são relativas à Petrobras Controladora. Em 2007, passa a englobar todo o Sistema Petrobras.
- IV. O Censo Interno da Petrobras teve seu projeto-piloto iniciado em dezembro de 2006, com o planejamento, o desenvolvimento metodológico e a elaboração do questionário realizados em 2007. O processo de levantamento de dados e análise de resultados será concluído no primeiro semestre de 2008, com a participação de empresa de pesquisa externa, selecionada por meio de licitação pública. Os dados reportados são relativos à pesquisa de 2004, estimados tendo como base o número total de empregados da Petrobras Controladora em 31 de dezembro de 2007.
- V. Do total de 68.931 empregados do Sistema Petrobras, 6.783 pertencem aos quadros da Área internacional, não sujeita à legislação brasileira. Do restante, 15.767 ocupam cargos onde é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Destes empregados, 1.026 são pessoas com deficiência, o que corresponde a 6,5% do efetivo naquela condição.
- VI. Número de acidentados com afastamento de trabalho por milhão de homens-horas de exposição ao risco, abrangendo empregados próprios e de empresas contratadas. Para 2008, o número de acidentados estatisticamente esperado é baseado numa previsão de 727 milhões de homens-horas de exposição ao risco e no limite máximo admissível previsto para a Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA.
- VII. As informações "na empresa" incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pelos SAC da Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora. A meta da Companhia para 2008 contém somente a estimativa da Petrobras Controladora.
- (i) Não auditado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

FLUXO DE CAIXA

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	21.511.789	25.918.920	22.028.691	26.063.173
Ajustes:				
Participação dos acionistas não controladores	1.742.826	1.593.303		
Resultado de participações em investimentos relevantes	582.742	189.936	641.238	(411.993)
Ágio/deságio - amortização	97.913	43.279	20.343	(12.002)
Depreciação e amortização	10.695.825	9.823.557	5.798.802	4.934.119
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	1.760.875	2.292.040	517.487	452.160
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo	(1.786.249)	868.733	3.531.034	482.549
Variação cambial alocada no ativo permanente	6.802.836	3.056.760		
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	477.234	766.329	619.148	1.535.939
Redução/(aumento) da contas a receber	1.394.042	(47.920)	1.109.284	260.237
Redução/(aumento) dos estoques	(1.429.937)	(2.334.354)	396.632	(2.603.181)
Aumento da conta petróleo e álcool - STN	(12.060)	(16.267)	(12.060)	(16.267)
Redução/(aumento) de outros ativos	(1.829.343)	(1.523.776)	(849.158)	1.228.015
Aumento de fornecedores	1.549.778	2.463.525	1.985.843	945.773
Aumento/(redução) de impostos, taxas e contribuições	382.622	(1.756.394)	264.880	(1.957.790)
Redução de obrigações com projetos estruturados			(934.163)	(486.306)
Aumento dos Planos de Pensão e de Saúde	2.790.542	2.430.269	2.570.549	2.250.145
Aumento/(redução) de outros passivos	(2.466.602)	(690.060)	(136.820)	39.225
Aumento/(redução) de operações de curto prazo com empresas subsidiárias, controladas e coligadas:				
Redução/(aumento) de contas a receber	(415.956)	574.047	(2.915.985)	(505.017)
Redução/(aumento) de contas a pagar	48.109	6.601	1.690.674	(1.057.593)
Aumento com operação com fornecimento de petróleo e derivados - exterior			3.879.698	4.147.164
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	41.896.986	43.658.528	40.206.117	35.288.350
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos	(3.947.929)	96.991	(17.051.010)	(8.517.142)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados			1.978.332	
Dividendos pagos a acionistas	(7.474.355)	(6.751.304)	(7.474.355)	(6.751.304)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(11.422.284)	(6.654.313)	(22.547.033)	(15.268.446)
Atividades de investimentos				
Investimentos em exploração e produção de petróleo e gás	(20.405.267)	(17.671.680)	(14.696.321)	(11.416.009)
Investimentos em refino e transporte	(9.647.338)	(4.591.524)	(8.760.817)	(4.088.751)
Investimentos em gás e energia	(5.198.627)	(2.445.906)	(2.248.784)	(1.356.124)
Investimento no segmento internacional	(5.237.981)	(6.726.921)	(27.028)	(15.203)
Investimentos em distribuição	(915.517)	(632.624)	(389.644)	
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(3.122.991)	466.506	(3.259.628)	
Outros investimentos	(776.109)	(1.091.510)	(775.571)	(730.615)
Dividendos recebidos	70.872	101.509	929.126	928.551
Empreendimentos em negociação			(681.360)	(724.416)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(45.232.958)	(32.592.150)	(29.910.027)	(17.402.567)
Variação líquida das disponibilidades no exercício	(14.758.256)	4.412.065	(12.250.943)	2.617.337
Disponibilidades no início do exercício	27.829.105	23.417.040	20.098.892	17.481.555
Disponibilidades no fim do exercício	13.070.849	27.829.105	7.847.949	20.098.892

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	R\$ mil							
	Consolidado				Controladora			
	2007		2006		2007		2006	
Receitas								
Vendas de produtos e serviços e resultados não-operacionais	220.153.532		206.298.241		171.499.314		163.126.417	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(104.156)		(13.045)		(15.211)		28.194	
	<u>220.049.376</u>		<u>206.285.196</u>		<u>171.484.103</u>		<u>163.154.611</u>	
Insumos adquiridos de terceiros								
Materiais consumidos	(26.304.617)		(24.409.419)		(14.801.203)		(14.544.303)	
Custo das mercadorias para revenda	(36.803.166)		(31.470.438)		(13.193.025)		(9.823.773)	
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(28.495.668)		(22.596.832)		(22.951.650)		(20.282.577)	
	<u>(91.603.451)</u>		<u>(78.476.689)</u>		<u>(50.945.878)</u>		<u>(44.650.653)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>128.445.925</u>		<u>127.808.507</u>		<u>120.538.225</u>		<u>118.503.958</u>	
Retenções								
Depreciação e amortização	(10.695.825)		(9.823.557)		(5.798.802)		(4.934.119)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>117.750.100</u>		<u>117.984.950</u>		<u>114.739.423</u>		<u>113.569.839</u>	
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações em investimentos relevantes	(582.742)		(189.936)		(641.238)		411.993	
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	2.506.543		2.388.152		2.893.929		2.596.945	
Amortização de ágios e deságios	(97.913)		(43.279)		(20.343)		12.002	
Aluguéis e royalties	562.307		554.750		442.882		403.180	
	<u>2.388.195</u>		<u>2.709.687</u>		<u>2.675.230</u>		<u>3.424.120</u>	
Valor adicionado a distribuir	<u>120.138.295</u>		<u>120.694.637</u>		<u>117.414.653</u>		<u>116.993.959</u>	
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Salários, vantagens e encargos	7.059.652	6%	5.952.525	5%	4.717.319	4%	3.783.086	3%
Participações dos empregados e administradores nos lucros	1.011.914	1%	1.196.918	1%	844.412	1%	993.000	1%
Plano de aposentadoria e pensão	2.872.894	2%	1.384.879	1%	2.820.279	2%	1.340.826	1%
Plano de saúde	1.867.607	2%	1.860.478	1%	1.798.391	1%	1.810.363	2%
	<u>12.812.067</u>	11%	<u>10.394.800</u>	8%	<u>10.180.401</u>	8%	<u>7.927.275</u>	7%
Tributos								
Impostos, taxas e contribuições	54.374.015	45%	53.963.591	46%	54.507.649	46%	53.888.110	46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	477.234	1%	766.329	0%	619.148	1%	1.241.563	1%
Participações governamentais	15.753.525	13%	17.311.004	14%	14.953.547	13%	16.108.561	14%
	<u>70.604.774</u>	59%	<u>72.040.924</u>	60%	<u>70.080.344</u>	60%	<u>71.238.234</u>	61%
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias	6.438.549	5%	3.720.347	3%	5.929.226	5%	2.563.027	2%
Despesas de aluguéis e afretamento	7.028.290	6%	7.026.343	6%	9.195.991	8%	9.202.250	8%
	<u>13.466.839</u>	11%	<u>10.746.690</u>	9%	<u>15.125.217</u>	13%	<u>11.765.277</u>	10%
Acionistas								
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.580.557	6%	7.896.669	7%	6.580.557	5%	7.896.669	6%
Participação dos acionistas não controladores	1.742.826	1%	1.593.303	1%				
Lucros retidos	14.931.232	12%	18.022.251	15%	15.448.134	14%	18.166.504	16%
	<u>23.254.615</u>	19%	<u>27.512.223</u>	23%	<u>22.028.691</u>	19%	<u>26.063.173</u>	22%
Valor adicionado distribuído	<u>120.138.295</u>	100%	<u>120.694.637</u>	100%	<u>117.414.653</u>	100%	<u>116.993.959</u>	100%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

R\$ mil								
2007								
	Gás &							
	E&P	Abastecimento	Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Ativo	89.256.777	55.252.719	27.940.537	9.889.957	22.405.883	36.411.603	(9.929.676)	231.227.800
Circulante	5.174.218	24.390.014	4.423.357	4.946.037	4.212.202	20.049.794	(9.821.856)	53.373.766
Caixa/aplicações financeiras						13.070.849		13.070.849
Outros ativos circulantes	5.174.218	24.390.014	4.423.357	4.946.037	4.212.202	6.978.945	(9.821.856)	40.302.917
Não circulante	84.082.559	30.862.705	23.517.180	4.943.920	18.193.681	16.361.809	(107.820)	177.854.034
Realizável a longo prazo	4.046.461	1.334.536	1.840.846	701.623	1.087.853	13.102.139	(90.621)	22.022.837
Imobilizado	76.611.403	25.225.884	20.751.962	2.793.450	12.664.055	1.911.171	(17.199)	139.940.726
Outros	3.424.695	4.302.285	924.372	1.448.847	4.441.773	1.348.499		15.890.471

R\$ mil								
2006								
	Gás &							
	E&P	Abastecimento	Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Ativo	77.642.725	42.917.832	21.950.130	7.813.564	23.712.174	43.925.321	(7.423.617)	210.538.129
Circulante	6.892.305	20.851.775	2.964.852	4.176.154	5.428.861	33.811.645	(6.906.169)	67.219.423
Caixa/aplicações financeiras						27.829.105		27.829.105
Outros ativos circulantes	6.892.305	20.851.775	2.964.852	4.176.154	5.428.861	5.982.540	(6.906.169)	39.390.318
Não circulante	70.750.420	22.066.057	18.985.278	3.637.410	18.283.313	10.113.676	(517.448)	143.318.706
Realizável a longo prazo	4.464.054	1.101.996	2.200.690	595.803	1.022.967	7.492.449	(517.448)	16.360.511
Imobilizado	63.172.812	19.924.124	15.720.102	2.598.907	11.295.477	1.391.669		114.103.091
Outros	3.113.554	1.039.937	1.064.486	442.700	5.964.869	1.229.558		12.855.104

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil							
	2007							
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do Resultado								
Receita Operacional Líquida	81.093.476	133.148.770	9.865.871	45.078.459	19.389.980		(117.998.831)	170.577.725
Intersegmentos	76.591.052	36.575.793	2.109.127	729.103	1.993.756		(117.998.831)	
Terceiros	4.502.424	96.572.977	7.756.744	44.349.356	17.396.224			170.577.725
Custo dos Produtos e Serviços								(104.398.043)
Vendidos	(34.934.677)	(118.921.679)	(9.044.135)	(40.828.833)	(16.213.863)		115.545.144	
Lucro Bruto	46.158.799	14.227.091	821.736	4.249.626	3.176.117		(2.453.687)	66.179.682
Despesas Operacionais	(3.479.760)	(5.061.153)	(2.451.664)	(2.925.170)	(3.303.527)	(8.606.329)	238.386	(25.589.217)
Vendas, Gerais e								
Administrativas	(570.709)	(4.019.209)	(1.131.894)	(2.528.285)	(1.403.963)	(3.064.207)	230.641	(12.487.626)
Tributárias	(48.657)	(147.027)	(76.957)	(175.925)	(138.001)	(668.944)		(1.255.511)
Custos Exploratórios para								
Extração de Petróleo e Gás	(1.211.923)				(1.357.801)			(2.569.724)
Perda na recuperação de								
ativos	(45.249)				(400.880)			(446.129)
Pesquisa e Desenvolvimento	(868.078)	(333.329)	(182.908)	(11.636)	(3.412)	(312.975)		(1.712.338)
Plano de Pensão e Saúde						(2.494.510)		(2.494.510)
Outras Receitas (Despesas)								
Operacionais	(735.144)	(561.588)	(1.059.905)	(209.324)	530	(2.065.693)	7.745	(4.623.379)
Lucro (Prejuízo) Operacional	42.679.039	9.165.938	(1.629.928)	1.324.456	(127.410)	(8.606.329)	(2.215.301)	40.590.465
Despesas Financeiras								
Líquidas						(3.932.006)		(3.932.006)
Resultado da Equivalência								
Patrimonial		109.219	155.817	(14.317)	(135.773)	(795.601)		(680.655)
Correção Monetária de								
Balanço								
Receitas (Despesas) Não								
Operacionais	(507.221)	(81.910)	6.030	(31.014)	132.488	43.110		(438.517)
Lucro (Prejuízo) Antes dos								
Impostos e Participação dos								
Acionistas não Controladores	42.171.818	9.193.247	(1.468.081)	1.279.125	(130.695)	(13.290.826)	(2.215.301)	35.539.287
Imposto de Renda e								
Contribuição Social	(14.214.966)	(2.994.609)	561.762	(416.402)	(525.954)	5.564.203	753.208	(11.272.758)
Participação dos Acionistas								
não Controladores	(764.246)	(14.621)	(447.438)		(310.185)	(206.336)		(1.742.826)
Participação de Empregados	(363.100)	(276.337)	(28.342)	(68.730)	(55.862)	(219.543)		(1.011.914)
Lucro Líquido (Prejuízo)	26.829.506	5.907.680	(1.382.099)	793.993	(1.022.696)	(8.152.502)	(1.462.093)	21.511.789

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil							
	2006							
	Gás &							
	E&P	Abastecimento	Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do Resultado								
Receita Operacional Líquida	77.765.669	125.743.740	9.588.012	40.608.225	14.091.558		(109.558.385)	158.238.819
Intersegmentos	70.848.197	32.477.332	2.848.203	624.836	2.759.817		(109.558.385)	
Terceiros	6.917.472	93.266.408	6.739.809	39.983.389	11.331.741			158.238.819
Custo dos Produtos e Serviços								
Vendidos	(35.208.966)	(112.493.820)	(8.562.119)	(36.849.462)	(10.517.631)		108.698.487	(94.933.511)
Lucro Bruto	42.556.703	13.249.920	1.025.893	3.758.763	3.573.927		(859.898)	63.305.308
Despesas Operacionais	(3.223.961)	(3.805.407)	(2.049.273)	(2.812.285)	(2.340.988)	(6.908.225)	72.733	(21.067.406)
Vendas, Gerais e								
Administrativas	(1.019.806)	(3.164.549)	(842.381)	(2.481.032)	(1.324.576)	(2.432.553)	44.953	(11.219.944)
Tributárias	(68.398)	(161.658)	(96.009)	(169.298)	(147.089)	(620.484)		(1.262.936)
Custos Exploratórios para								
Extração de Petróleo e Gás	(1.118.839)				(917.999)			(2.036.838)
Perda na recuperação de								
ativos	(43.153)				(1.910)			(45.063)
Pesquisa e Desenvolvimento	(757.797)	(312.046)	(169.054)	(10.765)	(4.589)	(332.238)		(1.586.489)
Plano de Pensão e Saúde						(1.940.582)		(1.940.582)
Outras Receitas (Despesas)								
Operacionais	(215.968)	(167.154)	(941.829)	(151.190)	55.175	(1.582.368)	27.780	(2.975.554)
Lucro (Prejuízo) Operacional	39.332.742	9.444.513	(1.023.380)	946.478	1.232.939	(6.908.225)	(787.165)	42.237.902
Despesas Financeiras								
Líquidas						(1.332.195)		(1.332.195)
Resultado da Equivalência								
Patrimonial		128.623	(19.609)	(13.654)	66.529	(395.104)		(233.215)
Correção Monetária de								
Balanço								
Receitas (Despesas) Não								
Operacionais	(180.833)	(46.910)	(8.325)	38.275	49.955	80.888		(66.950)
Lucro (Prejuízo) Antes dos								
Impostos e Participação dos								
Acionistas não Controladores	39.151.909	9.526.226	(1.051.314)	971.099	1.349.423	(8.554.636)	(787.165)	40.605.542
Imposto de Renda e								
Contribuição Social	(13.164.109)	(3.084.895)	361.568	(308.295)	(526.287)	4.557.982	267.635	(11.896.401)
Participação dos Acionistas								
não Controladores	(824.491)	(25.574)	(469.481)		(393.088)	119.331		(1.593.303)
Participação de Empregados	(433.941)	(324.381)	(31.731)	(78.002)	(79.640)	(249.223)		(1.196.918)
Lucro Líquido (Prejuízo)	24.729.368	6.091.376	(1.190.958)	584.802	350.408	(4.126.546)	(519.530)	25.918.920

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

R\$ mil							
2007							
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Área Internacional							
Ativo	14.987.316	4.636.112	2.378.118	819.267	2.542.641	(2.957.571)	22.405.883
Demonstração do Resultado							
Receita Operacional Líquida	4.638.000	12.999.060	1.899.958	3.653.825	25.514	(3.826.377)	19.389.980
Intersegmentos	2.589.301	2.818.080	371.561	41.191		(3.826.377)	1.993.756
Terceiros	2.048.699	10.180.980	1.528.397	3.612.634	25.514		17.396.224
Lucro (Prejuízo) Operacional	(83.465)	174.313	479.395	(95.423)	(576.261)	(25.969)	(127.410)
Lucro Líquido (prejuízo)	(777.183)	245.079	325.803	(70.641)	(719.787)	(25.967)	(1.022.696)
R\$ mil							
2006							
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Área Internacional							
Ativo	16.351.034	4.967.011	4.482.696	749.187	2.072.376	(4.910.130)	23.712.174
Demonstração do Resultado							
Receita Operacional Líquida	5.424.390	7.493.264	2.618.272	3.202.460	55.608	(4.702.436)	14.091.558
Intersegmentos	3.916.384	3.107.089	424.296	14.484		(4.702.436)	2.759.817
Terceiros	1.508.006	4.386.175	2.193.976	3.187.976	55.608		11.331.741
Lucro (Prejuízo) Operacional	1.372.074	40.180	553.793	(204.899)	(550.371)	22.162	1.232.939
Lucro Líquido (prejuízo)	395.913	32.287	248.719	(59.323)	(279.151)	11.963	350.408

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta

SILAS RONDEAU CAVALCANTI SILVA
Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

FÁBIO COLLETTI BARBOSA
Conselheiro

GUIDO MANTEGA
Conselheiro

ARTHUR ANTONIO SENDAS
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Presidente

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA
Diretor de Exploração e Produção

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Diretora de Gás e Energia

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

NESTOR CUÑAT CERVERÓ
Diretor Internacional

RENATO DE SOUZA DUQUE
Diretor de Serviços

PAULO ROBERTO COSTA
Diretor de Abastecimento

MARCOS MENEZES
Contador - CRC-RJ 35.286/O-1

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2007.

2. **Foram verificadas as seguintes propostas**, que estão sendo encaminhadas pela Administração da **Petrobras** à aprovação dos acionistas: 1ª) Aprovação das Demonstrações Contábeis da **Petrobras** (Controladora e Consolidadas) do exercício social de 2007; 2ª) Aprovação de retenção de lucros no Patrimônio Líquido, em reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 14.088 milhões, sendo a parcela de R\$ 14.083 milhões do saldo do lucro líquido do exercício e R\$ 5 milhões do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos, estabelecido no orçamento de capital de 2008, no montante de R\$ 39.745 milhões (Recursos Próprios: R\$ 38.720 milhões; e Recursos de Terceiros: R\$ 1.025 milhões); 3ª) Aprovação de destinação do resultado que considera a distribuição do dividendo do exercício de 2007 no montante de R\$ 6.581 milhões (equivalente a 31,44% do lucro básico – R\$ 1,50 por ação ordinária e preferencial), que inclui a parcela de R\$ 6.361 milhões de juros sobre o capital próprio (equivalente a R\$ 1,45 por ação), dos quais serão descontados os juros sobre o capital próprio pagos em 23.01.2008, no montante de R\$ 2.194 milhões, os juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 2.193 milhões, a serem disponibilizados aos acionistas até 31.03.2008 e os juros sobre o capital próprio, de R\$ 1.316 milhões, a serem disponibilizados até 30.04.2008; 4ª) Aprovação da incorporação ao capital de reserva de capital no montante de R\$ 1.020 milhões, sendo R\$ 851 milhões com parte de reserva de incentivos fiscais e R\$ 169 milhões de reserva de subvenção do Fundo da Marinha Mercante - **AFRMM**, e R\$ 25.302 milhões com parte de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, aumentando o capital de R\$ 52.644 milhões para R\$ 78.967 milhões, sem modificação do número de ações ordinárias e preferenciais; e 5ª) Aprovação da parcela que cabe aos administradores da Companhia relativamente à participação nos lucros ou resultados (PLR) do exercício de 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, de 03 de março de 2008, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Petrobras, a serem realizadas em 04 de abril de 2008.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2008

Marcus Pereira Aucélio
Presidente

Erenice Alves Guerra
Conselheira

Maria Lúcia de Oliveira Falcón
Conselheira

Nelson Rocha Augusto
Conselheiro

Túlio Luiz Zamin
Conselheiro

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	48.263.983	372.064	66.423	50.679.864	0	99.382.334
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	4.380.477	0	0	(4.380.477)	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(4.903)	0	4.903	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	22.028.691	22.028.691
5.07	Destinações	0	0	0	15.453.037	(22.033.594)	(6.580.557)
5.07.01	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(6.580.557)	(6.580.557)
5.07.02	Apropriações em Reservas	0	0	0	15.448.134	(15.448.134)	0
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	4.903	(4.903)	0
5.08	Outros	0	1.181.767	0	0	0	1.181.767
5.08.01	Recursos Provenientes do Imp. de Renda	0	1.170.923	0	0	0	1.170.923
5.08.02	Recursos Provenientes do AFRM	0	10.844	0	0	0	10.844
5.09	Saldo Final	52.644.460	1.553.831	61.520	61.752.424	0	116.012.235

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	33.235.445	372.064	60.120	47.035.637	0	80.703.266
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	480.366	480.366
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	15.028.538	0	0	(15.012.224)	0	16.314
5.04	Realização de Reservas	0	0	(9.581)	0	9.581	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	26.063.173	26.063.173
5.07	Destinações	0	0	0	18.656.451	(26.553.120)	(7.896.669)
5.07.01	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(7.896.669)	(7.896.669)
5.07.02	Apropriações em Reservas	0	0	0	18.166.504	(18.166.504)	0
5.07.03	Retenção de lucros	0	0	0	489.947	(489.947)	0
5.08	Outros	0	0	15.884	0	0	15.884
5.08.01	Recursos Provenientes do AFRM	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Constituição Res. Reav. Partic Societár.	0	0	15.884	0	0	15.884
5.09	Saldo Final	48.263.983	372.064	66.423	50.679.864	0	99.382.334

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	33.235.445	354.673	69.094	30.594.424	0	64.253.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(8.974)	0	8.974	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	23.450.082	23.450.082
5.07	Destinações	0	0	0	16.441.213	(23.459.056)	(7.017.843)
5.07.01	Dividendos propostos	0	0	0	0	(7.017.843)	(7.017.843)
5.07.02	Apropriações em Reservas	0	0	0	16.432.239	(16.432.239)	0
5.07.03	Retenção de lucros	0	0	0	8.974	(8.974)	0
5.08	Outros	0	17.391	0	0	0	17.391
5.08.01	Recursos provenientes do AFRMM	0	17.391	0	0	0	17.391
5.09	Saldo Final	33.235.445	372.064	60.120	47.035.637	0	80.703.266

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	231.227.800	210.538.129	183.521.108
1.01	Ativo Circulante	53.373.766	67.219.423	60.235.190
1.01.01	Disponibilidades	13.070.849	27.829.105	23.417.040
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.329.575	3.686.866	3.651.644
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	10.741.274	24.142.239	19.765.396
1.01.02	Créditos	11.328.967	13.432.524	13.029.325
1.01.02.01	Clientes	11.328.967	13.432.524	13.029.325
1.01.02.01.01	Clientes	10.451.975	11.735.593	10.719.005
1.01.02.01.02	Créditos com pessoas ligadas	314.927	573.293	757.192
1.01.02.01.03	Outros Contas a Receber	1.885.561	2.375.051	2.020.770
1.01.02.01.04	Prov. para cré. Liquidação duvidosa	(1.323.496)	(1.251.413)	(467.642)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	17.599.001	15.941.033	13.606.679
1.01.04	Outros	11.374.949	10.016.761	10.182.146
1.01.04.01	Dividendos a receber	80.596	47.462	41.907
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	7.781.536	6.825.757	6.550.997
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	1.429.829	998.477	941.016
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	1.493.200	1.165.430	1.529.487
1.01.04.05	Títulos e Valores Mobiliários	589.788	979.635	1.118.739
1.02	Ativo Não Circulante	177.854.034	143.318.706	123.285.918
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.022.837	16.360.511	14.102.228
1.02.01.01	Créditos Diversos	6.776.599	2.800.551	2.439.865
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Alcool - STN	797.851	785.791	769.524
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.922.370	409.531	618.091
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	3.228	3.228	3.454
1.02.01.01.04	Contas a Receber, Líquidas	2.053.150	1.602.001	1.048.796
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	848.752	174.429	538.975
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	848.752	174.429	538.975
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	14.397.486	13.385.531	11.123.388
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	0	0	0
1.02.01.03.02	Impostos e Contrib. Social Diferidos	3.921.534	3.496.368	2.617.516
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	990.878	959.602	1.477.460
1.02.01.03.04	Pasep/Cofins Diferido	3.145.403	1.704.753	0
1.02.01.03.05	Empréstimos Compulsórios Eletrobrás	0	203.728	117.811
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.693.495	1.750.119	1.818.185
1.02.01.03.07	Adiantamento p/Plano de Pensão	1.296.810	1.242.268	1.205.358
1.02.01.03.08	Adiantamentos a Fornecedores	396.781	706.746	684.235
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	1.514.301	1.838.778	1.362.800
1.02.01.03.10	Estoques	236.753	464.783	492.777

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
1.02.01.03.11	Outros Impostos	275.675	237.809	242.385
1.02.01.03.12	Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo	925.856	780.577	1.104.861
1.02.02	Ativo Permanente	155.831.197	126.958.195	109.183.690
1.02.02.01	Investimentos	7.822.074	4.755.148	2.280.702
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	2.460.567	3.335.235	1.386.132
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	851.062	13.188	8.037
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	1.686.038	1.127.758	489.167
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	747.259	278.967	397.366
1.02.02.01.06	Direito/Adiant-aquisição investimentos	2.077.148	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	139.940.726	114.103.091	100.824.365
1.02.02.03	Intangível	5.532.053	5.651.646	4.604.989
1.02.02.04	Diferido	2.536.344	2.448.310	1.473.634

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	231.227.800	210.538.129	183.521.108
2.01	Passivo Circulante	47.555.011	48.564.250	42.749.609
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.501.230	12.522.276	10.502.998
2.01.01.01	Financiamentos	7.853.781	11.932.301	8.589.629
2.01.01.02	Juros sobre Financiamentos	647.449	589.975	1.913.369
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	13.791.198	11.510.166	8.976.359
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	10.006.272	8.413.040	8.931.341
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.580.557	7.896.669	7.017.843
2.01.06	Provisões	3.634.869	3.524.226	3.241.891
2.01.06.01	Salários, Férias e Encargos	1.688.960	1.451.660	1.196.281
2.01.06.02	Provisão para Contingências	54.000	54.000	167.645
2.01.06.03	Plano de Pensão	424.259	414.821	482.942
2.01.06.04	Plano de Saúde	455.736	406.827	389.459
2.01.06.05	Participações empregados/administradores	1.011.914	1.196.918	1.005.564
2.01.06.06	Outras	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	5.040.885	4.697.873	4.079.177
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	493.217	1.991.177	1.626.854
2.01.08.02	Projetos Estruturados	41.470	34.163	28.135
2.01.08.03	Outros	4.506.198	2.672.533	2.424.188
2.02	Passivo Não Circulante	63.512.565	56.967.832	55.807.409
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	62.120.777	56.554.454	55.324.135
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	29.806.589	31.542.849	34.439.489
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	24.825.051	20.690.284	17.616.129
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	9.272.183	8.012.344	6.641.480
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	613.969	513.880	614.568
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	4.520.145	3.047.789	1.898.360
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. Sociais Diferidos	10.352.712	9.116.271	8.461.721
2.02.01.03.05	Outros impostos diferidos	66.042	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	94.664	46.555	39.954
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	7.394.473	4.274.766	3.228.563
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	6.132.359	3.148.398	1.969.072
2.02.01.06.02	Provisão p/ paradas prog e docagem	0	0	0
2.02.01.06.03	Outras Contas e despesas a pagar	1.262.114	1.126.368	1.259.491
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	1.391.788	413.378	483.274
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	6.306.097	7.475.399	6.178.854
2.04	Patrimônio Líquido	113.854.127	97.530.648	78.785.236
2.04.01	Capital Social Realizado	52.644.460	48.263.983	33.235.445

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.01.01	Capital Social Integralizado	52.644.460	48.263.983	32.896.138
2.04.01.02	Correção Monetária de Capital	0	0	339.307
2.04.02	Reservas de Capital	1.553.831	372.064	372.064
2.04.02.01	Subvenções AFRMM	169.142	158.298	158.298
2.04.02.02	Incentivos fiscais - IR	1.384.689	213.766	213.766
2.04.03	Reservas de Reavaliação	61.520	66.423	60.120
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	61.520	66.423	60.120
2.04.04	Reservas de Lucro	59.594.316	48.828.178	45.117.607
2.04.04.01	Legal	7.612.508	6.511.073	5.207.914
2.04.04.02	Estatutária	504.544	1.249.441	1.008.119
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	51.477.264	41.067.664	38.901.574
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	55.648.419	51.348.872	47.094.993
4.01.01	Das Operações	45.954.214	45.369.438	40.824.117
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	21.511.789	25.918.920	23.724.723
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	24.442.425	19.450.518	17.099.394
4.01.01.02.01	Result de Part dos Acionistas Controladores	1.742.826	1.593.303	1.022.923
4.01.01.02.02	Result. de Part. em Invest. Relevantes	582.742	189.936	158.529
4.01.01.02.03	Dividendos	70.872	101.509	172.977
4.01.01.02.04	Depreciação e Amortização	10.695.825	9.823.557	8.034.718
4.01.01.02.05	Variação Monet Camb do Ativo Permanente	6.923.023	2.252.194	3.999.654
4.01.01.02.06	Variações Monet. e Rendimentos Líquidos	(1.542.245)	(698.938)	(4.083.087)
4.01.01.02.07	Vr Resid. Bens Baixados Ativo Permanente	1.760.875	2.292.040	2.411.575
4.01.01.02.08	Resultado da Alienação de Navios e Equip	0	0	0
4.01.01.02.09	Impostos e Contr. Soc Diferidos Líquidos	618.323	608.173	1.983.578
4.01.01.02.10	Compl. Plano de Benefícios e Outras Prov	3.699.957	3.456.550	3.306.932
4.01.01.02.11	Ágio/Deságio - Amortização	97.913	43.279	91.595
4.01.01.02.12	Outras	(207.686)	(211.085)	0
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	9.694.205	5.979.434	6.270.876
4.01.03.01	Financiamento	8.452.955	5.930.698	5.747.298
4.01.03.02	Receita na alienação de Equipos-Navios	0	0	506.187
4.01.03.03	Créditos e Subvenções p/investimentos	1.189.844	0	17.391
4.01.03.04	Outros	51.406	48.736	0
4.02	Aplicações	68.484.837	50.179.280	45.669.725
4.02.01	Investimentos	5.314.688	3.126.484	0
4.02.02	Imobilizado	40.284.299	26.177.926	25.436.045
4.02.03	Intangível	849.453	1.568.699	1.135.903
4.02.04	Diferido	665.913	763.810	360.839
4.02.05	Transf. Financiamentos p/Passivo Circ.	4.789.112	7.541.273	9.879.227
4.02.06	Redução de Outras ctas do Passivo não Circ	5.730.307	2.623.416	1.451.086
4.02.07	Aumento ao Realizável a Longo Prazo	825.388	523.997	1.111.201
4.02.08	Dividendos	6.580.557	7.896.669	7.017.843
4.02.09	Empreendimentos em Negociação	0	0	0
4.02.10	Aumento no saldo-Conta Petro/Álcool-STN	0	0	18.727
4.02.11	Títulos e Valores Mobiliários	3.445.120	(42.994)	(741.146)
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(12.836.418)	1.169.592	1.425.268
4.04	Variação do Ativo Circulante	(13.845.657)	6.984.233	7.448.990
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	67.219.423	60.235.190	52.786.200
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	53.373.766	67.219.423	60.235.190
4.05	Variação do Passivo Circulante	(1.009.239)	5.814.641	6.023.722
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	48.564.250	42.749.609	36.725.887
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	47.555.011	48.564.250	42.749.609

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos os balanços patrimoniais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e os balanços patrimoniais consolidados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a posição patrimonial e financeira consolidada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado, da segmentação de negócios e do balanço social, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, representam informações complementares a essas demonstrações, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

3 de março de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC-RJ-052.428/O-2

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC-RJ-064.887/O-8

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

12.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

As principais alterações foram:

- **No Grupo 1 - Dados da Empresa:**

- *Item 01.04 - Referência / Auditor:*
 - Campo 6 - Nome do responsável técnico
 - Alteração do sobrenome do responsável técnico de SOUZA para SOUSA
- *Item 01.08 - Proventos em dinheiro*
 - Linhas 07, 08, 09 e 10
 - Alteração da data de aprovação dos proventos pelo RCA de 28/02/2008 para 03/03/2008

- **No Grupo 11 - Notas Explicativas:**

- *Nota 19 - Benefícios concedidos a empregados:*
 - Item 19.3.a - Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)
 - Alteração do nome BR Distribuidora para Petrobras Distribuidora
- *Inclusão do Parecer do Conselho Fiscal*

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	13
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	16
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	18
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	20
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	21
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	23
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	98
12	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	202

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01444-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	3 - CNPJ 43.776.517/0001-80
4 - NIRE 35300016831		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Costa Carvalho, 300		2 - BAIRRO OU DISTRITO Pinheiros	
3 - CEP 05429-900	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3388-8000	8 - TELEFONE 3388-8200	9 - TELEFONE 3388-8201
10 - DDD 11	11 - FAX 3813-0254	12 - FAX -	13 - FAX -
14 - E-MAIL sabesp@sabesp.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Rui de Britto Álvares Affonso			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Costa Carvalho, 300		3 - BAIRRO OU DISTRITO Pinheiros	
4 - CEP 05429-900	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3388-8247	9 - TELEFONE 3388-8386	10 - TELEFONE -
11 - DDD 11	12 - FAX 3815-4465	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL raffonso@sabesp.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	1	01/01/2008	31/03/2008	3	01/10/2007	31/12/2007
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes						10 - CÓDIGO CVM 00385-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marco Antonio Brandão Simurro						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 755.400.708-44	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	227.836	227.836	28.479.577
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	227.836	227.836	28.479.577
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1160 - Saneamento, Serv. Água e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Captação, tratamento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgoto
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	18/10/2007	Juros Sobre Capital Próprio	27/06/2008	ON	1,1800000000
02	RCA	21/02/2008	Juros Sobre Capital Próprio	27/06/2008	ON	0,1400000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	29/04/2008	6.203.688	2.800.000	Reserva de Lucro	0	0,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
15/05/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	18.590.181	18.663.376
1.01	Ativo Circulante	1.934.502	2.224.517
1.01.01	Disponibilidades	380.225	464.997
1.01.01.01	Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	379.813	464.777
1.01.01.02	Outras Disponibilidades	412	220
1.01.02	Créditos	1.344.359	1.546.391
1.01.02.01	Clientes	1.226.632	1.207.885
1.01.02.02	Créditos Diversos	117.727	338.506
1.01.02.02.01	Contas a Receber de Acionistas	117.727	338.506
1.01.03	Estoques	45.436	53.141
1.01.03.01	Almoxarifados de Operação	45.436	53.141
1.01.04	Outros	164.482	159.988
1.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recuperar	2.934	9.414
1.01.04.02	Impostos e Contribuições Diferidos	93.822	108.792
1.01.04.03	Demais Contas a Receber	67.726	41.782
1.02	Ativo Não Circulante	16.655.679	16.438.859
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.966.657	1.866.803
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.966.657	1.866.803
1.02.01.01.01	Clientes	296.956	278.787
1.02.01.01.02	Contas a Receber de Acionistas	1.042.144	986.988
1.02.01.01.03	Indenizações a Receber	148.794	148.794
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	22.880	19.806
1.02.01.01.05	Impostos e Contribuições Diferidos	379.364	357.226
1.02.01.01.06	Demais Contas a Receber	76.519	75.202
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	14.689.022	14.572.056
1.02.02.01	Investimentos	720	720
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Ações em Outras Companhias	698	698
1.02.02.01.07	Depósitos Compulsórios - Eletrobrás	22	22
1.02.02.02	Imobilizado	14.123.586	14.060.073
1.02.02.02.01	Imobilizações Técnicas	12.223.632	12.303.700
1.02.02.02.02	Obras em Andamento	1.899.954	1.756.373

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
1.02.02.03	Intangível	562.075	507.789
1.02.02.04	Diferido	2.641	3.474
1.02.02.04.01	Despesas de Organização e Reorganização	2.641	3.474

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	18.590.181	18.663.376
2.01	Passivo Circulante	2.270.102	2.454.737
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	702.722	683.314
2.01.02	Debêntures	277.397	58.800
2.01.02.01	Debêntures 7ª Emissão	200.000	0
2.01.02.02	Juros sobre Debêntures	77.397	58.800
2.01.03	Fornecedores	106.953	165.267
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	171.085	127.735
2.01.04.01	Programa Paes	44.413	43.918
2.01.04.02	Cofins e Pasep	48.129	41.629
2.01.04.03	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	34.285	4.420
2.01.04.04	Contribuição Social	16.609	5.331
2.01.04.05	INSS	20.015	20.072
2.01.04.06	Outros	7.634	12.365
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	247.816	290.172
2.01.06.01	Para Contingências Tributárias	486	5.766
2.01.06.02	Para Contingências Cíveis	8.060	30.497
2.01.06.03	Para Contingências com Fornecedores	87.722	88.229
2.01.06.04	Para Contingências com Clientes	94.889	151.284
2.01.06.05	Para Contingências Ambientais	7.068	9.594
2.01.06.06	Para Contingências Trabalhistas	49.591	4.802
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	764.129	1.129.449
2.01.08.01	Salários e Encargos	185.201	166.797
2.01.08.02	Serviços	146.492	156.987
2.01.08.03	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	279.515	680.339
2.01.08.04	Impostos e Contribuições Diferidos	74.531	75.249
2.01.08.05	Valores a Restituir	39.699	39.122
2.01.08.06	Compromissos Contratos de Programas	29.033	0
2.01.08.07	Outras Obrigações	9.658	10.955
2.02	Passivo Não Circulante	6.232.348	6.424.633
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.229.248	6.424.633
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.411.343	3.465.664
2.02.01.02	Debêntures	1.300.158	1.477.457
2.02.01.02.01	Debêntures 6ª Emissão	438.212	427.657
2.02.01.02.02	Debêntures 7ª Emissão	115.092	312.362
2.02.01.02.03	Debêntures 8ª Emissão	746.854	737.438
2.02.01.03	Provisões	700.709	655.084
2.02.01.03.01	Para Indenizações Trabalhistas	16.778	56.945
2.02.01.03.02	Cíveis	117.529	95.130

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.02.01.03.03	Com Fornecedores	78.619	83.427
2.02.01.03.04	Com Clientes	416.513	352.744
2.02.01.03.05	Ambientais	50.138	40.481
2.02.01.03.06	Tributárias	21.132	26.357
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	817.038	826.428
2.02.01.06.01	Impostos e Contribuições Diferidos	126.384	159.865
2.02.01.06.02	Programa Paes	189.740	197.635
2.02.01.06.03	Obrigações Previdenciárias	378.630	365.234
2.02.01.06.04	Indenizações	34.597	33.347
2.02.01.06.05	Compromisso Contratos de Programas	16.940	0
2.02.01.06.06	Demais Contas a Pagar	70.747	70.347
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	3.100	0
2.02.02.01	Doações	3.100	0
2.04	Patrimônio Líquido	10.087.731	9.784.006
2.04.01	Capital Social Realizado	3.403.688	3.403.688
2.04.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.04.02.01	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.04.02.02	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.04.03	Reservas de Reavaliação	2.318.144	2.339.829
2.04.03.01	Ativos Próprios	2.318.144	2.339.829
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	3.916.234	3.916.234
2.04.04.01	Legal	306.654	306.654
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	3.609.580	3.609.580
2.04.04.07.01	Reserva para Investimentos	3.609.580	3.609.580
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	325.410	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01444-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	3 - CNPJ 43.776.517/0001-80
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.658.617	1.658.617	1.583.224	1.583.224
3.02	Deduções da Receita Bruta	(118.548)	(118.548)	(118.617)	(118.617)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.540.069	1.540.069	1.464.607	1.464.607
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(664.753)	(664.753)	(652.919)	(652.919)
3.05	Resultado Bruto	875.316	875.316	811.688	811.688
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(412.577)	(412.577)	(354.890)	(354.890)
3.06.01	Com Vendas	(138.613)	(138.613)	(150.180)	(150.180)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(112.476)	(112.476)	(94.265)	(94.265)
3.06.03	Financeiras	(161.488)	(161.488)	(110.445)	(110.445)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	52.390	52.390	33.742	33.742
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	52.155	52.155	33.909	33.909
3.06.03.01.02	Variações Cambiais Ativas	235	235	(167)	(167)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(213.878)	(213.878)	(144.187)	(144.187)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(202.345)	(202.345)	(191.052)	(191.052)
3.06.03.02.02	Variações Cambiais Passiva	(11.533)	(11.533)	46.865	46.865
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	462.739	462.739	456.798	456.798
3.08	Resultado Não Operacional	10.957	10.957	(1.012)	(1.012)
3.08.01	Receitas	14.385	14.385	997	997
3.08.01.01	Receitas	16.156	16.156	1.331	1.331
3.08.01.02	Cofins e Pasep	(1.771)	(1.771)	(334)	(334)
3.08.02	Despesas	(3.428)	(3.428)	(2.009)	(2.009)
3.08.02.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	(3.236)	(3.236)	(1.960)	(1.960)
3.08.02.02	Incentivos Fiscais	0	0	0	0
3.08.02.03	Outras	(192)	(192)	(49)	(49)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	473.696	473.696	455.786	455.786
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(192.297)	(192.297)	(181.077)	(181.077)
3.10.01	Provisão para Imposto de Renda	(141.316)	(141.316)	(132.968)	(132.968)
3.10.02	Provisão para Contribuição Social	(50.981)	(50.981)	(48.109)	(48.109)
3.11	IR Diferido	22.326	22.326	18.171	18.171
3.11.01	Imposto de Renda Diferido	16.416	16.416	13.361	13.361
3.11.02	Contribuição Social Diferida	5.910	5.910	4.810	4.810
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.12.02.01	Item Extraordinário	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	303.725	303.725	292.880	292.880
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	227.836	227.836	28.479.577	28.479.577
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,33309	1,33309	0,01028	0,01028
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (“Companhia” ou “Sabesp”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, assim como fornece água tratada no atacado e disponibiliza tratamento de esgoto para mais 6 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a Sabesp pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A Companhia pretende ampliar a sua base de atuação e ao mesmo tempo passar a ser uma empresa de soluções ambientais.

A Companhia opera os serviços de água e esgotos em 366 municípios que integram o Estado de São Paulo. Na maioria desses municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos. Em 2007 venceram 174 dessas concessões, das quais 86 resultaram em novos contratos e 88 continuam em negociação. Ainda, 21 concessões, que venceriam entre 2008 e 2030, foram antecipadas, totalizando 107 novos contratos por mais 30 anos, sendo que as concessões restantes estão vigentes.

Entre 2008 e 2037 vencerão 136 concessões e mais 35 com relações jurídicas sem prazo determinado para as quais a Lei 11.445, que regulamentou os serviços de saneamento no país, determina que as partes terão até 2010 para assinarem um contrato.

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. Em 31 de março de 2008, o valor contábil do imobilizado utilizado nos 88 municípios em negociação totaliza R\$ 1,79 bilhões e a receita para o mesmo período totaliza R\$ 211 milhões.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar à de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram.

Em 05 de janeiro de 2007 foi sancionada a Lei 11.445, estabelecendo o marco regulatório do saneamento básico, com as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infra-estruturas de saneamento, na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. O marco regulatório visa, também, a melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas coerentes à capacidade de pagamento dos usuários.

Como benefícios para a Companhia, a lei:

- Esclarece as condições para a transitoriedade dos serviços, alterando o artigo 42 da Lei das Concessões para determinar ao Poder Concedente que proceda a avaliações, levantamentos e ao pagamento de indenização previamente à reversão dos bens, como condição de validade dos atos municipais subsequentes;

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Diminui significativamente a possibilidade de êxito nas medidas judiciais adotadas para a retomada dos serviços de forma abrupta e sem indenização;
- Visa a melhoria na consecução dos interesses públicos relacionados ao meio ambiente e prestígio o planejamento estadual dos serviços, sem desprezar as peculiaridades locais, considerando a necessidade de os Municípios apresentarem planos de saneamento, compatíveis com os planos de bacias hidrográficas;
- Impõe a indicação do ente regulador e a publicação de normas regulatórias que permitam maior clareza e eficiência na fiscalização dos serviços, bem como na própria prestação, resguardando e compatibilizando os diferentes interesses do consumidor e das partes contratantes;
- Outra importante transformação no ambiente regulatório em 2007 foi a criação da Agência de Regulação dos Serviços de Saneamento e Energia (ARSESP).

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova Iorque – NYSE, na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

As ITR's foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, exceto pela classificação das doações recebidas que, a partir de 1º de janeiro de 2008, foram registradas na conta de resultado de exercícios futuros de acordo com a Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008.

Alteração da Legislação Societária Brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais alterações podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa
- Inclusão da demonstração do valor adicionado
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Criação dos subgrupos de Intangível, no ativo permanente e Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido

- Normatização dos critérios de avaliação e classificação dos instrumentos financeiros, inclusive derivativos

- Obrigatoriedade de avaliação periódica da capacidade de recuperação de valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido

- Revogação da possibilidade de registrar prêmio recebido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimento não serão mais classificados como reserva de capital, passando a fazer parte do resultado do exercício. A Administração da Companhia poderá destinar a parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos para a formação da reserva de lucros, podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro).

- Modificação do conceito para valores registrados no diferido

- Ajustes a valor presente para os elementos de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como para operações relevantes de curto prazo.

Em 2 de maio de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu a Instrução nº 469/08 que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07. Nesta instrução, é facultada às companhias a aplicação imediata nas Informações Trimestrais (ITRs) do exercício de 2008 de todas as disposições contábeis contidas na nova lei ou a divulgação em nota explicativa às ITRs, com as alterações que possam ter impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis de encerramento do exercício de 2008, estimando os possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado do período.

A Companhia optou por divulgar os efeitos da nova lei em notas explicativas às ITRs, além de registrar efetivamente nas informações trimestrais de 31 de março de 2008, os itens considerados relevantes e mandatórios da Instrução nº 469/08. Como consequência o montante de R\$ 3.100, relativos a doações recebidas no primeiro trimestre de 2008 foi registrado na conta de resultado de exercícios futuros, até que seja regulamentada de forma definitiva.

Adicionalmente ao estabelecido na Instrução CVM nº 469/08, a Companhia avalia que embora grande parte dos dispositivos alterados pela nova Lei ainda depende de regulamentação a ser emitida pela CVM, os assuntos relevantes que poderão modificar a apresentação das demonstrações contábeis já estão sendo adotados ou divulgados e referem-se a segregação do subgrupo Intangível no ativo permanente, a divulgação das demonstrações do fluxo de caixa (conforme divulgado na nota explicativa nº 18) e do valor adicionado (divulgada nas demonstrações contábeis anuais) e a mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, divulgado comparativamente ao valor contábil na nota explicativa nº 15.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. CLIENTES

(a) Sumário dos saldos de contas a receber de clientes

	Mar/08	Dez/07
Particulares		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	746.768	704.626
Acordos (iii)	206.037	202.037
	952.805	906.663
Entidades Governamentais		
Municipal	512.012	524.519
Federal	27.737	25.792
Acordos (iii)	111.037	81.490
	650.786	631.801
Por atacado – Prefeituras Municipais (iv)		
- Guarulhos	396.606	383.911
- Mauá	140.654	135.272
- Mogi das Cruzes	15.538	12.549
- Santo André	338.574	326.549
- São Caetano do Sul	3.118	2.971
- Diadema	101.970	99.932
	996.460	961.184
Fornecimento a faturar	280.317	301.695
Subtotal	2.880.368	2.801.343
Provisão para devedores duvidosos	(1.356.781)	(1.314.671)
Total clientes	1.523.587	1.486.672
Circulante	1.226.632	1.207.885
Não circulante (v)	296.956	278.787

(i) Rol comum – residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial – grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (e sgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos – parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros até a data dos balanços, com vencimento entre 6 e 12 meses, exceto os acordos com prefeituras municipais, com vencimento até 2011.

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela Sabesp e

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

não pagam os valores em litígio. Os valores vencidos estão classificados no realizável a longo prazo, conforme movimentação abaixo:

	Mar/08	Dez/07
Saldo no início do período	961.184	938.597
Faturamento por serviços prestados	77.055	77.258
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(21.616)	(45.011)
Recebimentos – serviços de exercícios anteriores	(20.163)	(9.660)
Saldo no final do período	996.460	961.184
Circulante	44.419	50.769
Não circulante	952.041	910.415

(v) A parcela do não-circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para devedores duvidosos.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	Mar/08	Dez/07
Valores a vencer	824.591	783.946
Vencidos:		
Até 30 dias	153.395	148.498
Entre 31 e 60 dias	76.446	81.244
Entre 61 e 90 dias	47.169	55.821
Entre 91 e 120 dias	43.757	46.202
Entre 121 e 180 dias	88.622	81.313
Entre 181 e 360 dias	143.616	151.993
Acima de 360 dias	1.502.773	1.452.326
Total	2.880.369	2.801.343

(c) Provisão para devedores duvidosos

(i) O montante do complemento da provisão no período pode ser assim apresentado:

	1º tri/08	1º tri/07
Saldo anterior	1.314.671	1.123.157
De particulares / entidades públicas	11.498	26.932
De fornecimento por atacado	30.612	26.556
Adições do período	42.110	53.488
Saldo	1.356.781	1.176.645
Circulante	599.211	528.432
Não circulante	757.570	648.213

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) No resultado

A Companhia contabilizou prováveis perdas de créditos no contas a receber apuradas no primeiro trimestre de 2008, no montante de R\$ 57.468, diretamente ao resultado do período, na rubrica “Despesas com vendas”. No primeiro trimestre de 2007 essas perdas foram de R\$ 76.303.

	<u>1º tri/08</u>	<u>1º tri/07</u>
Provisões (acima de cinco mil reais)	(52.775)	(58.829)
Recuperações (acima de cinco mil reais)	10.665	5.341
Baixa (inferiores ou iguais a cinco mil reais)	(61.034)	(49.067)
Recuperações (inferiores ou iguais a cinco mil reais)	<u>45.676</u>	<u>26.252</u>
Despesas (Nota 17)	<u>(57.468)</u>	<u>(76.303)</u>

A Administração acredita que a provisão para devedores duvidosos é suficiente para absorver prováveis perdas de créditos a receber de clientes.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo (“Gesp”), e empresas a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio e receita operacional com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>Mar/08</u>	<u>Dez/07</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	89.993	311.528
Acordo Gesp (iii), (iv) e (v)	<u>27.734</u>	<u>26.978</u>
Total do circulante	<u>117.727</u>	<u>338.506</u>
Longo prazo:		
Serviços de água e esgoto - Acordo Gesp (iii), (iv) e (v)	104.137	107.911
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos (ii), (iii) e (vi)	<u>938.007</u>	<u>879.077</u>
Valor bruto de longo prazo a receber do acionista	<u>1.042.144</u>	<u>986.988</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>1.159.871</u>	<u>1.325.494</u>
Prestação de serviços de água e esgoto	221.864	446.417
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>938.007</u>	<u>879.077</u>
	<u>1.159.871</u>	<u>1.325.494</u>
Juros Sobre o Capital Próprio a pagar	<u>151.151</u>	<u>551.974</u>

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Receita bruta de vendas e serviços prestados	1º tri/08	1º tri/07
Venda de água	43.161	47.305
Serviço de esgoto	36.426	39.885
Recebimentos	(306.912)	(93.722)

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado de São Paulo e demais companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii) e (iv).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de complementação de aposentadoria e pensão pagos pela Companhia para ex-funcionários oriundos das companhias estatais, que se fundiram para a constituição da Companhia. Os montantes envolvidos deverão ser ressarcidos à Companhia pelo Governo do Estado de São Paulo, na qualidade de principal devedor, conforme Lei Estadual nº 200/74. Em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, 2.613 e 2.635 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos trimestres findos em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007 a Companhia pagou R\$ 24.466 e R\$ 32.373, respectivamente. Havia 143 empregados ativos em 31 de março de 2008, que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 144 em 31 de dezembro de 2007.

(iii) Acordo Gesp

Celebrado em 11 de dezembro de 2001 entre a Companhia, o Governo do Estado de São Paulo (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, onde o Estado reconhece que, por força da Lei nº 200/74, é responsável pelos benefícios decorrentes de complementação de aposentadorias e pensões e reconhece a existência de débitos originários de faturas correspondentes à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto. O total do acordo foi de R\$ 678.830, a valor histórico, sendo R\$ 320.623 referentes aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões no período de março de 1986 a novembro de 2001, e R\$ 358.207 provenientes da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, faturados e vencidos de 1985 até 1º de dezembro de 2001.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova, para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE pretende transferir esses bens à Companhia a título de amortização parcial, mediante cessão de crédito, do montante devido pelo Estado. A avaliação dos reservatórios foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, e indica o montante de R\$ 300.880 (data base – junho de 2002), como consta do respectivo laudo. No entanto, há uma ação civil pública no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo envolvendo a transferência desses reservatórios. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber.

Os saldos de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto foram incluídos no Primeiro e Segundo Aditamentos conforme descrito abaixo (iv) e (v). Os saldos referentes ao reembolso dos benefícios de

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

complementação de aposentadoria e pensão foram incluídos no Termo de Compromisso entre o Estado de São Paulo e a Sabesp, conforme descrito abaixo (vi).

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo Gesp

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo Gesp original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Nos termos do Aditamento, o Governo do Estado reconheceu os valores devidos para a Companhia por serviços prestados de abastecimento de água e coleta de esgoto até fevereiro de 2004, no montante de R\$ 581.779, incluindo correção monetária baseada na Taxa de Referência (TR) ao final de cada exercício, até fevereiro de 2004. A Companhia reconheceu valores a pagar ao Governo do Estado relacionados a juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 518.732, incluindo (1) valores declarados relacionados a anos anteriores a 2003 (R\$ 126.967), (2) correção monetária desses valores baseada na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor (IPC/Fipe) até fevereiro de 2004 (R\$ 31.098), e (3) valores declarados e devidos relativos a 2003 (R\$ 360.667).

A Companhia e o Governo do Estado acordaram sobre a compensação recíproca de R\$ 404.889 (corrigidos monetariamente até fevereiro de 2004). Em 30 de novembro de 2007 o saldo remanescente desse acordo era de R\$ 133.709, os quais foram objeto do “Segundo Aditamento do Acordo Gesp” (v).

O Aditamento ao Acordo Gesp não prevê valores devidos pelo Governo do Estado relacionados ao complemento de aposentadoria e benefícios do plano de pensão, pagos em nome do Governo do Estado pela Companhia, os quais são objetos do Termo de Compromisso descrito adiante (vi).

(v) Segundo Aditamento ao Acordo Gesp

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo Gesp original, (1) concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. O valor das parcelas será atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA-IBGE, acrescida de juros simples de 0,5% ao mês. No saldo desse acordo, cujas parcelas vêm sendo pagas mensalmente, existe um valor de R\$ 46.244 que o Estado não reconhece como devido. A Sabesp tem entendimento diverso do Estado a respeito desse montante, não admitindo a revisão desses valores previamente acordados, sem a demonstração, de forma fundamentada e inequívoca, da ausência de correspondência entre os valores apresentados pela Sabesp e os serviços efetivamente prestados. Por esta razão a Companhia entende não ser necessária qualquer provisão para perdas referente a estes valores (conforme item VII, dos Considerando, do Segundo Aditamento ao Termo de Reconhecimento, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças entre o Estado de São Paulo e a Sabesp) (2) em relação às contas vencidas e não pagas no período de março de 2004 a outubro de 2007, oriundas da prestação de serviços de água e coleta de esgotos no total de R\$ 256.608, R\$ 235.407 foram recebidos e R\$ 21.201, encontram-se pendentes de confirmação e recebimento. Esses valores estão sendo avaliados conjuntamente pela Sabesp e os representantes das diversas Secretarias do Estado. Foram identificadas até o momento divergências quanto ao devedor, mas não quanto ao valor do débito em si. No caso de reclassificação

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do responsável pelo pagamento da conta, a Sabesp transferirá a cobrança para a Entidade correspondente. A Companhia não constituiu provisão para perdas nesse montante uma vez que entende que as divergências são relacionadas substancialmente à identificação do devedor. (3) Os juros sobre o capital próprio devidos pela Sabesp ao Estado, referentes ao período de março de 2004 a dezembro de 2006, no montante de R\$ 400.823, atualizados a partir de junho de 2007 até novembro de 2007, pela taxa Selic, foram pagos no período de janeiro a março de 2008. (4) O Estado e a Sabesp concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

A Administração entende que todos os valores devidos pelo Governo do Estado são recebíveis e não espera incorrer em perdas com tais contas a receber.

(vi) Termo de Compromisso entre o Estado de São Paulo e a Sabesp

Em 26 de março de 2008, foi assinado Termo de Compromisso, entre o Governo do Estado de São Paulo (Gesp), por intermédio da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Saneamento e Energia, e a Sabesp, para o equacionamento das pendências financeiras relacionadas ao reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão.

Embora o Estado reconheça ser devedor dos valores referentes ao pagamento de complementações de aposentadoria e pensões, há uma discordância dos critérios adotados pela Sabesp para a concessão e pagamento dos benefícios, por força de superveniência de pareceres jurídicos emitidos pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, os quais vinculam a atuação do Estado e impedem o ressarcimento espontâneo da totalidade dos valores pagos pela Sabesp.

Sob o ponto de vista da Sabesp, os critérios adotados no passado para a concessão e pagamento de benefício afiguram-se corretos, pois foram apoiados em autorizações específicas do Estado ou em entendimentos jurídicos então vigentes.

A persistência das divergências entre o Estado e a Sabesp constitui o principal motivo porque as partes não conseguiram até o momento implementar completamente o ajustado no Acordo Gesp de 2001, descrito na nota 4 (iii).

Com base em levantamentos preliminares, de acordo com os critérios de cálculo e elegibilidade aceitos pelo Estado, a Sabesp estimou até o 1º trimestre de 2008 o Valor do Reembolso Incontroverso em aproximadamente R\$ 987 milhões, que incorpora atualização monetária de acordo com a variação do Índice de Preços ao consumidor Ampliado (IPCA) (R\$ 642,3 milhões em valores nominais). O valor total pago pela Sabesp até o 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 1.503,5 milhões, atualizados pelo IPCA (R\$ 938 milhões em valores nominais).

Há consenso entre as partes que essa divergência não deve representar um obstáculo à implementação dos compromissos assumidos no Acordo Gesp – Nota 4 (iii) relativamente ao Valor de Reembolso Incontroverso.

A Fipecafi está efetuando a validação do Valor do Reembolso Incontroverso e do Valor Controverso, estimados pela Sabesp, bem como as empresas para realizarem nova avaliação dos Reservatórios que poderão

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ser transferidos para a Sabesp a título de amortização das parcelas do ressarcimento devido pelo Estado. O Valor do Reembolso Incontroverso deverá incorporar a variação mensal do IPCA ocorrida desde o mês de cada desembolso pela Sabesp e até o mês da conclusão dos trabalhos da apuração.

Uma vez apurado e validado pelas partes o Valor do Reembolso Incontroverso, assim como concluída a nova avaliação dos reservatórios, o Estado iniciará no prazo de até 30 dias o pagamento do Valor do Reembolso Incontroverso, conforme previsto no Acordo Gesp, em 114 parcelas mensais e consecutivas, incorporando a variação anual do IPCA, e juros de 6% ao ano.

O Estado confirma a disposição de assumir a responsabilidade pelo processamento e pagamento direto dos benefícios, caso a Sabesp consiga reverter a decisão judicial que a obriga a continuar efetuando normalmente, nas condições e termos atuais, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensões. Enquanto persistir a atual decisão judicial, o Estado transferirá à Sabesp o numerário necessário ao pagamento do valor incontroverso dos benefícios que vencerem mensalmente.

A Sabesp não renunciará a créditos de que a Companhia se considere legítima titular em face do Estado. Nesse sentido o esgotará todas as possibilidades de dirimir a questão em instâncias técnico-jurídicas. Em persistindo a divergência, adotará todas as medidas necessárias para assegurar os interesses da Companhia.

Com base em cálculos preliminares, considerando o reembolso do Valor Incontroverso pelo Gesp, estimado aproximadamente em R\$ 987,0 milhões, representando 66 % do valor pago pela Sabesp e considerando, entre outros aspectos a necessidade de reconhecer um passivo atuarial para refletir o direito a benefícios que serão pagos no futuro, o valor estimado desse passivo a ser reconhecido pela Companhia seria de aproximadamente R\$ 526 milhões em 31 de março de 2008 (R\$513 milhões aproximadamente em 31 de dezembro de 2007).

Nenhuma provisão foi constituída, seja para perda ou para os benefícios que serão pagos no futuro, em virtude da elevada expectativa de êxito no recebimento dos valores pendentes e da solução das divergências em favor da Companhia. Essa expectativa funda-se em, além de uma análise interna pelos órgãos da Companhia, parecer jurídico externo, cuja conclusão, após análise detida da matéria, foi no sentido de que eventual ação de regresso da Companhia em face do Estado tem grande possibilidade de êxito. Nos termos do parecer, as circunstâncias nas quais foram realizados os pagamentos dos benefícios impõem ao Gesp o dever de ressarcir a Companhia, na medida em que ela figurou apenas como co-obrigada, em virtude de sua condição de empregadora. A análise das principais divergências permite inferir também que os critérios adotados pela Companhia no passado para a concessão e pagamento de benefício são razoáveis, por terem sido construídos a partir de orientações específicas do próprio Gesp.

Do faturamento dos meses de novembro de 2007 a março de 2008, aproximadamente 80 % das contas já foram pagas pelo Governo do Estado. O valor restante está em fase de análise e será recebido assim que forem concluídas as validações pelos órgãos estaduais.

(b) Disponibilidades

A Companhia possuía saldo de caixa e aplicações financeiras junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado nos valores de R\$ 334.718 e R\$ 421.630 em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, respectivamente. As receitas financeiras oriundas dessas aplicações financeiras foram de R\$ 9.740 e R\$ 9.378 nos períodos findos em 31 de março de 2008 e 2007, respectivamente. A Companhia deve, por força de Decreto Estadual, aplicar seus recursos excedentes junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Acordo para uso de reservatórios

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings e uma parcela de alguns reservatórios do Sistema do Alto Tietê, que são de propriedade do DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica; caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes. A Companhia não paga qualquer taxa pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais.

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados envolvendo aproximadamente 7.100 imóveis, que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos. Os contratos prevêem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Garantias

O Governo do Estado concede garantias para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra quaisquer taxas a elas relacionadas.

(f) Transações entre as partes

A Administração está envidando esforços para manter em bases permanentes a adimplência do Estado com relação as transações entre as partes.

5. INDENIZAÇÕES A RECEBER

Indenizações a receber é um ativo não-circulante representando valores a receber dos municípios de Diadema e Mauá como indenização pela retirada unilateral das concessões de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007 esse ativo importava em R\$ 148.794.

Em virtude desses contratos de concessão, a Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto naqueles municípios para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não-circulante (indenizações a receber), e registrou custos não indenizáveis para refletir os ativos pelos valores recuperáveis estimados, contratualmente acordados como indenização pela Companhia perante as autoridades competentes. O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, baixados contabilmente em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo da indenização e de outros créditos a receber do município era de R\$ 62.876 em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007. O valor residual dos itens do imobilizado relativos ao município de Mauá, baixados no exercício fiscal de 1999, era de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918 em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

Os direitos da Companhia à recuperação desses valores estão sendo disputados com os municípios e nenhum valor foi recebido até o momento.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Sabesp deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Com relação a Diadema, o juiz de primeira instância proferiu sentença contrária à Sabesp, contra a qual houve interposição de apelação em novembro de 2000. Em 1 de dezembro de 2005 foi dado parcial provimento à apelação da Sabesp para declarar a validade do acordo celebrado com o município de Diadema. Em 11 de outubro de 2006, a prefeitura interpôs recursos especial e extraordinário, e em 21 de novembro de 2006 foi publicada a decisão permitindo à Companhia apresentar a sua resposta aos aludidos recursos, o que já foi por ela atendido em 06 de dezembro de 2006. Os recursos foram indeferidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça em 27 de março de 2007 e contra essa decisão a prefeitura interpôs novos recursos de agravo de instrumento. O agravo da Prefeitura dirigido ao STF foi acolhido, mas apenas com o fim de determinar o julgamento do recurso extraordinário que fora indeferido. Em 26 de dezembro de 2007 foi proferida decisão judicial deferindo o prosseguimento da execução em face da Companhia de Saneamento de Diadema – Saned e mandando intimar essa companhia para que pague o valor integral do débito, em 15 dias, sob pena de multa. Aguarda-se atualmente a efetivação dessa determinação, haja vista que a referida decisão foi publicada em 31 de janeiro de 2008 e contra ela a Saned interpôs Agravo de Instrumento, sendo que por ora, o Desembargador Relator, em 28 de fevereiro de 2008, manteve a decisão agravada até a vinda das informações do juízo de primeira instância, quando então apreciará o pedido de efeito suspensivo.

Com relação a Mauá, foi proferida uma decisão em primeira instância em 23 de fevereiro de 2005 exigindo que o Município pague um valor de R\$ 153,2 milhões como compensação por lucros cessantes. Esta decisão foi recorrida por Mauá em 15 de abril de 2005 e está pendente de uma decisão pelo Tribunal de Justiça. Em 4 de julho de 2006 o julgamento foi convertido em diligência consistente em esclarecimento pericial sobre o valor atribuído a título de indenização por lucros cessantes. O esclarecimento foi prestado em 18 de dezembro de 2007, tendo o perito confirmado o valor dos lucros cessantes apurado em primeira instância. Após a manifestação das partes, os autos foram à conclusão com o Desembargador Relator, para a designação de data para o julgamento da apelação.

Baseada na opinião de assessores legais, a Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. IMOBILIZADO

	Mar/08			Dez/07
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em operação				
Sistema de água				
Terrenos	962.214	-	962.214	961.538
Estruturas	2.812.237	(1.590.786)	1.221.451	1.251.702
Ligações	991.381	(395.594)	595.787	586.159
Hidrômetros	302.256	(151.517)	150.739	145.324
Redes	3.479.660	(1.119.946)	2.359.714	2.392.416
Poços	209.194	(110.043)	99.151	97.490
Equipamentos	524.267	(355.504)	168.763	169.704
Outros	16.368	(13.343)	3.025	3.124
Subtotal	9.297.577	(3.736.733)	5.560.844	5.607.457
Sistema de esgotos				
Terrenos	348.827	-	348.827	348.508
Estruturas	1.653.511	(663.528)	989.983	1.003.809
Ligações	948.303	(399.755)	548.548	553.725
Redes	5.571.805	(1.276.975)	4.294.830	4.321.273
Equipamentos	565.261	(443.611)	121.650	123.340
Outros	4.804	(2.823)	1.981	2.113
Subtotal	9.092.511	(2.786.692)	6.305.819	6.352.768
Uso geral				
Terrenos	107.706	-	107.706	107.707
Estruturas	139.153	(81.663)	57.490	57.882
Equipamentos de transporte	146.560	(131.503)	15.057	11.147
Móveis, utensílios e equipamentos	330.690	(180.452)	150.238	140.260
Terrenos cedidos em comodato	20.556	-	20.556	20.556
Bens cedidos em comodato	8.457	(2.535)	5.922	5.923
Subtotal	753.122	(396.153)	356.969	343.475
Total em operação	19.143.210	(6.919.578)	12.223.632	12.303.700
Em andamento				
Sistema de água	779.227	-	779.227	734.016
Sistema de esgotos	1.116.531	-	1.116.531	1.018.620
Outros	4.196	-	4.196	3.737
Total em andamento	1.899.954	-	1.899.954	1.756.373
Total geral	21.043.164	(6.919.578)	14.123.586	14.060.073

O imobilizado em operação representa os bens envolvidos na prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos. Sobre os bens originários de contratos negociados com base em laudos econômico-financeiro e dos contratos de programa, a Sabesp exerce a posse e a gestão.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Depreciações

A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais:

Edificações – 4%, interceptores e redes – 2%, maquinaria e equipamentos – 10%, hidrômetros – 10%, veículos – 20%, equipamento de computação – 20%, ligações prediais – 5 %, mobiliário de escritório – 10% e outros imobilizados – 10%.

(b) Baixa dos bens do imobilizado

A Companhia baixou, no primeiro trimestre de 2008, bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 3.236 (no primeiro trimestre de 2007 – R\$ 1.960), relacionados ao grupo de bens em operação, motivados por obsolescência, furtos e alienação.

(c) Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia capitalizou juros e variação monetária, incluindo variação cambial, no imobilizado no valor de R\$ 12.826 no primeiro trimestre de 2008 (no primeiro trimestre de 2007 – R\$ (2.671)), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(d) Obras em andamento

A previsão para desembolsos a partir do primeiro trimestre de 2008 até 2013, referentes a investimentos já contratados, é de aproximadamente R\$ 1.798 milhões.

(e) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, procedidas de acordo com a legislação pertinente. Seus proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais. A previsão para desembolsos a serem realizados a partir do primeiro trimestre de 2008, sem data prevista do efetivo desembolso, é de aproximadamente R\$ 472 milhões. Os bens objeto desses processos deverão ser registrados no ativo imobilizado quando concretizada a operação. No primeiro trimestre de 2008, o valor referente às desapropriações foi de R\$ 1.452 (R\$ 437 – no primeiro trimestre de 2007).

(f) Ativos dados em garantia

Em 31 de março de 2008, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial - Paes (Nota 10).

Os três imóveis da Companhia, no valor de R\$ 60.539 que foram caucionados como garantia para financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird cuja quitação ocorreu em abril de 2007, estão aguardando liberação junto ao Governo Federal.

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, ativos cedidos em comodato no valor de R\$ 26.479, relativos, principalmente, a terrenos situados próximos às áreas operacionais.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(h) Reavaliação

Os bens do imobilizado foram objeto de reavaliação ocorrida em 1990 e 1991 e estão sendo depreciados por taxas anuais que correspondem ao tempo de vida útil remanescente, definidas nos respectivos laudos que, via de regra, se situam nos intervalos das taxas retro-apresentadas.

Conforme permitido pela Instrução CVM nº 197/93, a Companhia deixou de provisionar o efeito fiscal diferido sobre a mais valia decorrente de reavaliação do ativo imobilizado ocorrida em 1990 e 1991. Caso fosse reconhecido o imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação, o montante não realizado até 31 de março de 2008 seria de R\$ 393.251 (R\$ 422.966 até 31 de março de 2007). Foi realizado no período de janeiro a março de 2008 o montante de R\$ 21.685 (janeiro a março de 2007 – R\$ 21.843).

(i) Ativos totalmente depreciados

Em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, o valor contábil bruto dos ativos totalmente depreciados que ainda se encontram em uso é de R\$ 763.182 e R\$ 606.142, respectivamente.

7. INTANGÍVEL

	<u>mar/08</u>	<u>dez/07</u>
(a) Concessões	504.365	507.789
(b) Contratos de programa	<u>57.710</u>	<u>-</u>
	<u>562.075</u>	<u>507.789</u>

a) Concessões

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas a novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia (até dezembro de 2000) ou em dinheiro, é registrado nessa rubrica e amortizado pelo período da respectiva concessão (na sua maioria 30 anos). Em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O montante líquido demonstrado refere-se à assunção dos seguintes municípios:

	Mar/08		Dez/07
	<u>Custo</u> <u>corrigido</u>	<u>Amortização</u> <u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Agudos	7.787	(2.238)	5.549
Bom Sucesso do Itararé	357	(41)	316
Campo Limpo Paulista	15.440	(3.374)	12.066
Conchas	3.606	(624)	2.982
Duartina	1.639	(360)	1.279
Estância de Serra Negra	15.149	(2.066)	13.083
Itapira	16.123	(1.330)	14.793
Itararé	5.835	(1.669)	4.166
Marabá Paulista	1.603	(126)	1.477
Miguelópolis	4.447	(1.271)	3.176
Osasco	288.447	(71.674)	216.773
Paraguaçu Paulista	15.121	(4.309)	10.812
Paulistânia	155	(35)	120
Sandovalina	2.385	(129)	2.256
Santa Maria da Serra	1.148	(278)	870
São Bernardo do Campo	237.464	(33.015)	204.449
Várzea Paulista	<u>13.623</u>	<u>(3.425)</u>	<u>10.198</u>
Total	<u>630.329</u>	<u>(125.964)</u>	<u>504.365</u>

A amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos de concessão dos municípios assumidos.

No primeiro trimestre de 2008 e de 2007 as despesas de amortização relacionadas aos direitos intangíveis de concessão foram de R\$ 5.323 e R\$ 5.083, respectivamente.

b) Contratos de Programa

Na renovação de alguns contratos de programa, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de ações de saneamento sócio ambientais. Estes compromissos estão sendo amortizados pela vigência do contrato de programa. Os valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Município</u>	<u>Valor</u>	<u>Mar/08</u> <u>Amortização</u> <u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Alfredo Marcondes	70	-	70
Bento de Abreu	50	-	50
Bocaina	800	(7)	793
Campos do Jordão	3.000	(58)	2.942
Emilianópolis	112	(2)	110
Fernandópolis	9.500	(79)	9.421
Franca	30.000	(667)	29.333
Jales	5.200	(101)	5.099
Lorena	9.000	(75)	8.925
Mombuca	196	(2)	194
Planalto	39	(1)	38
São Luiz do Paraitinga	600	(5)	595
Valentim Gentil	140	(1)	139
Total	<u>58.708</u>	<u>(998)</u>	<u>57.710</u>

A amortização é realizada durante a vigência dos contratos de programa (na sua maioria 30 anos).

No primeiro trimestre de 2008 as despesas de amortização relacionadas aos contratos de programa foram de R\$ 998.

Os valores ainda não desembolsados relacionados aos contratos de programa estão registrados na conta “compromissos contrato de programa”, nos passivos circulante R\$ 29.033 e não circulante R\$ 16.940.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

(i) Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

	Mar/08			Dez/07			Garantias	Vencimento	Taxa anual	Atualização
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total				
Em moeda local:										
Banco do Brasil	243.699	1.582.501	1.826.200	238.194	1.642.644	1.880.838	Gov.Est.S.Paulo e Recursos Próprios	2014	8,50%	UPR
Debêntures 6ª Emissão	-	438.212	438.212	-	427.657	427.657	Sem garantias	2010	11%	IGP-M
Debêntures 7ª Emissão	200.000	115.092	315.092	-	312.362	312.362	Sem garantias	2010	CDI+1,5% e 10,8%	IGP-M
Debêntures 8ª Emissão	-	746.854	746.854	-	737.438	737.438	Sem garantias	2011	CDI+1,5% e 10,75%	IGP-M
Caixa Econômica Federal	59.739	485.319	545.058	58.267	490.904	549.171	Recursos Próprios	2008/2022	5% a 9,5%	UPR
FIDC – Sabesp I	55.556	111.111	166.667	55.555	125.000	180.555	Recursos Próprios	2011	CDI + 0,70%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	41.928	155.306	197.234	41.904	165.689	207.593	Recursos Próprios	2013	3% + TJLP limite 6%	
Outros	3.088	17.370	20.458	3.146	18.753	21.899		2009/2011	12% / CDI / TJLP+ 6%	UPR
Juros e encargos financeiros	<u>113.195</u>	<u>32.752</u>	<u>145.947</u>	<u>93.398</u>	<u>32.036</u>	<u>125.434</u>				
	<u>717.205</u>	<u>3.684.517</u>	<u>4.401.722</u>	<u>490.464</u>	<u>3.952.483</u>	<u>4.442.947</u>				
Em moeda estrangeira:										
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): US\$ 441.642 mil (2007 - US\$ 432.099 mil)	66.549	705.927	772.476	64.764	700.613	765.377	Governo Federal	2016/2025	3,00 a 5,61%	Var. Cesta Moedas + US\$
Eurobônus: US\$ 238.052 mil (2007 - US\$ 238.052 mil)	171.503	244.874	416.377	173.680	247.982	421.662	Sem garantias	2008/2016	12% e 7,5%	US\$
JBIC – Iene 4.341.649 mil (2006 – Iene 2.654.422 mil)	-	76.183	76.183	-	42.043	42.043	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
Juros e encargos financeiros	<u>24.862</u>	<u>-</u>	<u>24.862</u>	<u>13.206</u>	<u>-</u>	<u>13.206</u>				
	<u>262.914</u>	<u>1.026.984</u>	<u>1.289.898</u>	<u>251.650</u>	<u>990.638</u>	<u>1.242.288</u>				
Total dos empréstimos e financiamentos	<u>980.119</u>	<u>4.711.501</u>	<u>5.691.620</u>	<u>742.114</u>	<u>4.943.121</u>	<u>5.685.235</u>				

Em 31 de março de 2008 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados no curto prazo.

Cotação de 31 de março de 2008: US\$ 1,7491; Iene 0,017547 (31 de dezembro de 2007: US\$ 1,7713; Iene 0,015839)

UPR: Unidade Padrão de Referência

TJLP : Taxa de Juros de Longo Prazo

VARIAÇÃO DA CESTA DE MOEDAS: Valor referente a unidade de conta BID e BIRD

CDI: Certificado de Depósito Interbancário

IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado

(ii) Cronograma de liquidação de empréstimos e financiamentos

O volume total de dívida a ser pago até o final de 2008 é de R\$ 670.912, sendo o montante indexado ao dólar norte americano no valor de R\$ 262.914, e o montante de R\$ 407.998 refere-se a valores a vencer de juros e principal de empréstimos em reais.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INSTITUIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 em diante	TOTAL
PAÍS								
União Federal/Banco do Brasil	180.825	259.690	282.655	307.652	334.858	364.471	96.049	1.826.200
Caixa Econômica Federal - CEF	44.470	62.437	67.033	72.545	78.399	78.544	141.630	545.058
Debêntures	-	774.073	329.231	396.854	-	-	-	1.500.158
FIDC - Sabesp I	41.667	55.556	55.556	13.888	-	-	-	166.667
BNDES	31.446	41.928	41.928	41.928	35.986	4.018	-	197.234
Outros	2.333	5.920	6.381	5.824	-	-	-	20.458
Juros e Encargos	107.257	18.312	16.303	4.075	-	-	-	145.947
Total País	407.998	1.217.916	799.087	842.766	449.243	447.033	237.679	4.401.722
EXTERIOR								
BID	66.549	66.550	66.550	66.550	66.550	66.549	373.178	772.476
Eurobônus	171.503	-	-	-	-	-	244.874	416.377
JBIC	-	-	-	2.059	4.118	4.118	65.888	76.183
Juros e Encargos	24.862	-	-	-	-	-	-	24.862
Total Exterior	262.914	66.550	66.550	68.609	70.668	70.667	683.940	1.289.898
Total Geral	670.912	1.284.466	865.637	911.375	519.911	517.700	921.619	5.691.620

(iii) Estruturação da dívida

A Companhia tem como um dos objetivos principais a redução da exposição à dívida em moeda estrangeira, buscando minimizar os custos e a volatilidade sobre os resultados.

(iv) Compromissos Financeiros – “Covenants”

Em 31 de março de 2008 a Companhia se encontrava em conformidade com todos os “covenants”.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

(a) Diferidos

	Mar/08	Dez/07
No ativo circulante (i)		
Imposto de renda diferido	68.987	79.994
Contribuição social diferida	24.835	28.798
	<u>93.822</u>	<u>108.792</u>
No ativo não circulante (ii)		
Imposto de renda diferido	277.125	260.847
Contribuição social diferida	102.239	96.379
	<u>379.364</u>	<u>357.226</u>
No passivo circulante (iii)		
Pasep diferido	21.324	21.507
Cofins diferido	53.207	53.742
	<u>74.531</u>	<u>75.249</u>
No passivo não circulante (iv)		
Imposto de renda diferido	55.764	66.909
Contribuição social diferida	15.565	19.578
Pasep diferido	15.860	19.128
Cofins diferido	39.195	54.250
	<u>126.384</u>	<u>159.865</u>

	1º tri / 08	1º tri / 07
No resultado		
Imposto de renda	(141.316)	(132.968)
Imposto de renda diferido	16.416	13.361
	<u>(124.900)</u>	<u>(119.607)</u>
No resultado		
Contribuição social	(50.981)	(48.109)
Contribuição social diferida	5.910	4.810
	<u>(45.071)</u>	<u>(43.299)</u>

(i) No ativo circulante

Calculados substancialmente com base em diferenças temporais no montante de R\$ 275.947 (dez/2007 – R\$ 319.977).

(ii) No ativo não circulante

Calculados substancialmente com base em diferenças temporais no montante de R\$ 1.108.500 (dez/2007 – R\$ 1.043.388) relativo ao imposto de renda, e R\$ 1.135.989 (dez/2007 – R\$ 1.070.876) relativo à contribuição social.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) No passivo circulante

Calculados substancialmente sobre o faturamento a órgãos públicos, sendo a apuração da obrigação e constituição da provisão efetuada quando da prestação do serviço, e sua liquidação no recebimento das faturas.

(iv) No passivo não circulante

- Imposto de renda e contribuição social

Calculados substancialmente com base em diferenças temporais no montante de R\$ 223.055 (dez/2007 – R\$ 267.636) relativos ao imposto de renda, e R\$ 172.948 (dez/2007 – R\$ 217.530) relativas à contribuição social.

- Pasep e Cofins

Calculados substancialmente sobre o faturamento a órgãos públicos, sendo a apuração da obrigação e constituição da provisão efetuada quando da prestação do serviço, e sua liquidação no recebimento das faturas.

(b) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas informações trimestrais estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	1º tri / 08	1º tri / 07
Lucro antes dos impostos	473.696	455.786
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa à taxa nominal	(161.057)	(154.967)
Diferenças permanentes:		
Realização da reserva de reavaliação	(7.373)	(7.427)
Outras diferenças	(1.541)	(512)
Imposto de renda e contribuição social	(169.971)	(162.906)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(192.297)	(181.077)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.326	18.171
Alíquota efetiva	36%	36%

10. PROGRAMA PAES – PARCELAMENTO ESPECIAL

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial – “Paes” em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98 e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal – “Refis”. O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O débito está sendo pago em 120 meses, sendo que o montante pago no 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 9.993 (R\$ 10.938 no 4º trimestre de 2007), e foram provisionados R\$ 2.593 no 1º trimestre de 2008 (R\$ 3.305 no 1º trimestre de 2007).

Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores no Programa Paes.

11. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev, entidade constituída em agosto de 1990 com o objetivo principal de administrar planos de benefício previdenciário complementar e programa assistencial dos empregados da Sabesp.

(a) Benefícios Previdenciários:

As contribuições mensais relativas ao plano previdenciário - benefício definido correspondem a 2,0% da Companhia e 2,30% dos participantes.

A contribuição dos participantes apresentada acima é a média, pois o valor do desconto varia em função da faixa salarial, entre 1% e 8,5%.

Objetivando atender ao disposto na Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados abaixo os valores apurados dos benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a que os empregados farão jus após o tempo de serviço.

Em 31 de dezembro de 2007, com base no relatório de atuário independente, a Sabesp possuía um compromisso atuarial líquido de R\$ 365.234, que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas, e os ativos garantidores.

O passivo atuarial em 31 de março de 2008, no montante de R\$ 378.630 (dez/2007 – R\$ 365.234), está contabilizado no passivo não circulante.

Para o exercício de 2008 a estimativa de despesa é de R\$ 67.129 da qual foi reconhecida no período de janeiro a março de 2008 o montante de R\$ 13.396 (R\$ 10.764 no período de janeiro a março de 2007) conforme demonstrado a seguir:

	<u>1ºtri/08</u>	<u>1ºtri/07</u>
Repasse à Sabesprev	4.118	3.832
Passivo atuarial registrado	<u>13.396</u>	<u>10.764</u>
Total contabilizado	17.514	14.596

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Plano Assistencial:

O programa assistencial, que é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, é mantido também por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no período foram as seguintes:

Da Companhia: 7,20%, em média, da folha de salários;

Dos participantes: 3,21% sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,30% da folha bruta de salários.

12. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

No trimestre findo em 31 de março de 2008 foi provisionado o valor de R\$ 12.838, o qual encontra-se registrado na conta de salários e encargos, no passivo circulante, referentes aos períodos de janeiro a dezembro de 2008, mediante o cumprimento de metas estabelecidas em negociações entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Dez/07	Adições	Exclusões	Juros, Atualizações e Reversões	Mar/08
Ações com clientes (i)	526.302	41.740	(39.425)	5.527	534.144
Ações com fornecedores (ii)	174.556	3.641	(9.134)	240	169.303
Outras questões cíveis (iii)	127.890	5.030	(6.785)	5.429	131.564
Ações tributárias (iv)	34.491	170	(10.190)	(487)	23.984
Ações trabalhistas (v)	61.747	6.324	(931)	(771)	66.369
Ações ambientais (vi)	50.075	9.749	(3.604)	986	57.206
Subtotal	975.061	66.654	(70.069)	10.924	982.570
Depósitos judiciais	(29.805)	(5.437)	1.839	(642)	(34.045)
Total	945.256	61.217	(68.230)	10.282	948.525

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais. No passivo circulante, na rubrica "Provisões", valores relativos a processos judiciais em fase de execução de sentença o saldo apresentado de R\$ 247.816 (dez/2007 – R\$ 290.172), está líquido dos valores depositados judicialmente no montante de R\$ 28.131 (dez/2007 – R\$ 29.805), no passivo não circulante, na rubrica "Provisões", no valor de R\$ 700.709 (dez/2007 – R\$ 655.084), apresentado líquido dos valores depositados judicialmente no montante de R\$ 5.914.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Ações com clientes – aproximadamente 1.170 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, e, conseqüentemente, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável.
- (ii) Ações com fornecedores – as reclamações com fornecedores foram ajuizadas por algumas construtoras alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro de contrato. Essas ações encontram-se em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável.
- (iii) Outras questões cíveis – referem-se principalmente a pedidos de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.
- (iv) Ações tributárias – as provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.
- (v) Ações trabalhistas – a Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que grande parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de perda provável e, conseqüentemente, devidamente provisionado.
- (vi) Ações ambientais – referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam a imposição de multa por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados nem sempre representam o montante final a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos e a impossibilidade da Administração estimar os montantes dos futuros desembolsos de forma razoável.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como sendo possíveis de perda e que não estão registradas contabilmente. O montante atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 1.997.800 em 31 de março de 2008 (dez/2007 – R\$ 1.943.100).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 4.100.000, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Grupamento de Ações

A Assembléia de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2007, aprovou a proposta de Grupamento de Ações. As ações passaram a ser agrupadas na proporção de 125 (cento e vinte e cinco) ações para 1 (uma) ação, e a partir de 4 de junho de 2007 passaram a ser negociadas em reais por ação. O capital social passou a ser representado por 227.836.623 ações ordinárias escriturais nominativas, sem valor nominal, permanecendo inalterado o valor do capital social da Sabesp.

Simultaneamente à operação de grupamento, os American Deposit Receipts (ADRs) passaram a ser negociados na proporção de 1 (um) ADR para cada 2 (duas) ações.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é composto de 227.836.623 ações ordinárias escriturais nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Mar/08		Dez/07	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Secretaria da Fazenda	114.508.087	50,26	114.508.087	50,26
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	59.966.842	26,32	61.690.601	27,08
The Bank Of New York ADR				
Department (Equivalente em ações) (*)	53.134.426	23,32	51.409.636	22,56
Outros	227.268	0,10	228.299	0,10
	<u>227.836.623</u>	<u>100,00</u>	<u>227.836.623</u>	<u>100,00</u>

(*) Cada ADR equivale a 2 ações

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a legislação societária.

Os juros sobre o capital próprio declarados em 2007, no montante de R\$ 300.744, serão pagos em até 60 dias após a Assembléia Geral Ordinária, ocorrida em 29 de abril de 2008, líquidos de imposto de renda retido na fonte.

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações registradas até 31 de dezembro de 2007 de entidades governamentais e instituições privadas.

(e) Reserva de reavaliação

Como previsto na Instrução CVM nº 197/93, a Companhia optou por não registrar o imposto de renda e a contribuição social sobre a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado constituída até 1991.

A reserva vem sendo realizada em contrapartida da conta "lucros acumulados", na mesma proporção da depreciação e baixa dos respectivos bens a que está relacionada.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Movimentação da conta de lucros acumulados

	<u>Mar/08</u>	<u>Dez/07</u>
Realização da reserva de reavaliação	21.685	87.670
Resultado do período	303.725	1.048.703
Juros sobre o capital próprio	-	(300.744)
Reserva legal	-	(52.435)
Reserva de investimento	-	(783.194)
Saldo atual	<u>325.410</u>	<u>-</u>

(g) Reserva para investimentos

A reserva para investimentos é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em Assembléia Geral ocorrida em 29 de abril de 2008, a Administração encaminhou proposta para capitalização de parte da reserva de lucros no valor de R\$ 2.800.000, em função desta ter excedido o valor do capital social. A proposta foi aprovada e após a capitalização da reserva de lucros, o capital social será de R\$ 6.203.688.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da CVM nº 235/95, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter efeito significativo nos valores de realização estimados.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de março de 2008:

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ganho (perda) não realizado</u>
Aplicações Financeiras (i)	332.490	332.490	-
Empréstimos e Financiamentos (ii)	(5.691.620)	(5.710.110)	(18.490)
Dívidas de Mercado (ii a)	(2.224.475)	(2.242.965)	(18.490)
Dívidas de Natureza Institucional (ii b)	<u>(3.467.145)</u>	<u>(3.467.145)</u>	<u>-</u>
	<u>(5.359.130)</u>	<u>(5.377.620)</u>	<u>(18.490)</u>

(a) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2008 são descritos a seguir, bem como os critérios para a sua valorização:

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Aplicações financeiras – O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Empréstimos e financiamentos – Os instrumentos financeiros passivos da Companhia são divididos em dois grupos:

a. Dívidas de Mercado – São as dívidas contraídas com o objetivo de obter recursos financeiros, no mercado, para suprir eventuais necessidades de caixa da Companhia. Os instrumentos financeiros que compõem esse grupo são as debêntures, bonds e FIDC, que foram colocados junto ao mercado financeiro através de procedimentos de book building, (ou assemelhado) no qual as taxas de remuneração pedidas pelo investidor são definidas no exato momento da negociação.

Para esses instrumentos financeiros o critério de avaliação do valor de mercado adotado pela Companhia foi utilizar o desvio médio do PU (preço unitário) das últimas negociações, do ano de 2008, realizadas no mercado secundário com relação ao PU (preço unitário) médio na curva.

As informações necessárias para essa avaliação foram extraídas das seguintes fontes: SND – Sistema Nacional de Debêntures, BovespaFix e Bloomberg.

b. Dívidas de Natureza Institucional – São as dívidas contraídas com o objetivo de financiar um empreendimento relativo ao objeto da Sabesp: obras voltadas para o atendimento do saneamento básico com água e esgotamento sanitário.

Esses financiamentos têm característica de longo prazo, a taxas de juros específicas definidas por agentes de fomento (Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Fehidro), e agências multilaterais de fomento (BID, BIRD, JBIC) o que inviabiliza a avaliação desses financiamentos ao valor de mercado.

(b) Riscos de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo custo por meio de antecipação de vencimentos.

Significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 1.289.898 (nota 8). O quadro abaixo resume a exposição líquida da Companhia ao fator da taxa de câmbio em 31 de março de 2008.

	Em milhares	
	US\$	Iene
Empréstimos e Financiamentos	679.694	4.341.649

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de março de 2008, a Companhia possuía R\$ 1.002.382 em empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros (CDI e TJLP).

Outro risco que a Sociedade enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

(d) Risco de crédito

Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

16. RECEITA OPERACIONAL

	<u>1ºtri/08</u>	<u>1ºtri/07</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.254.269	1.190.129
Sistemas regionais (i)	<u>404.348</u>	<u>393.095</u>
Total	<u>1.658.617</u>	<u>1.583.224</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>1ºtri/08</u>	<u>1ºtri/07</u>
Custo das vendas e serviços prestados:		
Salários e encargos	(242.955)	(231.193)
Materiais gerais	(28.457)	(29.799)
Materiais de tratamento	(40.040)	(35.506)
Serviços de terceiros	(85.893)	(82.311)
Energia elétrica	(113.025)	(117.669)
Despesas gerais	(7.924)	(6.690)
Depreciação e amortização	<u>(146.459)</u>	<u>(149.751)</u>
	<u>(664.753)</u>	<u>(652.919)</u>
Despesas com vendas:		
Salários e encargos	(41.377)	(37.548)
Materiais gerais	(1.320)	(1.246)
Serviços de terceiros	(23.067)	(19.891)
Energia elétrica	(172)	(188)
Despesas gerais	(14.270)	(14.291)
Depreciação e amortização	(939)	(713)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações - 3 (c(ii))	<u>(57.468)</u>	<u>(76.303)</u>
	<u>(138.613)</u>	<u>(150.180)</u>
Despesas administrativas:		
Salários e encargos	(34.631)	(32.165)
Materiais gerais	(977)	(1.024)
Serviços de terceiros	(19.489)	(24.549)
Energia elétrica	(305)	(332)
Despesas gerais	(46.159)	(23.838)
Depreciação e amortização	(2.728)	(3.645)
Despesas fiscais	<u>(8.187)</u>	<u>(8.712)</u>
	<u>(112.476)</u>	<u>(94.265)</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:		
Salários e encargos	(318.963)	(300.906)
Materiais gerais	(30.754)	(32.069)
Materiais de tratamento	(40.040)	(35.506)
Serviços de terceiros	(128.449)	(126.751)
Energia elétrica	(113.502)	(118.189)
Despesas gerais	(68.353)	(44.819)
Depreciação e amortização	(150.126)	(154.109)
Despesas fiscais	(8.187)	(8.712)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações	<u>(57.468)</u>	<u>(76.303)</u>
	<u>(915.842)</u>	<u>(897.364)</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(102.047)	(118.207)

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>1ºtri/08</u>	<u>1ºtri/07</u>
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(15.518)	(18.228)
Outras despesas financeiras	(44.018)	(4.942)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(1.400)	(1.603)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(26.480)	(21.843)
Outras variações monetárias	(1.958)	(729)
Provisões para contingências financeiras	<u>(10.924)</u>	<u>(25.500)</u>
	<u>(202.345)</u>	<u>(191.052)</u>
Receitas financeiras:		
Variações monetárias ativas	16.783	10.518
Rendimento de aplicações financeiras	9.739	9.378
Juros e outras	<u>25.633</u>	<u>14.013</u>
	<u>52.155</u>	<u>33.909</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(150.190)</u>	<u>(157.143)</u>
Variações cambiais, líquidas		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(11.533)	46.865
Variação cambial ativa	<u>235</u>	<u>(167)</u>
	<u>(11.298)</u>	<u>46.698</u>
Financeiras, líquidas	<u>(161.488)</u>	<u>(110.445)</u>

18. CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Em 14 de novembro de 2007, a Companhia e o Município de São Paulo (as Partes) assinaram um Convênio que visa estabelecer condições para garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental na Cidade de São Paulo, cujos principais pontos são:

1. as Partes assumiram o compromisso de estabelecer ações de saneamento básico e ambiental, complementares às ações do Município de São Paulo, investindo na implantação e continuidade de programas, tais como: Programa Córrego Limpo e Programa de Uso Racional da Água – PURA, cujo objetivo é garantir a redução do consumo de água nas unidades públicas, assegurando o abastecimento de água e a qualidade de vida da população;
2. a partir de 14 de novembro de 2007, data de celebração do Convênio, a totalidade dos valores pagos pelo Município de São Paulo à Sabesp, referentes aos órgãos da administração direta, autarquias e fundações, descontados os tributos incidentes, será destinada à realização de ações em saneamento básico e ambiental no Município;
3. o Município assume o compromisso de retomar o pagamento das contas e faturas de consumo corrente emitidas pela Sabesp, a partir de 14 de novembro de 2007, data da assinatura deste Convênio;
4. as Partes concluirão, em até 90 dias, os entendimentos necessários ao equacionamento de suas pendências financeiras e à elaboração das minutas do Projeto de Lei visando obter autorização legislativa

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

para a celebração do Convênio de Cooperação e Contrato de Programa Metropolitano, visando a estabilidade da prestação, pela Sabesp, do serviço de saneamento básico no Município, por meio da gestão associada do serviço público assumida, de forma compartilhada, pelo Município e pelo Estado, observados os princípios gerais do serviço de saneamento básico inscritos na Lei Federal 11.445/2007 e na legislação estadual pertinente;

5. as Partes e o Estado deverão concluir, em até 90 dias contados da assinatura do Convênio, os termos e condições do Convênio de Cooperação e Contrato de Programa Metropolitano, visando à estabilidade da prestação dos serviços de saneamento básico no Município, pela Sabesp;

6. a aprovação do Projeto de Lei Municipal Autorizativa é condição essencial, tanto para a assinatura do Convênio de Cooperação, a ser assinado pelo Município e pelo Estado, quanto para a assinatura do contrato de Programa Metropolitano, a ser assinado pelo Município e pela Sabesp;

7. após o encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara, as Partes firmarão o instrumento de equacionamento de suas pendências financeiras. Será concedido um desconto no valor de R\$ 120 milhões sobre os débitos do Município, em caráter negocial. Esses débitos serão pagos sem acréscimos financeiros decorrente de juros, multa e atualização monetária, sendo que parte dos débitos será paga até dezembro de 2008 e o restante será pago na forma da Portaria Intersecretarial Municipal 01/2005, em 7 parcelas anuais;

8. as Partes requererão a extinção das ações judiciais de cobrança promovidas pela Sabesp, arcando a Sabesp com as custas judiciais, e cada uma das Partes com os honorários advocatícios de seus profissionais, no valor estimado de R\$ 1,9 milhão.

Em 11 de fevereiro de 2008 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Convênio com o Município de São Paulo. As Partes resolveram prorrogar o prazo, por igual período, para que as mesmas concluam os entendimentos necessários ao equacionamento de suas pendências financeiras e a elaboração das minutas do Convênio de Cooperação; do Contrato de Programa Metropolitano e do Projeto de Lei Autorizativa.

As etapas já em curso são, a conclusão das minutas dos instrumentos citados, envio do Projeto de Lei à Câmara, finalização dos entendimentos necessários ao equacionamento das pendências financeiras, bem como a definição, em conjunto, das ações em saneamento básico e ambiental.

As partes estão em processo de assinatura do Segundo Aditivo ao Convênio, prorrogando o prazo por igual período e prevendo renovações automáticas, por iguais períodos, em não havendo manifestação das partes em sentido contrário.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. FLUXO DE CAIXA

A demonstração do fluxo de caixa reflete as atividades de financiamento, investimento e operações da Companhia derivadas dos registros contábeis preparados de acordo com a Legislação Societária e tem sido apresentada em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais - IAS nº 7 "Demonstrações do Fluxo de Caixa".

	Nota <u>explicativa</u>	<u>1ºtri/08</u>	<u>1ºtri/07</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do período		303.725	292.880
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:			
Impostos e contribuições diferidos		(22.326)	(18.002)
Provisões para contingências		91.958	47.299
Reversão provisão para perdas		(226)	-
Outras provisões		117	-
Obrigações previdenciárias		17.514	14.595
Baixas do ativo imobilizado	6(b)	3.236	1.960
Baixas do ativo diferido		-	801
Depreciação e amortização	17	150.126	154.109
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	17	118.965	138.038
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	17	38.013	(25.022)
Variação monetária de juros sobre o capital próprio		7.338	-
Juros e variações monetárias passivas	10	2.593	3.305
Juros e variações monetárias ativas		(6.141)	(4.416)
Provisão para devedores duvidosos	3(c(ii)) e 17	57.468	76.303
Variação no ativo:			
Contas a receber de clientes		(93.120)	(105.717)
Transações com partes relacionadas		169.292	15.341
Estoques		7.931	6.972
Impostos a recuperar		6.480	(2.190)
Demais contas a receber		(26.844)	(11.091)
Depósitos judiciais		(8.043)	(1.973)
Variação no passivo:			
Fornecedores		(34.080)	(102.502)
Salários, provisões e contribuições sociais		18.404	(29.597)
Impostos e contribuições a recolher		13.821	81.837
Serviços recebidos		(10.495)	(37.116)
Outras obrigações		813	(9.146)
Contingências		(82.929)	(8.836)
Fundo de Pensão	11	(4.118)	(3.832)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		719.472	474.000

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Nota explicativa	1ºtri/08	1ºtri/07
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(218.029)	(104.135)
Aumento de intangíveis		(14.634)	(1.786)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(232.663)	(105.921)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos - longo prazo:			
Captações		38.821	32.812
Pagamentos		(202.240)	(275.364)
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(408.162)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(571.581)	(242.554)
Aumento nas disponibilidades		(84.772)	125.525
Disponibilidades no início do exercício		464.997	328.206
Disponibilidades no final do exercício		380.225	453.731
Variação nas disponibilidades		(84.772)	125.525
Informações suplementares do fluxo de caixa:			
Juros e taxas pagos de empréstimos e financiamentos		96.260	120.089
Capitalização de juros e encargos financeiros	6(c)	12.826	(2.671)
Imposto de renda e contribuição social pagos		145.037	87.744
Ativo imobilizado recebido em doações e/ou pago em ações		3.100	6.718
Cofins e Pasep pagos		178.731	114.461
Compromisso de Contratos de Programas	7(b)	45.973	-

20. EVENTOS SUBSEQÜENTES

I – Concessão de empréstimos e financiamentos

Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 30 de abril de 2008, a Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID aprovou a concessão de um empréstimo à Sabesp, no montante de US\$ 250.000 mil (AB Loan). Os recursos serão utilizados no refinanciamento de dívidas vincendas e na execução de parte do plano de investimento da Companhia. O contrato de empréstimo está aguardando assinatura.

Caixa Econômica Federal - CEF - Programa Saneamento para Todos - Recursos do FGTS

Foi aprovada pela CEF a concessão de financiamento num valor total de R\$ 626,91 milhões, para 71 empreendimentos em sistemas de abastecimentos de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado, em municípios das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas. Os contratos de financiamento deverão ser assinados em Maio de 2008, e os desembolsos deverão ocorrer concomitantemente à execução das obras que serão executadas em até 48 meses. O prazo de amortização será de até 240 meses.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80
--	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES - Recursos do FAT

Aprovada pelo BNDES a concessão de financiamento num valor total de R\$ 174,52 milhões, para 10 empreendimentos do sistema de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de São Paulo, O contrato de financiamento deverá ser assinado em Maio de 2008, e os desembolsos deverão ocorrer concomitantemente à execução das obras que serão executadas em até 48 meses. O prazo de amortização será de até 150 meses.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- 1. Aumento de 5,2% na receita líquida, crescimento de 7,3% no LAJIDA com margem LAJIDA de 50,3%.**

		1T07	1T08	Variação	R\$ milhões %
(+)	Receita Operacional Bruta	1.583,2	1.658,6	75,4	4,8
(-)	COFINS e PASEP	118,6	118,5	(0,1)	(0,1)
(=)	Receita Operacional Líquida	1.464,6	1.540,1	75,5	5,2
(-)	Custos e despesas	897,3	915,9	18,6	2,1
(=)	Resultado antes de financeiras (LAJIR*)	567,3	624,2	56,9	10,0
(+)	Depreciação e amortização	154,1	150,1	(4,0)	(2,6)
(=)	LAJIDA**	721,4	774,3	52,9	7,3
	Lucro líquido	292,9	303,7	10,8	3,7
(%)	Margem LAJIDA	49,3	50,3		
	Lucro líquido por ação (R\$) (***)	0,01028	1,33		

(*) Lucro antes dos juros e imposto de renda;

(**) Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização;

(***) Em junho de 2007 foi feito o grupamento de ações. O lucro líquido por ação no 1T07 considerando o grupamento seria de R\$ 1,29 por ação.

No 1T08, a receita operacional líquida totalizou R\$ 1,5 bilhão, um crescimento de 5,2% em relação ao 1T07. Os custos e despesas, no montante de R\$ 915,9 milhões sofreram um acréscimo de 2,1% em relação ao 1T07. O LAJIDA passou de R\$ 721,4 milhões no 1T07 para R\$ 774,3 milhões no 1T08, com acréscimo de 7,3%, reflexo do maior crescimento relativo da receita em relação aos custos.

O LAJIR apresentou acréscimo de 10,0%, passando de R\$ 567,3 milhões no 1T07 para R\$ 624,2 milhões no 1T08.

2. Crescimento da receita operacional bruta

No 1T08, a receita operacional bruta apresentou um acréscimo de R\$ 75,4 milhões, ou 4,8%, passando de R\$ 1.583,2 milhões no 1T07 para R\$ 1.658,6 milhões no 1T08. Os principais fatores responsáveis por esse crescimento foram:

- Reajuste tarifário de 4,1% desde setembro de 2007 e
- Aumento de 1,3% no volume faturado de água e esgoto, sendo 0,7% no varejo e 6,7% no atacado, porém este último não impacta na receita na mesma proporção.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. Volume faturado

Nos quadros a seguir demonstram-se os volumes faturados de água e esgotos, de acordo com a categoria de uso e região, no 1T07 e 1T08.

TRIMESTRE									
VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO - milhões de m ³									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
Por Categoria	1T07	1T08	Var. %	1T07	1T08	Var. %	1T07	1T08	Var. %
Residencial	339,3	341,0	0,5	267,9	271,3	1,3	607,2	612,3	0,8
Comercial	37,7	37,8	0,3	34,2	34,6	1,2	71,9	72,4	0,7
Industrial	8,7	8,8	1,1	8,3	8,2	(1,2)	17,0	17,0	-
Pública	11,0	10,8	(1,8)	8,8	8,7	(1,1)	19,8	19,5	(1,5)
Total varejo	396,7	398,4	0,4	319,2	322,8	1,1	715,9	721,2	0,7
Atacado	66,7	70,6	5,8	6,4	7,4	15,6	73,1	78,0	6,7
Total Geral	463,4	469,0	1,2	325,6	330,2	1,4	789,0	799,2	1,3
TRIMESTRE									
VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO - milhões de m3									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
Por Região	1T07	1T08	Var. %	1T07	1T08	Var. %	1T07	1T08	Var. %
Metropolitana	262,2	263,3	0,4	215,9	218,1	1,0	478,1	481,4	0,7
Regional (1)	134,5	135,1	0,4	103,3	104,7	1,4	237,8	239,8	0,8
Total varejo	396,7	398,4	0,4	319,2	322,8	1,1	715,9	721,2	0,7
Atacado	66,7	70,6	5,8	6,4	7,4	15,6	73,1	78,0	6,7
Total Geral	463,4	469,0	1,2	325,6	330,2	1,4	789,0	799,2	1,3

(1) Composto pelas regiões do litoral e interior

4. Custos, despesas administrativas e comerciais

No 1T08, os custos dos produtos e serviços prestados, despesas administrativas e comerciais tiveram um acréscimo de R\$ 18,6 milhões, ou 2,1%. Em contrapartida a participação dos custos e despesas na receita líquida teve uma redução, passando de 61,3% no 1T07 para 59,5% no 1T08.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

			R\$ milhões	
	1T07	1T08	Variação	Var. %
Salários e encargos	300,9	319,0	18,1	6,0
Materiais gerais	32,1	30,8	(1,3)	(4,0)
Materiais de tratamento	35,5	40,0	4,5	12,7
Serviços de terceiros	126,7	128,4	1,7	1,3
Energia elétrica	118,2	113,5	(4,7)	(4,0)
Despesas gerais	44,8	68,4	23,6	52,7
Despesas fiscais	8,7	8,2	(0,5)	(5,7)
Sub-total	666,9	708,3	41,4	6,2
Depreciação e amortização	154,1	150,1	(4,0)	(2,6)
Baixa de créditos	76,3	57,5	(18,8)	(24,6)
Custos, despesas administrativas e comerciais	897,3	915,9	18,6	2,1
Percentual sobre Receita Líquida (%)	61,3	59,5		

4.1. Salários e encargos

No 1T08 ocorreu um acréscimo de R\$ 18,1 milhões ou 6,0% nos salários e encargos, passando de R\$ 300,9 milhões para R\$ 319,0 milhões, em decorrência dos seguintes fatores:

Reajuste salarial de 3,37% (IPC-FIPE), desde maio de 2007;

Incremento de 2% da folha de pagamento, a título de remuneração por competência desde junho de 2007;

Acréscimo de R\$ 2,6 milhões na provisão para obrigações previdenciárias devido a alteração da taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial de 8% em 2007 para 6,59% em 2008.

A Companhia expandiu a prestação de serviços e aumentou a relação de quantidade de ligações por empregado, passando de 689 no 1T07 para 714 no 1T08.

4.2. Materiais gerais

No 1T08 houve um decréscimo de R\$ 1,3 milhão ou 4,0%, passando de R\$ 32,1 milhões no 1T07 para R\$ 30,8 milhões no 1T08, principalmente em decorrência de: manutenção de ligações domiciliares, com redução de R\$ 0,5 milhão, e manutenção de sistemas, com redução de R\$ 0,7 milhão.

4.3. Materiais de tratamento

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os gastos com produtos químicos no 1T08 foram superiores aos do 1T07 em R\$ 4,5 milhões ou 12,7%, passando de R\$ 35,5 milhões no 1T07 para R\$ 40,0 milhões no 1T08.

O menor volume produzido de água, reflexo do avanço do Programa de Redução de Perdas, compensou em parte a maior utilização de produtos químicos decorrente da queda na qualidade da água captada.

4.4. Serviços de terceiros

No 1T08 este item apresentou acréscimo de R\$ 1,7 milhão ou 1,3%, passando de R\$ 126,7 milhões para R\$ 128,4 milhões. Os principais fatores que interferiram nesse resultado foram:

- Serviços de leituras e de entregas de contas no valor de R\$ 2,4 milhões, resultado da expansão do TACE (técnico de atendimento comercial externo) e aumento no número de ligações;
- Acréscimo de R\$ 2,2 milhões em vigilância em função da ampliação das áreas monitoradas eletronicamente à distância;
- Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de tratamento de água e esgotos no valor de R\$ 2,0 milhões;
- Esses acréscimos foram parcialmente compensados em R\$ 4,9 milhões pela apropriação dos gastos, relativos a licença de uso de softwares.

4.5. Energia elétrica

Apresentou um decréscimo de R\$ 4,7 milhões ou 4,0% passando de R\$ 118,2 milhões no 1T07 para R\$ 113,5 milhões no 1T08.

Esse resultado está associado à redução de 10,0% na tarifa do mercado cativo, que é responsável por 77,0% dos gastos com energia elétrica e redução no consumo de energia elétrica em 1,1% no 1T08 em comparação ao 1T07.

	Participação %	Preço Médio Var %	Média Ponderada (%)
Mercado Livre	23,0	13,0	3,0
Mercado Cativo	77,0	(10,0)	(7,7)
			(4,7)

4.6. Despesas gerais

No 1T08 houve um aumento de R\$ 23,6 milhões ou 52,7%, passando de R\$ 44,8 milhões para R\$ 68,4 milhões, em virtude de:

- Novas provisões decorrentes de ações judiciais promovidas por clientes e gastos com compensação ambiental resultando no acréscimo de R\$ 21,9 milhões e

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Pagamento pelo uso da água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiaí, Jaguari, Atibaia e Paraíba do Sul com acréscimo de R\$ 1,5 milhão.

4.7. Despesas fiscais

No 1T08 houve um decréscimo de R\$ 0,5 milhão ou 5,7%, decorrente da redução de R\$ 6,3 milhões pelo término da cobrança da CPMF. Esta redução foi em parte compensada pelo início do pagamento do IPTU no município de São Paulo, no valor de R\$ 5,3 milhões, devido à revogação da isenção.

4.8. Baixa de créditos

A baixa de créditos apresentou no 1T08 um decréscimo de R\$ 18,8 milhões ou 24,6%, variando de R\$ 76,3 milhões para R\$ 57,5 milhões, devido principalmente à recuperação de créditos decorrentes dos acordos firmados com os municípios de Barueri, São Vicente, Cajamar e Bragança Paulista.

5. Despesas e receitas financeiras**5.1. Despesas financeiras**

No 1T08 ocorreu um acréscimo de R\$ 5,4 milhões, ou 3,2% conforme descrito a seguir:

	1T07	1T08	Varição	R\$ milhões %
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	118,2	102,1	(16,1)	(13,6)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	18,3	15,5	(2,8)	(15,3)
Juros sobre Indenização de processos judiciais, líquido das provisões	27,0	39,2	12,2	45,2
Outras despesas financeiras	5,0	17,1	12,1	242,0
Total das despesas financeiras	168,5	173,9	5,4	3,2
Receitas financeiras	23,4	35,4	12,0	51,3
Despesas financeiras, líquidas das receitas	145,1	138,5	(6,6)	(4,5)

No que se refere aos empréstimos e financiamentos no mercado interno destacam-se os seguintes fatores:

- Decréscimo de R\$ 16,1 milhões no montante pago de juros relativos às quitações da 2ª série da 5ª emissão de debêntures em março de 2007 e da 1ª série da 6ª emissão de debêntures em setembro de 2007.

Quanto aos financiamentos no mercado externo destacam-se;

- Redução de juros de R\$ 2,8 milhões, devido à amortização de empréstimos junto ao BID, (em janeiro,

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

junho, julho e dezembro de 2007) e ao BIRD (em abril de 2007);

No 1T08 tivemos um aumento nos juros sobre indenizações de processos judiciais de R\$12,2 milhões passando e R\$ 27,0 milhões no 1T07 para R\$ 39,2 milhões no 1T08.

O item outras despesas financeiras apresentou um acréscimo de R\$ 12,1 milhões, principalmente em decorrência do pagamento dos juros sobre capital próprio, relativo ao período de março de 2004 a dezembro de 2006, no montante de R\$ 7,8 milhões, conforme previsto no segundo aditivo ao Acordo GESP.

5.2. Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 12,0 milhões passando de R\$ 23,4 milhões para R\$ 35,4 milhões, devido principalmente pelo maior número de acordos de parcelamento efetuados com clientes no 1T08 quando comparado com o 1T07.

6. Variações monetárias passivas e ativas

6.1. Variações monetárias passivas

	1T07	1T08	R\$ milhões	
			Variação	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	11,9	3,8	(8,1)	(68,1)
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(46,9)	11,5	58,4	(124,5)
Outras variações monetárias	10,7	24,7	14,0	130,8
Variações monetárias passivas	(24,3)	40,0	64,3	(264,6)

O efeito líquido das variações monetárias passivas foi negativo em R\$ 40,0 milhões no 1T08 comparado ao efeito positivo de R\$ 24,3 milhões no 1T07. Essa variação deve-se a:

- Decréscimo nas variações cambiais pela menor apreciação do real (1,3%) frente ao dólar, no 1T08, comparativamente à apreciação ocorrida no 1T07 (4,1%), apesar da depreciação do real frente a cesta de moedas de 6,0% no 1T08 comparada com 0,43% no 1T07, gerando variação líquida de R\$ 58,4 milhões;
- Redução nas atualizações monetárias de R\$ 8,1 milhões do contrato com o Banco do Brasil, causada principalmente pela menor variação da TR, 0,17% no 1T08 ante 0,48% no período anterior; bem como pela redução do saldo devedor pelos pagamentos efetuados das parcelas vencíveis no período;
- Acréscimo de R\$ 14,0 milhões em outras variações monetárias principalmente por:
 - ✓ Maior variação do IGPM, 2,38% no 1T08, ante 1,11% no período anterior com acréscimo de R\$ 12,7 milhões nas variações monetárias sobre debêntures;

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- ✓ Correção monetária aplicada sobre indenização de processos judiciais com acréscimo de R\$ 1,2 milhão.

6.2. Variações monetárias ativas

As variações monetárias ativas apresentaram um acréscimo de R\$ 6,7 milhões ou 65,0% passando de R\$ 10,3 milhões no 1T07 para R\$ 17,0 milhões no 1T08, devido principalmente aos acordos de parcelamento efetuados com clientes.

7. Resultado não operacional

Apresentou um acréscimo de R\$ 12,0 milhões, passando de uma despesa de R\$ 1,0 milhão para uma receita de R\$ 11,0 milhões no 1T08, decorrente dos fatores abaixo relacionados:

7.1. Receitas não Operacionais

As receitas não operacionais apresentaram um acréscimo de R\$ 14,9 milhões passando de R\$ 1,3 milhão para R\$ 16,2 milhões no 1T08, devido principalmente a venda de energia elétrica excedente no montante de R\$ 8,9 milhões e prescrição de valores a restituir a clientes no montante de R\$ 1,3 milhão.

7.2. Despesas não operacionais

Apresentou um acréscimo de R\$ 1,4 milhão ou 70,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior, referente à baixa de obras desativadas e projetos motivados por obsolescência.

8. Indicadores Operacionais

O quadro seguinte mostra a contínua ampliação dos serviços prestados pela Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/03/2008

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Indicadores Operacionais	1T07	1T08	Var %
Ligações de água (1)	6.650	6.804	2,3
Ligações de esgoto (1)	5.036	5.198	3,2
População atendida diretamente em água (2)	22,8	23,0	0,9
População atendida em esgoto (2)	18,6	18,9	1,6
Número de empregados	16.966	16.804	(1,0)
Número de ligações de água e esgoto por empregado.	689	714	3,6
Volume produzido de água	724,5	721,6	(0,4)
Índice de perdas de água (%)	31,4	29,1	(7,3)

(1) Em milhares de unidades no final do período.

(2) Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	6
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2004/032
4 - DATA DO REGISTRO CVM	17/09/2004
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2004
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM + 11%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.262,27
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	237.643
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	188.267
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	188.267
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	6
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2004/033
4 - DATA DO REGISTRO CVM	17/09/2004
5 - SÉRIE EMITIDA	3
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2004
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM + 11%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.262,27
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	227.107
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	179.920
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	179.920
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	7
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/006
4 - DATA DO REGISTRO CVM	10/03/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.009,09
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	201.818
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	200.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	200.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	7
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/007
4 - DATA DO REGISTRO CVM	10/03/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM + 10,80%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.159,85
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	115.985
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	100.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	100.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/03/2009

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	8
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/032
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/06/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.038,84
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	363.594
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	350.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	350.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/06/2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 31/03/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	06
2 - Nº ORDEM	8
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/033
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/06/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM + 10,75%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.232,57
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	431.399
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	350.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	350.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/06/2008

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO*				
Posição em 31/03/2008				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda	114.508.087	50,3%	114.508.087	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	4.808	0	4.808	0
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	-	-	-	-
Total	114.512.895	50,3%	114.512.895	50,3%
Ações em Circulação	113.323.728	49,7%	113.323.728	49,7%

* Em junho de 2007 ocorreu grupamento de ações

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2007				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda	14.313.511.861	50,3%	14.313.511.861	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	600.007	0	600.007	0
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	-	-	-	-
Total	14.314.111.868	50,3%	14.314.111.868	50,3%
Ações em Circulação	14.165.465.959	49,7%	14.165.465.959	49,7%

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

2. POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia:			Posição em	
CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO			31/03/2008	
			(Em Ações)	
	Ações Ordinárias		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda	114.508.087	50,3	114.508.087	50,3

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seu Acionista Controlador, seus Administradores e os membros do seu Conselho Fiscal comprometeram-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, no termos do seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Companhia está em fase de negociação com o Governo do Estado de São Paulo, no que tange ao ressarcimento dos valores de complementação de aposentadoria e pensão pagos pela Companhia.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, em 14 de novembro de 2007 foi firmado convênio entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Companhia, buscando a estabilidade na prestação dos serviços no Município de São Paulo e o estabelecimento de ações de saneamento básico e ambiental complementares às ações do Município.

01444-3 CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO 43.776.517/0001-80

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais. Assim, as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

São Paulo, 14 de maio de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" SP

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01444-3	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO	43.776.517/0001-80

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	10
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	44
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	52
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	58
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	60/61

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo

BI Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros

CNPJ nº 09.645.364/0001-01

Estruturadora e Gestora

BI Capital Gestão de Recursos Ltda.

CNPJ nº 05.449.499/0001-32

Rua Funchal, nº 551, 4º andar,
conjunto 41, Vila Olímpia

Cep: 04551-060

São Paulo – SP

Administradora e Distribuidora

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.**

CNPJ nº 36.113.876/0001-91

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo
205 Cep: 22640-100
Rio de Janeiro – RJ

Custodiante

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

CNPJ nº 62.331.228/0001-11

Rua Alexandre Dumas, nº 2.200
04717-910
São Paulo – SP

Empresa de Auditoria

KPMG Auditores Independentes

CNPJ 57.755.217/0001-29

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar
04530-904
São Paulo – SP

Agência de Classificação de Risco

Austin Rating Serviços Financeiros Ltda

CNPJ nº 03.016.560/0001-22

R. Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar
04542-000
São Paulo - SP